

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

EDUARDO DA SILVA SOARES

**CULTURAS DE CLASSE EM PORTO ALEGRE (1905-1911): OS
MUNDOS DO TRABALHO NA IMPRENSA ANARQUISTA E
SOCIALISTA**

Santa Maria, RS, Brasil

2016

Eduardo da Silva Soares

**CULTURAS DE CLASSE EM PORTO ALEGRE (1905-1911): OS MUNDOS DO
TRABALHO NA IMPRENSA ANARQUISTA E SOCIALISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – Mestrado em História, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**.

Orientadora: Prof. Dr^a. Glaucia Vieira Ramos Konrad

Santa Maria, RS, Brasil
2016

Eduardo da Silva Soares

**Culturas de classe em Porto Alegre (1905-1911): os mundos do trabalho na
imprensa anarquista e socialista**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História – Mestrado em
História, da Universidade Federal de Santa
Maria (UFSM, RS), como requisito parcial
para obtenção do grau de **Mestre em
História**.

Aprovado em 15 de janeiro de 2016:

Glaucia Vieira Ramos Konrad, Dra.
(Presidente/Orientadora)

Beatriz Ana Loner, Dra. (UFPEL)

Diorge Alceno Konrad, Dr. (UFSM)

Santa Maria, RS,
2016.

AGRADECIMENTOS:

Gostaria de agradecer a varias pessoas que colaboraram para a realização desta dissertação. Além dos amigos, familiares e professores, a Universidade Federal de Santa Maria e o Programa de Pós Graduação em História por proporcionarem um ensino público e de qualidade. Deste modo, foi, também, a Bolsa Capes uma grande promotora desta conquista. Destarte, a conclusão deste estudo exigiu a compreensão e colaboração de algumas pessoas, em especial, destaco:

- a minha orientadora Glaucia Vieira Ramos Konrad por ter confiado e me orientado por estes dois anos. Sou grato por toda dedicação e motivação por ti prestada.

- a minha querida companheira Juliana Maria Manfio, que através do amor me ensinou a ser uma pessoa melhor. Contigo, as pesquisas, os eventos e as produções dos artigos sempre foram mais agradáveis.

- ao meu filho Eric Manfio Soares, aquele que me completou. Esta conquista é para/por ti.

- aos meus pais, avós e tia Sonia, que me incentivaram a estudar e a continuar na jornada acadêmica.

- aos amigos e incentivadores que de alguma maneira sempre estiveram presentes, especialmente, o Adriano Avello, Arioli Helfer, Felipe Benchimol e o professor Leonardo Henn.

- ao Estado brasileiro, que disponibilizou a bolsa Capes, diferencial para a execução da dissertação.

- a Universidade Federal de Santa Maria, que através do Programa de Pós Graduação em História permitiu o acesso ao Mestrado.

- aos professores, que ajudaram a construir as ideias apresentadas no texto.

Enfim, a todos que de alguma maneira participam da minha vida e que colaboraram para a conclusão desta obra.

[...] o conflito é a rebelião das sadias aspirações humanas contra o conformismo: é uma insurreição moral, consciente ou inconsciente.

Agnes Heller. **O cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: editora Paz e Terra, 1985, p. 96.

RESUMO

CULTURAS DE CLASSE EM PORTO ALEGRE (1905-1911): OS MUNDOS DO TRABALHO NA IMPRENSA ANARQUISTA E SOCIALISTA

AUTOR: Eduardo da Silva Soares

ORIENTADOR: Glaucia Vieira Ramos Konrad

Data e local da defesa: Santa Maria, 15 de janeiro de 2016.

Esta dissertação encerra as atividades desempenhadas no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria, com o auxílio da bolsa CAPES/DS. O tema da pesquisa relacionou as culturas de classe entre os anarquistas e socialistas na cidade de Porto Alegre no início do século XX. Esta pesquisa ficou centrada na área “História, Poder e Cultura”, assim, o trabalho abordou as relações de poder existente no movimento operário como sociedade e a cultura. A linha de pesquisa “Cultura, Migrações e Trabalho” colaborou para a discussão sobre as transformações de uma cultura associativa provocada pelos anarquistas e socialistas em um ambiente de migrações contínuas. O objetivo central foi o de compreender as culturas de classe como um campo de discussão a qual articulou as ações daqueles militantes nos campos político e cultural em prol da construção de uma revolução social. Para essa pesquisa, as principais fontes utilizadas foram os jornais *A Luta*, de cunho anarquista e o *A Democracia*, de tendência socialista. Estes documentos foram encontrados no Núcleo de Pesquisa em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NPH – UFRGS), microfilmados e em ótimo estado. A análise das fontes indicou as formas, as estratégias e as ações que estes grupos mantiveram nas sociedades operárias porto-alegrenses. Elas ajudaram a identificar as produções intelectuais e literárias que difundiam a ideologia, as denúncias e a distração do operário-leitor. Além do trabalho com as fontes, foi realizada uma investigação profunda nas referências bibliográficas dos estudos sobre o movimento operário na Primeira República do Brasil. Estas discussões permitiram a compreensão a respeito do associativismo e das manifestações culturais da classe, no recorte espacial e temporal delimitado. Assim, os objetivos foram o de verificar os eventos, as publicações nos jornais e as incidências destes fenômenos entre aqueles operários. A justificativa para a realização desta pesquisa se deu a partir da necessidade da discussão a respeito das organizações e das manifestações da classe em um momento que se especula a invalidez destas ferramentas.

Palavras-chaves: Anarquismo; Socialismo; Culturas de Classe; Associativismo.

ABSTRACT

CLASS CULTURE IN THE PORTO ALEGRE (1905-1911): THE WORLD OF THE WORK IN THE ANARCHIST AND SOCIALIST PRESS

AUTHOR: Eduardo da Silva Soares

ORIENTATION: Glaucia Vieira Ramos Konrad

Date and place of defense: January 15, 2016, Santa Maria.

This dissertation closes the activities performed in the History Post Graduation Program at the Federal University of Santa Maria, with the assistance of the scholarship CAPES / DS. The subject of research related class cultures between anarchists and socialists in the city of Porto Alegre in the early twentieth century. This research was centered in the "History, Power and Culture", thus the work addressed the existing power relations in the labor movement with society and culture. The line of research "Culture, Migration and Work" contributed to the discussion on the transformation of an associative culture caused by anarchists and socialists in an environment of continuous migrations. The main objective was to understand the class cultures as a field of discussion which articulated the actions of those activists in the political and cultural fields for the construction of a social revolution. For this research, the main sources used were the papers Struggle, anarchist nature and Democracy, the socialist trend. These documents were found in the Research Center for History at the Federal University of Rio Grande do Sul (NPH - UFRGS), microfilmed and in great condition. The analysis of the sources indicated the ways, strategies and actions that these groups kept in Porto Alegre workers' societies. They helped to identify the intellectual and literary productions that diffused ideology, complaints and worker-reader distraction. Besides working with sources, a thorough investigation was carried out in the bibliography of studies on the labor movement in the First Republic of Brazil. These discussions led to the understanding about the association and cultural manifestations of the class, the spatial area and limited time. The objectives were to verify the events, publications in the newspapers and the effect of these phenomena among those workers. The rationale for this research took place from the need for discussion about the organizations and manifestations of class at a time that is speculated invalidity of these tools.

Keywords: Anarchism; Socialism; Culture Class; Association.

LISTA DE FIGURAS

| | |
|---|-----|
| FIGURA 1- MAPA DE PORTO ALEGRE DE 1896 E LIGAÇÕES COM A LINHA DE BONDES..... | 42 |
| FIGURA 2- MAPA DE PORTO ALEGRE DE 1916. | 43 |
| FIGURA 3- PROPAGANDA DOS RELÓGIOS SOCIALISTAS..... | 67 |
| FIGURA 4- A TRINDADE BURGUESA OU: EMBUSTE, PREPOTÊNCIA E FRAUDE..... | 117 |
| FIGURA 5- A LIBERTADORA..... | 127 |
| FIGURA 6- 1º DE MAIO..... | 128 |
| FIGURA 7- BALANÇO DA RECEITA E DA DESPESA REALIZADAS PARA A COMEMORAÇÃO DO 1º DE MAIO DE 1907, EM PORTO ALEGRE. | 202 |

LISTA DE ABREVIATURAS:

AHMPA - Arquivo Histórico Municipal de Porto Alegre.

AIT - Associação Internacional dos Trabalhadores.

COB – Confederação Operária Brasileiro.

FORGS - Federação Operária do Rio Grande do Sul.

MCSJHC - Museu da Comunicação Social José Hipólito da Costa.

NPH -Núcleo de Pesquisa em História.

PRR – Partido Republicano Rio-Grandense.

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|-----|
| TABELA 1 BALANCETE DA QUERMESSE (ADAPTADO PELO AUTOR) | 100 |
| TABELA 2 BALANCETE DA QUERMESSE (ADAPTADO PELO AUTOR) | 101 |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1. UM ESTUDO SOBRE O COTIDIANO E AS CONDIÇÕES MATERIAIS DA SOCIEDADE PORTO-ALEGRENSE | 28 |
| 1.1 DAS CONDIÇÕES MATERIAIS E ECONÔMICAS | 30 |
| 1.2 DO TRABALHO AO LAR | 41 |
| 1.3 ORGANIZAR, PROTEGER E LUTAR | 51 |
| 2. CULTURA ASSOCIATIVA: ANARQUISMO NA TEORIA E NA PRÁTICA | 70 |
| 2.1. ANARQUISMO NA TEORIA E NA PRÁTICA | 70 |
| 2.2. EVENTOS PRÁTICOS | 94 |
| 2.2.1 Escola Eliseu Réclus | 103 |
| 2.3 PRODUÇÃO INTELECTUAL | 111 |
| 3. CULTURA ASSOCIATIVA SOCIALISTA | 148 |
| 3.1 CIRCULARIDADE E INFLUÊNCIA SOCIALISTA NO INTERIOR SUL RIOGRANDENSE | 154 |
| 3.2 PECULIARIDADES DAS ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS SOCIALISTAS | 164 |
| 3.3 PRODUÇÃO INTELECTUAL | 178 |
| 3.3.1 A “Sublime Teoria” | 180 |
| 3.3.2 Entre Contos e Poesias | 185 |
| 3.4 EVENTOS PRÁTICOS | 194 |
| CONCLUSÕES | 221 |
| REFERÊNCIAS | 228 |
| FONTES BIBLIOGRÁFICAS | 229 |
| FONTES DOCUMENTAIS | 236 |

INTRODUÇÃO

Esta dissertação discutiu a cultura operária. Para isso, foram estudadas as publicações literárias, as organizações dos eventos e o associativismo anarquista e socialista em Porto Alegre. O recorte temporal ficou delimitado entre 1905 e 1911. Esta escolha se deu por serem estes os anos que os jornais *A Luta* e o *A Democracia* circularam. Do primeiro jornal destacou-se o seu posicionamento anarquista, do segundo, o socialista.

O resultado desta dissertação teve início ainda na graduação, quando participei de projetos de pesquisa que debatiam a educação anarquista e socialista. Da iniciação científica saiu um Trabalho Final de Graduação a respeito da cultura anarquista em Porto Alegre¹. Então, com este acúmulo escrevi o projeto de dissertação, o qual encontra o seu fim nesta produção. Cabe salientar que fui contemplado com bolsa CAPES/DS durante todo o curso, o que facilitou o processo da produção.

Esta pesquisa esteve ligada a área de concentração “História, Poder e Cultura”, do Programa de Pós-Graduação em História da UFSM. Deste modo, objetivou-se entender as manifestações operárias como uma relação de poder entre os trabalhadores, e também, com o patronato. Para isso, investigaram-se as organizações e as publicações que os anarquistas e socialistas criaram, e destas duas manifestações da classe, procurou-se identificar as suas características. Assim, o conceito de cultura foi tratado como um campo de discussão que problematizou as ações, as produções e os aportes apresentados pelos trabalhadores organizados. Desta forma, os modos de vida e de pensamento destes operários foram (re)vistos com um olhar crítico. E logo se destacou a sua influência nas relações entre os trabalhadores, o patronato e o Estado, enquanto representantes da classe. Assim, lutavam em prol da classe criando alternativas de uma revolução social que transformaria a sociedade e o sistema político-econômico vigente.

Já a respeito da linha de pesquisa “Cultura, Migrações e Trabalho”, a qual esta pesquisa esteve inserida, entende-se que esta aproximação se deu devido ao foco nos deslocamentos de grupos sociais, e com eles as trocas de experiências. Desta maneira, as relações com os mundos do trabalho tornou-se complexa na medida em que a

¹ SOARES, E. S. **A formação da identidade cultural anarquista através do periódico *A Luta* de Porto Alegre** (1906-1911). 1. ed. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2014.

população da cidade crescia, as indústrias e fábricas se desenvolviam e a mão-de-obra se diversificava. Imediatamente se compreende a diversidade social e cultural compondo os vários grupos, os quais buscavam, através de identificações, (res)significações, (re)valorizações de representações o seu espaço social naquela nova realidade².

Neste cenário foi que se pôde pensar o movimento operário do início do século XX em Porto Alegre. Em suma, ele era composto por trabalhadores de diversos ofícios que protagonizaram ações nos mais distintos espaços urbanos. Destas demonstrações públicas, pode-se destacar a variedade de trabalhadores, os quais se distinguiram através da etnia, da nacionalidade, da instrução-profissionalização e da afiliação nas *sociedades operárias*. Além disso, ocorreram a difusão, a recepção e as trocas culturais dotadas de propósitos peculiares. Neste sentido, havia a preocupação de inserir os trabalhadores através destas possibilidades. E ao que tudo indica, o cunho pedagógico dos eventos operários foram realizadas de forma consciente e intencional.

Em suma, esta pesquisa focou nas ações e peculiaridades dos materiais culturais produzidos e impressos pelos operários que militaram no movimento anarquista e socialista no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1905 e 1911. Recortou-se este período por considerá-lo importante para as novas organizações do trabalho. Com isso, houve um conjunto de elementos que criavam uma nova dinâmica para essas relações, tais como a abolição da escravidão (1888) e a inserção dos ex-escravos no mercado de trabalho. Contou-se ainda com o advento da República (1889) que mudou a ordem política administrativa do País. Somaram-se ainda as migrações em massa, sendo que estes imigrantes ocuparam tanto o espaço urbano quanto os ambientes rurais³. Por fim, também foram consideradas as agitações proporcionadas pelos anarquistas e socialistas neste estado, como a primeira greve geral de 1906 e a criação da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS). Em síntese, pontuou-se as considerações de Gomes (2005, p. 40)

No Brasil, a grande esperança da classe trabalhadora surgiu com o advento da República (1889) que, segundo o operariado organizado, trazia a igualdade dos direitos políticos e sociais. Dentro deste regime – de ordem e progresso –

²Loner (1999) enfatizou a existência de trocas de ideias e construções de uma identidade operária militante no Rio Grande do Sul.

³ Nesta dissertação, a figura do imigrante apareceu apenas no cenário urbano.

o trabalho não era mais sinal de atraso e infortúnio, como acontecia no período monárquico com a mão-de-obra escrava. O trabalho e aqueles que trabalhavam – o proletário – eram a força essencial da sociedade, seu elemento de prosperidade, riqueza e progresso.

Ao que cabe a história do movimento operário no Rio Grande do Sul, pode-se destacar as ações grevistas, o incentivo ao boicote a empresas e produtos e a sustentação das redes de solidariedade operária. Loner (2007) afirmou que o número de adeptos do movimento operário era significativamente limitado. Porém, mesmo considerando o número de militantes como pequeno, deve-se ressaltar que existia ação intensa por parte deles. Entretanto, pelo que se percebeu ao longo da atividade dos sindicatos e, principalmente, dos jornais, os militantes operários se dedicaram exaustivamente à produção de práticas culturais. Deste modo, foi necessário pensar no termo “cultura” no seu sentido mais amplo, o qual foi utilizado pelos antropólogos (HOBBSAWM, 2000, p. 267). Neste sentido, cultura foi tratada como um campo de discussão apto a dar ferramentas para a identificação da pluralidade de suas manifestações (BATALHA; SILVA; FORTES, 2004, p. 12).

Nestes jornais, utilizados como fontes, foi feito o mapeamento das produções culturais veiculados neles. Portanto, foram investigadas as ações, os espaços utilizados, os tipos de eventos organizados e as referências que eles possuíam. E enfim, os dados obtidos foram comparados com a bibliografia produzida sobre o movimento operário. Comisso, contribuiu-se para a compreensão referente as diversidades de projetos culturais presentes no mundo do trabalho. De tal modo, apoiou-se em Leal (1999, p. 21), que abordou a respeito da importância e o papel fundamental que a imprensa libertária desempenhou:

o papel de principal meio de comunicação entre os anarquistas, entre estes e as classes trabalhadoras e mesmo entre eles, as classes dominantes e a grande imprensa. A importância pode ser percebida, por exemplo, na quantidade dos jornais anarquistas publicados e nas suas tiragens. Estas últimas podem ser reveladoras da força da penetração das ideias libertárias entre os trabalhadores, uma vez que a publicação de um jornal, se não implica necessariamente a existência de leitores, ao menos revela uma expectativa de público proporcional ao número de exemplares rodados.

Desta forma, este estudo abrangeu os movimentos populacionais, ou seja, as migrações de pessoas. Com elas houve a circulação de textos e ideias que acabaram sendo difundidas nos locais pelos quais eles passaram (BILHÃO, 2008). Assim, observou-se a atuação dos sujeitos na construção e ocupação dos espaços sociais, principalmente os eventos e publicações que visavam à divulgação da cultura de classe nos jornais *A Luta* e *A Democracia*. E foi investigada a composição da plateia que teve acesso aos eventos anarquistas e socialistas, como também os tipos de obras que este público teria alcance através dos centros de leitura operários.

Neste ponto, tornou-se necessário problematizar as produções culturais quanto o seu potencial pedagógico, balanceando, dentro do possível, com o que seria material de denúncia, informação ou formação ideológica. Com este sentido, pensou-se no papel da literatura enquanto manifestação artística entre os editores dos periódicos supracitados. Por fim, estudar os elementos ideológicos apresentados pelos autores anarquistas e socialistas proporcionaria a possibilidade de analisar os projetos de sociedade apresentados e representados nos jornais.

Nos jornais consultados foram encontradas várias menções à classe social. Os produtores e os consumidores. Os que eram ativos e aqueles que eram ociosos. Nesta lógica, os primeiros garantiam as vantagens dos segundos através da sua força de trabalho. Os segundos eram aqueles que ficavam com o lucro, ou ainda, com o resultado do produto final da produção. Esta condição da sociedade baseava a divisão entre as classes. Porém, para não cair no senso anarquista e nem socialista da visão da classe, atentou-se a esta problemática proposta por Batalha (2006, p. 173):

São nesses processos que a classe como uma realidade histórica aparece, na medida em que os interesses coletivos se sobrepõem aos interesses individuais e corporativos. É então que podemos falar de formação de classe operária, não como o resultado mecânico da existência da indústria ou da abolição da escravidão, mas como um processo conflituoso, marcado por avanços e recuos, pelo fazer-se e pelo desfazer-se da classe, que surge na organização, na ação coletiva, em toda a manifestação que afirma seu caráter de classe.

Deste modo, ao longo do processo de formação das *sociedades operárias*, ficou perceptível que muitas organizações eram criadas, articuladas, desarticuladas e, enfim, reorganizadas. Muitas simplesmente deixavam de existir enquanto que outras se fundiam ou

eram remodeladas conforme os interesses dos trabalhadores. E conforme consideração de Claudio Batalha (2006, p. 180), o associativismo era “a resposta encontrada pelas classes trabalhadoras durante a Primeira República a um sistema que levava a sua exclusão social e política está em parte no mundo associativo criado. O associativismo, nesse período das classes trabalhadoras, em geral, e da classe operária, em particular, se expressa através de uma rede extremamente diversificada e rica de associações”.

Dentre as várias formas de associativismo existente, havia exemplos que primavam pela nacionalidade e não pelo ofício. E esta associação e até os jornais que serviram de fontes a esta dissertação, enfrentaram dificuldades de existência. Assim, levaram-se em conta as constatações de Adhemar da Silva Jr. (2004, p. 524) ao evidenciar que “as diferenças existentes entre grupos étnicos e classistas não eram suficientes para tomar as associações como fenômenos de tipo diferente, isto é, ainda era possível manter um estudo sobre as associações”. E complementa afirmando que “se a adesão ao socialismo é clara por parte de alguns militantes e entidades, em outras – notadamente as sociedades de socorros mútuos – o socialismo é um ideário que pretende influenciar as associações e seus membros” (p. 420-1).

No caso de Silva Jr., foram estudados os mutualismos no Rio Grande do Sul. E em Porto Alegre existiram sociedades de alemães e polacos que apareceram nos jornais *A Democracia* e *A Luta*. Estas associações mantinham contato direto com as sociedades de cunho classista. Ainda mais que a *Allgemeiner* possuía entre os seus integrantes algumas figuras socialistas e segundo as colocações de Adhemar da Silva Jr. (2004, p. 418-9):

Comparadas com o Arbeiterverein, nenhuma outra mutual socialista foi tão longa, mas houve as que existiram por alguns anos. A Liga Operária Internacional, de Porto Alegre, foi criada em 1895 e não era exatamente uma sociedade de socorros mútuos, embora seus estatutos definissem a criação interna de uma “Caixa de Socorros” contra doença, desemprego e pagamento de transporte em caso de migração. Os mesmos estatutos nada falam sobre “socialismo”, mas são muito estreitos os vínculos entre a Liga e o Partido Socialista de 1897, inclusive pela repetição dos mesmos nomes.

No mais, havia a diferenciação ideológica entre as lideranças que caracterizariam uma sociedade de outra. E de modo geral, a diferença dos socialistas em relação aos anarquistas se centrava nas ideias. Conforme Vianna (2011, p. 8),

O que caracterizou os socialistas e os diferenciava dos anarquistas era a ideia de um socialismo conquistado na legalidade, a importância que davam às lutas eleitorais, os apelos à compreensão e à caridade dos industriais para com os trabalhadores e muitas vezes a afirmação de não serem revolucionários. Ao constatar o reformismo dos primeiros socialistas, é preciso entender da dificuldade, sem base de classe, de consolidar uma organização revolucionária.

De fato, o socialismo percebia as *sociedades operárias* como uma espécie de etapa até a consolidação de partidos políticos. Entretanto, entre as tentativas de consolidar um partido, ocorreram disputas internas nas organizações operárias que demonstraram a bagagem de acúmulo intelectual e de experiência das lideranças destes grupos. Segundo Batalha (2006, p. 172), houve a seletividade que resultou na preferência e fortalecimento do anarquismo enquanto corrente política entre os trabalhadores organizados.

Entretanto, tanto o socialismo como o anarquismo eram doutrinas presentes nesse movimento operário. O que levou o anarquismo a suplantá-lo na preferência de muitos militantes operários deve-se menos às características do tipo de trabalhador que militava nesse movimento e muito mais às condições políticas do Brasil da Primeira República. Pois é difícil supor que um socialismo em grande parte voltado para a mudança através do processo eleitoral, que distingue o socialismo da Segunda Internacional, pudesse florescer em um quadro político em que o espaço para a participação eleitoral dos trabalhadores fosse tão limitado quanto o caso brasileiro. Entretanto, como veremos adiante, essa explicação está longe de ser satisfatória.

Portanto, as condições políticas interferiam na relação entre o trabalhador e o associativismo. Neste caso, existiam campanhas de alistamento eleitoral e o fomento de partidos operários. Em Porto Alegre, os trabalhadores tiveram a primeira liderança eleita apenas em 1912, e foi uma das figuras mais destacadas do movimento socialista da primeira década do século XX. O seu nome era Francisco Xavier da Costa, o qual foi proprietário e redator do jornal *A Democracia*, esteve na direção de algumas associações e se manteve engajado na FORGS, da sua criação até 1911. Porém, Xavier da Costa foi eleito de forma conjunta ao Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), com apoio e se aproximando dos republicanos.

Em Porto Alegre, os anarquistas se utilizaram das teorias sindicalistas de forma estratégica. E uma das questões centrais desta ideologia estava na busca por garantias de direitos sociais através da “capacidade de mobilização dos trabalhadores para garantir que os patrões mantivessem as conquistas obtidas em greves” (BATALHA, 2006, p. 179). Apesar de procurarem manter as ações grevistas e as propagandas ativas⁴, havia em seus estatutos a presença da neutralidade política. Deste modo, Samis (2013, p. 125) pontuou que este elemento somava a outros que estavam em debate desde o Primeiro Congresso Operário Brasileiro (1906):

la neutralidad sindical, el federalismo, la descentralización, el antimilitarismo, el antinacionalismo, la acción directa, la huelga general, etc., pasaron a formar parte de los principios de los sindicatos signatarios de las propuestas del “Primer Congreso Obrero Brasileiro”, nombre adoptado por la comisión de redacción de las deliberaciones finales del referido encuentro. El Congreso decidía también de la organización de los sindicatos por oficio, por industria o, en último caso, por oficios varios, aconsejando además, en las áreas rurales, una propaganda en el sentido de organizarse en sindicatos de resistencia⁵.

As diretrizes do Congresso inspiraram os anarquistas porto-alegrenses a criarem sindicatos e a procurarem manter contato com as colônias. Já os socialistas possuíam uma relação estreita com os trabalhadores de São Leopoldo, e estes últimos mantinham a atenção do jornal em vários espaços. A lógica da denúncia era a força matriz das publicações. Existiram várias menções a exploração e as necessidades do operariado das cidades interioranas do estado. E todas as pautas demonstravam os interesses econômicos da classe. Assim, conforme Samis (2013, p. 125-6):

muy probablemente por razones análogas a la adopción de ese modelo en otras partes del mundo, fue la capacidad y envergadura del programa que preveía la posibilidad de convivencia de “opiniones políticas y religiosas”, eligiendo el campo económico, por ser el más universal y de clara comprensión, como el de interés común de todos los obreros. Otro punto importante era el federalismo, que facultaba los sindicatos para tener

⁴ Em Batalha (2006), foi possível verificar a existência de ações destes cunhos que visavam fortalecer a união entre os trabalhadores e reforçar a identidade operária.

⁵ Tradução livre: “a neutralidade sindical, o federalismo, a descentralização, o antimilitarismo, o antinacionalismo, a ação direta, a greve geral, etc., passaram a fazer parte dos princípios dos sindicatos signatários das propostas do ‘Primeiro Congresso Operário Brasileiro’, nome adotado pela comissão de redação das deliberações finais do referido encontro. O Congresso decidia também pela organização dos sindicatos por ofício, por indústria ou, em último caso, por vários ofícios, aconselhando no mais, nas áreas rurais, uma propaganda no sentido de organizar-se em sindicatos de resistência”.

autonomía dentro de la federación y, a su vez, de la federación frente a la confederación⁶.

De fato, os anarquistas defendiam a organização operária. Mas convém afirmar que a sua relação interna e externa não poderia se basear na autoridade. Na verdade, as associações eram encaradas como exercícios da autogestão. E a divisão por interesses foi o mais apropriado para unir os trabalhadores em causas comuns. Deste modo, Samis (2013, p. 126) ponderou:

la huelga general o parcial, el boicot, el sabotaje, la vinculación del 1º de mayo a la revolución, etc., promovían, como querían algunos sindicalistas anarquistas, la “gimnasia revolucionaria” que prepararía al proletariado para la verdadera lucha, para la Revolución Social. Esperaban los anarquistas que en la acción concreta, la solidaridad y la observación empírica de las contradicciones entre capital y trabajo, evidenciadas en las confrontaciones, se encontrara la gran lección que iban a aprender los trabajadores. Esa era la garantía, según ellos, de la adquisición de principios ideológicos, no por la prédica retórica o manual, separados de las experiencias sensibles, sino por la práctica de la acción cotidiana y revolucionaria de las masas⁷.

A ação cotidiana era percebida através das reuniões e dos discursos direcionados aos operários. Desta maneira, a intenção das lideranças era de (re)moldar a moral dos trabalhadores no sentido de grafar a lógica libertária em suas concepções de mundo. As ações propostas não eram necessariamente seguidas. Neste sentido, as tentativas de boicotes não foram mencionadas como vencedoras. Assim, algumas recomendações acabavam sendo melhores recebidas do que outras. E o destaque vai para o 1º de Maio. A grande referência e a disputa pela reivindicação da melhor caracterização dos rituais que envolviam a data foram impressas em debates acirrados entre os anarquistas e os socialistas. Entre estes grupos existiam diferenças ideológicas e objetivas. E esta

⁶ Tradução livre: “muito provavelmente por razões análogas a da adoção deste modelo em outras partes do mundo, foi a capacidade e envergadura do programa que previa a possibilidade de convivência de ‘opiniões políticas e religiosas’, elegendo o campo econômico, por ser o mais universal e de clara compreensão, como o de interesse comum de todos os operários. Outro ponto importante era o federalismo, que facultava os sindicatos para terem autonomia dentro da federação e, pela sua vez, da federação frente à confederação”.

⁷ Tradução livre: “a greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, a vinculação do 1º de maio a revolução, etc., promoviam, como queriam alguns sindicalistas anarquistas, a ‘ginástica revolucionária’ que prepararia o proletariado para a verdadeira luta, para a Revolução Social. Esperavam os anarquistas que na ação concreta, a solidariedade e a observação empírica das contradições entre capital e trabalho, evidenciadas nas confrontações, se encontraria a grande lição que iam aprender os trabalhadores. Essa era a garantia, segundo eles, da aquisição de princípios ideológicos, não pela prédica retórica manual, separados das experiências sensíveis, senão pela prática da ação cotidiana e revolucionária das massas”.

situação levou ao agendamento de pelo menos dois eventos que marcavam a data. Cada qual com os seus ritos. Cada grupo com as suas convicções.

O exercício da paralização laboral não se resumia ao 1º de Maio⁸. Mas era neste dia que os trabalhadores refletiam sobre o seu papel no mundo. Indo para além da reflexão, os anarquistas pretendiam instruir o proletariado sobre o seu potencial revolucionário. Enquanto isso, os socialistas ressaltavam a importância da luta reformista e eleitoral. Havia, portanto, muitos grupos organizados que objetivavam melhorar as condições dos trabalhadores. Alguns percebiam na via beneficente a melhor alternativa. Outros prestavam auxílios e negociavam melhorias graduais no salário e nas condições de trabalho através do mutualismo. Enquanto isso, existiam os anarquistas que propunham um modelo organizacional diferenciado: o sindicato. Destarte, Samis (2013, p. 143) esboçou uma síntese do panorama histórico das associações operárias sul-rio-grandenses:

El caso de Rio Grande do Sul es bastante dilucidador de tal afirmación, teniendo en cuenta que este estado había presentado un vigoroso movimiento obrero y, en particular, anarquista. A fines del siglo XIX, en la ciudad de Porto Alegre, y otras como Pelotas y Rio Grande, la prensa daba cuenta de las primeras organizaciones de carácter proletario. Aún muy marcadas por la influencia mutualista y, posteriormente, socialista, estas manifestaciones no siempre definieron claramente su opción clasista⁹.

Pois bem, o fato foi que muitas vezes os anarquistas e socialistas dialogaram com as práticas mutualistas. Entretanto, apesar de aceitarem e realizarem atividades ligadas ao mutualismo, isso não quis dizer que eles não fossem críticos a esta forma de organização. Para Adhemar da Silva Jr. (2004, p. 409-410), existiu o convívio entre os tipos de associativismos distintos. Segundo o autor,

foi possível verificar que não é apenas o socialismo que se desenvolve em meio às sociedades de socorros mútuos, mas é difícil colocá-lo apenas como mais um ideário, pois o fato de serem associações que lidam com questões do

⁸ Bilhão (2009) concluiu que o 1º de Maio foi o momento mais importante para difundir os ideais, as demandas e a organização operária.

⁹ Tradução livre: “o caso do Rio Grande do Sul é bastante elucidador de tal afirmação, tendo em conta que este estado havia presenciado um vigoroso movimento operário e, em particular, anarquista. Nos fins do século XIX, na cidade de Porto Alegre, e outras como Pelotas e Rio Grande, a imprensa dava conta das primeiras organizações de caráter proletário. Algumas muito marcadas pela influência mutualista e, posteriormente, socialista, estas manifestações nem sempre definiram claramente a sua opção classista”.

mundo do trabalho fez com que tinta corresse – e energia fosse eventualmente despendida – no debate sobre a possibilidade de incorporá-las a alguma plataforma socialista. Isso não foi casual, porque as sociedades de socorros mútuos, se não foram contemporâneas, antecederam cronologicamente a criação de associações de tipo sindical e grupos socialistas – fossem estatistas, sobretudo os de orientação marxista, fossem anti-estatistas, de tradição anarquista.

Já quanto o conceito de socialistas para o grupo porto-alegrense, soube-se que ele tomou conotações “elásticas”. Desta maneira, “os socialistas no Brasil e no Rio Grande do Sul não podem ser considerados adeptos da ‘planta exótica’ e, tampouco, pensadores exclusivamente ‘nacionais’” (p. 416). Silva Jr. então se baseou em Claudio Batalha (1995, p. 11), quando ele afirmou que nos critérios daquele tempo eles (socialistas) seriam enquadrados como tais, o que não ocorreria nos tempos de hoje. Em suma, na primeira década do século XX o socialismo era a força hegemônica no movimento operário porto-alegrense. Esta lógica seguiu a ideia apresentada por Samis (2013, p. 144), que dizia: “pese a haber sido el socialismo la tendencia dominante en los primeros años de la organización de los obreros en el Estado, el anarquismo fue, sin duda, la corriente ideológica más radical en la definición del perfil asumido en las primeras décadas del siglo XX por las asociaciones de trabajadores”¹⁰.

Apesar da relevância dada aos escritos de Samis (2013, p. 144) nesta introdução, fez-se uma crítica quando ele escreveu que a FORGS era “de tendência sindicalista revolucionária” no período de 1906. Na verdade, de 1906 a 1911 foram os socialistas que tiveram a direção em seu poder. E as pautas deste grupo não poderiam ser consideradas como sindicalista revolucionário.

Quanto à atuação libertária, foi importante percebê-la de forma intensa. Na realidade, os anarquistas estavam comprometidos com um projeto revolucionário que visava transformar as relações sociais desde a moral individual até as suas estruturas hierárquicas. Desejavam aniquilar o Estado e criar alternativas para a democracia representativa. E enquanto sujeito-militante, Schons (2006, p. 111) considerou que o

anarquista busca a liberdade individual, privilegia o bem-estar, a justiça, a igualdade entre os homens, quando ocupa o lugar de porta-voz e ou de

¹⁰ Tradução livre: “pesa haver sido o socialismo a tendência dominante nos primeiros anos da organização dos operários no Estado, o anarquismo foi, sem dúvida, a corrente ideológica mais radical na definição do perfil assumido nas primeiras décadas do século XX pelas associações dos trabalhadores”.

articulador, e fala no/do lugar do proletariado, dos fracos, dos oprimidos e dos dominados, não só expressa condição de revolta contra a hegemonia estatal, contra a representatividade política, como também legitima um lugar no interior do grupo ou na esfera pública, na/pela prática política revolucionária.

A prática poderia ser percebida como a criação/fomentação do associativismo. A criação de jornais, propostas de boicotagem, ações grevistas e intermediação entre os trabalhadores e os patrões alavancavam o prestígio da sociedade e do militante. Percebendo então que as *sociedades operárias* agiam com intenções e tinham interações com as ideologias aqui estudadas, identificou-se a necessidade de verificar os conteúdos dos textos literários produzidos pelos libertários e pelos socialistas.

Neste sentido, foram encontrados valores simbólicos na literatura anarquista e socialista. A luta de classes, a exploração e a pobreza davam o enredo de uma tragédia. O frio e os acidentes de trabalho amarravam o drama à trama experimentada e temida pelos trabalhadores. Deste modo, os redatores rearticulavam os valores existentes e os permeavam com os seus. Portanto, construíam imagens de diferentes agentes sociais, conforme Baczko (1985, p. 310), o “imaginário social e as representações traduzem as lutas de poder pelo domínio simbólico”. Em outras palavras, era necessário utilizar o jornal e as organizações da classe como ferramentas de luta. E era através do jornal e do seu poder de alcance que colaborariam para legitimar e justificar a presença desta militância em tais associações.

Assim, as principais fontes desta pesquisa foram os jornais *A Luta* e o *A Democracia*. Como pontuou Capelato (1988, p. 13), “o periódico, antes considerado fonte suspeita e de pouca importância, já é reconhecido como material de pesquisa valioso para o estudo de uma época”. Além do mais, “a sua existência é fruto de determinadas práticas sociais de uma época”. Portanto, devia-se considerar que “a imprensa age no presente e também no futuro, pois seus produtores engendram imagens da sociedade que serão reproduzidas em outras épocas” (p. 24-25). Destarte, os jornais serviam como legados históricos. Simbolizavam uma espécie de diário da sociedade, e neste caso em específico, principalmente dos trabalhadores porto-alegrenses.

No sentido da observação do poder do jornal, Orlandi (1990, p. 35) escreveu: “a partir dos jornais, desenvolve-se a construção de um discurso histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos”. Este potencial estava

intrinsecamente relacionada com as ações de escrever, verificar as informações, confeccionar e distribuir o jornal. Entre os jornais aqui estudados havia a falta de recursos econômicos por lado e pelo outro a baixa participação dos trabalhadores nestes órgãos. Mesmo assim, manteve-se a preocupação na verificação da circulação, do contexto e os possíveis leitores daqueles jornais (ELMIR, 1995).

A linguagem que eles utilizavam produzia e veiculava reflexões próprias, inspiradas na sua época. Os valores morais e comportamentais, as classificações e as justificativas para a sua existência foram fenômenos que apenas uma leitura intensiva possibilitou reconhecer. Então, esta dissertação fala de intenções. Destarte, os anarquistas e socialistas, enquanto militantes, foram quantitativamente limitados, mas as suas colaborações fortaleceram a experiência do movimento operário sul-rio-grandense. Os seus projetos não revolucionaram a sociedade, mas demonstraram o nível de leituras e as suas intenções reais para o futuro. As suas posturas demonstravam as suas posições nas relações de classe (SCHONS, 2006).

Então, encaminhando-se para a parte final desta introdução, pontuou-se que foi uma notícia informando algumas conferências de Sebastian Faure, em Paris, em 1909, que motivou a divisão dos capítulos que fazem referências aos anarquistas e aos socialistas. No caso, a Revolução social, segundo Faure, deveria ser “de ventres, de corações e de consciências: econômica, moral e intelectual” (A LUTA, 2 de abril de 1909, p. 2). Deste modo, esta dissertação se preocupou com as condições materiais (econômicas), com escritos referentes à moralidade da época e das produções escritas e educacionais que o associativismo anarquista e socialista experimentou.

O contexto histórico destas investidas ao associativismo estava atrelado as posições da Associação Internacional do Trabalho (AIT). Segundo Coggiola (2011, p. 169):

O Manifesto Inaugural da AIT, redigido por Marx, afirmava: “A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores; os esforços dos trabalhadores para conquistar sua emancipação não devem tender a constituir novos privilégios, mas a estabelecer para todos os mesmos direitos e os mesmos deveres; a submissão e a dependência do trabalhador ao capital é a fonte de toda servidão: política, moral e material; por essa razão, a emancipação econômica dos trabalhadores é o grande propósito ao qual deve se subordinar todo movimento político; todos os esforços realizados até hoje fracassaram pela falta de solidariedade entre os operários das diversas

profissões em cada país, e de uma união fraternal entre os trabalhadores das diversas regiões; a emancipação dos trabalhadores não é um problema simplesmente local ou nacional, mas que interessa a todas as nações civilizadas, sendo necessariamente subordinada a solução do problema ao seu concurso teórico e prático; o movimento que se desenvolve entre os operários dos países mais industriais, fazendo nascer novas esperanças, dá uma solene advertência de não o cair em velhos erros, e aconselha combinar todos os esforços ainda isolados...”.

Deste modo, em Porto Alegre existiram tentativas de emancipação proletária protagonizadas pelos próprios trabalhadores. A luta das associações anarquistas e socialistas visava adquirir melhorias econômicas e dar instrução aos operários. Do seu modo, anarquistas e socialistas objetivaram conscientizar a classe operária a respeito de seu papel social. De maneira específica, os socialistas almejavam levar os trabalhadores organizados para dentro de um partido classista, enquanto que os anarquistas percebiam o associativismo (leia-se sindicato) como o meio mais eficaz da prática da ação direta e da autogestão.

As rivalidades internacionais que envolviam os anarquistas e os socialistas não foram percebidas nas fontes de forma enfática. As rivalidades que tiveram maior atenção e repercussão foram as locais¹¹. E o ponto culminante foi motivado pelo fim da greve de 1906¹². Mas apesar das diferenças, existiram pautas comuns entre eles. E uma delas era a percepção em relação a divisão de classes. Ambos os grupos consideravam a existência dos produtores e dos consumidores¹³, ou seja, daqueles que trabalhavam e daqueles que se apropriavam apenas do seu resultado. Então, desta realidade havia o apelo para uma distribuição mais justa da riqueza social. As diferenças de método para alcançar este objetivo foram determinantes para acentuar a rivalidade.

¹¹ Pensou-se conforme a proposta de Isabel Bilhão (1999, p. 12) sobre a “característica das situações de disputa no interior do movimento” operário. Assim, apesar do discurso militante que pregava a solidariedade acima de tudo, havia, entre os grupos diferentes, sentimentos e posições contrárias que poderiam ser até próximas, mas que acabavam sofrendo a intervenção de atritos e disputas objetivas.

¹² Segundo Benito Schmidt (2005, p. 79), esta greve “foi a maior manifestação pública do operariado até então ocorrida no Rio Grande do Sul, marcando a visibilidade da classe diante do patronato, dos poderes públicos e da sociedade em geral, em uma cidade onde avançavam a industrialização e as relações capitalistas de produção”. Ela estabeleceu um novo tipo de relações sociais entre o patronato e os trabalhadores. Deste modo, se os operários se articularam de forma conjunta para conquistarem as suas demandas, os empresários, “frente à mobilização de seus empregados, viram-se obrigados a organizarem-se e tomarem medidas comuns”. E entre os anarquistas e socialistas houve o acúmulo de experiências e o acirramento das rivalidades.

¹³ Nas fontes foi perceptível que o conceito de consumidor era utilizado para designar aqueles que apenas aproveitavam das benesses dos produtos produzidos pelos trabalhadores.

Porém, tanto os anarquistas quanto os socialistas consideraram que as práticas deviam ser compreendidas em relação a um conjunto de fatores, sendo eles de ordem multideterminada, tais como a posição social dos sujeitos. Estas relações interfeririam na forma que os eventos seriam realizados. Além da forma, o horário, o dia e o tempo de duração também respeitariam estas condições.

Ao pensar na atuação destes militantes como multideterminada, tem-se a ideia de que existiam preocupações em relação às reivindicações do tipo econômico, social e cultural por parte deles. Pois bem, refletiram-se nas possibilidades que as agremiações, as associações e os sindicatos foram os órgãos de representação dos interesses de classe. A difusão de uma concepção de eventos era publicada na imprensa e reforçada as organizações operárias com o intuito de mostrar os ritos e os assuntos permitidos a serem tratados.

A partir destes pressupostos, tornou-se importante analisar os elementos que formaram a intencionalidade dos seus conteúdos. Assim, observou-se a “ação nos círculos, nos grupos e na imprensa” e como elas “canalizavam e instrumentavam o núcleo de difusão e de propaganda” (SURIANO, 2001, p. 37) culturais.

Desta maneira, o objetivo geral é estudar as práticas e os conteúdos das produções culturais dos anarquistas e socialistas no Rio Grande do Sul. Assim, as influências e o espaço que ocuparam; Quanto aos objetivos específicos, foram delimitados da seguinte forma: 1) Verificar a existência de um calendário de eventos e os ritos de realização; 2) Averiguar os conteúdos ressignificados e revalorizados difundidos nestas práticas e nas suas publicações; 3) Perceber os elos que unem a teoria e prática dentro de um campo de distinção entre a cultura associativa, as produções impressas e os eventos protagonizados.

Quanto à distribuição dos capítulos, eles ocorreram da seguinte maneira: 1) um estudo sobre o cotidiano e as condições materiais da sociedade porto-alegrense; 2) cultura associativa: anarquismo na teoria e na prática; 3) cultura associativa: socialismo na teoria e na prática. Nestes capítulos as ideias gerais e específicas foram verificadas de acordo com cada especificidade do contexto. Visou-se perceber as relações que a produção cultural manteve com os valores daquela sociedade.

Deste modo, no primeiro capítulo houve a distribuição de três subcapítulos que ajudaram a difundir melhor os conteúdos, e foram eles: 1) das condições materiais, 2) do trabalho ao lar, 3) organizar, proteger e lutar. Neste momento foram discutidas as

condições de trabalho, residência e de modo geral, as *sociedades operárias* existentes. Procurou-se analisar as publicações dos jornais *A Luta* e do *A Democracia* cruzando as informações com as produções bibliográficas que se detiveram no período. O foco manteve-se na percepção da realidade como objeto que seria problematizado na literatura e nos eventos dos anarquistas e dos socialistas. Deste modo, a relação deste primeiro capítulo foi determinante para as indagações aos contos, poesias e dramas presentes nos capítulos posteriores.

Enquanto que no segundo capítulo existiu a produção de cinco divisões capazes de abordar a cultura, a prática e o associativismo libertário. Neste caso, foram eles: 1) anarquismo na teoria e na prática associativa, 2) eventos práticos, 3) produção intelectual e, 4) educação. Esta distribuição mais criteriosa colaborou para o trabalho com a fonte. Tanto o jornal *A Democracia* quanto *A Luta* foram verificados procurando perceber as linhas, as entrelinhas e as suas relações com a sociedade. Com isso, mesmo que o foco estivesse reduzido ao jornal *A Luta* (principal fonte deste capítulo), não foi descartada as críticas externas a fonte.

A teoria e a prática anarquista em Porto Alegre mantiveram algumas peculiaridades em relação a outras localidades. Por este motivo foi que houve a preferência de debater qual anarquismo estávamos falando. Se este foi o primeiro ponto abordado no capítulo, o segundo envolveu o associativismo protagonizado por eles. Assim, os textos teóricos que norteavam a produção literária foram debatidos enquanto ferramentas que conduziam o método da observação social que eles realizavam. Mas a sequência da pesquisa demonstrou a necessidade de ser criada e tratada melhor a produção intelectual deles. Então, a ênfase recaiu sobre as atividades ligadas às sociedades de resistência que eles publicaram no seu periódico. Deste modo, os dias, os horários e os locais foram mapeados. O objetivo era o de encontrar os momentos livres dos trabalhadores utilizados para discutir as necessidades da classe. Já quanto ao quarto e quinto pontos, teve-se a preocupação com os escritos, o teatro e a instrumentalização de uma escola. A produção intelectual tão acentuada sofreu uma série de escolhas, não sendo estudadas todas que eles publicaram. Aqui, os conteúdos foram verificados no sentido de perceber os elementos que ligavam a vida do trabalhador com o potencial pedagógico que aqueles textos possuíam. A educação recebeu atenção em especial por ter sido criada a *Escola Eliseu Récluse* em 1906. E a concepção anarquista que fazia referência a ela

oportunizou a criação de um debate a respeito do seu papel na emancipação do proletariado.

No terceiro e último capítulo, houve a seguinte distribuição: 1) circularidade e influência socialista no interior, 2) peculiaridades das associações operárias socialistas, 3) produção intelectual, subdividido em mais dois subitens: teórico, contos e poesias. Além do caráter instrumental que a divisão permitiu, percebeu-se que a mobilidade de pessoas e a circulação de ideias foram influenciadores da criação literária dos socialistas e das estratégias empregadas no associativismo. Destarte, focou-se no segundo momento na observação das *sociedades operárias* que sofreram as suas influências. O objetivo deste estudo foi o de identificar os elementos que compunham o seu modo de “ver a realidade”. E, por último, ficou a literatura socialista, a qual não foi publicada de forma tão intensa quando comparada a anarquista, mas que continha muita simbologia em seus conteúdos. O teor discursivo daquelas produções foi estudado com o objetivo de encontrar as suas singularidades e as apropriações de outras literaturas.

Em linhas gerais, esta dissertação manteve a pretensão de discutir a cultura. A utilização deste conceito serviu para demarcar um campo de discussão. A proposta foi o de colaborar com os estudos da história do trabalho que se preocuparam na verificação da construção de ritos e práticas peculiares. Com isso, a produção letrada também foi investigada colaborando para a compreensão deste campo. A sua lógica, a elaboração e o aproveitamento de termos utilizados em outras literaturas demonstraram que os anarquistas e socialistas não estavam em “ilhas” sociais. Os indícios apontaram que eles assimilavam e se apropriavam. Neste sentido, havia a revalorização e ressignificação dos elementos textuais e das práticas difundidas por eles. Então, será neste sentido que passaremos para os capítulos desta dissertação.

1. UM ESTUDO SOBRE O COTIDIANO E AS CONDIÇÕES MATERIAIS DA SOCIEDADE PORTO-ALEGRENSE

Proletários de todo o mundo – uni-vos! – “Todos por um e um por todos!”¹⁴.

O primeiro capítulo buscou investigar as condições materiais para a participação, filiação e sociabilização entre os trabalhadores porto-alegrenses. Para isso, passou-se a verificar brevemente as condições econômicas destas pessoas. Assim, contrastou-se com as possibilidades de que as agremiações, associações e sindicatos dispunham para os seus integrantes. Com isso, procurou-se observar a existência, ou não, de tempo livre hábil para as atividades de sociabilidade, lazer e formação ideológica. Isso tudo sem esquecer que a identidade e a cultura de classe estão profundamente enraizadas no local de trabalho.

O associativismo serviu para prestar serviços de solidariedade. Era através destas organizações que muitas reivindicações salariais, de jornada de trabalho e de condições de trabalho foram realizadas. A ideia era a de atribuir o sentido de coletividade a pedidos individuais. Então, em nome da categoria foram protocolados os pedidos junto aos patrões. Desta maneira, se por um lado a associação auxiliava a vida dos trabalhadores, do outro, ela deveria atentar aos valores das mensalidades cobrados. Deste modo, o reconhecimento do público era imprescindível para a existência de qualquer associação de classe.

Na imprensa, o problema das habitações operárias eram percebidas como problemas graves, denunciando a falta de higiene e de condições básicas, tais como um bom aparato para proteger os trabalhadores do frio. Então, quando os dirigentes apontavam a necessidade das melhorias salariais, elas, necessariamente, cruzavam com a preocupação de adquirir vantagens para o lar. A habitação estava intimamente relacionada às condições econômicas. Naquele período, o local de moradia significava a posição na cidade, frente à fábrica, e aos eventos das sociedades operárias.

O cientificismo e a necessidade da instrução eram debatidos entre os trabalhadores organizados. Na verdade, foram os operários especializados e letrados que escreveram nos jornais e nortearam as diretrizes das associações. A compreensão

¹⁴Epígrafe do jornal *A Democracia*.

existente de que a instrução intelectual salvaria a moral era evidente enquanto se lia as fontes. Este poderia ser considerado um fator primordial para a emancipação proletária. Mas outro ponto pesou na balança da necessidade educacional, no caso, a especialização e as melhorias salariais foi baluartes que fizeram os trabalhadores protagonizarem este tipo de iniciativas. A ausência de instrução tornar-se-ia sinônimo de atraso e de submissão às ideias religiosas. Este “obscurantismo” afetava diretamente a moralidade dos trabalhadores e os deixavam submissos a explicações sociais que justificavam a exploração e a privatização das riquezas sociais.

Do conhecimento da realidade experimentada, foi realizada a verificação dos aportes teóricos que os anarquistas e os socialistas difundiram em seus jornais. Após esta apreciação, nos capítulos seguintes, foram realizadas as apresentações das suas considerações a respeito do associativismo, as suas produções intelectuais e os eventos práticos. A importância deste capítulo se baseia na percepção de que seria necessário conhecer a visão de realidade que eles apresentavam, para que assim, posteriormente seja possível identificar a influência que as leituras de mundo obtinham nas suas produções. Deste modo, poderiam ser estudadas as formas de relações que envolviam a ideologia e a cultura de classe, propriamente ditas.

Neste capítulo, quando se falou de operários organizados, foi referenciado exclusivamente o caso dos anarquistas e dos socialistas. Estes militantes tomaram “para si” o fardo de conscientizar e organizar o proletariado. E, através de seus ideais, visaram aniquilar as desigualdades propondo um novo modelo de sociedade.

A maneira destes grupos se protegerem, resistirem e criarem alternativas foi diversa. Alguns se associaram e defenderam os trabalhadores de determinados ofícios. Outros percebiam a necessidade de unir os trabalhadores, em geral, nas sociedades de resistência. Entretanto, todos possuíam o intuito de melhorar as condições de vida dos operários. Assim, mesmo que, em muitos casos, existissem nomenclaturas distintas entre as associações de classe, havia entre eles muitos objetivos comuns.

Poderiam ser citados muito exemplos, porém, segue-se, neste sentido, a proposição de uma cultura associativa, tal como Batalha (2004, p. 97) abordou. Deste modo, percebeu-se que a partir:

Da linguagem do movimento operário, de suas visões de mundo é possível distinguir um projeto cultural. Essa linguagem se exprime tanto através da produção escrita, como por meio das práticas rituais que formam a cultura associativa. Cultura que se situa em uma relação dialética de atração e de repulsão com relação à cultura dominante, mas também com relação à cultura popular ou às culturas populares¹⁵.

Deste modo, tendeu-se a perceber as culturas anarquista e socialista dentro de um contexto social, onde havia inte(g)ração entre as diversas manifestações culturais existentes. Assim, como Suriano (2001) destacou não ser possível pensar nas manifestações culturais de anarquistas e socialistas de forma isolada, sem percebê-las através das transformações “de fora” do sindicato. Logo, foi possível perceber que existiam vários elementos que influenciariam os trabalhadores a escolherem entre as sociedades de tendência anarquista ou socialista. A perspectiva deste capítulo será o de identificar os elementos objetivos e os subjetivos¹⁶ como influenciadores diretos para a visão de mundo daqueles sujeitos.

Portanto, este capítulo esboçará algumas reflexões para além do contexto, onde apareceram os delimitadores de tempo, dinheiro e acesso aos sindicatos. Neste sentido, verificou-se a forma como a realidade daquela sociedade era apresentada nos jornais *A Luta* e *A Democracia*. Entretanto, aqui houve a preocupação de superar uma leitura de “sentido puramente descritivo de cultura praticada pelo operariado”, preocupando-se com as “condições de moradia e de trabalho”(BATALHA, 2004, p. 97). Procurou-se então, problematizar estes elementos com o fim de perceber quais os impactos desta realidade na produção escrita destes militantes.

1.1 DAS CONDIÇÕES MATERIAIS E ECONÔMICAS

As instituições que possuíam a ambição de realizar os eventos para os operários, tinham, necessariamente, saber trabalhar com o perfil do público que pretendiam como “seu”. Logo, imaginou-se que em Porto Alegre, os valores cobrados das mensalidades

¹⁵ Grifo nosso.

¹⁶ Os fatores objetivos e subjetivos foram definidos como influenciadores/motivadores para determinadas escolhas dos trabalhadores. Como fatores objetivos foram percebidos aqueles que visavam melhorar a vida dos trabalhadores, ou seja, a luta pelo aumento de salário, a diminuição da jornada de trabalho. Estas conquistas aumentavam o prestígio das associações fazendo com que o seu público potencial aumentasse. O fator subjetivo adquire valor próprio conforme a situação histórica, ou seja, a realidade particular a cada espaço geográfico e temporal. Neste sentido, o capítulo vai examinando a sociedade porto-alegrense procurando identificar os fatores que determinam a estrutura/conjuntura e os seus elementos mediadores.

eram modestos para a classe trabalhadora se comparados com os clubes recreativos que almejavam a burguesia da cidade. A associação operária deveria ser consciente das condições materiais do seu público e assim regularia os valores a serem cobrados por eventos ou filiação.

As organizações operárias estavam inseridas no contexto econômico da República. Elas ilustravam uma população que vivia com rendimentos baixos e com necessidades de aumentos salariais para dar conta das obrigações básicas. Dentro desta reflexão ficou identificável que “a questão salarial relacionava-se com a alardeada alta do custo de vida” (PESAVENTO, 1998, p. 46). Este período inflacionário estava atrelado às políticas econômicas do governo federal, onde se destacou a política encilhamentista¹⁷, de 1891 a 1894.

Durante o contexto, foi perceptível para Pesavento (1998, p. 52) que:

Em termos de despesas mensais, para 1893 apontava-se 90\$100 para três pessoas adultas; em 1898, 125\$000, sem especificação do número de membros, mas era aludido o “leite das crianças”; enquanto que, para 1907, as despesas de 5 ou 6 pessoas (entendido marido, mulher e crianças) atingiram 135\$000. Torna-se difícil comparar exatamente dados desiguais. Entende-se ainda que deve-se sempre desconfiar da falsa segurança dos números e que todo indicativo desta ordem representa apenas uma parcela da realidade, que deve ser analisada no seu conjunto mais amplo com outros dados.

A mesma ponderação sobre a desconfiança dos dados foi levantada por Nauber da Silva (2010, p. 92). Este autor afirmou que os valores dos produtos poderiam ser verificados através das “folhas populares ou das notícias sobre o aumento de preços nos jornais da chamada grande imprensa; na falta desses, as tabelas de preços da intendência e documentos da exportação do Estado”.

¹⁷A crise teve vários fatores, dentre eles o aproveitamento de auxílios que muitos cafeicultores da região do Vale Paraíba obtiveram ao buscar uma “indenização”, “alegando que, com a perda de escravos as bases econômicas dessa região foram extremamente prejudicadas” (CROCE, 2013, p. 57). Neste sentido, os banqueiros surgiram como financiadores do governo. Através de empréstimos e emissões de notas foram disponibilizados créditos facilitados para a classe agrária. O retorno dos banqueiros foi o pagamento de dívidas de muitos cafeicultores para com eles. Outro fator pertinente de ser frisado foi o movimento especulativo na economia. Neste contexto, houve “a abertura de vários bancos”, o que “aumentou o crédito acima do que a situação comportava, desorganizando a economia e propiciando a especulação” (p. 63). E a duração do Encilhamento pôde ser resumido assim: “apesar de inserir na economia brasileira momentos de inovações, euforia e crise teve duração efêmera. Surgiu em 1889, com a criação do *Auxílio à Lavoura*, e teve seu fim com a *Crise Bancária de 1900*” (p. 65) liquidando o Encilhamento.

Enquanto isso, o Rio Grande do Sul, neste período, segundo Marcon e Vasconcellos (2000, p. 32) havia: “entre 1900 e 1904, praticamente dobrou o número de fábricas” no estado. Além do que, “dois terços dos estabelecimentos industriais existentes no Estado em 1919 foram fundados entre 1910 e 1919”. Vale ressaltar que o crescimento do investimento na indústria foi um fenômeno que movimentou os capitalistas do Brasil inteiro.

O perfil da indústria gaúcha era o de produzir, principalmente, artigos para o mercado regional e nacional. Além disso, os proprietários de terras e fábricas exerciam forte influência política. Portanto, as mudanças políticas estavam relacionadas às transformações econômicas instauradas pelos detentores do capital.

A dominação política desenvolveu uma forma de gestão posteriormente denominada de oligarquia¹⁸. Esses nichos políticos comandavam o governo desde as pequenas localidades até o cenário nacional. E, em todo o Brasil, os interesses econômicos e as posições políticas modificavam os investimentos públicos. Além do mais, na década de 1890 ocorreu uma crise econômica no Brasil, a qual foi motivada pelo excesso de emissões monetárias no período (FAUSTO, 1989).

A respeito das indústrias foi necessário grifar que “quantitativamente, a estrutura da indústria se caracteriza pela pequena empresa, de mínima capitalização e base técnica artesanal” (FAUSTO, 1986, p. 105). Já a respeito da apropriação da riqueza social da produção, tornou-se pertinente pontuar que “a separação entre o trabalhador e o produto de seu trabalho só se concretiza de fato no momento da apropriação e nem mesmo está ainda inteiramente realizado o corte entre o operário e os instrumentos de produção” (p. 106), ou seja, muitos operários eram donos de seu material, carregando-os de casa para a oficina e reivindicando-os quando se dava o rompimento do contrato de trabalho dele com a fábrica que trabalhava¹⁹.

¹⁸ Pensou-se no conceito de oligarquia no sentido de que ela “não designa tanto esta ou aquela instituição, não indica uma forma específica de Governo, mas se limita a chamar a nossa atenção para o fato puro e simples de que o poder supremo está nas mãos de um restrito grupo de pessoas propensamente fechado, ligadas entre si por vínculos de sangue, de interesse ou outros, e que gozam de privilégios particulares, servindo-se de todos os meios que o poder pôs ao seu alcance para os conservar” (BOBBIO, 1998, p. 835). E, problematizou-se a relação destes trabalhadores como opositores ao grupo que estava no poder, pois tinha-se que se considerar que eles, enquanto “dirigentes têm interesse em manter o *status quo*, ao passo que os aderentes querem mudanças” (BOUDON, BESNARD, MOHAMED, et. al., 1990, p. 179). Deste modo, quando se olhou para o governo, pensou-se nesta relação de poder.

¹⁹ O exemplo máximo ocorreu na greve de 1906, quando “um grupo de grevistas tentou retirar suas ferramentas da oficina, mas o patrão negou-se a entregá-las” (SCHIMIDT, 2005, p. 20). Neste exemplo,

Nesta nova fase histórica a autonomia estadual possibilitava a aquisição de empréstimos externos e a negociarem os investimentos em seus territórios. Ainda surgiriam alguns setores de capital internacional que se instalariam no Brasil. Para citar alguns por exemplos: as filiais de bancos, companhias de trens e frigoríficos no Rio Grande do Sul.

A todos estes fatores acrescenta-se um último que vem agravar fortemente as dificuldades: é a ação perturbadora da finança internacional que procura se imiscuir e penetrar cada vez mais profundamente na vida econômica do país. O momento lhe era favorável, pois as dificuldades políticas e financeiras do governo abriam-lhe caminho para junto dele e lhe proporcionavam posições seguras. Forçará, entre outros expedientes, empréstimos e compromissos onerosos; o desequilíbrio financeiro, tanto interno como das contas internacionais, dará ampla margem para especulação. O jogo de câmbio, em particular, será fácil e largamente proveitoso (PRADO JR., 1976, p. 221).

Deste modo, os interesses dos capitalistas internacionais se faziam sentir no território nacional, assim como no Rio Grande do Sul. E as condições de vida dos trabalhadores porto-alegrenses se alteravam à medida que estas influências modificavam os valores dos produtos. Isso foi resultado das iniciativas de Rui Barbosa²⁰, as quais “concorreram para expandir o crédito e gerar a ideia de que a República seria o reino dos negócios. Formaram-se muitas empresas, algumas reais e outras fantásticas. A especulação cresceu nas bolsas de valores e o custo de vida subiu fortemente” (FAUSTO, 1995, p. 252).

No mais, os trabalhadores sofreram com as crises econômicas e as altas dos produtos. A inflação marcou profundamente o período e as condições de vida das camadas sociais menos privilegiadas da sociedade. Desta realidade, destacava-se ainda que

os marmoristas e o patrão estavam em conflito. Para dispensar os trabalhadores, o chefe Aloys permitiria que os operários pegassem as ferramentas, mas a condição era a de que eles fossem um por um e não em grupos. Porém, os trabalhadores, assustados e preocupados, foram entre vários, então, esta situação acarretou na não permissão dos seus artefatos.

²⁰ Rui Barbosa (1849-1923) foi uma figura da política nacional que esteve no centro do Encilhamento. Entre as suas concepções existia a da implementação de bancos regionais. Acreditava que “a oferta de papel-moeda deveria adaptar-se às necessidades do mundo comercial” (CURI, 2015, p. 49). Outra crença era a da proteção econômica gradual, lenta e temporária que possibilitasse as regiões menos desenvolvidas a se desenvolverem. O objetivo de sua política era o de “criar um mecanismo de rendas internas, que permitisse ao Brasil depender cada vez menos dos direitos aduaneiros, seja como forma de proteção à indústria, seja como suprimento ao Tesouro” (p. 49). Barbosa ainda primou pela relativização do livre-comércio baseando-se na necessidade de financiamento do Estado. Com ele havia o peso dos orçamentos as despesas públicas que “poderiam, na opinião de Rui, preponderar sobre os interesses de classe na determinação das tarifas”.

Sobre o trabalhador recai não só a forma absoluta de extração do excedente como ainda a contínua insegurança. Em regra, nada impede a despedida imediata após longos anos de serviço, os frequentes acidentes não são indenizados, inexistente a previdência social; no horizonte, não se desenha a expectativa da aposentadoria, por magra que seja (FAUSTO, 1986 p. 105).

Esta insegurança fazia com que muitos temessem participar do movimento operário organizado. Mas ao mesmo tempo em que afastaria alguns da luta, outros, nesta situação, teriam a inspiração e motivação para criarem as associações classistas. A todo caso, os operários sofriam com a flutuação do mercado e a insegurança lhes colocavam em uma situação a qual não conseguiriam saber até quando continuariam trabalhando. Então, com o objetivo de colaborar nas finanças do lar era que as crianças e mulheres ocupariam um posto de trabalho no cenário urbano.

O critério utilizado pelo patronato para o pagamento dos salários dos trabalhadores também era uma questão relevante. Então, necessitava-se discutir os modelos propostos. Deste modo, segundo as fontes, havia pelo menos duas maneiras de compensação pelo trabalho, sendo a primeira por peça e a segunda por horas. Se por um lado parecia ilusório pensar que quanto mais tempo trabalhado, produzindo mais peças, se receberia mais, do outro se condenava o excesso de tempo empregado na fábrica.

O tempo, a frequência e os valores integravam a campanha de valorização salarial empregada pelos anarquistas. Estes visavam conhecer a realidade das fábricas para definir as suas lutas estratégicas. Um exemplo prático constitui-se na visita a fábrica Fiação e Tecidos, em 1906, com a finalidade de obter, junto aos funcionários da fábrica, informações salariais, condições de trabalho e a existência de multas. Lá, encontraram e destacaram o exemplo de “uma operária que se ocupe em limpar palas de casemira, ganha 600 réis por cada lote de 25, e só com excessivo esforço consegue ganhar a migalha de 1\$800 diários” (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 1). Como se poderia ver, o valor era baixo para o tempo que estas trabalhadoras poderiam dispor ao serviço.

As acusações eram muitas e então foi publicada a informação de que as trabalhadoras que limpavam as “fazendas, trabalho terrivelmente fatigante, ganham 300 réis por peça, que têm em media 20 metros”. Além destas, existiram ainda “alguns que,

tomando trabalhos por peça e sendo estes de difícil execução e mal pagos, veem-se obrigados a trabalhar 10 e 11 horas por dia ganhando apenas 1\$200, ou pouco mais, diários” (p. 1). Aqui já foi possível evidenciar a preocupação com o tempo que estes trabalhadores permaneciam na fábrica. O que dentro de um dia chegava a quase a metade das 24 horas que o compõe.

Já os socialistas se preocuparam em tratar com os gráficos a relação deles com o tempo, com a peça e o pagamento. Neste sentido, os gráficos enfrentaram um problema em uma oficina d’O Sul²¹. Segundo os socialistas, os proprietários foram acusados de manter um “procedimento incorreto” (A DEMOCRACIA, 24 de março de 1907, p. 2). Em Porto Alegre, “o administrador das oficinas d’O Sul estabeleceu a praxe do pagamento do serviço da folha, por centímetros, lesando assim, claramente, os tipógrafos”. Esta conclusão foi enunciada “porque se a contagem das linhas fosse pelo sistema alemão, não haveria razão para estas observações, porém o sistema estabelecido nas oficinas d’O Sul não oferece nada de sério”.

Portanto, o sistema alemão possuiria vantagens para esta categoria de operários porque “se a composição contiver muito grifo ou numeração, ou tenha intercalado tio de corpo menor do que o da composição, o tipógrafo conta mais uns tantos por cento no trabalho”. Esta possibilidade de *lucro* no trabalho não era possível na referida oficina porque “o pagamento é sobre a composição feita sem outra contagem”. Além de que, estes tipógrafos “não são, como em todas as outras casas que trabalham por obra”. Aqui foi possível identificar outro posicionamento em relação à forma de pagamento do salário. Defenderam os socialistas o trabalho por obra, e a sua voz ecoava entre os gráficos porto-alegrenses através do *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas*.

O debate em relação ao melhor tipo de remuneração envolvia, de modo geral, todas as categorias de trabalhadores de Porto Alegre. Neste período ocorreu a sistematização do trabalho administrado pela máquina. Mas no caso dos gráficos, o que ocorria era uma suposição por parte dos redatores d’A *Democracia*, que especularam, em forma de aviso ao administrador d’O Sul a situação de um caixista que:

²¹Estabelecimento que migrou de Pelotas para Porto Alegre e que tenta impor a sua rotina, as regras e os pagamentos para os trabalhadores locais, quando as necessidades e condições porto-alegrenses são tidas como diferentes das de Pelotas.

vai para a oficina às 7 horas da manhã, onde permanece até 5 ou 6 horas da tarde, passando, por conseguinte, o dia, ali, para ganhar os meios de subsistência para si e para os seus. Como procederia quando chegasse ao sábado que o dinheiro que recebesse não conferisse com as suas notas? Gostaria que procedessem consigo como está procedendo com os seus companheiros de trabalho? (A DEMOCRACIA, 24 de março de 1907, p. 2).

Estas indagações serviam de alertas para todos os trabalhadores. Além da baixa remuneração, outros problemas não devem permanecer “no olvido, e para estes e outros fatos deprimentes não se realizam é que aqui estamos para denunciá-los e pedir o corretivo necessário”. A *exploração* de crianças e de quinquagenários deveria ser apresentada ao público, pois além de deslegitimar moralmente a oficina, o empregador e o patronato, acabava criando e fortalecendo “o alevantamento social e moral” (p. 2) da classe trabalhadora.

Esta preocupação econômica por parte dos socialistas se tornaria primordial para compreendê-los como *agentes* que lutavam por melhorias trabalhistas e financeiras. Ideia somada as percepções em relação às táticas anarquistas que ambos os grupos dialogavam e interagiam neste ponto, da qual a primeira luta a ser travada era a de melhores condições de vida.

Outra característica a ser destacada do debate foi a anotação dos salários feitos pelos anarquistas. Destarte, percebeu-se que os trabalhos femininos apresentados serviam para auxiliar a renda familiar, e não para ser a única fonte de sustento. Mas o que representavam para a família operária estas crises econômicas? Preocupado em identificar o aumento dos preços de alguns produtos básicos, Silva (2010) criou um gráfico para ilustrar os valores cobrados por alguns alimentos consumidos no período:

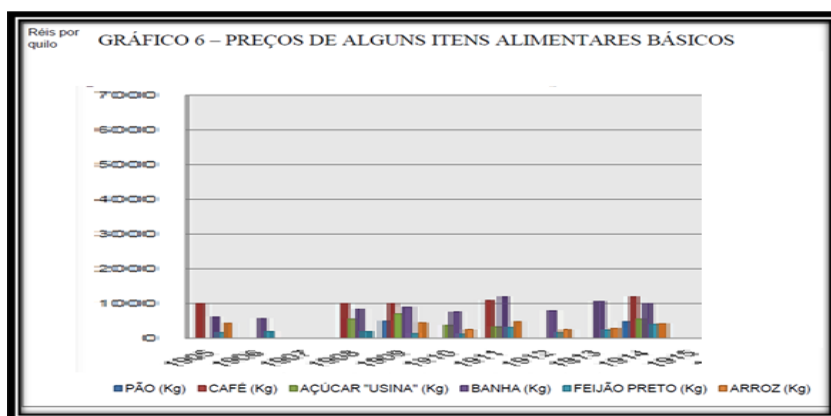


Gráfico 1 Preços de alguns itens alimentares básicos (adaptado pelo autor).
(Fonte: SILVA, 2010, p. 93).

Os preços, quando comparados com aqueles salários extremamente baixos, reforçaram a percepção de que não era possível sobreviver com aquele recurso sendo o único. Era necessário que mais pessoas trabalhassem na casa. Assim, se a pessoa recebesse 1\$800 por dia, provavelmente ela conseguiria pagar um pouco de item alimentar. Porém, ainda haveria o aluguel, o vestuário e os medicamentos para serem adquiridos e que não foram contabilizados no gráfico.

Ainda conforme o gráfico, os alimentos aumentaram gradativamente na primeira década do século XX, se tornando em um período conturbado para os mais pobres. Desta forma, as *condições* materiais eram impressas de maneira que “ninguém por certo ignora as dificuldades que experimenta o pobre operário para obter os recursos indispensáveis à sua subsistência e a da família” (A DEMOCRACIA, 2 de junho de 1907, p. 1). Neste sentido, a classe trabalhadora pagaria mais, “pois a proporção que todos os gêneros de alimentação vão encarecendo e bem assim os artigos necessários ao vestuário, mais exploradores aparecem, sugando o suor do homem do trabalho, zombando das suas condições precárias, sujeitando-o a uma situação aflitíssima” (p. 1).

A população também aumentava. A lógica liberal pautava que quando aumentava a mão-de-obra diminuía o salário. Ficou constatado nos relatórios da população da cidade que entre 1904 e 1930 havia, em 1905, 101.387 habitantes. Já em 1907 o crescimento elevava o número de residentes para 103.793 pessoas. Este crescimento foi interessante, já que entre 1907 e 1908 a população aumentaria para 105.303 moradores. E os números apresentaram um “salto” em 1912, atingindo a cifra de 147.149 moradores (SILVA, 2010, p. 161).

Outro censo foi o prestado pela *Olympio de Azevedo Lima* contratado pela Intendência em 1912. Segundo os dados informados, existiam na cidade de Porto Alegre 73.274 habitantes em 1900, com o crescimento em uma década para 130.227 residentes. Em 1912, os números conferiam com os *Relatórios* apresentados pelo intendente municipal, reafirmando, no caso, os 147.149 moradores. Por último, os censos nacionais apontaram alguns números que não fecharam com os apresentados até então. Segundo esta produção, existia 73.674 habitantes em 1900, passando para 130.227 em 1910.

Ainda ter-se-ia que considerar a confiabilidade dos dados, já que, para Silva (2010, p. 42):

[os] que me parecem mais confiáveis são os produzidos pelo recenseador do município, Olympio de Azevedo Lima, embora ele reconhecesse certa dificuldade na aplicação dos questionários entre o “povo ignorante” e “desconfiado” da cidade – especialmente os mais pobres, receosos da cobrança de impostos. Lima apresentou um balanço superficial em 1909 sobre a estatística municipal, em que encontramos cifras sobre a população que parecem baseadas em projeções desde o último levantamento realizado em 1900, sendo portanto pouco confiáveis. Em 1910 o censo nacional é realizado em Porto Alegre, e Lima assegura que por ser a primeira vez que se executara um levantamento de tal natureza, ocorreram algumas falhas, como a realização em época de veraneio e a desconfiança dos quais quanto a uma possível convocação dos seus filhos para o sorteio militar. Assim, justifica a realização de um novo censo em 1912, mais completo, evitando os percalços apresentados nos anos anteriores, e que teria sido bem recebido pela população em geral.

Mesmo que o crescimento populacional pudesse sugerir o rápido desenvolvimento da cidade, não seria possível definir com clareza os principais motivadores do aumento do número de habitantes. Já sobre os empregos e ocupações destes trabalhadores, evidenciou-se a percepção de que as fábricas e ofertas de trabalho eram variadas.

Estes trabalhadores urbanos se concentravam em núcleos. E muitos bairros foram construídos em torno das indústrias. Com as fábricas, havia a possibilidade de novos empregos. No Rio Grande do Sul, as indústrias mais ricas estavam “na virada do século XIX para o século XX, [...] em dois polos produtores principais, com feições bastante distintas entre si. Um é formado pelos estabelecimentos situados em Rio Grande e Pelotas, e o outro é composto pelas unidades localizadas em Porto Alegre, Caxias do Sul e Vale do Rio dos Sinos” (ARAVANIS, 2010, p. 149-150).

Na parte Sul do estado, os grandes estabelecimentos industriais contaram “com significativo capital investido e até com a participação de capital estrangeiro”. Em relação a mão de obra, existia um nível de qualificação tecnológica elevada, com pouca “diversificação de ramos industriais”. Destacavam-se as indústrias de “tecelagem, a indústria de fumos (charutos) e alimentícia (compotas e enlatados)” (p. 150). Aravanis destacou que boa parte de sua produção era destinada ao mercado nacional. Já em Pelotas as unidades produtivas de maior porte também estavam voltadas para o mesmo mercado, “beneficiando os produtos derivados de uma outra importante atividade

produtiva da região, a pecuária”. Enquanto que as unidades de pequeno porte tinham como alvo o mercado regional. As pequenas indústrias produziam bens variados, entre eles: compotas, licores, charutos etc.

Porto Alegre era pertencente ao segundo polo industrial. Deste modo, quando Aravanis estudou o relatório denominado *Dados Estatísticos sobre o Município de Porto Alegre* de 1912, que foi organizado por Olympio A. Lima. A partir desta pesquisa, pode-se perceber qual o número de “empresas” que existiam em Porto Alegre. De acordo com os dados, identificou-se “a caracterização de unidades de cunho artesanal para a Capital e de sua diversificação nos ramos de produção fica bem evidente”. Segundo este relatório, eram concentradas 149 oficinas e de 154 fábricas. Assim, “como oficinas são citadas, por exemplo, as de cartonagem, fundição, carpinteiro, ferreiro e litógrafo”. As fábricas produziam “fumo, banha, biscoitos, colchas, cervejas, calçados, sabonetes, vidros, dentre outras” (ARAVANIS, 2010, p. 151). Em linhas gerais, os dois polos industriais do estado possuíam

uma certa similitude com Pelotas, no caso este acento no caráter artesanal de bom número de suas unidades, um núcleo mais numeroso de estabelecimentos, embora menores, e com maior diversificação industrial, fato decorrente de estas indústrias buscarem primeiramente atender às múltiplas necessidades de consumo da população da zona colonial. É somente após ter consolidado a sua posição no mercado consumidor regional que este polo industrial se lança em busca do mercado nacional.

Já quanto ao número de trabalhadores dos dois polos, segundo Arend e Cario (2010, p. 401):

De acordo com levantamento efetuado em 1907 pelo Centro Industrial do Brasil, quanto ao número de empregos, Pelotas e Rio Grande apresentavam ligeira vantagem em relação a Porto Alegre – 5.082 contra 4.888 trabalhadores, respectivamente. Em relação ao número de empresas, os dois parques manufatureiros mostravam diferenças estruturais significativas: enquanto Porto Alegre detinha um número de 114, Pelotas e Rio Grande, juntas, possuíam 77 empresas.

Pelos dados, Aravanis (2010) identificou as grandes indústrias possuíam influência maior no Sul do que na capital. Porto Alegre ao passar dos anos continuou se desenvolvendo no setor industrial. Os dados que comprovam esta situação foram apresentados por Arend e Cario (2010, p. 401-2):

para o ano de 1916: no ramo da metalurgia, as dez principais firmas alemãs, todas de Porto Alegre, produziam 40% do total do ramo no Estado; na industrialização do fumo, Porto Alegre estava em primeiro lugar, com 28% da produção do Estado; situavam-se em Porto Alegre três das quatro principais fábricas de papelão, as quatro principais fábricas de móveis (com 27% da produção do Estado), uma fábrica de pregos, etc. Também, Porto Alegre passou para o primeiro lugar no setor de tecelagem, com o extraordinário crescimento das empresas Renner, desbancando Rio Grande, onde localizavam-se as empresas de Rheingantz.

Este crescimento se deu por causa do investimento do governo, como no desenvolvimento do porto e a sua ampliação. Do modo que a “diversificação de sua produção em diversos ramos e pela proliferação de pequenas empresas” (AREND, CARIO, 2010, p. 400) fez com que a capital gaúcha se destacasse frente às demais do estado. Desta maneira, foi perceptível identificar certos elementos que explicavam a ampliação de habitantes no cenário urbano no período. No mais, a série de investimentos que colaboraram para a posição de Porto Alegre foi frisada por Almeida (1992, p. 561-2):

[...] implantaram-se os serviços de água (1861), de bondes (1864) e de telefonia (1884), bem como foram criadas as faculdades federais de Engenharia (1897), de Farmácia (1898), de Medicina (1898), de Odontologia (1899), de Direito (1900), de Belas Artes (1908), de Ciências Econômicas (1909) e de Agronomia e Veterinária (1910). Ainda, em 1904, o serviço de água foi municipalizado; em 1907, introduziram-se os bondes elétricos; e, em 1908, iniciou o funcionamento de uma usina para iluminação pública.

Neste cenário, os trabalhadores especializados acabavam recebendo salários mais elevados do que os demais, enquanto que os com menor nível de qualificação recebiam menos. Já as mulheres e crianças acabavam obtendo baixa remuneração, por não serem considerados tão fortes e produtivos quanto os homens adultos. Assim, o tipo de trabalho urbano era muito variado. Normalmente esta relação era verticalizada, sendo o patrão quem comandava a forma de pagamento e a jornada de trabalho. O avanço e o enriquecimento não eram sinônimos de melhor qualidade de vida para todos. Esta situação foi exposta na literatura e denunciada nos eventos dos anarquistas e socialistas.

1.2 DO TRABALHO AO LAR

Com a acentuação do aumento populacional, os trabalhadores conviviam em vários espaços entre diversas pessoas com experiências distintas. Então, eram nacionais (lusos brasileiros e ex-escravos), italianos, alemães e seus descendentes caminhando pelas mesmas calçadas, cruzando as mesmas ruas. Muitas vezes estavam um do lado do outro na fábrica. Poderiam possuir uma rotina muito similar, porém, isso não seria o suficiente para determinar uma *identidade* deste operariado. Neste contexto se fazia necessário criar as organizações que dessem conta de superar as diferenças e difundir as semelhanças. Pontuar os interesses em comum e construir um senso de coletividade.

Estas diferenças se fundiam na situação de moradia que muitos tinham em Porto Alegre. Pois com o crescimento da cidade houve o surgimento dos bairros operários. Então, a origem e os *habitus*²² familiares eram pesos essenciais²³ na balança da análise social utilizada pela militância anarquista e socialista.

A respeito das localizações das residências, do lugar de trabalho e das sociedades operárias, dever-se-ia pensar sobre as suas posições na cidade. O local de residência ficava mais próximo da fábrica ou da associação da classe? Eram questões que se colocavam em pauta ao olhar o mapa e identificar a posição geográfica de cada qual. Portanto, observou-se a partir dos mapas a possibilidade de evidenciar o crescimento e a conexão do subúrbio com a área central da cidade. Como foi perceptível ao ver a planta da cidade, a ligação do subúrbio com o centro se dava através dos bondes. E, além disso, podia-se melhor identificar o tamanho e a distribuição da cidade entre os anos de 1896 e 1916.

²² Teve-se como conceito de *habitus* a utilização thompsoniana, a qual se referiria a “um ambiente vivido que inclui práticas, expectativas herdadas, regras que não só impunham limites aos usos como revelavam possibilidades, normas e sanções tanto da lei como das pressões da vizinhança” (THOMPSON, 1998, p. 90).

²³ Maurizio Gribaudi (1983) escreveu o seu texto a partir dos estudos em Torino (Itália), e disso resultou a percepção de que o convívio no local de residência era primordial para a compreensão da experiência dos grupos. Pois não se poderia pensar apenas na formação do comportamento social a partir da fábrica e/ou sindicato, era necessário refletir sobre outras situações que o operariado viveria.

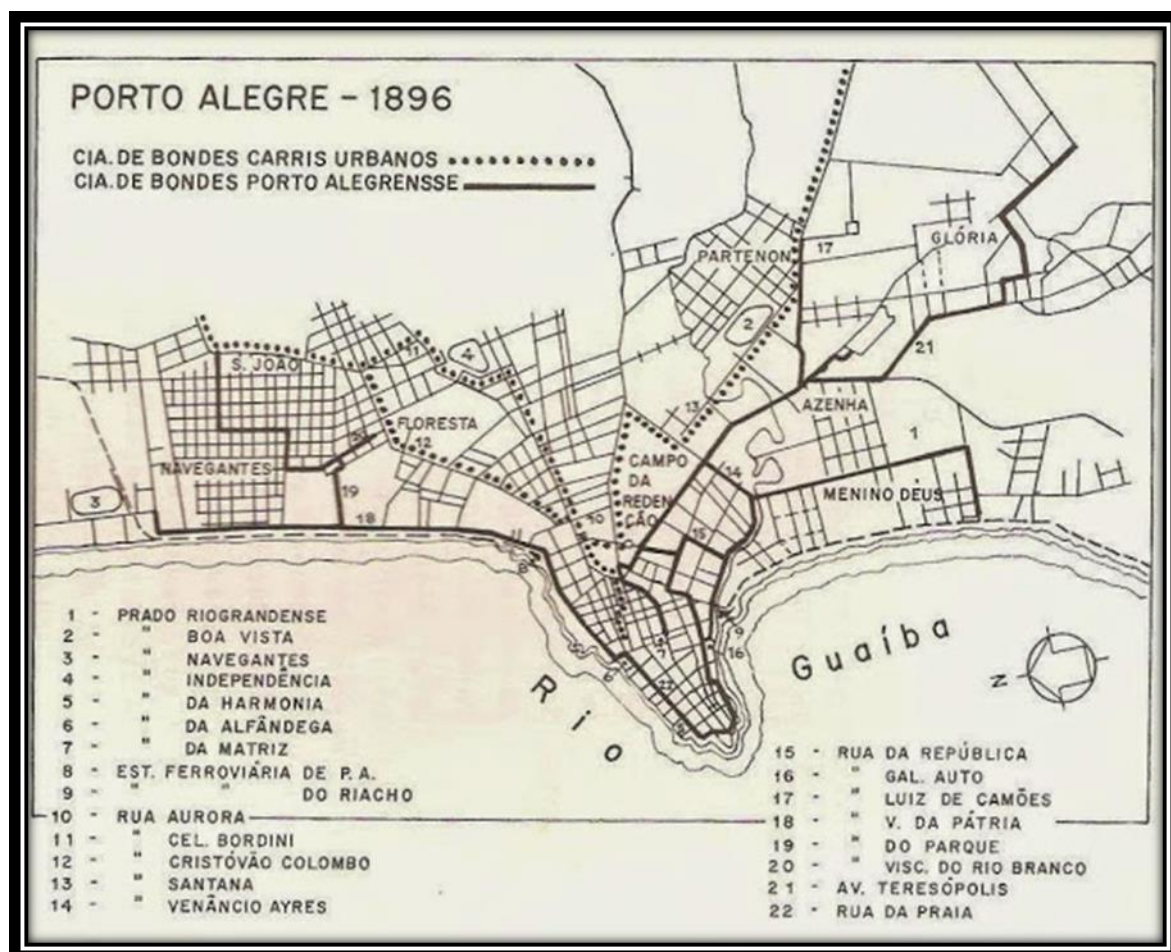


Figura 1- Mapa de Porto Alegre de 1896 e ligações com a linha de Bondes.

Sobre o mapa foi possível identificar que as áreas que o operariado começou a se concentrar foram às localidades do Bairro São João e Navegantes, na zona norte. Algumas fábricas e indústrias eram vizinhas aos bairros operários, como a Companhia Fabril Porto-Alegrense, a qual “a fábrica se acha em Navegantes” (CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE 1901, p. 166).

A circulação de capital e de pessoas aumentava com o passar dos anos. A acumulação de riqueza por parte de alguns e o empobrecimento financeiro por parte de outros norteou o processo de produção. A *produção*, que em linhas gerais deveria ser considerada como a *riqueza* desta sociedade, acabava sendo *apropriada* de forma privada. Ou seja, os proprietários tiravam o lucro do produto final, enquanto que os trabalhadores recebiam uma parte em troca do serviço prestado.

O mapa de 1916 ajudou a perceber o desenvolvimento e a transformação urbana que ocorreu em Porto Alegre desde 1896. Em traço de tom preto mais forte foi marcado

a linha dos bondes da Companhia Carris. Este meio de transporte ligava os bairros ao centro da cidade. Era, durante o período, um recurso utilizado pelos operários para irem ao local de trabalho e retornarem.

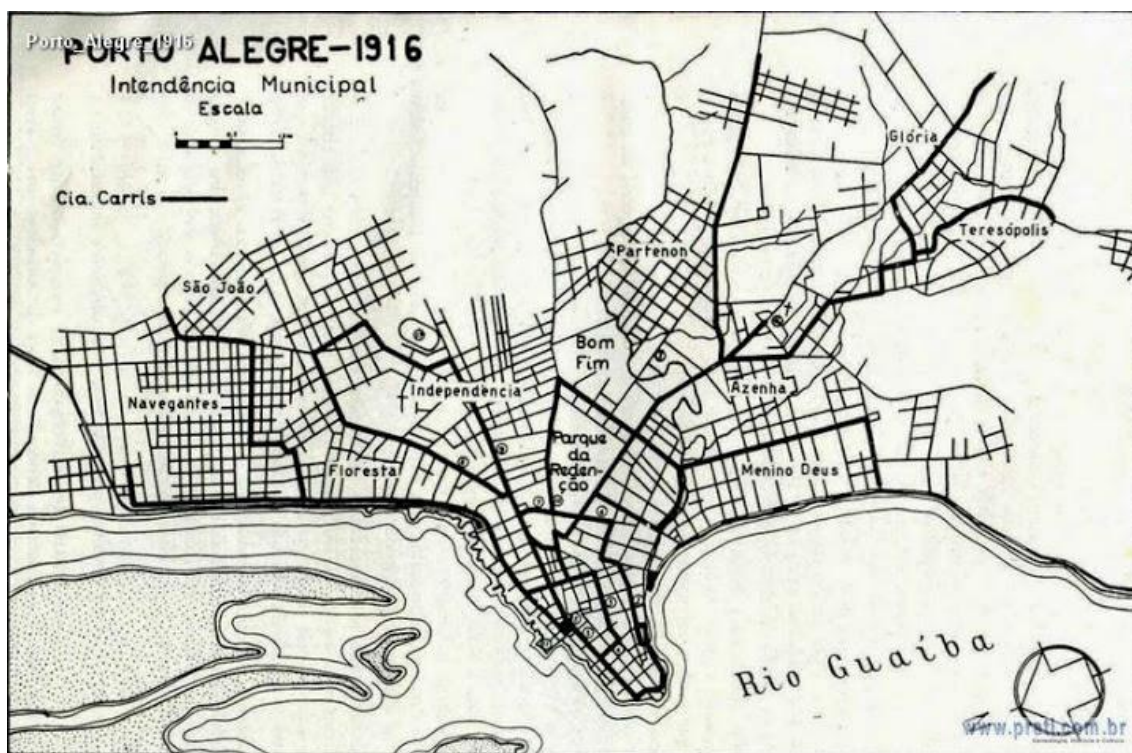


Figura 2- Mapa de Porto Alegre de 1916.

No Sul da cidade, surgiu o bairro Teresópolis, enquanto que no norte o bairro São João aumentou. Surgiram ainda os bairros Bom Fim e o Independência. É interessante destacar que Porto Alegre poderia ser compreendido não apenas como uma cidade de passagem de pessoas, mas sim de permanência. E ao considerá-la como um *espaço*, poder-se-ia pensar que ele, enquanto “local, porém, não deve ser visto como espaço autocentrado, já que a dinâmica dos fluxos migratórios influi decisivamente na conformação de identidades e redes comunitárias, assim como nas escolhas e práticas políticas” (BATALHA, SILVA, FORTES, 2004, p. 14).

As relações ligadas ao *espaço* foram tratadas a partir das reflexões que englobam “a distribuição desigual de recursos materiais na sociedade” a qual fomentaria e tornaria “os trabalhadores um grupo muito vulnerável às incertezas da vida, a resposta a isso é a constituição de redes comunitárias, a formação de identidades locais, envolvendo

relações familiares e de vizinhança”. Ainda nesta lógica, a questão da experiência e métodos envolveria “o desenvolvimento de inúmeras estratégias de sobrevivência, que o historiador não deve olvidar em nome de uma suposta primazia conferida às lutas desenvolvidas nos locais de trabalho” (p. 14).

Neste sentido, a partir deste espaço, vislumbrou-se o que formaria, integraria e articularia a classe. Deste modo, compreendeu-se que “a divisão e unidade coabitam a classe, não se excluem, e a análise da relação entre os dois aspectos deve ser sempre contextualizada e submetida à lógica da mudança histórica” (BATALHA, SILVA, FORTES, 2004, p. 15). Portanto, percebeu-se que a cidade vivenciava várias transformações. E, estas mudanças históricas ocorreram através das migrações de europeus para o Brasil, de uruguaios e argentinos, os quais influenciaram profundamente a experiência dos trabalhadores.

Estas migrações se davam entre os grupos que se movimentavam, articulavam e criavam mecanismos de articulação com o operariado local. Outro tipo de movimentação ocorria com a transferência de cortiços que abrigavam os pobres e os trabalhadores para outras partes da cidade, tais como para os bairros operários. Assim foi surgindo o bairro Navegantes. Estas transferências e as condições de moradia foram assuntos que os jornais *A Luta* e *A Democracia* abordavam com certa frequência. E mais, tanto os anarquistas quanto os socialistas deveriam apresentar propostas objetivas para atraírem e unirem os trabalhadores em prol de uma causa.

Um exemplo destas preocupações foi sintetizado na publicação de um artigo extraído do *Correio da Manhã*²⁴ e reproduzido no *A Democracia*. O autor era Emilio Nusbaun, “que, pelo mesmo jornal já se tem ocupado de assuntos operários” (*A DEMOCRACIA*, 9 de maio de 1907, p. 3), fato este que poderia ter lhe rendido crédito entre os socialistas porto-alegrenses. As considerações do autor demonstravam que “a ideia de dotar as classes operárias, de habitações baratas, espaçosas e de fácil aquisição, mediante prestações mensais, durante o prazo rigorosamente indispensável para pagar o juro e amortização do capital empregado” (p. 3). Estas aquisições seriam benéficas para toda a sociedade, já que possivelmente seriam desocupados e destruídos os cortiços que até então serviam de residência a muitos operários.

²⁴Jornal do Rio de Janeiro, então, a capital federal.

No mesmo artigo a noção de “casa” abrangia um sentido maior do que o da estrutura dos cômodos. Nesta lógica, “uma família deve dispor de um pequeno terreno onde plantará hortalça e criará aves domésticas. Esgotos, água e luz serão complemento da sua instalação” (p. 3). Portanto, além do trabalho fora de casa, a família que ali permaneceria, poderia cultivar aves e uma pequena horta²⁵. Na verdade, este era um artigo que defendia a construção de vilas operárias, nas quais os trabalhadores teriam o espaço para viverem conforme um senso de moral imposto pelo governo.

Sobre as questões morais, o autor solidificou o seu posicionamento a respeito da moralidade popular. Para ele: “a promiscuidade tem inconvenientes graves. Na vila operária ela desaparece. Cada um vive em sua casa, isolado, trabalhando como entende, podendo educar seus filhos, ensinar-lhes a costurar, a plantar, semear e colher” (p. 3). Esta possibilidade de “educar seus filhos” apontava a direção de que os trabalhadores encontrariam mais tempo junto aos seus, ou ainda, com maior e melhor privacidade.

Nas vilas operárias a vida seria regrada e controlada com delimitações mais específicas. Esta posição seguia sentido contrário ao do convívio nos cortiços onde “os inconvenientes da promiscuidade forçada, e, às vezes, perigosa durante a ausência do chefe de família obrigado a ir longe ganhar o pão do lar” (p. 3). Aqui, tornou-se identificável a relação da moral envolvendo a sexualidade que os socialistas defendiam naquele momento.

De qualquer modo, com este raciocínio, percebeu-se que o operário teria a possibilidade de ser o proprietário de algo. Nesta condição, “o operário proprietário não é mais o ser ambulante escravo de sua misera condição de proletário, sem outro futuro que sua diária entremeada de greves e alternativas sem trabalho” (p. 3). O teor desta citação criticava os reivindicadores que participavam das greves sem o propósito de conquistas efetivas. Para os socialistas, apenas o movimento ordeiro e legal deveria existir.

Pensando na objetividade da pauta das condições de moradia, foi publicado o conselho de que “as classes operárias devem tratar seriamente das habitações, não em discussões e teorias fúteis, e sim no terreno prático, que consiste em reduzir as despesas e aumentar os recursos por iniciativa própria” (A DEMOCRACIA, 19 de maio de 1907, p. 3). Portanto,

²⁵Horta é um substantivo feminino que define o espaço onde se podem cultivar hortalças e legumes.

A formação de vilas operárias ou habitações que acabo de descrever, facilitará a criação das cooperativas, completamente indispensável do sistema econômico a aplicar para conseguir a formação de um povo trabalhador, cômico de sua força, que sabe reduzir o mais possível sua despesa e multiplicar seus recursos com o emprego inteligente de suas faculdades (A DEMOCRACIA, 19 de maio de 1907, p. 3).

A partir do texto, ficou evidente de que uma das lutas dos socialistas era a melhoria das condições de vida dos trabalhadores. Nem que para isso fosse necessário utilizar o sistema de forma estratégica, melhorando a distribuição do capital e diminuindo as desigualdades existentes. Quem sabe fosse a possibilidade de criar cooperativas nestas vilas o grande justificador da publicação de tal artigo pelos socialistas. Além disso, nas linhas foi possível identificar elementos conservadores, sobre as quais a família e a propriedade privada foram destacadas positivamente. Este indício apontou a existência de uma moralização das relações sociais fomentada pelos socialistas. Para eles, a vida na cidade proporcionava várias vivências. O que em síntese significava mais que “de casa para o trabalho”.

Porém, não se pôde esquecer que convívio em sociedade era refletida conforme foi destacado por Pesavento (1992, p. 13): “se a burguesia toma decisões e impõe seus valores, é por sua vez também pressionada e influenciada pelo comportamento dos subalternos. Estes, por sua vez metabolizam as normas e padrões de conduta que lhes são impostos e reagem em manifestações já aculturadas”. Deste modo, as ações e reações com as imposições não eram elementos generalizantes e homogeneizadores. Existiam, neste sentido, grupos que articulavam formas de resistências, como os anarquistas e os socialistas.

Deste modo, foi forçoso dizer que “com esta ideia, não se quer também dizer que eles pensem e ajam de forma completamente isolada e sem influências recíprocas. Pelo contrário, se o processo de dominação/subordinação engloba também a dimensão da resistência, ocorre uma circularidade entre formas de agir e de pensar” (p. 12). Logo, o tipo de trabalho exercido, o poder de consumo oportunizado pelo salário, somado as condições de moradia eram fatores a serem compreendidos para a interpretação da oferta de eventos das *sociedades operárias*.

Poder-se-ia pensar em pelo menos dois tipos de operários fabris para a cidade de Porto Alegre, os artesãos e os operários das fábricas que ocupavam os diversos espaços

da cidade. Quanto às ideias, possuiriam os mesmos ideais ou seriam rivais ideológicos. Caberia então aos anarquistas e socialistas convocarem e instruir estes operários na ideologia²⁶. Mas para saber em qual momento os trabalhadores conseguiriam participar das atividades dos sindicatos, atentou-se para os ritmos e jornada de trabalho empregado nas fábricas.

Portanto, considerando que os ritmos de trabalho eram diferenciados entre um setor e outro que utilizavam a força do trabalho manual ou mecânica. A diferenciação entre os estabelecimentos ocorria a partir do capital acumulado pelos proprietários e com esta acumulação o seu poder de investimento. Mas independente da situação, o patronato pareceu ter criado alternativas para disciplinar o operariado²⁷, através da instrumentalização dos mecanismos de controle que englobou “o tempo” e os “novos pensamentos” daquela sociedade. A justificativa burguesa era fundamentada em um discurso que privilegiava a modernização dos meios de produção. Deste modo, conforme destacou Aravanis (2010, p. 154):

A fábrica, enfim, impunha aos operários e imprimia, aos poucos, uma mudança no corpo e na percepção do tempo de quem ali trabalhava – que deviam agora ser mais produtivos. Apesar de não explicitar qual a medida de interiorização pelos operários deste processo de disciplinarização fabril em implantação, é indicativo de alguns dos efeitos sobre eles o fato de serem publicados em 1907, no jornal operário A DEMOCRACIA, vários anúncios de venda de um ícone e instrumento de controle do capital: o relógio moderno. Além dos de bolso eram anunciados relógios despertadores, tidos como “próprios para trabalhadores.

O tempo tornava-se regulado, a vida girava em torno do trabalho. A família operária vivia com necessidades materiais e o salário não lhes proporcionavam grandes possibilidades de melhorias nas suas moradias e nem na alimentação. Além destes fatores, as más condições de moradia e a insalubridade no local de trabalho interferiam

²⁶ Gribaudi (1983, p. 11) considerou que no convívio social entre os operários existiria a tentativa de criar uma fisionomia de grupo. Neste ponto, seguindo a inspiração supracitada, era pertinente atentar para o espaço e o modo de fazer que foi utilizado ao longo das atividades propostas pelo associativismo.

²⁷ Quando se falou em dominação, foi abordado o controle do capital sobre o trabalho. Para a burguesia, a fábrica era o “*locus* onde se realiza a acumulação e onde se reproduz a dominação do capital sobre o trabalho; entretanto, o processo de afirmação da burguesia transborda em muito este âmbito fabril onde se realiza sua constituição como ‘classe em si’” (PESAVENTO, 1988, p. 15). Deste modo, os outros espaços da sociedade estavam a mercê do projeto político-social-cultural da classe dominante, o que nos fez perceber que “as relações de dominação são, ao mesmo tempo, políticas e sociais. Neste sentido, o espaço da dominação ou do poder é algo que se dilui por toda a sociedade, da fábrica à escola, passando pela justiça, pelos partidos, associações, etc.” (p. 17). Portanto, a dominação foi percebida como algo construído em vários níveis, não sendo entendido então como um fenômeno exclusivo da fábrica.

no modo como estes trabalhadores percebiam e experimentavam “o mundo”. Thompson (1998, p. 269), a respeito da reestruturação dos hábitos de trabalho, concluiu que estas “novas disciplinas, novos estímulos, e uma nova natureza humana em que esses estímulos atuassem efetivamente” transformariam os comportamentos e as demais possibilidades de relações sociais que existiam.

Mesmo que Thompson estivesse preocupado em perceber como “tudo isso se relaciona com mudanças na notação interna do tempo” entre os camponeses ingleses, aqui se utilizou de suas reflexões para apontar algumas mudanças no comportamento urbano. Nesta pesquisa, a preocupação girou em torno da utilização do tempo-livre em relação aos interesses da classe. Então, jornada de trabalho e salário entraram em cena.

As diferenciações quanto ao tipo de trabalho executado e a forma de remuneração marcaram divisas de pensamento entre os operários porto-alegrenses. Neste sentido, havia a (co)existência de vários tipos de remuneração, as quais demarcavam *fronteiras* entre os trabalhadores. Neste sentido, deteve-se sobre alguns pontos que envolvia a discussão da manutenção das horas de trabalho. Para constar, o ponto máximo das reivindicações foi a parede²⁸ de 1906, também conhecida, como a greve dos 21 dias.

A principal bandeira que motivou os trabalhadores a paralisarem as suas tarefas nas fábricas e se organizarem enquanto coletivo foi a necessidade e vontade de manutenção da jornada de trabalho²⁹. Naquele momento os operários trabalhavam de “sol a sol”, ou seja, entre 10 a 12 horas.

Então, o que parecia ser um interesse coletivo se problematizaria a partir dos interesses pessoais e de pequenos grupos de trabalhadores. Um exemplo pôde ser visto após os gráficos³⁰ se reunirem e abordarem a temática em 1906:

²⁸ “Parede” é como é chamada a ação de paralisação dos trabalhadores.

²⁹ O movimento operário deve ser visto como “um esforço de democratização da sociedade, porque muitas vezes as lutas não visavam somente a melhorar salários e reduzir jornadas de trabalho, mas a assegurar o direito à própria existência, ou seja, a garantir condições de democracia e de civilidade, em que o movimento e a organização dos trabalhadores pudessem ser reconhecidos como um elemento legítimo na sociedade” (TOLEDO, 2007, p. 55). Então, abre-se o leque para a análise do movimento operário, já que ele é político, social, cultural e econômico. Desta maneira, procura-se interagir com estes elementos o fazer-se enquanto classe.

³⁰ Cita-se gráficos enquanto trabalhadores do determinado ramo do ofício. Curiosamente as duas principais lideranças anarquista e socialista eram deste ofício, no caso Francisco Xavier da Costa e Polidoro dos Santos. Esta situação pareceu ter colaborado para a intensificação das rivalidades entre os grupos, ainda mais que o próprio *Grêmio de Artes Gráficas* virou alvo de disputa ao longo de 1907.

Duas coisas, pois, temos assentes: que os gráficos não estão satisfeitos com os horários atuais e que, conseqüentemente, é preciso e deve-se trabalhar para reduzi-los as 8 horas.

Dir-nos-ão muitos que sim; mas que, quanto a segunda parte, por mais que se trabalhe, será impossível conseguir; logo, todo trabalho inútil, tanto mais que o trabalho nas folhas diárias é feito por obra e que quanto mais horas o operário trabalha mais ganha (A LUTA, 10 de outubro de 1906, p. 3).

Segundo a publicação, existiram aqueles que não desejavam a diminuição da carga horária por medo da redução do salário. Mas era necessário lutar e conscientizar aqueles que resistiam ao pedido dos libertários. Ainda, neste ponto, foi necessário criar uma série de argumentos a respeito da importância da diminuição da jornada de trabalho e a manutenção do salário, sem prejuízo para nenhuma parte. Quanto à forma de receber o dinheiro, já se tornou visível que, em Porto Alegre, existia o pagamento por obra ou horas. O que sugeriria que, quanto mais tempo se trabalhasse, mais se receberia, lógica que os anarquistas tiveram que combater, através de uma campanha publicada no jornal *A Luta*.

Neste embate, os anarquistas defendiam os ideais de emancipação humana e a necessidade de tempo-livre para a instrução dos trabalhadores. Para enfrentar os contrários as suas ideias, acusavam os opositores de que os seus argumentos eram motivados pelo “vírus da preguiça intelectual”. Esta acusação os faria serem vistos como gananciosos e interesseiros. Deste modo, os opositores eram tachados como aproveitadores, já que motivados por interesses pessoais, não se importariam com as necessidades da classe.

Das penúrias em casa e das dificuldades do trabalho, houve o conselho de que: “ao nosso ver, o ponto de partida para uma ação proveitosa à classe em geral, deve ser a organização, a regulamentação, a metodização do trabalho nas folhas diárias” (A LUTA, 10 de outubro de 1906, p. 3). Em síntese, para lutar contra as adversidades, era necessário se organizar. Organizar-se-iam para se proteger da exploração. Lutariam para melhorar as suas condições.

Entre debates e lutas se dava a discussão sobre a regulamentação da forma de pagamento, ou seja, saldar o trabalho contabilizando as horas ou as tarefas. Então, nesta disputa, os libertários se utilizaram de argumentos objetivos. Do modo que acabaram demonstrando conhecer o ofício e indicando um suposto bom caminho para os dois

lados interessados. Portanto, todos lucravam com esta regulamentação, inclusive os patrões. Pelo menos este era o ponto de vista dos libertários, os quais acreditavam que o trabalhador seria mais bem qualificado, se mantivesse o corpo descansado e a agenda laboral melhor organizada.

Quanto às mensagens enviadas aqueles que resistiam à ideia da diminuição da jornada de trabalho, eles ouviram um discurso que lhes chamavam de ignorantes. E que assim acabavam prejudicando a todos. Para evitá-los, os trabalhadores deveriam se colocar “de acordo e agirem com muita CALMA e com muito CRITÉRIO, pois é notório que na classe há muitos membros supinamente ignorantes que se deixam levar por meia dúzia de palavras, ao ponto de combaterem os seus próprios interesses”³¹ (A LUTA, 10 de outubro de 1906, p. 3).

Destarte, ao debaterem publicamente a questão da jornada de trabalho, os anarquistas apontavam dois indícios pertinentes de serem levantados. O primeiro era a tática sindicalista que os orientava a focarem as suas forças na luta econômica. A segunda foi a falta de consenso entre os porto-alegrenses em relação ao melhor método de pagamento proveniente do trabalho: se por obra ou por horas. A partir destas considerações, foi possível encontrar a seguinte síntese: “chegamos, pois, a conclusão de que o trabalho por obra não presta; quanto aos jornais, esse trabalho, desorganizado como está, é prejudicial ao operário, à empresa e até ao próprio público” (A LUTA, 15 de novembro de 1906, p. 2), pois o operário insatisfeito não realizaria o seu trabalho de forma eficiente. Com isso, os leitores não se interessariam pela forma como o jornal estava sendo publicado. E no fim, o patrão não encontraria o lucro almejado por não conseguir vender o seu produto.

Na verdade, o principal ponto da crítica era o excesso de tempo em que os tipógrafos desperdiçavam nas oficinas, esperando por novas demandas a serem impressas. Deste modo, o centro da atenção dos anarquistas estava voltado para a necessidade que os trabalhadores possuíam. A forma de luta que encontraram foi centrada nas *sociedades operárias*, as quais deveriam ser fundadas no sentido de preencher “os fins a que se dedica”. Deste modo, estas associações não deveriam reivindicar apenas as melhorias econômicas: elas teriam que se preocupar com “a

³¹Grifos no original.

instrução de seus membros e a consecução de vantagens ao trabalhador gráfico, a começar pela metodização do trabalho” (p. 2).

Em suma, percebeu-se que a questão do tipo de remuneração se tratava de assuntos de interesses da classe dos gráficos, porém, poder-se-ia ver que o assunto deveria ser tratado de forma universal, na qual a luta dos gráficos simbolizava a de todo o proletariado. Nesta perspectiva foi que se deu a máxima libertária ao afirmarem que os trabalhadores precisavam de “ACORDOS, vinculados pela SOLIDARIEDADE, e com UNIDADE de vistas, poderemos marchar para o PROGRESSO”³² (A LUTA, 15 de novembro de 1906).

Foi no “ritmo” da vinculação solidária que se pensou a formação do próximo subcapítulo. Ele foi uma espécie de continuidade a este debate. E nele ficou perceptível como estas necessidades foram levadas para dentro das *sociedades operárias*, transformando-as em sociedades de resistência e não apenas de beneficência.

1.3 ORGANIZAR, PROTEGER E LUTAR

As *sociedades operárias* existentes no período aproximavam-se e distanciavam-se conforme os interesses e identificações entre si. Os interesses em comum faziam com que muitas associações realizassem atividades conjuntas. Individualmente, elas ofereciam serviços que atrairia os trabalhadores. Os seus estatutos poderiam apontar o teor de suas reivindicações e das propostas subjetivas e objetivas. De qualquer modo, no período estudado, muitas foram as organizações que articularam ações coletivas com fins específicos.

Na verdade, não foram todas as categorias que participaram do movimento organizado conforme ambicionavam os anarquistas e socialistas. Alguns grupos foram menos reivindicadores, enquanto que outros *mais subversivos*³³. Existiram aqueles que, como os “condutores e cocheiros, diante do movimento que, com tanta energia, se manifestou entre o operariado desta capital, não tivessem, sequer, ânimo de formular

³² Grifos no original.

³³ Não se projeta uma hierarquia de *subversidade*, porém, utiliza-se aqui o termo para definir o grupo de *empregados de bondes* que não participam dos movimentos, transparecendo serem passivos em relação à luta de classes.

um pequeno protesto contra seus opressores” (A LUTA, 15 de novembro de 1906). Do modo que, “é triste ver-se que entre os empregados de bondes muitos há que não tem, sequer, coragem de se queixar dos males que lhe afetam” (A LUTA, 15 de novembro de 1906). Sabia-se que a culpa disso³⁴ era por não utilizarem a maior ferramenta de luta operária, ou melhor,

isso acontece pela absoluta falta de solidariedade que há entre nós, pois infelizmente meus companheiros inda não compreenderam todo o alcance da união dos trabalhadores duma mesma classe e a necessidade de se associarem para melhor resistir aos desmandos dos chefes e poderem lutar pelos seus direitos e liberdades (A LUTA, 15 de novembro de 1906).

Além da falta de união, existiam alguns “companheiros” que propagavam ideias que abalavam a solidariedade operária. No caso, além dos operários que desarticulavam o movimento, existia a necessidade de enfrentar os “jornais burgueses”. Eles exerciam grande influência entre os trabalhadores. Assim, os periódicos eram apresentados como instrumentos de grande potencial na luta de classes. Neste sentido, os jornais anarquistas e socialistas eram considerados e utilizados como ferramentas de luta, pois eles possuíam sentido duplo de informar e fazer propaganda. Portanto, estes veículos de comunicação não eram considerados neutros ou imparciais. E, conforme foi publicado nas “notas da redação” dos primeiros números do *A Democracia* e do *A Luta*, constaram neles a defesa de programas contestadores e revolucionários.

Ao não esconderem os posicionamentos, os redatores ainda enviavam “informantes” para colherem dados sobre a situação nas fábricas. Nesta perspectiva, se deu a denúncia da visita de um jornalista da cidade³⁵ à Fiação e Tecidos. Tal fato fez com que os anarquistas criassem uma “resposta” ao artigo publicado em um jornal burguês. Porém, através da ressalva dos libertários em relação ao periódico “para” a “elite”, constatou-se que a estes jornais:

Quando lhes convém apela para a opinião do povo e falam das classes operárias com um fingido acatamento pelas suas vontades; porém, quando essas classes, que realmente representam o povo, põem em perigo os privilégios das classes de *elite* (*elite* aqui quer dizer, em linguagem

³⁴Esses trabalhadores têm jornadas diárias de mais de 10 horas de serviço, podendo chegar a 12 horas. Além disso, eles estão sujeitos aos maus tratos dos fiscais, dos passageiros e dos patrões.

³⁵No original, o nome do citado jornal não foi publicado.

jornalística, *gente de capitais*) já não reconhecem mais o direito e competência das classes trabalhadoras de lutar por seus interesses e nem a autonomia consciente dos indivíduos de procurar a aliança de quem entendam ou de pensar como julguem acertado (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 1).

Como foi visível, era necessário delimitar as fronteiras entre um jornalismo e o outro. A classe deveria se conscientizar e consumir os periódicos produzidos *pelos e para* os trabalhadores. E para criar esta fronteira, os anarquistas publicaram textos que imprimiam as diferenças existentes entre um modo de fazer jornalismo do outro.

Entre as críticas em relação aos papéis e funções sociais que cada jornal e grupo exerciam, os libertários tentavam conversar com os trabalhadores para identificar e dialogar a respeito das dificuldades enfrentadas no ambiente da fábrica. Com isso, se colocavam como porta-vozes dos operários e se firmavam como órgão de representação obreira. Afirmavam então que “não visitamos a fábrica acompanhados dos chefes”, e “quando queremos indagar das condições dos operários não vamos perguntar aos diretores e sim aos próprios trabalhadores com quem convivemos”, o que os faziam chegar “a resultados diferentes e até opostos ao que chegou aquele esforçado defensor das classes altas” (, p. 1). A oposição de interesses ficou grifada como um espaço a ser contestado. A imparcialidade anunciada pelo jornal sofria uma crítica a partir da observação com relação a ligação de classe. Logo, a lógica traduzida era o de que se o jornalista conversou e publicou a visão do proprietário, os anarquistas como divulgadores dos anseios operários, procurariam os trabalhadores para apresentar a versão deles.

Além dos jornais, as organizações da classe tiveram papel fundamental para combater a classe dominante. Neste sentido, o *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas* editava um jornal e pontuava algumas ações. A classe precisava se unir. A forma encontrada deveria conciliar os interesses econômicos e garantir os direitos políticos dos trabalhadores.

Dentro do universo associativo, muitas vezes o líder era a principal figura que ligava os trabalhadores na *sociedade operária*. Francisco Xavier da Costa foi uma destas lideranças no interior do *Grêmio de Artes Gráficas*. Além disso, ele foi uma liderança expressiva no movimento operário do período. Esta personagem inspirou Benito B. Schmidt (2002) a escrever a sua tese. Nela, a figura de Xavier da Costa foi

apresentada em contraste ao clientelismo³⁶ existente. Na verdade, o patronato conseguia manter e gerenciar os seus trabalhadores de forma que o clientelismo era uma forma de controle disciplinar. Uma das maneiras de não criar “contestadores” era o de empregar aqueles “indicados” por outro patrão ou autoridade estatal.

Este tipo de relação era a que permitia a algum operário empregar-se nas oficinas que publicava *A Federação*³⁷, ou ainda, conseguir algum trabalho público. Isto era abominado pelos socialistas, os quais, em muitos momentos, denunciaram algumas destas práticas. Sobre isso, Schmidt (2002, p. 170) escreveu:

O clientelismo dificultava, igualmente, a formação de uma solidariedade de classe, pois a crítica feita aos chefes locais pelos dirigentes operários podia trazer consequências nefastas aos trabalhadores com menos visibilidade. Cabia, assim, aos líderes dos trabalhadores, apresentarem-se como protetores de seus liderados, demonstrando coragem para desafiar publicamente os poderosos.

A força pessoal era apresentada através da construção de discursos que envolviam o líder. Nas narrativas Xavier da Costa não se limitava a proteger os trabalhadores advogando em prol dos operários, mas, também, ele se associava a várias *sociedades operárias*. Ao observar a sua figura, ficou perceptível que este “líder socialista – como boa parte dos militantes operários da época – conferia uma grande importância ao associativismo, enquanto forma de organização e conscientização do proletariado” (p. 184).

Francisco Xavier da Costa buscava “consolidar a sua posição de liderança no meio operário local, procurou participar, direta ou indiretamente, de todas as entidades” (p. 186) possíveis. Como também “em outras entidades, a influência de Xavier da Costa

³⁶Clientelismo foi tratado como uma relação “entre indivíduos desiguais do ponto de vista da riqueza, do poder, do estatuto” as quais estabelecem “relações ditas ‘de clientela’ em virtude das quais o superior concede uma proteção ao inferior em troca de prestações determinadas pelo costume” (BOUDON, et al, 1990, p. 45). Situação que ficava a margem da legalidade política, pois ela não previa “qualquer associação orgânica dos interesses num quadro político” de modo que “realizam uma permuta, de típica clientela, entre o consenso eleitoral dos indivíduos ou dos grupos e os recursos que o Estado põe ao dispor do pessoal dos partidos” (BOBBIO, 1998, p. 179). Em síntese, o clientelismo ajudava imediata e momentaneamente o “cliente”. Em contrapartida, este colaboraria para o “superior” a médio e longo prazo. Então, um emprego ao “cliente” serviria para solucionar os problemas imediatos do sujeito, enquanto o voto seria a alavanca necessária para aquele integrante da oligarquia fazer valer os interesses de seu grupo durante a sua gestão.

³⁷O jornal *A Federação* era o órgão oficial do Partido Republicano Rio-Grandense. Este partido esteve no comando do estado durante todo o período estudado. Em muitas cidades a sua dominação política era evidente.

se dava de maneira indireta, através de suas relações pessoais e políticas” (p. 186). Retornando ao *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas*, esta associação viraria alvo de disputa entre anarquistas e socialistas, em 1906. E tal duelo apareceria nas páginas do *A Luta* em uma série de reflexões, das quais destacou-se:

Porque não nos organizamos, nós os gráficos, em sindicato? Porque não fazemos coisa nova, se a que há não presta? Esqueçamo-nos de que existe um Grêmio Gráfico, já que ele não preenche os fins para que foi criado; abandonemo-lo e trabalhemos para o que possa ser realmente útil e proveitoso, não somente a nós, os gráficos, mas à classe em geral, pois que, quanto mais homens houver que compreendam os seus direitos, mais fácil se tornará o conquista-los (A LUTA, 29 de julho de 1906, p. 2-3).

Ainda cabe destacar a importância que estes anarquistas deram para os *sindicatos*. A luta inicial dos libertários organizados parecia centrar-se na formação de mais organizações desta orientação. Em suma, isso englobaria a possibilidade de mudar as *sociedades operárias* que existiam como também em criar outras. Porém, este debate será mais bem abordado no próximo capítulo.

De modo geral, as organizações operárias deveriam manter a preocupação com a “expansão dos fluxos de comércio desde o final do século passado” (ALMEIDA, 1992, p. 561), os quais traziam “consigo, além do significativo crescimento populacional das cidades gaúchas, importante diversificação da oferta de serviços urbanos” (p. 561). Esta realidade proporcionava a criação destas sociedades, enquanto as já criadas teriam nestes trabalhadores urbanos o seu público central.

Então, logo foi necessário pensar em uma *tipologia* do trabalho e do trabalhador, pois para cada ofício havia uma associação. E nem todos os trabalhadores se projetavam como operários, tais como o exemplo dos gráficos que se consideravam artistas. Esta situação só era palpável quando o gráfico estava em oposição ao trabalhador da indústria têxtil. Em outras palavras, existia a diferenciação entre um operário não especializado e os especializados, pois sabe-se que a maioria das *sociedades operárias* foi criada pelos segundos.

Aproveitando o exemplo dos trabalhadores da indústria têxtil, evidenciou-se que neste setor havia grande concentração de crianças e mulheres trabalhando. Por este

motivo, a indústria têxtil obteve destaque por desencadear diferenciações de tratamento e salário para estas pessoas. Aravanis (2010, p. 161) evidenciou que:

A mão de obra feminina, por ser de menor remuneração, era também empregada pelos empresários a fim de maximizar seus lucros, de forma concorrente à mão de obra masculina. Apesar da existência de matérias na imprensa operária que sugerem ser esta prática uma ação generalizada, os dados aí levantados revelam que esta ação se dava na área da produção onde as tarefas eram tidas como compatíveis com a “natureza feminina”: na indústria têxtil e nas atividades de costura.

No cenário porto-alegrense, as crianças e mulheres foram trabalhadores que realizavam tarefas que não necessitavam de tanta força física, quanto à metalúrgica, por exemplo. Neste sentido, através das várias possibilidades de encaixar as mulheres na produção industrial, existiram algumas Companhias que apontaram o emprego desta mão-de-obra através do *Catálogo da Exposição Estadual de 1901*.

Dentro do *Grupo IX – Classe III*, a produção de Fiação e Tecidos foi considerada como “uma das indústrias que mais salienta-se n’esta Exposição, augurando um porvir que não irá longe para a prosperidade e riqueza do Estado” (p. 159). O complexo têxtil expunha “desde a matéria prima até os artefatos mais custosos da manufatura” (p. 159). Em suma, do *Catálogo* foi pertinente pontuar que a Companhia Fiação e Tecidos Porto Alegre contava com “cerca de 300 operários, homens, mulheres e crianças, estas maiores de 12 anos, encontram trabalho nas oficinas da companhia, quando estas funcionam com toda atividade” (p. 163).

Outra a adotar estes serviços foi a Companhia Fabril Porto Alegre, onde “fabrica-se 70 qualidades de meias e camisetas, das mais grossas para trabalhadores, até bem finas, estas em cores e padrões variados” (p. 166). Nesta Companhia, trabalhavam “com regularidade, [...] 160 pessoas, entre elas homens, mulheres, moças e crianças” (p. 166). O que para o referido *Catálogo* era sinônimo de progresso, para o jornal *A Luta* seria modelo de *exploração*:

Hoje vamos trazer para aqui algumas notas do que se passa na Companhia Fabril (Fábrica de Meias).
Nessa fábrica 3 quartas partes do pessoal é feminino, havendo cerca de 25 crianças de 7 a 10 anos de idade.

Os salários que tiram os operários por semana, são insignificantes; há alguns trabalhadores ganhando, por semana, cerca de 36\$000, o que a primeira vista, é um bom ordenado, se soubermos porém que das férias de cada um é descontado o preço das agulhas que emprega no trabalho, e que às vezes chegam a pagar 10\$000 de agulhas numa semana, vemos aquele salário baixar a uma soma irrisória.

As mulheres e as crianças, como é de praxe, ganham uma diária mesquinha (A LUTA, 15 de dezembro de 1906, p. 2).

A luta contra o trabalho infantil e o combate à diferenciação salarial entre homens e mulheres esteve presente no periódico anarquista. Era necessário proteger estes trabalhadores da exploração excessiva que o patronato impunha a eles. Então, as *sociedades operárias* não deveriam medir esforços para amparar a todos os trabalhadores. Porém, infelizmente não foi possível encontrar os nomes dos associados de nenhuma organização operária do período. Esperar-se-ia que com atas e listas de membros fosse possível identificar e mapear o perfil do trabalhador organizado. Deste modo, se limitou a debater sobre a forma de proteção prevista do que as efetivas às mulheres e crianças.

Dando sequência ao trabalho, nos *Estatutos da Liga Operária Internacional* apontava a preocupação em proteger e unir os trabalhadores. Isso incluiria as mulheres e crianças, os mais explorados no mundo do trabalho. Nesta *Liga*, foi possível identificar, nos dois primeiros artigos:

Artigo 1º - A Liga Operária Internacional tem por fim:

§ 1º - Promover a união dos trabalhadores, não só na capital como fora dela.

§ 2º - Proteger em todas as circunstâncias os seus associados.

§ 3º - Concorrer para a educação dos filhos dos trabalhadores, por meio de aulas noturnas que a associação criará.

Artigo 2º - Farão parte da Liga, todos os trabalhadores ou trabalhadoras, sem exceção.

§ Único – para isto pagará cada um 1\$000 de entrada e igual quantia de mensalidade. (ESTATUTOS DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONAL, 1896).

Portanto, a organização da classe visava à proteção e a instrução de seus filiados. Outros exemplos de *sociedades operárias* foram identificados nos próximos capítulos, porém, esta citação, aqui, serviu de modelo para a evidência a respeito da preocupação da *Liga* para com os operários porto-alegrenses. Também foi possível

encontrar o valor cobrado pela mensalidade, o que era relativamente baixo quando considerado que os salários dificilmente baixavam de 1\$000 diário.

Porém, para participarem das atividades do sindicato, os trabalhadores necessitavam de tempo e de no mínimo aqueles 1\$000 citados. Então, entre os trabalhadores foi imprescindível especular a respeito das suas relações com o tempo, que na vida cotidiana de trabalho os fazia realizar determinados esforços físicos exigidos na fábrica. A classe deveria pensar sobre o nível de exploração da jornada de trabalho como fator de luta. A partir da disposição dos horários livres dos trabalhadores, as *sociedades operárias* organizariam os seus espaços e as agendas de atividades.

A preocupação quanto ao repouso foi tão grande que a luta pelas “8 horas” se dava com esta bandeira, também. Algumas áreas, foram destoantes uma das outras no quesito jornada de trabalho. Para os gráficos, o maior tempo possível de permanência nas oficinas acarretaria em um lucro maior, já que a produção era remunerada por peça produzida. Este fator elevava o debate para as páginas dos jornais, os quais disputaram a hegemonia do pensamento a respeito da redução da jornada. Esta diminuição do tempo dedicado ao trabalho produtivo, não deveria acarretar em perdas financeiras aos operários, pelo contrário, deveria ser o elemento propulsor de uma produtividade maior e de melhor qualidade.

Neste sentido, a luta pela diminuição da jornada de trabalhos estava atrelada aos fatores objetivos das *sociedades operárias*. Este seria um fator que faria com que os operários não organizados se inspirassem naqueles exemplos positivos de conquistas. Portanto, as associações enfrentavam os desafios encontrados na disputa existente entre os trabalhadores e o patronato. Eram elas que definiam as estratégias e os rumos a serem seguidos. No rumo dos debates sobre o trabalho por hora ou obra, os socialistas pensavam que “os artistas, seja qual for a profissão, se percebem emolumentos mensais, só terão a ganhar com a diminuição do horário. Mas, aqueles que trabalham por obra, com essa redução, serão prejudicados, porque menos produzirão no tempo limitado” (A DEMOCRACIA, 4 de agosto de 1907, p. 1).

Então, percebeu-se que a diminuição da jornada de trabalho poderia melhorar as condições salariais. Porém, aqueles que recebiam por obra ao terem o seu tempo reduzido para 8 horas enfrentariam dificuldades por não terem tanto tempo para produzir quanto antes. Assim, as críticas referentes a diminuição da jornada de trabalho

girava em torno do arrefecimento salarial. Contra este fator, a luta empreendida pelos anarquistas e pelos socialistas não objetivava apenas a redução do tempo, mas melhorias das condições de vida dos trabalhadores.

O posicionamento dos socialistas poderia ser compreendido a partir de um artigo publicado sobre a questão da diminuição das horas e a questão salarial. Nele, os socialistas sugeriram que os patrões aumentassem “o número de empregados, e nada perderão com isso; antes, pelo contrário, tudo terão a ganhar” (A DEMOCRACIA, 4 de agosto de 1907, p. 1). Ainda quanto aos problemas da falta de uniformidade de pagamento, o exemplo dos trabalhadores da Fiação e Tecidos que eram remunerados por peças, clareia a visão em relação aos diversos pontos de vista neste assunto. Logo, “em virtude da exiguidade do preço por que são pagas as obras e trabalhando por contrato vem ganhar um ordenado irrisório (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 1).

O salário baixo e a forma de pagamento foram elementos que dificultavam a vida dos trabalhadores. Além disso, os anarquistas denunciavam a situação dos operários da Fábrica de Meias, que na sua forma de pagamento “em muito dificulta a vida dos operários desta fábrica” (A LUTA, 15 de dezembro de 1906, p. 2). Nesta fábrica,

os operários trabalham por peça e às quartas-feiras fazem entrega das obras da semana, recebendo no sábado a respectiva fêria. Acontece porém que, se por qualquer circunstância, falta ao trabalho no dia do recebimento da fêria, esta só lhe será paga no sábado seguinte, isto é, 17 dias depois de entregues as obras. É fácil de calcular em que dificuldades se vê o operário que tem de esperar tantos dias pelo seu salário (A LUTA, 15 de dezembro de 1906, p. 2).

Ao verificar a denúncia descrita, tornou-se possível constatar que os trabalhadores deveriam controlar a economia doméstica e assim, não correr o risco de ficar sem dinheiro, já que muitos deles não se associavam nas *sociedades operárias*, que seria a única instituição capaz de lhes amparar nos momentos de desemprego ou doença.

A falta de compreensão dos patrões em relação às condições socioeconômicas dos operários foi transmitida, no sentido de que os primeiros almejavam apenas lucrar com o trabalho dos segundos. As produções libertárias e socialistas seguiam está lógica de crítica social. Os produtores da riqueza social foram apresentados como todos os que trabalhavam, e o patronato foi caracterizado como o explorador. Esta condição

significava a afirmação de que os patrões exploravam a mão-de-obra do operariado de forma intensa (tempo) com baixos salários. Logo, outras dificuldades apareciam, pois eles poderiam sofrer por remuneração ignóbil quanto por atrasos, ou ainda, por multas.

Sobre as possíveis multas aplicadas a todos os trabalhadores, no jornal, foi possível identificar o destaque para a condição do trabalho das mulheres e crianças como o “mais explorado”, já que “desse reduzidíssimo salário são-lhes ainda descontados multas infligidas pelos mandões da oficina. Estas multas eram justificadas como mantenedoras da ‘boa ordem’ do trabalho” (p. 2). A aplicação das multas foi apresentada pelos patrões aos trabalhadores como controladores da ordem e os seus valores seriam revertidos “em benefício de uma escola existente nos Navegantes” (p. 2).

Os libertários destacaram que nesta “escola podem frequentar os filhos dos operários da fábrica dos quais saem as multas que a mantêm; entretanto há crianças que, trabalhando na fábrica, estão sujeitas às multas e nada podem aproveitar da escola, nem para si nem para seus irmãos” (p. 2). Ao lado das crianças, as mulheres sofriam com outras formas de cercos no mundo do trabalho, como além de serem “remuneradas com mais baixos salários, as operárias eram vítimas das precárias condições de trabalho, do assédio dos contramestres e da carga horária excessiva dentro das fábricas” (MARCON & VASONCELLOS, 2000, p. 33). Então, sobre as condições gerais enfrentadas nos mundos do trabalho, as autoras destacaram:

Tudo isso e mais sabem todos os operários que são obrigados a passar 10 ou 11 horas encerrados nas escuras e anti-higiênicas oficinas de Porto Alegre e, por experiência própria, conhecem as multas, as descomposturas dos chefes, as grosserias de contramestres bajuladores e estúpidos, e muitos outros fatos que rebaixam tristemente a dignidade operária (A LUTA, 20 de janeiro de 1911, p. 1).

A luta salarial e as condições higiênicas das fábricas foram fatores apresentados como problemáticos no ambiente de trabalho. A Fábrica de Meias foi um exemplo citado no periódico anarquista. Assim como ela, “são pouco mais ou menos como as de todas desta capital, onde os proprietários e gerentes de estabelecimentos industriais pouco ou nenhuma atenção ligam a estas coisas” (A LUTA, 15 de dezembro de 1906, p. 2). A insalubridade era apresentada como fator responsável pelas doenças e mortes do proletariado.

Neste sentido, os redatores dos jornais operários escreveram a “realidade” das fábricas segundo as suas leituras de mundo, percebendo e denunciando o que lhes era apresentado. Através do método denominado “observação social”, eles dialogaram com os trabalhadores. Dessas conversas, eles publicaram as suas opiniões. Logo, criou-se uma relação direta com os explorados, tendo na figura dos redatores, a posição de líderes dispostos a mudar os rumos da sociedade. Diga-se mais: estas lideranças compreendiam os oprimidos pelo motivo de que eles também o eram.

A união em associações operárias entre os explorados era o mecanismo apresentado pelos anarquistas para conquistarem os avanços necessários na luta de classes. Em muitos momentos, os libertários e os socialistas ocuparam as mesmas fileiras, procurando, por exemplo, a melhor posição para a manutenção das horas diárias de trabalho. Esta possibilidade de união demonstraria que era possível existir a relação de solidariedade entre estes grupos. No mais, tanto os anarquistas quanto os socialistas criticavam-se enquanto rivais. E reprendiam aqueles que não concordavam com os seus métodos e estratégias para defenderem as suas ideologias.

Entre os vários elementos que aproximariam e/ou distanciariam as *sociedades operárias* estava a ideologia seguida pelas suas lideranças. Dentre os encontros que procuravam reunir os trabalhadores de determinada categoria para discutir “assuntos de seus interesses”, também havia as convocações que visavam o lazer. Porém, o debate em relação ao tempo e a sua utilização entre o proletário porto-alegrense era de suma importância para a verificação dos dias e horas que elas ocorreriam.

A luta pela redução da jornada diária de trabalho procurava “dividir o dia em três partes, uma para o trabalho, outra para o repouso, sendo a última dedicada ao estudo, aos exercícios necessários à vida vegetativa e às diversões” (A DEMOCRACIA, 4 de agosto de 1907, p. 1). Nesta perspectiva ideal, estaria incorporado dentro das 8 horas o salário necessário para as necessidades do trabalhador e de sua família.

O excesso de trabalho era denominado como *exploração* e ela possuía várias faces. A ausência, e/ou até o desconhecimento em relação às leis eram componentes que integravam a complexidade dos trabalhadores. Estes operários recorreriam às lideranças, anarquistas ou socialistas, para sanar dúvidas e conseguir ajuda. Um exemplo interessante, o qual ilustrou a relação patrão-empregado e as dividas do primeiro para com o segundo, foi publicado na sessão *Várias* do jornal *A Democracia*.

Nesta coluna constava em destaque a frase “**um burguês... espertalhão**”³⁸ (A DEMOCRACIA, 24 de março de 1907, p. 3). Esta publicação foi o resultado do depoimento de Max Buhl, o qual teria para “receber a quantia de 125\$000” (p. 3) do patrão Francisco Debatin. À vista disso, o patrão argumentaria que não poderia pagar o empregado por não ter o soldo no momento. Porém, isso ocorria em várias situações e a cobrança acabou se transformando em conflito físico.

Neste sentido, através da autoridade de representante dos trabalhadores, os socialistas apresentaram Max Buhl como um “profissional marceneiro (...), esteve empregado, durante muito tempo, nas oficinas do sr. Debatin e de lá despediu-se devido a nunca poder contar com o seu salário nas devidas épocas” (p. 3). Após as cobranças, ele “perdeu a paciência e como não se recordou de ir queixar-se ao bispo foi pedir providências à polícia judiciária, que, no caso, era a mesma coisa, afim de que ela chamasse o devedor remisso ao cumprimento da obrigação” (p. 3).

Neste momento, “o sr. Debatin compareceu na chefatura de polícia e disse, a um dos delegados, que realmente devia a Buhl a quantia de 125\$, porém que não pagava-a por não poder, e que, entretanto, o credor aparecesse em sua oficina algumas vezes mais, pois que talvez lá fosse n’alguma ocasião oportuna” (p. 3). A reclamação do marceneiro Buhl na polícia não surtiu o efeito esperado, o que colaborou para a ida dele no escritório d’A *Democracia*. Ali, entre os “companheiros” de classe, o trabalhador poderia obter maiores informações de como proceder e, no sentido prático, ter alguma ajuda econômica da associação pertinente.

Estes exemplos de atuação das sociedades ajudaram a esclarecer o papel por elas desempenhado. O associativismo era, em muitos momentos, a única proteção que os trabalhadores encontrariam no cenário urbano. Neste sentido, a “cultura associativa” existente no Brasil foi um conceito utilizado para a compreensão das necessidades, dos modos e meios que os trabalhadores se organizaram. Coube aqui pensar sobre as *sociedades operárias* porto-alegrenses, as quais foram criadas e fomentadas em um contexto que refletia o plano geral. Em outras palavras, estas organizações não eram excepcionais se comparadas com as de outras regiões. E esta tendência associativa ocorreu

³⁸Grifo no original.

A partir da década de 1880, no país, por conta de contundentes mudanças conjunturais, as normas que regulamentavam o associativismo também conheceram algumas importantes alterações. Os golpes no escravismo, o incentivo aos projetos imigratórios, o fortalecimento do abolicionismo, as transformações no mundo do trabalho, a maior pujança da vida urbana nas principais cidades brasileiras e o advento da República fomentaram o interesse na montagem de novos grupos de interesses comuns – diversificados em seus perfis constitutivos e com novas demandas políticas e sociais. Especialmente entre os trabalhadores, observamos que muitas de suas sociedades mutualistas extrapolaram os tradicionais objetivos previdenciários chegando mesmo a pautar significativas reivindicações de cunho sindical – como melhorias nos pagamentos devidos pelos patrões e na diminuição da jornada de trabalho. Classe e nacionalidade também foram categorias fundamentais para que trabalhadores estrangeiros organizassem seus grupos de afinidades e reivindicassem direitos no país que os “acolheu” (CORD; BATALLA, 2014, p. 13-14).

Com esta citação foi possível identificar os fenômenos que ocorreram em Porto Alegre como parte do conjunto de associações que existiam no Brasil. Elencaram-se também a relação que existia entre as associações desta cidade com o patronato. Relações que eram similares às de outras localidades. Um dos fatores que poderia ser acrescentado ao debate era a rede de solidariedade que estes grupos formavam através de cartas, jornais e indivíduos que circulavam de um *espaço* ao outro.

Mas estes grêmios, ligas e uniões foram aceitas e legitimadas conforme os *interesses* e as *necessidades* da classe. Porém, existiram fatores *subjetivos* que faziam com que um trabalhador se associasse. O conhecimento das condições materiais e do cotidiano serviria, aqui pelo menos, para caracterizar o *tipo*, a *localização* e as *mensalidades* que elas cobriam. Desta mensalidade, estas sociedades deveriam cobrir uma série de benefícios e respeitar as *condições* financeiras da *organização*.

Dentre os *serviços*, foi possível discriminar alguns, tais como: “remuneração para os dias parados momentos de doença, assistência médica, farmacêutica e jurídica, passando pela pensão por invalidez ao associado ou para seus dependentes em caso de morte, além do auxílio-funeral” (CASTELLUCCI, 2014, p. 48). Apresentados alguns fatores objetivos, observou-se agora aqueles subjetivos:

Não há como separar o surgimento das primeiras sociedades de artesãos do processo de valorização dos ofícios qualificados e da visão positiva do trabalho como um elemento que, além de distinguir os trabalhadores dos pobres, associados ao ócio e ao vício, foi determinante na definição de uma identidade de classe operária, ligada ao trabalho regular e à organização (CASTELLUCCI, 2014, p. 48).

Logo, o *trabalho* era positivado como sinônimo de *progresso*. Ainda foi possível encontrar nos estatutos esta qualificação aos seis associados. Além do mais, ser trabalhador era sinônimo de produtor das riquezas sociais. Nos jornais, esta relação era discriminada como um diferenciador de classe, mas também de valores morais.

A valoração do trabalho em alguns momentos dialogava com o moralismo burguês, no qual o trabalho era o propulsor social. Bilhão (2008, p. 78) concluiu que, em muitos pontos, existiu o diálogo entre a moral da classe operária com a burguesa. Com isso, existia através desta edificação

uma estratégia de reforço da honorabilidade dos operários, que não apenas contribuíam para o progresso da cidade com sua força de trabalho, mas que também, muitas vezes, dedicavam suas poucas horas de descanso ao cultivo das atividades intelectuais, opondo-se àqueles que preferiam desperdiçá-las em “locais pouco recomendáveis”.

Esta espécie de honra operária servia tanto para a *sociedade operária* quanto para o *trabalhador*. As organizações baseavam-se e experimentavam-se de forma contrastante com a sociedade. Ela, em linhas gerais, não era uma constituição que isoladamente (re)construía e (re)significaria identidade(s). Da mesma maneira que os operários possuíam dificuldades financeiras, estas *associações* também, pois eram eles que a mantinham.

Quanto às disputas pela presidência, identificaram-se momentos em que a motivação dos duelos se dava no plano ideológico. Em outros, muitas rivalidades surgiam a partir de métodos de luta distintos. Seria então nas situações de eleições que estas diferenças viriam à tona, mas a maioria das disputas seria resolvida nos salões destas sociedades através de discursos e debates que foram promovidos.

A partir destas lutas pontuais foi que os anarquistas e socialistas construíram a percepção da realidade social. O que significaria dizer que na ótica dos trabalhadores surgiam alguns conceitos básicos para ilustrar a sua realidade. Mas não bastava apontar os problemas e as dificuldades, se fazia necessário lutar para transformá-las.

Neste sentido, identificou-se entre as publicações socialistas um artigo que elucidou o conceito de *trabalho*, e também apresentou o entendimento de *exploração*. Expuseram, então que

Um pão é pois a soma da qual são parcelas do suor derramado pelo homem que prepara a terra, planta, cuida e faz a sega; do trabalho de outro que à sociedade forneceu pela inteligência máquinas para o fabrico da farinha; do padeiro que perdem a noite em amassar a farinha, e ainda, do entregador que contribui para a nossa vida, sem falarmos na Natureza que fez crescer a planta.

Por tanto, para que em nossa mesa possamos saborear esse pão sem sentirmos o sangue subir às nossas faces é preciso que derramemos o nosso suor, é preciso que trabalhemos.

Todos os que assim não fazem, todos os mais que não trabalham, não passou de exploradores dos seus irmãos, que vivem sem produzir e que são portanto indignos (A DEMOCRACIA, 21 de julho de 1907, p. 4).

A partir do exemplo do pão, que era um alimento básico, os socialistas apontaram outra série de elementos que poderiam ser cruzados com as reflexões dos pensamentos levantados pelo movimento socialista do mundo inteiro. Em síntese, o trabalhador era o único merecedor das riquezas sociais, pois foram eles os que produziam. E mais, através do conhecimento adquirido, eles influenciavam diretamente na elaboração de tecnologias capaz de melhorar a capacidade de rendimento da colheita e fabricação do pão. Mas este agente precisava pagar pela instrução, pelas roupas, pela moradia e alimentação para chegar ao mercado de trabalho. O seu salário deveria saldar estes investimentos e sustentar a família do operário, quanto também deveria possibilitar a aquisição de momentos de lazer e sociabilidade.

O *preço* do pão necessitaria satisfazer as necessidades do trabalhador, pagar a matéria prima e os gastos na fábrica. O patrão, ao quitar todos estes valores, colocaria uma cotação acima de todos estes imperativos para adquirir o *lucro*. E era desta situação que as críticas anarquistas e socialistas tiravam fôlego. Pois bem, o patronato, assim como os comerciantes, não investiam esforços em toda a produção, obtendo, no fim, apenas o dinheiro. Em outras palavras, o esforço organizador dos patrões seria facilmente substituído pela força coletiva que os trabalhadores poderiam exercer na gestão da produção.

Na lógica dos anarquistas e socialistas, a soma final enriqueceria apenas o patronato. Para reforçar esta percepção, foram impressos vários textos que colocariam o

patronato como sinônimo de classe improdutiva. A partir deste recorte textual, foi possível perceber alguns elementos que norteava a luta de classes. A síntese elaborada corroborava com a ideia de que a classe proletária era subjugada pela burguesia. Então, restava ao proletariado criar os mecanismos de *resistência* através do associativismo e das denúncias nos periódicos.

A visão de mundo e os *interesses em comum* foram os fomentadores da associação de classe entre estes trabalhadores. E um dos fatores que interferiu nas pautas das *sociedades operárias* foi a experimentação do tempo. Esta noção era diferente de uma categoria para a outra, podendo ser norteada pelos desejos de cada setor da sociedade. Em suma, a diferenciação deveria ser percebida através de

uma relação simples. Aqueles que são contratados experienciam uma distinção entre o tempo do empregador e o seu “próprio” tempo. E o empregador deve *usar* o tempo de sua mão-de-obra e cuidar para que não seja desperdiçado: o que predomina não é a tarefa, mas o valor do tempo quando reduzido a dinheiro. O tempo é agora moeda: ninguém passa o tempo, e sim o gasta³⁹ (THOMPSON, 1998, p. 272).

O controle quanto à distribuição do tempo se dava através dos relógios. Uma ferramenta que se popularizaria e que o jornal socialista propagandeou. Edward Palmer Thompson (1998), não abordou o recorte temporal aqui estudado, mas tornou-se relevante como teórico para acercar-se sobre a relação do tempo e os agentes sociais. Segundo este autor, os *interesses* na forma de utilização do tempo eram distintos. As divergências ocorriam através da colocação social que cada um exercia na sociedade. Assim, o empregado poderia medi-lo por peças feitas ou pelas horas marcadas nos relógios. Enquanto que o patrão o controlaria conforme o ritmo exigido pela produção na fábrica.

A luta pela redução da jornada possuiria o sentido de possibilitar maior tempo-livre para os trabalhadores estudarem e descansarem. Mas uma propaganda chamou a atenção. Seja por ser uma peça voltada para a classe quanto pelos elementos contidos no anúncio publicado no jornal *A Democracia*. Então, os “relógios socialistas” ajudavam o trabalhador a identificar melhor a distribuição ideal do dia. Entretanto, observou-se a seguinte propaganda:

³⁹ Ressalta-se que Thompson estuda um período distinto, em um contexto diferente, porém, a lógica da sua reflexão é pertinente para o debate.

NOVIDADE! NOVIDADE!
RELOGIOS SOCIALISTAS
 Artigo de qualidade excelente, garantido, fabricado especialmente para a acreditada relojoaria e joalheria
A Meridiana
 Rua Voluntarios da Patria 91 A, em frente á praça dos Bombeiros.
 Os RELOGIOS SOCIALISTAS, que se acham expostos á venda nessa reputada casa, são de nickel, fortes, de tamanho elegante e commodo, e seu funcionamento é perfeito, pois foram fabricados sob rigorosa recommendação. O mostrador tem duas ordens de algarismos, indicando 12 horas cada uma. Na capa os RELOGIOS SOCIALISTAS contêm, em relevo, os seguintes dizeres, circumdando uma vista allegorica ao Trabalho e ao Progresso: 8 HORAS DE TRABALHO, 8 HORAS DE INSTRUCCÃO, 8 HORAS DE DESCANÇO. OPERARIOS DE TODO O MUNDO, UNI-VOS!
 Cada um destes esplendidos relógios custa apenas
8\$0000!
A MERIDIANA
 DE
RAFAEL CALIENDO
 Rua Voluntarios da Patria, 91 A, em frente á praça dos Bombeiros.

Figura 3- Propaganda dos relógios socialistas.
 Fonte: A Democracia, 2 de junho de 1907, p. 4.

Estes modelos foram confeccionados para os trabalhadores. O anúncio ainda publicitava que eles eram confortáveis e com valores acessíveis. E, o mais curioso, eram dotados dos dizeres alegóricos “ao Trabalho e ao Progresso: 8 horas de trabalho, 8 horas de instrução, 8 horas de descanso”. A presença do termo “trabalho” significaria que aqueles se identificavam com os operários “dignos”, os produtores da riqueza social. “Progresso” era o resultado do processo produtivo, no qual a sociedade evoluía conforme o ritmo orientado pela “classe produtiva”.

A luta pelas “8 horas” ocorreu em 1906, e nos anos anteriores ao da publicação. A presença dos símbolos que fazia menção ao dia tripartido distribuía o dia de maneira igualitária. Neste sentido, para cada “momento” do dia havia um interesse específico. Isto tudo indicou que os socialistas assimilaram as ideias desta distribuição temporal. E

a parcela de “instrução” apresentava, em partes, o convite para a participação nas atividades sindicais.

Ressalvou-se que esta propaganda foi voltada para a venda de um produto. Mas não um objeto qualquer, mas sim direcionado para um público determinado. Estes possíveis compradores deveriam se identificar com aquele relógio como um todo. E dentro desta lógica, a presença dos dizeres mencionados sugeriria a existência de valores ideológicos que demarcariam a dedicação de horas ao trabalho e ao lazer.

As percepções distintas quanto a melhor forma de utilizar o tempo foi algo que movimentou muitas publicações nos jornais. Aqui poderia ser dito resumidamente que para os empregadores, a utilização da máquina acarretaria em uma economia de tempo na produção. Já o operário perceberia na máquina mais que um equipamento. Ele poderia identificá-la como uma controladora ou até rival no mundo do trabalho. “Tempo é dinheiro”, para ambas as classes, mas a forma de transformá-lo era o que distinguia uns dos outros.

A exploração nas fábricas foi o principal argumento para a criação das *sociedades operárias*. Nesta realidade, eles se apoiaram na solidariedade de classe, imprimindo jornais para divulgar os acontecimentos da sociedade, sendo necessário tornar público todos os problemas enfrentados pelos trabalhadores. Esta ação não era um simples anunciar, ou desabafar, mas teria o sentido pedagógico e de denúncia, instrutivo quando existia a presença de fragmentos que ensinavam os operários a “como agir” em situações similares, e de denúncia quando indicava as más condições que enfrentavam.

Assim, os elementos que são levados aos segundo e terceiro capítulos apontam as *necessidades* dos trabalhadores, as possibilidades de organização, e a luta contra quem lhes impõe a situação atual. Portanto, através da identificação das ideologias difundidas e as práticas realizadas pelos anarquistas e socialistas, será possível evidenciar a atuação efetiva, como também as possibilidades concretas nos mundos do trabalho porto-alegrense. A relação *experiência* e *cultura* foi impressa em poesias, dramas sociais e discursos. A necessidade da compreensão deste tipo de correspondência foi imprescindível para a identificação do papel pedagógico que a literatura e as caricaturas possuíam para estes militantes. A experiência vivida tornar-se-

ia em experiência percebida a medida em que os mais conscientes apontavam o caminho para aqueles “presos à escuridão” do não conhecimento.

Neste sentido, caberia pontuar e fazer ser percebido pelos trabalhadores que “a intensificação do trabalho combina formas veladas – o aumento de velocidade das máquinas por exemplo – com os incentivos materiais e a violência” (FAUSTO, 1986, p. 114). Foi a partir desta intensificação que os anarquistas e socialistas construíram as imagens da realidade apresentadas nos seus jornais. Para isso, eles apresentavam o operário como o produtor das riquezas sociais e ao mesmo tempo no explorado. A imagem antagônica seria a do patrão gordo e mesquinho. A contraposição serviria para demonstrar as fronteiras materiais e morais que existia entre as classes.

2. CULTURA ASSOCIATIVA: ANARQUISMO NA TEORIA E NA PRÁTICA

*A Liberdade perene é uma conquista permanente*⁴⁰.

Este capítulo se preocupou em verificar a produção escrita, imagética e o associativismo anarquista. Além disso, a teoria revolucionária proposta através do jornal *A Luta* também foi problematizada. Então, foram levantados os teóricos e as ações protagonizadas por este grupo. E, para fins didáticos, o capítulo foi distribuído em três subcapítulos.

A divisão supracitada colaborou para a compreensão das concepções e das ferramentas utilizadas pelos anarquistas. Assim, no primeiro momento foi discutido o aporte teórico debatido por eles. O segundo subcapítulo focou nos eventos práticos, ou seja, aqueles que eram caracterizados como reuniões, festejos e iniciativas voltadas ao associativismo. Foi, neste espaço, discutido um pouco da importância da educação no ponto de vista revolucionário defendido no jornal.

Enfim, o último tópico se preocupou com a produção intelectual, ou seja, a difusão de poesias, dramas e artigos que davam conta de instruir o proletariado a respeito da realidade social enfrentada. Destarte, o cunho pedagógico foi problematizado, havendo, assim, referências as dificuldades que os trabalhadores enfrentavam nas fábricas e nas suas residências.

2.1. ANARQUISMO NA TEORIA E NA PRÁTICA

Neste subcapítulo, foram problematizados os textos teóricos em relação as práticas dos militantes anarquistas que redigiam o periódico *A Luta*. Para isso, foram verificados os exemplares deste jornal, procurando aqueles textos que visavam ensinar e exemplificar a vida anárquica, e também, as produções que falavam sobre as práticas nas *sociedades operárias* e nos mundos do trabalho. Deste modo, este capítulo aborda as ideias, as intenções e as práticas anarquistas em Porto Alegre.

⁴⁰ Epígrafe do jornal *A Luta*.

A ideia de perceber a ideologia enquanto ideia e prática, relacionada diretamente com a historicidade dos sujeitos e potencialmente crítica a realidade, se inspirou na estratégia revolucionária que os anarquistas utilizaram no Brasil. Neste caso, o sindicato era uma ferramenta de luta e promoção da classe. Deste modo, Segundo Passos (2009, p. 122):

O marco da ascensão anarquista entre os trabalhadores brasileiros é o I Congresso Operário, realizado na cidade do Rio de Janeiro em 1906. As resoluções desse Congresso rejeitavam a formação de um partido político e condenavam as forças de organização como cooperativas. No Brasil, a opção anarquista privilegiava o sindicato, ou seja, aqui prevaleceu o anarco-sindicalismo. Os anarco-sindicalistas acreditavam que os sindicatos poderiam ser utilizados como instrumento para mudar a sociedade, substituindo o capitalismo e o Estado por uma nova sociedade democraticamente autogerida pelos trabalhadores.

Assim, em Porto Alegre a estratégia utilizada respeitava o que foi tratado na Confederação Operária Brasileira (COB). Ao longo das edições foi possível identificar o anúncio de filiação e/ou associação à COB⁴¹. Então, alguns sindicatos foram criados e outras associações rearticularam os seus posicionamentos frente o patronato. Outro fator determinante para a compreensão deste movimento foi, conforme Schons (2006, p. 20), a seguinte:

No contexto brasileiro, os anarcossindicalistas sentiam-se como parte de um movimento internacional e procuravam desenvolver laços de solidariedade com os movimentos operários da França, Espanha, Itália e Portugal. O esforço de homogeneização do movimento operário ignorou a existência de uma corrente que, sem colocar em questão a organização sindical, fazia reivindicações para a melhoria das condições da classe operária.

O internacionalismo foi sentido no *A Luta*. Ele era enunciado através de notícias oriundas da Europa, de ideias que circulavam pelo velho continente e de algumas ações dos anarquistas do Uruguai e da Argentina. Até a principal data rememorativa recebia simbologia internacional, ou seja, o 1º de Maio era a agitação universal do proletariado contra as opressões e explorações da classe.

⁴¹ A *União Operária Internacional* se filiou no dia 7 de novembro de 1906 (A LUTA, 15 de novembro de 1906, p. 4). Já o *Sindicato dos Marmoristas* anunciou a sua ligação com a COB em fevereiro de 1907 (A LUTA, - de março de 1907, p. 3). O *Sindicato Tipográfico* estava com projeto de filiação (A LUTA, 26 de setembro de 1908, p. 3).

Os anarquistas se esforçavam para criar a união dos trabalhadores em torno dos sindicatos. A gestão da sociedade almejada passava por esta ferramenta. E no interior dos sindicatos ocorria a formação ideológica dos operários. Neste sentido, o principal conceito utilizado pelos libertários porto-alegrenses para modificar a moral e as relações sociais se encontrava na palavra *solidariedade*.

Para os anarquistas, a *solidariedade* existe à medida que os trabalhadores, num amplo espaço educativo e formativo, promovem um processo de conscientização da importância do papel do indivíduo no coletivo e passam a questionar a realidade atual na direção de uma sociedade baseada na *autogestão* (SCHONS, 2006, p. 107).

Então, toda formação intelectual e moral passava pelas relações de *solidariedade*. E, segundo os anarquistas, existia a solidariedade entre os capitalistas, e por que não deveria existir entre os operários? Isso tudo baseado na premissa de que o capital não possuía pátria, apenas o interesse de exploração. Portanto,

Vale lembrar que, no Brasil da Primeira República, os anarquistas e anarcossindicalistas concentram sua atuação na educação do proletário, feita por meio da propaganda escrita e oral dentro e fora dos sindicatos. Apesar da forte repressão policial, circulavam no país jornais, livros, revistas, faziam-se conferências, comícios, no sentido de esclarecer o trabalhador sobre a sua condição de explorado e também para orientá-lo sobre os meios de que poderia dispor para lutar contra todo tipo de exploração (SCHONS, 2006, p. 106-7).

Existia outra possibilidade de comunicação proporcionada pelos sindicatos. Eles, então como órgão oficial de representação dos trabalhadores, manteriam certa legitimidade representativa entre os trabalhadores de determinado ofício. Estes representantes, poderiam se comunicar em nome daqueles operários com os outros de ramos iguais e/ou similares de outras localidades. Desta maneira, o sindicato serviria como um mediador que deitaria a sua palavra de confiança quando existisse a necessidade de alguma migração e/ou um ato de solidariedade.

Havia, também, a possibilidade de trocarem textos, jornais, livros, ou seja, ideias entre si. Para além das ideias, as experiências eram compartilhadas com o objetivo de

conscientizar os operários a respeito da exploração que ocorria em todos os lugares. A condição de explorado deveria ser um divisor de consciência, a qual:

Para los anarquistas, el arte comprometido y la educación para la conciencia de clase eran tan importantes como la lucha concreta vivida en las sedes sindicales y en las confrontaciones callejeras con la policía. En verdad, las dimensiones de militancia tenían fronteras puramente formales, constantemente ignoradas por la natural e inevitable comunicabilidad entre el mundo del trabajo y del conocimiento⁴² (SAMIS, 2013, p. 159).

Portanto, quando se falou de educação e consciência de classe, teve-se o pensamento de que a teoria e a prática se consolidavam em experiências a serem compartilhadas. E o maior exercício prático era o das greves orientado no sentido revolucionário. O que na teoria seria isso, na prática se limitou as conquistas econômicas.

A estratégia revolucionária anárquica pregava a luta política através das greves e da educação da classe trabalhadora. Para eles, a revolução somente ocorreria se houvesse uma transformação profunda no homem trabalhador. O que os anarquistas almejavam era uma revolução social e não política, daí privilegiar a educação, para formar “sujeitos socioculturais” e conscientes de seus direitos (PASSOS, 2009, p. 121).

A transformação humana seria a condição básica para a sociedade anárquica. O ensino deveria instruir os trabalhadores a ler, escrever, profissionalizar-se e, mais, orientá-los ideologicamente. A estratégia revolucionária mantinha um discurso próprio, revalorizado e articulado sobre as condições de existência do operariado. Era, basicamente, uma produção voltada para a classe trabalhadora. Em suma:

O discurso revolucionário nunca cessa de se revoltar. Trata-se de um coletivo das injustiças sociais; por isso, precisa tornar visível a sua revolta. É para esse lugar ocupado pelo sujeito anarcossindicalista que chamamos a atenção, através do qual será desempenhado o papel de articulador, cujo objetivo é organizar, política e internamente, as massas para a ação direta (SCHONS, 2006, p. 110-1).

⁴² Tradução livre: “para os anarquistas, a arte comprometida e a educação para a consciência de classe eram tão importantes como a luta concreta vivida nas sedes dos sindicatos e nos confrontos nas ruas com a polícia. Na verdade, as dimensões de militância teriam fronteiras puramente formais, constantemente ignoradas pela natural e inevitável comunicabilidade entre o mundo do trabalho e do conhecimento”.

Aqui, a autora pontuou uma diferença fundamental para a compreensão do papel dos anarquistas nas *sociedades operárias*. Para eles, a liderança servia para organizar e orientar politicamente os trabalhadores, enquanto que os socialistas realizavam esta atividade como mediadores de conflitos. Então, os libertários pregaram a *ação direta* e a *autogestão* como meio e fim para a emancipação da classe.

Conceitualmente, a *ação direta* foi compreendida como aquelas ações que “pregavam a luta de classes, cuja força residia na solidariedade cultivada dentro da própria classe, através da ação direta (boicotes, sabotagens, resistência, desobediência civil, desrespeito às leis e extinção do poder, sobretudo as greves), sem qualquer vínculo com partidos políticos” (SCHONS, 2006, p. 107). A negação do Estado e da via representativa estava no centro deste pensamento. Enquanto que a *autogestão* pôde ser concebida como:

o controle da produção e da distribuição de mercadorias pelos trabalhadores sem a intervenção do Estado. Nesse sentido, a gestão social do trabalho no interior de uma determinada atividade produtiva que buscava equilibrar a sua natureza coletiva com a reprodução dos mecanismos econômicos capitalistas não se encontrava na tomada do poder, como defendiam os marxistas.

Deste modo, a *conscientização* do papel de classe passaria estrategicamente por dentro dos sindicatos. Estratégica por ser pontual e limitada. A questão estava no avanço possível que esta forma de luta e resistência impunha aqueles militantes que visavam modificar a sociedade por completo. Mas de qualquer maneira, as agremiações serviram como espaço de luta política para estes anarquistas. E como eles atribuíam valores pedagógicos nas suas relações, evidenciou-se que a *solidariedade* era difundida entre os trabalhadores próximos da influência libertária.

A reflexão sobre a *solidariedade* era transmitida “à medida que os trabalhadores, num amplo espaço educativo e formativo, promovem um processo de conscientização da importância do papel do indivíduo no coletivo e passam a questionar a realidade atual na direção de uma sociedade baseada na *autogestão*” (SCHONS, 2006, p. 107). Pois bem, a grande transformação moral estava baseado nas relações de *solidariedade* entre os sujeitos. Seria através da consciência da condição similar do proletariado que o capitalismo impunha que a ação revolucionária se formaria. Para isso ocorrer, era necessário denunciar e criticar o sistema.

Neste sentido, Samis (2013, p. 162) escreveu que os periódicos anarquistas e operários “revelaban una profunda preocupación por la ampliación del acceso del trabajador a los medios de comunicación de su clase”⁴³. A comunicação entre as lideranças e os trabalhadores deveria ser dinâmica e horizontal. Fatores que em alguns momentos pareceram ficar mais no campo teórico do que no prático. Entretanto, se buscava “la participación de los demás productores no sólo en la lectura de los periódicos, sino en la confección de artículos y columnas de aquellos vehículos”⁴⁴.

Efetivamente, o que ocorreu foi a entrevista de algum redator a um grupo de trabalhadores ou troca de cartas. Assim, muitos acontecimentos de lugares “distantes” de Porto Alegre foram informados no *A Luta*. Em síntese, as publicações possuíam como conclusão que apenas a união e a solidariedade seriam capazes de salvar o operariado da situação atual. Deste modo, o teor das mensagens sugeriam a necessidade imediata da “organización y la lucha, la movilización e integración del trabajador a la causa de su emancipación”⁴⁵ (SAMIS, 2013, p. 162).

Assim, a greve de 1906 movimentou muitos esforços dos trabalhadores porto-alegrenses. Isto resultou na defasagem pecuniária de muitas famílias que aderiram ao movimento e ficaram sem seus salários. Então, procurando mostrar a força de grupo e amenizar os sofrimentos dos paredistas, os anarquistas disponibilizaram a quantia de 24\$500 arrecadados por uma *subscrição pró-grevistas* (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 3). *A Luta* se mostrava publicamente capacitada para colaborar com a emancipação da classe.

A afirmativa supracitada tornou-se sustentável a partir do estudo nos textos publicados no periódico libertário. *A Luta* era o porta-voz das reflexões teóricas e das denúncias que os anarquistas desejavam difundir para os operários. Em Porto Alegre, houve momentos em que foi necessário afirmar o seu programa frente os sindicatos e os trabalhadores. Era necessário marcar o seu espaço e as suas estratégias de luta.

⁴³ Tradução livre: “revelavam uma profunda preocupação pela ampliação do acesso do trabalhador aos meios de comunicação de sua classe”.

⁴⁴ Em algumas edições houve a publicação de cartas de leitores que reclamavam a publicação de seus problemas nas fábricas e/ou com um chefe direto.

⁴⁵ Tradução livre: “organização e a luta, a mobilização e integração do trabalhador a causa de sua emancipação”.

Neste sentido, os anarquistas criaram um *Grupo Editor de Propaganda*⁴⁶. Este *Grupo* visava criar folhetos em série a serem vendidos e disponibilizados aos trabalhadores. O primeiro custou 5\$000 e foi as *Bases do Sindicalismo*, de Emilio Pouget⁴⁷. A aparição deste autor entre os teóricos destes libertários tornou-se fundamental para a compreensão do papel destes anarquistas no associativismo. A influência de Pouget ainda nortearia o método da *observação social* que eles utilizavam para escrever as suas críticas da realidade.

Com esta inspiração foi que os anarquistas perceberam a “evolução” da sociedade, ou mais propriamente, do movimento operário. Pois, segundo Pouget, “o movimento sindicalista ou associativo do século XX é, no ponto de vista histórico, a consequência normal dos esforços da classe operária do séc. XIX, resta examinar o valor deste movimento, no duplo ponto de vista filosófico e social” (A LUTA, 28 de outubro de 1906, p. 4). Para o autor, os humanos sempre viveram em “aglomerados” de pessoas, os quais “sempre foram associações”.

Deste modo, Pouget justificou a evolução dos humanos se baseando no pressuposto de que foi a “sociabilidade” que oportunizou “a condição expressão não só de *progresso* mas ainda de VIDA⁴⁸”(A LUTA, 28 de outubro de 1906, p. 4). O resultado desta associação foi dado como o “acordo para a luta”. Que em linhas gerais significaria:

[...] longe de constituir para o ser humano uma diminuição de individualidade, foi para ele o meio de aumentar e multiplicar o seu poder de bem-estar. O exame das condições reais de VIDA na espécie humana, leva pois à negação das teorias postas em voga pelas classes dominantes, - teorias apenas destinadas a facilitar e justificar a exploração e a opressão das massas populares⁴⁹ (A LUTA, 28 de outubro de 1906, p. 4).

⁴⁶ Em 1908, surgiu outra organização anarquista chamada de *Grupo Solidariedade*, a qual estava destinada “a auxiliar à propaganda escrita das ideias libertárias” (A LUTA, 14 de novembro de 1908, p. 3).

⁴⁷ Pouget (1860 - 1931) foi um teórico utilizado entre os sindicalistas revolucionários. Esta situação fez alguns autores refletirem sobre a possibilidade do movimento anarquista ligado aos sindicatos serem sindicalistas revolucionários e não anarcossindicalistas. Aqui, nesta dissertação, reafirma-se que foi trabalhada a ideia de Tiago Bernardon de Oliveira (2009), que afirmou que a estratégia era sindicalista, mas os militantes se identificavam com o anarquismo.

⁴⁸ Grifos no original.

⁴⁹ Grifos no original. Nesta reflexão, Pouget está criticando o contrato social de J. Rousseau e as ideias de Charles Darwin que foram apresentadas como “darwinismo burguês”. O primeiro defendia que “a liberdade de cada um tem por limite a liberdade doutrem”, já o segundo foi utilizado para justificar ideias racistas e de dominação de classe.

Era necessário combater estas ideias que justificavam a dominação e a exploração de classe. E o regulador contemporâneo das liberdades humanas era o Estado. Então, o “Estado foi um agente de progresso e que a sua intervenção foi moralizadora e pacificadora” era um exemplo de sofisma citado para disfarçar a compressão e a opressão que ele realizava na prática contra a “massa popular”.

Portanto, os idealizadores e sustentadores da concepção de Estado moderno visaram tornar “mais dócil” a população. Para isso, ela “foi levada a crer que a abdicação de uma parte de seus ‘direitos naturais’ era o primeiro ato de consentimento no ‘contrato social’”(A LUTA, 28 de outubro de 1906, p. 4). Esta ideologia deveria ser enfrentada com o “acordo para a luta”, que dizia: “*a liberdade de cada um aumenta ao contato da liberdade de outrem*”⁵⁰. Destarte, concluiu o autor que “a força expansiva do princípio de acordo para a vida tem uma potência dinâmica superior às forças de divisão, de repressão e de esmagamento de que dispõem as minorias parasitárias”.

Deste modo, foi o “acordo para a luta” que movimentaria e que transformaria a sociedade. Entretanto, era necessário explicar o que Pouget compreendia como sociedade. Assim, “a SOCIEDADE é a soma dos indivíduos que a constituem e que ela não tem vida própria e independente fora deles. É absurdo, por consequência, procurar uma felicidade social fora da felicidade individual dos seres humanos que compõem a sociedade”⁵¹ (A LUTA, 28 de outubro de 1906, p. 4).

Ainda procurando compreender a ideologia pregada pelos anarquistas em Porto Alegre, avançou-se na leitura das *Bases do Sindicalismo*. Então, nestes escritos apresentou-se a sociedade através de dois núcleos sociais denominados como *agrupamentos*. Eles serviriam e exerceriam o controle “para que a expansão do indivíduo não seja contrariada, para que siga sempre uma linha ascendente”. Neste sentido, o agrupamento deveria estar “em completa relação com as funções econômicas” (A LUTA, 15 de novembro de 1906, p. 4).

Para a compreensão das relações sociais, ter-se-ia que partir de “dois aspectos irredutíveis”: 1º consumidor; 2º produtor. Assim, “nasce o homem consumidor, - torna-se produtor. Tal é o processo normal. Então, na função de consumidor, as pessoas

⁵⁰ Grifos no original.

⁵¹ Grifos no original.

devem dar conta das “suas necessidades, cuja satisfação se subordina forçosamente às possibilidades. E a lógica do consumo era baseada na “medida do desenvolvimento social: quanto mais intenso for para cada um, mais elevado é o nível do bem-estar”.

A lógica vigente era a de que “o trabalhador, que tornou consumíveis os produtos naturais – e isto em proveito do capitalista que o assalariou, - é colocado na impossibilidade de consumir a seu gosto”. Os capitalistas privaram o consumo aqueles que não possuíam capital. E com isso, houve a criação de uma hierarquia social que discriminava as pessoas a partir do salário recebido. Porém, esta distribuição do capital além de desnecessária, era injusta. Neste sentido, os anarquistas criticavam a composição social desde a acumulação do capital a partir do trabalho alheio. Já quanto ao consumo em excesso, este era sinônimo de monstruosidade. Era uma questão moral a ser combatida⁵². Salvo exceções, no caso, as crianças e os idosos que necessitavam consumir mais do que as suas forças permitiam produzir. Neste sentido,

O PRODUTOR é a base de tudo, desempenha a função orgânica essencial, graças à qual se perpetua a sociedade. É a célula inicial da vida econômica e são o seu contato e o seu acordo com os produtores cuja ação se exerce no mesmo plano que o seu – isto é, mesma indústria, mesmo ofício, esforço similar, - que vão revelar o laço de solidariedade cuja rede se estende à coletividade humana⁵³ (A LUTA, 15 de novembro de 1906, p. 4).

Estes produtores realizam “o AGRUPAMENTO DA PRODUÇÃO, pedra angular da sociedade”⁵⁴. Este agrupamento era o de maior necessidade na sociedade. Todas as demais “são de essência secundária”. Mas os burgueses, compreendendo o seu papel na luta de classes, realizaram ações e articularam discursos que limitaram a ação proletária que lhes emanciparia. E um deles se baseava na criação da “sentimentalidade patriótica”.

Por lograrem serem internacionalistas, os anarquistas compreendiam que o patriotismo era uma ferramenta utilizada pela burguesia para limitar a ação dos trabalhadores. Este sentimento era uma ilusão, já que os operários respeitavam e agiam a favor da pátria. Enquanto isso, os burgueses capitalizados avançavam e não respeitavam as fronteiras nacionais. Desta forma,

⁵² Ao longo do capítulo foram analisados alguns textos literários que demonstravam esta noção moral em relação ao consumo.

⁵³ Grifos no original.

⁵⁴ Grifo no original.

os laços ideológicos que ligam os homens nascidos, graças ao acaso, entre as fronteiras variáveis dum território determinado, foram engrandecidos como os mais sagrados. Ensinou-se, sem rir, que o mais belo dia da vida dum patriota é aquele em que ele tem o prazer de se fazer matar pela pátria⁵⁵ (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 4).

Outra barreira imposta pela burguesia estava na relação democrática das classes. Pois, dever-se-ia considerar que

tendo conquistado o poder político, que lhe assegurava o império econômico, não cuidou de quebrar o maquinismo da opressão que até ali funcionara em proveito da aristocracia. Limitou-se a rebocar a fachada do Estado, de modo a mudar-lhe o aspecto, fazendo o aceitar pelo povo como um órgão novo (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 4).

Neste sentido, o Estado era uma remodelação do que já existia. Ele, por si só, simbolizava “toda cristalização exterior, toda superfetação política” na orientação “parasitária e opressiva”. Parasitária por viver do soldo da sociedade. Opressiva por exercer o controle econômico, político e cultural da população. Os três modos de controles citados seriam fonte de inspiração para a crítica em relação a trindade burguesa, baseada no militarismo e a força do Estado, a influência moral da religião e o poder pecuniário dos capitalistas. Estes três agentes sociais formavam a mesma base e atuavam no sentido de conservar as suas conquistas. Esta situação, na visão libertária, significava a manutenção antagônica dos interesses dos trabalhadores.

Estas bases sociais deveriam ser combatidas através do conhecimento, da organização e da luta de classes. A maneira com que a emancipação proletária evoluísse ao ponto revolucionário. Para isso, os líderes teriam que combater aqueles que se baseavam no senso comum para difamar o anarquismo. Esta noção que a imprensa publicizava, relacionava o anarquismo com a falta de organização, com terrorismo e má fé. Mas convém salientar que esta sociedade se amparava no cientificismo para explicar os fenômenos sociais e naturais. E os anarquistas se defenderiam utilizando teóricos que apresentavam a “doutrina” libertária. Ou seja, citar nomes e referências era um aparato

⁵⁵No decorrer do capítulo serão apresentadas algumas caricaturas que ilustravam a antipatia pelo militarismo e pelo patriotismo. Portanto, aqui foram problematizados os textos teóricos e na outra parte as imagens que desenhavam sentidos.

que legitimava o conhecimento e a intelectualidade dos redatores do *A Luta*. Deste modo, os libertários definiam o anarquismo como

uma filosofia social que, por suas bases rigorosamente naturais e humanas, dia a dia mais se impõe entre as pessoas inteligentes que estudam o problema sociológico e conta uma copiosa literatura, na qual tem colaborado cientistas e filósofos como *M. Guyau, Eliseu Reclus, Enrico Malatesta, Pedro Kropotkine, Maximo Gorki, Charles Malato, Sebastião Faure* e muitos outros escritores de reconhecido talento. No Brasil tem adeptos entre jornalistas e escritores como Fábio Luz, Curvêlo de Mendonça, Joel de Oliveira, José Veríssimo, Rocha Pombo, Neno Vasco e outros (*A LUTA*, 28 de outubro de 1906, p. 3).

Estes nomes caracterizavam o anarquismo como uma ciência filosófica e social preocupada na teoria e na prática. Mas o curioso foi que nem todos os nomes citados poderia ser identificados como anarquistas. E Máximo Gorki era um deles.

Além de Emilio Pouget, outro teórico que ganhou destaque nas páginas do jornal foi Jean Grave. Os textos deste autor ajudaram na elaboração teórica dos planejamentos práticos dos anarquistas no sindicato. Grave e Pouget ganharam muita relevância e foram tratados como grandes pensadores. Foi através das obras deles que os libertários se inspiraram a fomentar a cultura associativa. Mas em detalhe, não qualquer participação nas *sociedades operárias*, mas sim a de criar os mecanismos de resistência e de luta.

Além dos textos puramente teóricos, havia a necessidade de enfrentar os seus oponentes através do uso da palavra. Neste ponto, a articulação de designações com adjetivos narravam o discurso polêmico que propunham. O texto selecionado pelos anarquistas a ser impresso deveria conter as críticas adequadas aos seus rivais no movimento associativo porto-alegrense. *Abaixo os mentores!* foi uma produção que condenou os “políticos” que adentram o movimento organizado e autônomo dos trabalhadores. Portanto, os operários deveriam acautelar-se no seguinte sentido:

Mas, pouco acostumados a agir por si, não tardou que se deixassem embelezar pelas bonitas palavras de uma espécie de indivíduos a que foi dado o nome de políticos, porque não vivem se não de política, - um ofício que consiste em obter dos homens tudo que deles pode tirar-se, fazendo-lhes as mais belas promessas nunca mantidas.

Os sindicalistas deixaram levar-se por estas promessas e empregaram toda sua força em favor dos políticos em sua luta contra os exploradores. E isso durou assim por muito tempo (*A LUTA*, 10 de outubro de 1906, p. 1).

O escrito remetia-se, conforme ficou claro, ao movimento operário que percebeu na via partidária os meios de melhorar a vida do proletariado. Neste sentido, tanto a ideologia anarquista quanto os teóricos do sindicalismo compreendiam que a via eleitoral era uma ilusão aos trabalhadores. Deste modo, o apelo pelos cuidados com os “políticos” envolvia a moral deles. Assim, este texto enviava a mensagem da desconfiança em relação à *representatividade* em vez da ação direta. Da mesma maneira, o fato deles se profissionalizarem como “políticos”, fazendo daquilo o meio de aquisição econômica era alvo de crítica moral.

Outra questão exposta foi a falta de experiência dos trabalhadores com a organização operária. *Por e para* os trabalhadores, era esta a fórmula perfeita pregada pelos anarquistas. Para o associativismo funcionar deste modo, era necessário

Redobrar esforços para levar cada indivíduo a pensar e agir por si próprio, sabendo libertar-se das influências de camaradagem, da tendência de seguir, sem discutir, a opinião dos que supõe deverem estar mais bem informados, e sabendo intervir em toda discussão, em toda ação que obrigue todos que cooperam num esforço coletivo (A LUTA, 10 de outubro de 1906, p. 1).

Novamente aparecia a necessidade das lideranças intervirem no sentido de orientar os trabalhadores, ou seja, eles precisavam instruir os operários. Instruir intelectual e ideologicamente estava no centro das atenções destes militantes.

Esta premissa foi dada pela Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT), conforme destacou Ralle (2013, p. 141): “la « Primera Internacional », vino a añadir a la función de defensa económica de las secciones que la formaron la posibilidad de difundir la temática de la « revolución social »”.

Desta forma, além de nortear a formação do associativismo, os anarquistas se viam na missão de conduzir a sociedade à Revolução Social. A Revolução era permanente, isso porque envolvia as lutas econômicas. E outro pensador francês ajudou na elaboração teórica das críticas sociais. No caso, Elisée Réclus⁵⁶, cujo nome foi dado a uma escola em Porto Alegre, em 1906. As publicações inspiradas, ou ainda de recortes

⁵⁶ Nas páginas do jornal *A Luta*, a sua grafia se modifica de Elizeu Réclus para Eliseu Reclus. Ela não é uniforme e se utilizará da segunda menção nesta dissertação.

citando este geógrafo são encontradas ao longo das edições d'A *Luta*. Com isso, elas demonstravam o potencial de capacitação de obras conquistadas pelos anarquistas.

Estas referências criticavam o sistema político corroborando as reflexões deste grupo. Assim, questionaram sobre o que “dizer da instituição da ‘Justiça’?” (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 4). Os órgãos regimentados em um Estado não eram vistos “com bons olhos”, de modo que “os seus representantes, também, como os padres, sentem prazer em proclamar-se infalíveis, e a opinião pública, mesmo unânime, não consegue arrancar-lhes a reabilitação dum inocente”.

A construção da elaboração teórica que envolve a repreensão da “Justiça” englobava as condições sociais existentes. De tal maneira, “é em nome do povo que ele pronuncia sentenças, mas com o pretexto de defender a moral, não deixa de ser investido, de ser ele próprio criminoso, de condenar o inocente as galés e de absolver o celerado poderoso”. As opiniões seguiam o roteiro de verificar as posições sociais e o tipo de julgamento predominante, onde estes eram apresentados como injustos por condenarem em nome da moral os pobres e absolver os “ricos”.

Como exemplo de crítica social, abordar-se-ia sobre a situação das mulheres. Elas eram alvo central de uma discussão que não foi promovida por elas, mas principalmente por eles, os libertários. Neste ponto, “estou muito longe de combater o trabalho da mulher, como muito longe estou de querer ver nela um móvel de vitrine, que só sirva de manequim onde se expõe ao público o fausto e as riquezas, mostrando rendas e joias” (A LUTA, 2 de janeiro de 1907, p. 2).

Então, como ocorreria a emancipação da mulher na visão anarquista? Quais direitos e quais deveres deveriam ter? Destas questões aqui levantadas, percebeu-se a articulação da reflexão dos libertários no sentido de que:

Entusiastas da emancipação da mulher, encontram-se a cada passo; mas entusiastas da sua dignificação escasseiam muito, compreende-se. A emancipação tal, como se compreende hoje, é só um espécie de liberdade relativa, fictícia se quiserem, limitando-se a dar entrada no mundo à mulher, sem cuidar de a emancipar da tutela que nela exerce o tutor ambicioso e explorador, como também lhe dar rudimentares noções científicas que nada dão de *per si*, posto que não alcançam todas as classes da sociedade, já que só servem para a classe ALTA e ainda a MÉDIA, ficando sempre para trás a que

se conheça pelos motejos de *plebeia*, *baixa*, e etc.⁵⁷ (A LUTA, 2 de janeiro de 1907, p. 2).

Logo, a instrução e emancipação deveriam “caminhar aos mesmos passos e ritmos”. Pensamento que os libertários mantinham, mas que não era homogêneo entre os pensadores das condições das mulheres. Os “outros” “patrocinadores da emancipação feminina, pretendendo que a mulher há de ser exatamente igual ao homem em direitos e deveres, atendendo cada qual aos encargos especiais que nos deu a natureza” (A LUTA, 2 de janeiro de 1907, p. 2).

A luta de classes estava presente nestas relações de condições sociais que a mulher se encontrava. Na crítica anarquista, as mulheres não estavam fora de seus contextos políticos e econômicos. Destarte, elas experimentavam dos valores morais e das necessidades político-econômicas do período. Portanto, elas deveriam contribuir com o seu trabalho para o “progresso da sociedade”.

O que a mulher não há de permitir, porém, é que o capitalista lhe empregue as forças em tão elevado grau como as do homem e lhe dê menos salário; o que não há de permitir a mulher é que o homem se mantenha na folgança e nos vícios que traz consigo, confiando na exploração dela; o que ela não há de permitir é que pelos livros e jornais passe o seu nome como o mais digno, exaltando-a os poetas, levantando-lhe monumentos os escultores e embelezando-a os pintores, quer dizer, ajudar a glória dos homens que lhe entoam *gloria in excelsis dei* e sem embargo lhe negam todo o sentimento, toda a instrução; a separem de toda a cooperação tendente a arranjar assuntos só dela dependentes, a explorem, a prostituam, a arrastem pelo lodaçal do mundo e a submerjam num caos de desesperação (A LUTA, 2 de janeiro de 1907, p. 2).

Assim, na percepção libertária, a exploração era inerente ao sexo. A exploração delas era acentuada, o que gerava a mobilização de combate a esta ação patronal. Os assédios e ameaças eram frequentes as crianças e as mulheres. A desvalorização daquela mão-de-obra minava o “exército industrial de reserva”, fazendo com que os salários dos homens baixassem, conforme a lógica da economia liberal vigente. A luta feminina deveria servir de emancipação social plena, e não apenas o acúmulo de direitos ao sufrágio e as melhorias econômicas. Ela não poderia se converter em mais uma trabalhadora sem instrução e consciência de si, elas precisavam estar próximas da educação intelectual e ideológica. Em suma, a mulher não poderia esquecer que ela

⁵⁷ Grifos no original.

fazia parte da sociedade. Que ela trabalhava, enfrentava dificuldades materiais que a condição de classe era superior aos problemas exclusivos de gênero.

Então, as mulheres e os homens formando a humanidade, deveriam construir a nova sociedade baseada na solidariedade. E a ferramenta mais acessível e pertinente que eles possuíam próximos de si era o sindicato. Deste modo, o “Renascimento” do papel do sindicato ficou marcado com um discurso binário. O nós e o eles pluralizavam as diferenças de classe. Os produtores e os consumidores. Os ladrões e os roubados. Os exploradores e os explorados. Estas menções potencializavam as narrativas. Para os anarquistas, a visão ampliada da sociedade era neste sentido de luta.

Fatalmente, os operários dotados dum pouquinho de bom senso deviam chegar a verificar o antagonismo flagrante que os faz, - a eles, produtores – inimigos irredutíveis do patrão: este é o ladrão, eles os roubados. Entre eles o desacordo é, pois, tão radical que só políticos ou lacaios patronais podem cantar “o acordo entre o Capital e o Trabalho” (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 4).

Não se poderia deixar iludir com a via partidária e estatal. Na concepção anarquista, as negociações entre os trabalhadores e o patronato acabaram sendo permitidas quando utilizadas de forma estratégica. Mas no “plano das ideias”, ela era um perigo. Estas contradições apareceram na teoria e na literatura. Porém, agora teremos como limite apenas a parte prática deste “complexo” universo anarquista, deixando as “ideias” para depois.

Criar e organizar a resistência dos trabalhadores era uma tarefa árdua que os anarquistas e os sindicalistas estavam preparados a realizar. E como em muitos lugares já existiam os agrupamentos interessados na emancipação da classe, deveriam eles ensinar “o explorado a apreciar os benefícios da associação, este só precisava de vontade e iniciativa para criar a sociedade de defesa proletária – o SINDICATO”⁵⁸ (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 4).

Deste modo, percebeu-se que a ideologia recebia várias vertentes e era apresentada aos leitores do *A Luta* como se fosse uma teoria coesa. Assim, o sindicato que recebia influência anarquista deveria estar ciente do seu papel social. Seria o libertário o agente a instruir os trabalhadores a respeito das ilusões do patriotismo, do

⁵⁸ Grifo no original.

militarismo e da religião. Mas convém ressaltar que nem todas as *sociedades operárias* que receberam interferência libertária, em Porto Alegre, eram denominadas como *sindicato*. Porém, o objetivo que os anarquistas deveriam dar a estas *sociedades* poderia ser definido da seguinte forma:

No meio atual, a sua missão permanente é defender a corporação contra toda a diminuição de vitalidade, - isto é, contra toda a redução de salários, aumento de horas de trabalho, etc.; depois também, à defensiva juntando a ofensiva, preocupa-se com o aumento da soma de bem-estar da corporação, - o que apenas se pode realizar com ataque aos privilégios capitalistas e constitui uma espécie de expropriação parcial (A LUTA, 15 de dezembro de 1906, p. 4).

Portanto, as associações de classe teriam que cobrir uma série de necessidades materiais. Esta categoria foi conceituada no terceiro capítulo como os *fatores objetivos* que movimentavam o associativismo, na sua luta e na sua composição. Na visão sindicalista, “a associação de classe cuida da obra de emancipação integral de que será eficaz agente”. Outra tarefa “consistirá em tomar posse das riquezas sociais, hoje monopolizadas pela burguesia, e em reorganizar a sociedade sobre bases comunistas, de maneira que com o mínimo de esforços produtivos se obtenha o máximo de bem-estar”(A LUTA, 15 de dezembro de 1906, p. 4). E o papel da sociedade de resistência seria definido da maneira supracitada, ou seja, combatendo a exploração e expropriando a burguesia.

Identificou-se, portanto, que os sindicatos deveriam servir para conquistar avanços econômicos. Mas esta relação com questões trabalhistas e pecuniárias serviria para legitimar a lógica que diz que “a associação de classe cuida da obra de emancipação integral de que será eficaz e agente”. Isso implicaria “em tomar posse das riquezas sociais”, as quais eram “hoje monopolizadas pela burguesia”. Os ataques aos privilégios capitalistas poderiam ser sintetizados do seguinte modo: o aumento de salário diminuiria o lucro, conseqüentemente o enriquecimento exacerbado.

Outra característica da estratégia sindicalista⁵⁹ era o de “reorganizar a sociedade sobre bases comunistas, de maneira que com o mínimo de esforços produtivos se obtenha o máximo de bem-estar”. A questão era a de instruir, ou ainda, formar

⁵⁹Utilizou-se da expressão “estratégia sindicalista” para frisar que em Porto Alegre os anarquistas se apropriavam apenas estrategicamente destas orientações.

militantes conscientes de seu papel social. Assim como a noção de consumidor e produtor difundida no jornal. Os limites não eram os econômicos. A luta por este tipo de melhoria visava a conscientização da classe. Dar poder. Então, a greve era encarada como um exercício revolucionário. E os conscientes de seu papel social eram os únicos aptos a nortear o processo, ainda mais que:

Por extensão lógica, não limitam a sua atividade ao círculo corporativo, mas estendem-se à classe operária inteira e apresentam reivindicações gerais. Assim, quando arrancam um melhoramento ao Capital, desejam que todos aproveitem, - todos! – os não sindicados, os inconscientes, e até os traidores (A LUTA, 2 de janeiro de 1907, p. 4).

Deste modo, preocupou-se com a discussão a respeito da metodologia e as orientações do sindicato proposto pelos anarquistas. Em linhas gerais, identificou-se que esta ferramenta serviria, para conscientizar a todos sobre a necessidade da Revolução social. Então, aproveitou-se este assunto para discutir o associativismo experimentado por estes libertários.

Segundo Adhemar L. da Silva Júnior (2004, p. 429), a “manutenção da neutralidade política e religiosa dos sindicatos e sua função básica de combate ao patronato” eram estratégicos, pois assim não sofreriam imputações, perseguições e rejeições. Outra informação pertinente foi que “teoricamente haveria pouco espaço nesse modelo para a prática do socorro mútuo nas entidades sindicais, porque o combate ao patronato deveria ser a função não apenas básica, mas única dos sindicatos”. Nos sindicatos porto-alegrenses pareceram ter existido práticas previdenciárias. Ainda mais que havia a necessidade material latente entre os trabalhadores.

Quanto ao espaço geográfico de atuação, evidenciou-se certos limites organizativos. Loner (2010, p. 116) ao analisar a formação das primeiras ligas operárias no Rio Grande do Sul, percebeu que “a sua base era municipal ou, no máximo, estadual, estando presente a ideia de formar federações nacionais”. As suas áreas de interesses foram diversas, ou seja, os “objetivos (econômicos e políticos, ao mesmo tempo), aspiravam a uma expressão nacional para serem representados junto ao governo federal” (p. 116).

Os anarquistas sentiam a necessidade de criar ferramentas nacionais e internacionais no movimento operário. E seguiram o viés que foi destacado por Loner

(2010, p. 112), assim, “as primeiras tentativas de organização política dos trabalhadores foram feitas dentro do bloco dos interesses do trabalho, acompanhando a situação da sociedade brasileira, que apenas iniciara seu processo de diferenciação urbana”. Deste modo, era necessário criar alternativas para se defender.

Um exemplo de atuação defensiva dos anarquistas foi a disponibilidade de uma soma em dinheiro para os grevistas que “ficaram desempregados e encontram-se, como é bem de ver, em dificuldades econômicas” (A LUTA, 28 de outubro de 1906, p. 1). O pedido acusava ainda que “alguns que são obrigados a sair desta capital não tem os recursos necessários”. Desta forma, “apelamos para o operariado em geral, afim de que concorram com o que puderem para auxiliar os seus companheiros desempregados”. A solidariedade estava apontada. E ela se fazia necessária naquele momento pós-greve. Nas referências do *A Luta*, o governo estadual não aparecia como um conciliador preocupado em agir na relação entre capital e trabalho. O que nos alertou para a reflexão sobre o papel que o PRR efetuava no movimento operário.

Neste sentido, César Augusto Queirós (2009, p. 111) pontuou que o “privatismo nas relações entre capital e trabalho”, além do “paternalismo nas relações com os trabalhadores”, o controle da ordem social e a “tentativa de generalizar uma visão de harmonia social que buscasse obscurecer a existência de conflitos sociais na sociedade” eram ações ativas daquele partido. E a sua hegemonia política foi constante no período aqui estudado.

Procurando se distanciar da influência estatal e aumentar o poder do operariado, surgiram as organizações da classe. E quanto a possível forma de organização deles, encontrou-se alguns escritos teóricos que podem ajudar. Deste modo, o texto verificado foi as *Bases do Sindicalismo*, de Emilio Pouget. Esta produção foi dividida em pontos que davam ênfase a determinados assuntos. Assim, o primeiro tópico a ser tratado será sobre a organização. O segundo compreendeu o conceito de sociedades de resistência. O terceiro fator explanou sobre o modo de agrupamento. O quinto ponto debateu a fundação do sindicato, seguindo para o sétimo e oitavo componentes que trataram sobre a caixa e o mutualismo no sindicato.

Para estes anarquistas, “associação identifica-se com a organização” (A LUTA, 13 de setembro de 1906, p. 3). E a sua durabilidade está relacionada “conforme as necessidades”. Seria dentro das associações que os anarquistas praticariam um sublime

exercício revolucionário, a greve. Segundo eles, “a greve não passa dum episódio. Ainda que ela fosse um fim (e deve ser apenas um meio e um exercício), a ação das organizações operárias seria constituída de um modo permanente pela preparação para a luta, pela acumulação de meios de defesa morais e materiais, pela educação associativa, pela instrução, etc”.

Portanto, tornou-se evidente que os anarquistas olhavam para as *sociedades operárias* como instituições de resistência. E para atingir os objetivos de luta e acumulação de forças para o “combate final” contra a burguesia, estas associações deveriam “agir constantemente”, mantendo “vivo o espírito da iniciativa”. Assim, através dos exercícios práticos e da instrução teórica, os trabalhadores compreenderiam a máxima anarquista a qual dizia que: “a ação e o estudo são inseparáveis” (A LUTA, 13 de setembro de 1906, p. 3).

A ação e o estudo foram legitimadores da participação dos anarquistas nos sindicatos. Eles, auto identificados como conscientes, diziam que lhes competia “comunicar aos coassociados a sua energia, as suas concepções, o seu procedimento, pela palavra, pelo exemplo, como se faz entre o povo”. Então, naquele momento histórico, a via mais fecunda de ação para os anarquistas porto-alegrenses era sintetizada nos sindicatos.

Na verdade, poderia ser exagero pensar que os sindicatos foram as instituições mais ativas deste período. Ainda mais que os anarquistas disputavam as associações operárias de outras nomenclaturas⁶⁰. Porém, foi determinante dizer que nestas associações que os anarquistas disputaram a direção, receberam, através da influência destes militantes, a função de resistência. Então, não bastavam os socorros mútuos e a beneficência, era necessário lutar e resistir as opressões e repressões sociais. Neste sentido, a concepção dos anarquistas delimitava que:

As sociedades de resistência são as associações operárias destinadas à defesa dos interesses dos trabalhadores contra a exploração capitalista. Recebem diversos nomes segundo os países: sindicatos, ligas de resistência, uniões de ofício, associações de classe, trade-unions, etc. Corporativismo (ou

⁶⁰ Nas *Bases do Sindicalismo*, de Emilio Pouget constou que “a palavra *sindicalismo* adquiriu, nos últimos tempos, um sentido mais amplo que o indicado pela etimologia”, existindo, atualmente, “um pouco de elasticidade, tanto poderia aplicar-se aos sindicatos *amarelos* como aos *vermelhos*”. Desta forma, o autor concluiu que *sindicalismo* era “um termo genérico, exprimindo um ‘momento’ da consciência operária”.

unionismo, ou sindicalismo) é o conjunto de ideias e de sistemas sobre a organização operária, a sua ação e os seus métodos⁶¹ (A LUTA, 13 de setembro de 1906, p. 3).

Desta forma, através da nomenclatura existiria o significado que os associados desejavam para a sociedade. Pois bem, a emancipação seguiria dois sentidos que deveriam ser conciliados. A teoria e a prática, segundo os anarquistas, não poderiam ser concebidas em separado. E apesar das nomenclaturas distintas, as agremiações operárias não deveriam ser fechadas. Não na lógica anarquista, pelo menos. Quanto ao modelo que pretendiam seguir, identificou-o como o do “sindicato francês, aderente à Confederação Geral do Trabalho”.

Esta Confederação aceitaria a todos, agrupando o maior número possível de pessoas. E o que seria mais importante na lógica anarquista, ela “*não aceita a política parlamentar*”⁶². Por isso, a sua luta política era “contra o Estado, contra o governo, desde o ministro ao polícia, mas especialmente contra o militarismo”. Curiosamente a força bélica foi apresentada como algo a ser combatido pelo associativismo operário. O motivo era que a sua força e o seu poder serviam ao capitalismo, ou seja, eram meios de manutenção e controle da “ordem” pública.

A rejeição pela via parlamentar estava baseada na “ação direta”, ou seja, os trabalhadores não elegeriam representantes, pois eles mesmos exerceriam as ações, fariam os pedidos e denúncias por melhorias pontuais. Mas a efetividade deste método estava intimamente ligada ao tipo de associativismo que os trabalhadores experimentavam. Neste sentido, os anarquistas orientavam que elas fossem criadas a partir dos *interesses* e não apenas pelas *afinidades*. Portanto, a partir do debate a respeito do associativismo por categoria, indústria ou vários ofícios, preferiram eles, os anarquistas, “associar trabalhadores (sem sociedade especial) para uma obra de organização: propaganda associativa, fundação de novos sindicatos à medida que haja número suficiente de operários do mesmo ofício dentro da união de profissões diversas”. E o exemplo citado de “sucesso” foi “a Federação Operária de São Paulo ao fundar a União Operária”.

⁶¹ Grifo no original.

⁶² Grifos do autor.

A próxima questão tinha o cunho didático, pois se tratou da “fundação do sindicato”. A começar, o texto iniciou afirmando que “muitas vezes os trabalhadores se acham embaraçados tratando de fundar uma sociedade de resistência. E no entanto é a mais simples”. Então, descreveram os passos para a fundação. A primeira questão era a comissão estatutária, pois seria esta que organizaria a assembleia geral para “todos os operários que se procura agremiar”.

Segundo os anarquistas, tudo necessitaria ser simples. Pensavam, que “em todos os seus atos o sindicato deve abolir as formalidades inúteis, simplificando tudo”. Então, “o pacto social” deveria possuir pontos claros, reivindicativos e de resistência. E citaram como exemplo cinco artigos:

- 1º - Os fins do sindicato, que a nosso ver deve ser: a) imediatos o melhoramento das condições presentes, a propaganda associativa, a educação; b) a emancipação integral do trabalhador.
 - 2º - A não participação do sindicato na luta dum partido político.
 - 3º - A não admissão de patrões e pelo menos a exclusão de administração dos que têm compromissos com os patrões, sendo seus empregados de confiança, como os contramestres; exclusão rigorosa, igualmente, de políticos profissionais. Só poderão fazer parte do sindicato os salarizados enquanto exercerem o seu ofício, salvo o caso de desocupação forçada.
 - 4º - Porta fechada aos funcionários pagos. Quando o sócio perde horas de trabalho em serviço do sindicato, deve receber como indenização unicamente o que garantiria em média exercendo o seu ofício; mas isto apenas *quando e enquanto* o serviço do sindicato é incompatível com o exercício da profissão. Este ponto é importante e a ele voltaremos em artigo especial.
 - 5º - Uma administração reduzida à sua mais simples expressão: um secretário (ou mais, se o exigir o serviço) e um tesoureiro; quando muito alguns conselheiros e revisores de contas. Estas funções são puramente administrativas, e não diretivas; trata-se de um serviço, de um trabalho a executar segundo um encargo dado e aceito e escrupulosamente cumprido. **Estes funcionários não mandam mas trabalham; não impõem ideias ou vontades próprias, mas executam resoluções tomadas.**⁶³
- (A LUTA, 13 de setembro de 1906, p. 3-4).

No texto de Emilio Pouget, denominado *As Bases do Sindicalismo*, estava escrito que nos Estados Unidos da América e na Inglaterra ocorria a formação de uma “aristocracia de trabalhadores” nos sindicatos. O que deveria ser evitado e impedido veementemente pelos associados. E o último ponto pareceu ser inspirado naquele autor. E mais, as lideranças “devem ser substituídos com frequência, não só porque estas funções são um cargo e não uma honra ou um privilégio, mas também porque contribuem para a educação dos operários”.

⁶³ Grifos em itálico no original e em negrito frisado pelo autor.

Alguns pontos do primeiro artigo já foram discutidos anteriormente, porém, vale ressaltar que os anarquistas defendiam a educação como forma de emancipação integral do trabalhador. Deste modo, a substituição dos cargos de diretoria ia neste sentido, já que o trabalhador aprenderia a teoria e a prática da administração da “sua” sociedade de resistência. Com isso, evitar-se-ia a dependência de pessoas dedicadas exclusivamente a administração dos interesses dos trabalhadores.

Outras questões pontuais eram de extrema relevância nos debates anarquistas. Delas, a neutralidade política via eleitoral e parlamentar estava no cerne da ideologia libertária. Segundo eles, não concebiam “o sindicato como outros que nele só vêem uma ‘escola primária do socialismo’ onde se formam e se recrutam os militantes para esforços tidos por eficazes – como a conquista dos poderes públicos” (A LUTA, 29 de setembro de 1906, p. 4). E a garantia da independência era atrelada na compreensão de que deveriam excluir os patrões e aqueles operários de sua confiança, pois os primeiros mantinham os interesses da classe e os segundos eram traidores em potencial.

Pois bem, a questão mais polêmica da administração sindicalista estava no acúmulo financeiro da caixa de recursos. A lógica era clara, “o sindicato tem certas despesas e para isso precisa de dinheiro”(A LUTA, 13 de setembro de 1906, p. 4), mas os trabalhadores deveriam manter a atenção para não acumular demais e nem ficar com o déficit negativo. Estes fundos do sindicato deveriam ter fins evidentes e a prestação de contas necessitava ser uma atividade constante da diretoria.

Já a respeito da utilidade e das finalidades deste *caixa*, os anarquistas declararam:

Falamos aqui da *caixa de resistência*, a única que julgamos indispensável no sindicato. E esse dinheiro deve ser gasto, sem muita demora, na propaganda, nos locais, na agitação. Por vezes é preciso considerar certos casos especiais de solidariedade, para com um companheiro vítima da luta, por exemplo, e sustentar mesmo os primeiros momentos de greve; mas neste último caso mais vale recorrer à solidariedade pecuniária dos trabalhadores todos, e principalmente à decisão e prontidão dos grevistas (A LUTA, 13 de setembro de 1906, p. 4).

Deste modo, a *caixa* serviria para os momentos de resistência dos trabalhadores. O intuito, desta maneira, não era o de enriquecer o sindicato, mas de utilizá-lo enquanto ferramenta de luta. Portanto, havia a discussão e o incentivo para a manutenção desta

caixa visando apenas os momentos necessários, ou seja, quando ocorresse uma greve. O assunto mudava de orientação quando era relacionado ao mutualismo e ao *caixa de socorros mútuos*.

Os anarquistas opuseram-se contra “os inconvenientes do mutualismo, dos socorros mútuos (subsídios de doença, de desocupação, pensões, etc.), dentro do sindicato”, pois os anarquistas pretendiam transformar as *sociedades operárias* de forma a ser única e exclusivamente de resistência. Entretanto, a visão do mutualismo dos anarquistas era negativa, conforme ficou perceptível no trecho:

O mutualismo (e com ele o cooperativismo) não serve senão para mascarar a ação econômica dos sindicatos e para atrair, como uma isca traiçoeira, uma multidão de apáticos e inconscientes, que só pensam no subsídio, que só se associam, com a mira no socorro, e que depois de associados, só aparecerem na sede social quando se trata de reclamar o cobre providencial.

Neste sentido, a ideia anarquista era o de evitar que o sindicato fosse sinônimo de prestador de serviços. A concepção sindicalista ritmava a relação direta dos trabalhadores com a sua ferramenta de emancipação. Do modo que o sindicato não poderia ser o espaço no qual os trabalhadores fossem apenas quando se tratasse “de reclamar o cobre providencial”. Então, lembraram que “a união faz a força mas é... a união de forças: forças que devem ser concordantes, e portanto conscientes”.

Desta “união de forças” nasceria a destruição da sociedade capitalista. E inspirados em Pouget, publicaram que para o *sindicalista*, o sindicato era “o organismo de luta e de reivindicações dos trabalhadores contra seus amos” e que, no futuro, seria “a base sobre que se erguerá a sociedade normal, expurgada de exploração e tirania”⁶⁴.

Deste modo, conforme destacou Adhemar L. da Silva Jr. (2004, p. 439):

A principal associação a protagonizar a atividade anarquista em Porto Alegre, a União Operária Internacional. Criada no começo do século XX – e os registros que dão suporte à bibliografia variam o ano de sua criação entre 1902 e 1906 – a União Operária Internacional tem sido interpretada, com base nos relatos dos próprios militantes anarquistas, como uma associação por meio da qual atuavam os militantes desse ideário, que “fizeram [dela] campo de ação para desenvolverem sua propaganda”. Mais recentemente,

⁶⁴ Lembrando que, para Emilio Pouget, o sindicato era o início, meio e o fim do processo revolucionário. Em outras palavras, toda a organização da sociedade revolucionada estaria atrelada aos sindicatos. Seriam eles quem organizariam a produção e a distribuição das riquezas socialmente produzidas.

considerando as disputas políticas no movimento operário, Benito Schmidt interpretou-a a como “um campo de alianças e de conflitos, onde digladiavam-se socialistas e anarquistas”. Mesmo correta a interpretação, há que se considerar que os principais militantes anarquistas de Porto Alegre provinham de seu quadro de membros, e suas posições não raro combatiam as da principal liderança socialista, Francisco Xavier da Costa, que chegou a ser recusado como sócio em primeira discussão.

Portanto, as *sociedades operárias* deveriam ser percebidas como espaços de disputas. E com isso, espaços de formação e hegemonia de um grupo sobre o outro. Nesta pesquisa não foi possível identificar as disputas internas aos sindicatos que tinham os anarquistas como dirigentes. Já sobre a atuação dos anarquistas em associações de socorro mútuo, Adhemar Lourenço da Silva Jr. (2004, p. 440) não encontrou “restrições dos anarquistas e sindicalistas de Porto Alegre às práticas de socorro mútuo”. Nesta dissertação, identificaram-se apenas passagens teóricas impondo os limites e as fronteiras entre um associativismo e outro.

E em tom conclusivo, declarou Silva Jr. (2004, p. 441):

Se a principal entidade a congregar anarquistas em Porto Alegre mantinha práticas de socorro mútuo, não há razões para crer que a FORGS, mesmo depois da entrada de militantes anarquistas e sindicalistas, apenas tolerasse essas práticas. É mais provável que as considerasse normais, uma vez que seu relatório à Confederação Operária Brasileira em 1913 indicava como associadas a própria União Operária Internacional, a União Tipográfica – que no começo de 1912 reformara seu “sistema beneficiário” e mantinha dois grupos beneficentes – o Allgemeiner Arbeiterverein, já mencionado, e, na cidade de Montenegro, a União dos Trabalhadores, que era possivelmente a mesma a União Operária daquela cidade. Isso também se confirma pela entrevista concedida a um jornal do Rio de Janeiro, quando os delegados do Rio Grande do Sul admitiram a existência de grupos beneficentes no interior das entidades.

O papel do sindicato estava atrelado à capacidade revolucionária que esta ferramenta possuía. Os meios de fomentar a conscientização do operariado estava relacionado ao convívio com os companheiros e com o exercício das greves. Destarte, concluiu Schons (2006, p. 108):

As lutas por reformas e melhorias imediatas, realizadas por meio de greves, tanto as parciais quanto as gerais, fariam com que os trabalhadores adquirissem, gradativamente, a consciência do papel revolucionário a ser desempenhado na sociedade capitalista. Essa prática prepararia e concederia a experiência necessária de que o proletariado precisava para realizar a revolução, iniciada por amplas greves, que se generalizariam por toda a

sociedade e seriam precedidas por atos insurrecionais, a burguesia seria expropriada, os meios de produção socializados e diretamente administrados pelos trabalhadores através de órgãos e associações voluntárias, como os comitês de fábrica e os conselhos operários. Esses, livremente federados, articular-se-iam com a finalidade de substituir o Estado, que, depois da revolução, seria destituído da tarefa de gerir o corpo social.

As associações em Porto Alegre que receberam algum espaço no jornal *A Luta* foram: *Allgemein Arbeiter Verein*, Escola Eliseu Reclus, Grêmio de Artes Graphicas, Grêmio Recreativo Instrutivo 1º de Maio, Sindicato dos Marmoristas, *Towarzysiwio Naprzód*, União dos Alfaiates, União dos Chapeleiros, União dos Empregados em Madeira, União dos Empregados em Padaria, União dos Metalúrgicos e Anexos, União dos Pedreiros, União dos Tecelões, União Operária Internacional. Destas organizações, algumas tinham maior influência anarquista e outras socialistas.

A *Escola Eliseu Reclus*, o *Grêmio Recreativo Instrutivo 1º de Maio* e a *União Operária Internacional* pareceram ser os que tinham a mais efetiva participação dos libertários na sua organização. E não se pôde esquecer do *Sindicato dos Marmoristas* como a associação que iniciou a greve de 1906. Já a *Allgemein Arbeiter Verein*, a *União dos Empregados em Madeira* e a *União dos Empregados em Padaria* tinham maior influência socialista.

Com o intuito de discutir a respeito dos eventos práticos destas organizações, passou-se agora para o novo subcapítulo.

2.2. EVENTOS PRÁTICOS

o nosso operariado está cindido: o *partido* socialista do sr. Cavaco é civilista: o *partido* operário do sr. Costa (Bonzo) é heremista...

Siamo fritti!... (A LUTA, 1 de maio de 1910, p. 4).

Os eventos que os anarquistas anunciaram foram em sua maioria de assembleias e reuniões. Foram poucas as ocasiões em que ocorriam festividades. Deste modo, a *União dos Empregados em Padaria* teve publicado a realização de uma sessão de diretoria⁶⁵, uma eleição⁶⁶ e uma assembleia⁶⁷. Enquanto que o *Grêmio de Artes Gráficas*

⁶⁵ Ocorrida no dia 23 de setembro de 1906 (A LUTA, 13 de setembro de 1906, p. 3).

teve um evento impresso, no caso, uma assembleia para determinar a eleição de diretoria para o ano de 1907 e a redução de mensalidades⁶⁸. A FORGS recebeu pouca atenção neste quesito. Porém, no *A Democracia* as reuniões e assembleias desta *Federação* foram informadas de forma mais intensa.

O *Sindicato dos Alfaiates* e a *União Tipográfica* tiveram uma ocorrência cada uma. Esta *União* teve uma assembleia de aprovação de estatutos e propostas de sócios⁶⁹. Já os alfaiates tiveram uma reunião⁷⁰. Enquanto isso, o *Sindicato dos Marceneiros e Correlatos* pareceu ter uma vida mais ativa. Neste exemplo, ocorreu uma reunião estatutária⁷¹, subscrição para auxiliar alguns operários⁷².

O *Sindicato dos Marmoristas* realizou duas assembleias⁷³ e uma sessão de exame de contas. A *União Operária Internacional* se filiou à *Confederação Operária Brasileira*⁷⁴, teve assembleia visando eleger o seu conselho administrativo⁷⁵, eleição de diretoria econômica⁷⁶, reunião para exclusão de sócios⁷⁷, sessão para apresentar a nova sede⁷⁸. Ainda ocorreria uma reunião em 1909⁷⁹. Esta foi a associação que mais teve suas atividades publicadas no jornal.

Enquanto isso, o *Grupo Libertário Solidariedade* teve as suas reuniões⁸⁰ e sessões no “lugar de costume”. Seja na manhã de domingo ou na noite de uma terça-feira. E por se tratar de um *Grupo* que visava a propaganda escrita das ideias libertárias, compreendeu-se que deveriam ocorrer debates teóricos nestas reuniões. Já o *Grêmio*

⁶⁶ A eleição foi realizada no dia 3 de fevereiro de 1907 (A LUTA, 22 de fevereiro de 1907, p. 3).

⁶⁷ Ocorreu em 27 de novembro de 1907, às 19 horas (A LUTA, 23 de novembro de 1907, p. 4).

⁶⁸ A assembleia ocorreu no dia 16 de janeiro de 1907 (A LUTA, 17 de janeiro de 1907, p. 3).

⁶⁹ A assembleia ocorreu em um domingo, às 10 horas (A LUTA, 1 de julho de 1910, p. 4).

⁷⁰ Sem datação clara, porém, existia a nota que dizia que em todas as noites ocorriam palestras e leituras entre os associados (A LUTA, 17 de janeiro de 1907, p. 3).

⁷¹ Não foi publicada a data da reunião (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 3).

⁷² Eram operários acidentados, sendo que a sessão ocorreu no dia 10 de dezembro de 1906 (A LUTA, 15 de dezembro de 1906, p. 3).

⁷³ A primeira assembleia foi de discussão de estatutos, admissão de sócios e assuntos gerais. Realizou-se em um domingo, 2 de dezembro, às 9 horas (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 3). Já a segunda foi em uma quinta-feira e tratou da filiação à COB, voto de solidariedade à Federação Operária de São Paulo que enfrentava algumas greves (A LUTA, março de 1907, p. 3).

⁷⁴ Ocorrida no dia 7 de novembro de 1906 (A LUTA, 15 de novembro de 1906, p. 4).

⁷⁵ Assembleia do dia 15 de dezembro de 1906 (A LUTA, 1 de dezembro de 1906).

⁷⁶ Foi noticiada a segunda convocação (A LUTA, 17 de janeiro de 1907, p. 3).

⁷⁷ Eram sócios com mensalidades atrasadas, e segundo os *estatutos*, eles deveriam ser desligados da *União* (A LUTA, 26 de outubro de 1907, p. 4).

⁷⁸ A sede foi transferida para o *Salão 1º de Maio* (A LUTA, 26 de outubro de 1907, p. 4). Posteriormente, a *União* se localizou à rua da Conceição, n. 22 (A LUTA, 1 de junho de 1909, p. 4).

⁷⁹ Sem maiores descrições do teor e da necessidade de tais eventos (A LUTA, 12 de agosto de 1909).

⁸⁰ A primeira reunião ocorreu no dia 10 de agosto, às 20 horas (A LUTA, 12 de agosto de 1909, p. 4). A segunda foi na terça do dia 5 de julho de 1910 (A LUTA, 1 de julho de 1910, p. 4). A última informada foi numa segunda-feira, às 19 horas (A LUTA, 20 de janeiro de 1911, p. 4).

Instrutivo Eliseu Réclus organizou, além das aulas, duas reuniões na *Escola Eliseu Réclus*. Entre aberturas e fechamentos, foi noticiada uma reunião, em 1909⁸¹, e outra, em 1911⁸².

Em geral, com a comunhão de pessoas distantes do anarquismo, mas com interesses em comum, foi organizada uma Conferência Antimilitarista. Neste caso, visava-se criar a agenda de reflexão para o primeiro domingo de fevereiro, conforma as indicações da *Liga Pacifista e Antimilitarista Internacional*. Então, no domingo de manhã, às 10 horas e 30 minutos, realizou-se, no salão 1º de Maio, a conferência com “cerca de cem operários que, convidados por boletins, ali foram assistir à conferência anunciada” (A LUTA, 22 de fevereiro de 1907, p. 2). O primeiro orador foi “o nosso camarada José Ferla que, em breves e concisas palavras, explicou os motivos e razões da conferência que se ia realizar”.

O mais curioso desta conferência foi a informação que um menino⁸³ realizou um discurso frente ao operariado porto-alegrense. Ele era aluno da *Escola Eliseu Réclus* e “em eloquentes palavras lançou o seu protesto contra o militarismo e exortou a mocidade trabalhadora a não se prestar ao aviltamento de carregar uma farda e tornar-se assassino dos próprios irmãos para defender os interesses dos burgueses”. Após o menino foi uma das lideranças da *Eliseu Réclus* se pronunciar. No caso, era Gomez Ferro que abordou a guerra e o militarismo, ressaltando o luto e a miséria que ela deixa entre os explorados. Por fim foi R. F. Geyer falar. Ele “concitou os trabalhadores a não se fazerem soldados” e após isso foram distribuídos alguns números do *A Luta* e outros “folhetos da *Pátria e Internacionalismo*, de Hamon”⁸⁴.

Visando discutir sobre os eventos práticos organizados pelos anarquistas, foram verificadas as ocorrências e as descrições dos conteúdos publicados que ora convocavam outrora informava a respeito de sua organização. Assim, se procurou elencar elementos quantitativos e outros qualitativos. E somado a isso, houve a tentativa de mapear os espaços, dias e horários ocupados pela agenda de atividades destes militantes. Pensou-se, também, na colocação de Ralle (2013, p. 65) em relação a capacidade de promover os encontros entre os libertários e os demais trabalhadores

⁸¹ Este encontro seria para tratarem de assuntos internos (A LUTA, 12 de agosto de 1909, p. 4).

⁸² Já a segunda reunião foi de uma comissão encarregada da reabertura das aulas (A LUTA, 18 de fevereiro de 1911, p. 4).

⁸³ O seu nome era Mario Rei Gil, provavelmente parente de primeiro grau do líder anarquista José Rey Gil.

⁸⁴ Grifo no original.

como uma forte “preocupación por no salir del espacio social propio –y una confirmación de que la identidad obrera podía ser una manera de compensar las insuficiências del movimiento real. Es implícita em muchas palabras”⁸⁵.

Era necessário construir e garantir a sobrevivência de “nichos” políticos. Entretanto, os periódicos libertários mantinham redes de contatos com grupos de outras localidades. Os anarquistas porto-alegrenses não agiam de forma diferente, como foi possível evidenciar em *A Guerra Social* do Rio de Janeiro, a qual publicou: “As pessoas que enviarem endereços a P. Santos, Moinhos de Vento n. 54-A, Porto Alegre, R. G. do Sul, receberão, grátis um folheto e um jornal que tratam da organização operária” (*A GUERRA SOCIAL*, 1911, p. 4). Além disso, havia a procura de estabelecer contatos com as regiões de colonização.

A referência do nome P. Santos poderia indicar Polidoro dos Santos como responsável pelo serviço de receber e remeter documentos do *Comitê de Propaganda Operária* (p. 4). Havia ainda outra nota fazendo referência ao “*Grupo Sementeira*. – Este grupo anarquista pede aos camaradas que enviem endereços de operários afim de lhes fazer remessa de folhetos e jornais para serem distribuídos gratuitamente. Correspondência para caixa postal, 85. – Porto Alegre, Rio Grande do Sul” (p. 4). Ainda, no *A Guerra Social*, constava que entre as publicações deste grupo havia o jornal *A Luta*.

A citação do periódico porto-alegrense apontou que o endereço da “caixa postal, 85” é de Cecílio Dinorá, considerado como Polidoro dos Santos uma das principais lideranças anarquistas de Porto Alegre. Ao observar as páginas do *A Guerra Social*, houve a possibilidade de verificar a divulgação do anarquismo porto-alegrense. E não se pôde esquecer das considerações de Bilhão (2008, p. 169) que afirmava a existência do reforço da identidade operária através destes intercâmbios de ideias e pessoas. Haveria o sentimento de contemporaneidade entre todos os trabalhadores que tivessem acesso as leituras destes jornais. Eles saberiam o que ocorria nos lugares distantes com os demais operários. Segundo Bilhão (2008, p. 176)

⁸⁵ Tradução livre: “preocupação por não sair do espaço social próprio – e uma confirmação de que a identidade operária podia ser uma maneira de compensar as insuficiências do movimento real. Es implícita em muitas palavras”.

Além dos textos, as ideias que contribuíam para a construção identitária dos operários circulavam através das pessoas, colaborando para que isso ocorresse tanto a existência de uma política imigratória, quanto a mobilidade geografia de operários à procura de empregos e de militantes perseguidos pela polícia. De todos os modos, o contexto operário porto-alegrense foi favorecido.

Foi assim que muitas ideias educacionais chegaram a Porto Alegre. Outro exemplo foi percebido quando os libertários conquistam a liderança da FORGS. A notícia que informava foi publicada no jornal *A Guerra Social*. No caso, a nota dizia:

O movimento operário deste Estado está agora tomando uma posição inteiramente nova, prometendo bons resultados.
A velha Federação Operária sofreu uma radical transformação, abandonando inteiramente a política que tanto a prejudicou no passado e entrando com decisão no seu verdadeiro terreno.
Muitas outras agremiações do Estado já a ela aderiram (A GUERRA SOCIAL, 18 de janeiro de 1912, p. 2).

Ficou perceptível e compreensível que os redatores vissem o acontecimento com entusiasmo, já que provavelmente existiam concordâncias ideológicas e metodológicas entre os grupos. Mas focamos em Porto Alegre e nas suas ações nesta cidade.

Em Porto Alegre foi organizada uma quermesse. Este evento possuía um objetivo prático específico, o de salvar as contas do jornal *A Luta*. Na verdade, em 1907 o jornal enfrentou dificuldades financeiras, e desta situação “um grupo de amigos da *Luta* tomou a incumbência de procurar com que se leve a efeito uma quermesse em benefício do nosso periódico” (A LUTA, 3 de setembro de 1907, p. 1). Segundo o jornal, “essa ideia tem encontrado apoio e simpatia por parte de muitos trabalhadores dentre os quais alguns já enviaram objetos para aquele fim”. Desta forma, a quermesse era organizada pelos trabalhadores que eram próximos ou simpatizantes do periódico anarquista.

Os organizadores e apoiadores doaram bens e prestaram serviços no evento⁸⁶. Esta prática encontrou espaço no salão 1º de Maio entre os dias 14 e 15 de dezembro de 1907. A quermesse teve a seguinte programação:

⁸⁶ Na edição de 6 de janeiro de 1907, constou a descrição de agradecimentos “às senhoritas que serviram de quermessistas”(A LUTA, 6 de janeiro de 1908, p. 2), o que tornou possível a conclusão de que foram os próprios organizadores que trabalharam no evento.

SÁBADO – às 7 horas da noite abertura da quermesse; às 8 ½, conferência pelo nosso camarada Gomez Ferro; às 9, terá início o baile.

DOMINGO – às 3 horas da tarde continuará a quermesse e o baile; às 5 horas distribuição de prêmios do sorteio n. 1; às 8, distribuição de brindes do sorteio n. 2; continuação do baile.

Durante toda a festa uma orquestra executará peças do seu repertório.

O presente número da LUTA será distribuído durante a quermesse (A LUTA, 14 de dezembro de 1907, p. 1).

Da programação, destacaram-se: 1) conferência de Gomez Ferro e o jornal *A Luta* sendo distribuídos; 2) baile e a presença de uma orquestra; 3) prêmios e sorteios. Neste sentido, segundo a publicação que narrou o evento, “o nosso companheiro Gomez Ferro, leu uma conferência, que foi entusiasticamente aplaudida pela numerosa assistência”(A LUTA, 6 de janeiro de 1907, p. 2). Mas apesar do programa de atividades estabelecer que apenas Ferro seria o palestrante, houve um segundo militante que se manifestou. No caso, “o camarada Bernardo Giménez dirigindo a palavra às senhoras, concitou-as a que, por todos os meios, procurassem afastar seus maridos, seus noivos, seus irmãos e seus filhos da vida aviltante da caserna onde o indivíduo se degenera e torna-se inimigo da sua própria espécie”.

A presença de uma orquestra e a realização de um baile poderia indicar o momento mais esperado por todos. Esta seria a atividade mais festiva, a qual, segundo Teitelbaum (2012, p. 219) “las veladas combinaban expresiones artísticas-culturales, como conferencias, obras de teatro, poesía, coros y orquestas, con números de entretenimiento como rifas y bailes, sin duda uno de los momentos más esperados y atractivos de las fiestas”⁸⁷. Então, pensou-se que a iniciativa serviu para fins práticos e específicos. Porém, o evento reuniu algumas atividades que até então os anarquistas condenavam teoricamente.

Independente disso, foi importante pontuar conforme Teitelbaum (2012, p. 229): “tales fiestas reproducían un programa previamente establecido que incluía, mayoritariamente, discursos y conferencias pronunciadas por dirigentes locales o nacionales sobre temas típicos de la época y/o problemáticas que podían interesar a los trabajadores, como cuestión social, influencia de la ciencia, emancipación de la mujer y

⁸⁷ Tradução livre: “as veladas combinavam expressões artísticas-culturais, como conferências, obras de teatro, poesia, coros e orquestras, com números de entretenimento como rifas e bailes, sem dúvida um dos momentos mais esperados e atrativos das festas”.

difusión”⁸⁸. E diferentemente dos outros bailes que serviam de “expositor” de donzelas, a festividade promovida em prol do *A Luta* contou com “extraordinário (...) número de famílias e cavalheiros que compareceram ao baile realizado no salão ‘1º de Maio’” (*A LUTA*, 6 de janeiro de 1908, p. 2). A descrição da classe dessas famílias e dos cavalheiros apareceu quando o jornal falou que “o entusiasmo e a satisfação dos operários que ali foram” era notório.

Então, o público era o de operário e suas famílias. A transcrição da existência do convívio familiar ilustrava que aquele era um ambiente pudico. E que apesar das menções aos bailes, não foram citadas ocorrências que registraram o consumo de álcool.

Tamanho eram o sentimento e a necessidade da beneficência que os anarquistas permitiram até o sorteio de prêmios. Assim, “um avultadíssimo número de bilhetes de sorteios foi passado pelas gentis quermessistas, que empregaram os melhores esforços em prestar seus serviços ao nosso periódico”. E no “domingo, à tarde, com a mesma animação continuaram as diversões, sendo então feita a distribuição dos inumeráveis brindes da quermesse”. E o espírito solidário fez com que “muitas pessoas, contempladas com valiosos prêmios” restituíssem o jornal *A Luta* “afim de, oportunamente, ser feita uma rifa ou outra quermesse em pró da mesma”.

Ainda no evento foram tiradas fotografias por “dois amadores do foto-club ‘Germinal’”. Retratos de grupos de pessoas que infelizmente não se soube o fim que tiveram. Entretanto, foi publicado “o balancete de receita e despesa da quermesse”:

| RECEITA | |
|--|----------|
| Venda de bilhetes para os sorteios ns. 1 e 2 | 430\$000 |
| Donativos | 25\$000 |
| Total | 455\$000 |

Tabela 1 Balancete da Quermesse (Adaptado pelo autor)

Fonte: *A Luta*, 6 de janeiro de 1907, p. 2.

⁸⁸ Tradução livre: “tais festas reproduziam um programa previamente estabelecido que incluía, majoritariamente, discursos e conferências pronunciadas por dirigentes locais ou nacionais sobre temas típicos da época e/ou problemáticas que podiam interessar aos trabalhadores, como questão social, influência da ciência, emancipação da mulher e difusão”.

E as despesas foram citadas do seguinte modo:

| DESPESA | |
|--|----------|
| Salão | 67\$100 |
| Iluminação externa, convites, envelopes, fitas impressas e cartões | 6\$600 |
| Música | 30\$500 |
| Carretos | 2\$000 |
| Total | 186\$200 |

Tabela 2 Balancete da Quermesse (Adaptado pelo autor)

Fonte: *A Luta*, 6 de janeiro de 1907, p. 2.

O saldo fechou positivamente em 268\$800, dando uma sobrevida ao jornal que estava em uma situação econômica muito ruim. Abaixo foi elaborado um gráfico que mostrou a ascendência e a decadência econômica do *A Luta*.

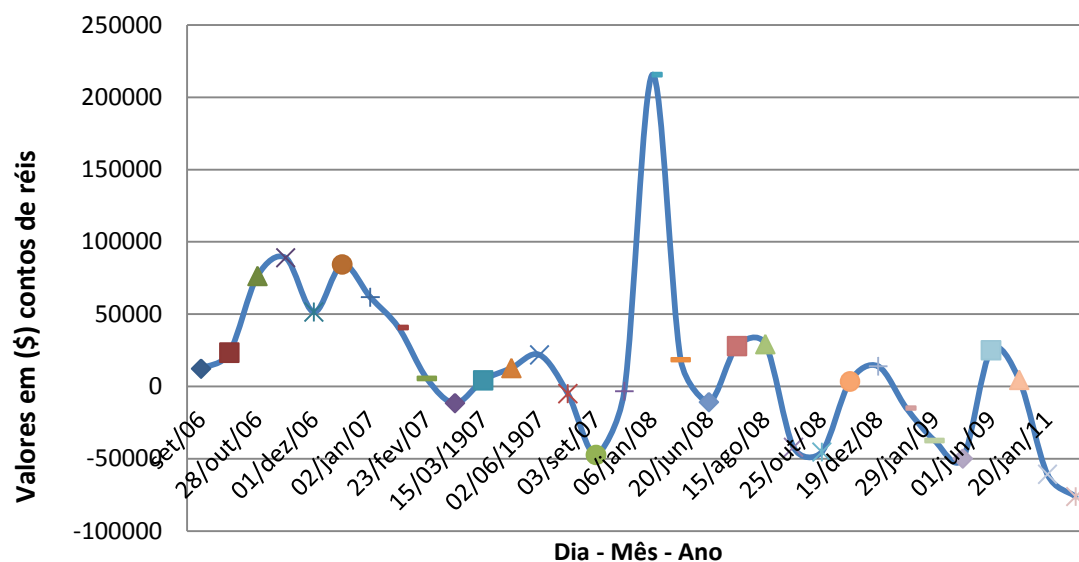


Gráfico 2 Balanço Econômico do jornal *A Luta* (1906-1911)

Percebeu-se que o saldo do jornal foi ascendente em 1906, mesmo com uma queda em dezembro. Outra consideração a ser feita é que ao aumentar os enfrentamentos com os socialistas, parece que o número de compradores/leitores

diminuíram gradativamente. Diminuiu consideravelmente o número de subscrições voluntárias, os quais pelo que parece davam a base financeira para o jornal. O jornal teve dois “grandes” eventos de solidariedade que ajudaram as finanças do *A Luta*. O primeiro ocorreu em janeiro de 1908 e foi um baile promovido pela “Nossa Quermesse”. E o segundo foi a participação do Grupo Solidariedade colaborando no 1º de Maio para com o jornal. No mais, ficou evidenciado que este periódico não conseguiu sobreviver sozinho. Que o número de assinantes e colabores diminuíram gradativamente. Se o maior gasto foi o de impressão, eram as subscrições que levantavam mais fundos.

Na edição inicial constava: “este periódico manter-se-á com a contribuição voluntária dos trabalhadores” (*A LUTA*, 13 de setembro de 1906, p. 1). Porém, a situação mudou em 1907. Em setembro deste ano exposto os valores das assinaturas. Foi neste momento que o pagamento do jornal deixou de ser voluntário. Os novos valores foram fixados em:

| | |
|---------|--------|
| Ano | 3\$000 |
| 6 meses | 1\$500 |
| 3 meses | 1\$000 |
| Número | 100 |

Tabela 1 Anuidade e mensalidades cobrados pelo jornal A Luta.

Fonte: *A Luta*, 3 de setembro de 1907, p. 1.

E abaixo constava o seguinte apelo: “nada pedimos nem exigimos: entretanto, que os camaradas formarão conta o nosso apelo afim de que seja o déficit saciar, como tencionamos a publicação semanal da *Luta*”. Deste modo, mesmo enfrentando dificuldades financeiras, havia um projeto de estender a frequência de publicação do jornal. Já em 1911 foi percebido o aumento dos valores cobrados e a flexibilização que diminuiu a assinatura de três meses para um.

| | |
|---------|--------|
| Ano | 5\$000 |
| 6 meses | 3\$000 |
| Mês | \$500 |
| Número | \$100 |

Tabela 2 Anuidade e mensalidades cobrados pelo jornal A Luta.

Fonte: *A Luta*, 18 de fevereiro de 1911, p. 2.

Estas ações não salvaram o jornal, porém, possibilitou uma sobrevivência a ele. Então, visando olhar para dentro do jornal, passa-se agora para o novo subcapítulo que tratará da produção intelectual destes anarquistas.

2.2.1 Escola Eliseu Réclus

Esta Escola recebeu o nome do geógrafo francês Elisée Réclus, o qual serviu de inspiração teórica para os anarquistas porto-alegrenses. Isabel Bilhão (2015) escreveu um artigo a respeito da educação católica e da libertária no Brasil, fazendo menção a esta iniciativa dos anarquistas porto-alegrenses. Segundo a autora, Francisco Ferrer y Guardia foi a principal fonte teórica para estes libertários. E apesar de citar a fundação da Escola Eliseu Réclus em Porto Alegre, ela não falou nada sobre a influência dele para estes militantes. Silvio Gallo (1990, p. 108) pontuou a efervescência educacional dos grupos que tentavam transformar a sociedade, segundo ele

Quando realizamos um estudo histórico da pedagogia e dos sistemas educacionais procurando perceber os seus condicionamentos sociais, percebemos que as classes ascendentes no sistema social sempre procuram transformar as instituições responsáveis pela educação, para que assim elas também possam beneficiar-se do processo educacional, veiculando socialmente aquela visão de mundo que lhe é própria. A luta de classes está presente também no processo educacional, e se é verdade que a instrução é de certo modo utilizada pela classe dominante para manter-se em uma posição de supremacia no contexto das relações sociais de poder e de dominação, enfraquecendo as ações revolucionárias das classes menos favorecidas e fortalecendo-se a si própria, não é menos verdade que as classes ascendentes são sensíveis a isto, e procuram conquistar e alargar brechas neste sistema educativo, como maneira de consolidar sua ascensão e posterior domínio.

Bilhão (2015) ainda afirmou que a educação era um fenômeno primordial para difundir os ideais anarquistas entre os trabalhadores. E soube-se que a conveniência da participação dos operários nas escolas geridas pelos libertários visava atingir os seus familiares. Deste modo, a Escola não era fechada apenas aos “associados”, mas sim a todos que estavam ligados aos trabalhadores e ao mundo do trabalho. Neste sentido, Doris Accioly e Silva (2011, p. 94) declarou que

Para os anarquistas, a educação, a cultura e, portanto, a apropriação do conhecimento pelas classes trabalhadoras sempre foram questões essenciais. Concebem a transformação social pela criação de formas igualitárias, anti-hierárquicas e desburocratizadas de organização, em sintonia com a mudança de sensibilidades, atitudes, valores e não como tomada do poder do Estado pelos partidos políticos e a constituição de uma nova classe dirigente.

Esta Escola contestatória foi, na opinião de Norma Côrrea (1987, p. 97), “um episódio de autonomia cultural da classe trabalhadora”, a qual interferiu “em outros órgãos classistas, tanto na capital como no interior do Estado”. E quanto ao nome Eliseu Réclus, escreveu Juliana de Oliveira (2009, p. 30) que

A homenagem prestada ao geógrafo francês Eliseu Réclus denota a popularidade de sua postura com relação à educação entre os libertários gaúchos na Primeira República. Nesta Escola, a habilidade do professor em ajudar a criança a desenvolver-se conforme a lógica de sua natureza é enfatizada como parte de um projeto político em que a educação ideológica, adquirida numa escola noturna de ensino livre, é o único fator capaz de torná-la independente dos conceitos burgueses. A escola tinha íntima ligação com as associações dos trabalhadores, como o Sindicato dos Trabalhadores em Madeira e o Sindicato dos Marmoristas, esses últimos seus principais frequentadores.

Através dela foram propostos métodos e abordagens que transmitiriam o conhecimento munido da conscientização de classe. Desta maneira, conforme Gallo (1990, p. 109) pontuou “na perspectiva do proletariado, a educação continua a ser um fator importante, seja para sua libertação da condição de dominado em um sistema social de exploração, através de uma transformação da sociedade”, o que poderia ser considerado como um aspecto revolucionário atribuído à educação. Em Porto Alegre, a notícia que deu conta de informar sobre a Escola foi a seguinte:

Por iniciativa de moços estudiosos foi, com esta denominação (Escola Eliseu Réclus), fundado um grupo de estudos livres baseado nos mesmos princípios

das modernas universidades populares, onde podem os trabalhadores encontrar fácil meio de adquirir conhecimentos, que lhe são vedados em vista das condições econômicas em que a maioria se encontra.

Este grupo que não obedece a regulamentos nem a presidentes ou auctoritarias directaris (sic), vai se mantendo na melhor harmonia possível – o que aliás vem demonstrar mais uma vez que não é com o excesso de autoridade que se mantém a ordem entre os indivíduos, quando estes se associam com interesses recíprocos, sem o intuito de sacrificar outrem, mas sim com a supressão dessa mesma autoridade.

Cada um ensinando o que sabe e procurando cada qual aprender o que ignora, à noite reúnem-se ali em convivência sã aqueles moços mantendo palestras interessantes das quais sempre se sai aprendendo alguma coisa de novo.

Atualmente leciona-se no grupo esperanto, francês, português, aritmética, matemática, história universal, desenho, ginástica sueca, etc. Havendo também palestra sobre anatomia descritiva, mecânica, física, química, etc.

O grupo tem uma frequência atual de cerca de quarenta sócios.

As contribuições são voluntários (A LUTA, 13 de setembro de 1906, p. 1).

As considerações pontuais da publicação a serem verificadas foram: 1) grupo de estudos livres; 2) influências das universidades populares; 3) público alvo: os trabalhadores impossibilitados de frequentar escolas diurnas ou estatais por falta de condições econômicas e tempo; 4) objetivo: adquirir conhecimento; 5) autonomia, autoridade e didática; 6) disciplinas e horários; e 7) forma de retorno do público (mensalidades).

As influências que norteiam a concepção de escola dos anarquistas vêm de fora. Principalmente, “entre os militantes brasileiros, o pedagogo catalão Francisco Ferrer foi o mais citado pelos anarquistas que não apenas apontavam seu modelo como referencial de escola racional e moderna, mas também lhe devotavam homenagens nos aniversários de sua morte” (BILHÃO, 2015, p. 148). Apesar disso, os libertários procuravam respeitar as condições materiais e os limites de tempo dos trabalhadores. Com isso, os seus encontros eram noturnos e nos domingos, ou seja, em dias e horários que o operariado estava “livre” para instruir-se.

A importância das iniciativas educacionais libertárias ia ao encontro com a concepção anarquista de que “a escola livre é o sol esclarecedor de todas as consciências, o tronco por onde brotam todas as amizades, a causa principal da educação humana, a imagem viva duma sociedade em miniatura” (A LUTA, 22 de fevereiro de 1907, p. 1). Esta “mini” reprodução do ambiente social que a escola transmitia deveria instruir intelectualmente e ideologicamente os trabalhadores. Esta conscientização de si e de seu papel social recebia o conceito de solidariedade. E as bases para a construção desta noção eram:

A consciência, quando sã e pura, torna-se mãe fecunda, germinando ideias nobres; a amizade – o campo onde mais amplamente floresce a solidariedade; a educação, se completa, o vínculo de toda humanidade; a sociedade, quando sem leis nem Xefe (sic), ao livre arbítrio de cada célula – a base sólida do internacionalismo (A LUTA, 22 de fevereiro de 1907, p. 1).

Destacaram-se, a consciência “sã e pura”, a amizade e a educação. O companheirismo e a identificação de uma coletividade com necessidades e interesses em comum selaria a relação de amizade neste grupo. A conscientização de seu papel e de suas condições os fortaleceria e, conseqüentemente, a luta operária. Tudo isso deveria vir de forma conjunta com a educação. Esta ideia era sinônimo de instrução física, intelectual e ideológica. Era necessário manter uma conduta moral de ideias, comportamentos e cuidados com a saúde que serviriam de construção para a nova sociedade.

A crença na racionalidade e na ciência colaborou com esta ideia (SILVA, 2011, p. 96). Na verdade, os trabalhadores deveriam se afastar dos conceitos religiosos e da instrução oferecida pela escola pública. Desta maneira, os anarquistas, desde a sua metodologia, não se colocavam como substitutos de um serviço não disponível, mas sim como os verdadeiros instrutores do conhecimento⁸⁹. Entretanto, apesar de creditarem forças no seu ensino “diferenciado”, havia a “esperança iluminista na instrução como arma de emancipação dos trabalhadores” (BILHÃO, 2015, p. 147). Tal noção fez com que fosse observado “que, por seu ideário e por suas características de militância, nenhum outro grupo preocupou-se, de forma tão sistemática, com a fundação de escolas ou com a difusão de uma proposta pedagógica” (p. 148).

A sociedade transformada só poderia ser fruto de homens que seguissem estes preceitos. Assim, a escola exercia o seu papel revolucionário na teoria e na prática. Ainda mais que ela representava a “sociedade em miniatura” para os anarquistas. O que exigiria atenção redobrada quanto aos métodos nela utilizados para instruir o proletariado. E neste momento, o objetivo a curto prazo da escola era o de banir “a

⁸⁹ Para esta afirmativa, baseou-se em Silvio Gallo (1990, p. 109) e na sua afirmação sobre a radicalidade pedagógica dos anarquistas. Radicalidade pela coerência que manteve com a aceção “de que o proletário deve conquistar ele próprio a sua liberdade”, então, criticaram e rejeitaram veementemente a ação do Estado e da classe dominante na educação.

retrograda ideia de *Pátria e Deus*”⁹⁰ (A LUTA, 22 de fevereiro de 1907, p. 1), pois, para os anarquistas, era através destes nomes que eles acabavam sendo explorados.

Estes dois justificadores da exploração econômica deveriam ser combatidos através do conhecimento. Isso envolveria o saber de como “são enquanto sujeitos”, “do que fazem” para transformar e “de como são” saqueados pelos burgueses. No mesmo sentido, conhecer os inimigos da classe poderia ser norteado de modo similar, ou seja, “como eles são”, “como criaram” os mecanismos de dominação e “como saqueiam” o proletariado. Tudo isso, de modo geral, deveria ser percebido na escola de ensino livre proposta pelos anarquistas.

Destarte, o conhecimento e a consciência “sã e pura” eram os baluartes para a consolidação de “um movimento sólido e inconcusso com o caráter inteiramente revolucionário”. Por e para isso era que o proletariado deveria ser convencido da importância na educação “adquirida numa escola noturna de ensino livre” entre eles era “o único fator capaz de torna-los independentes”. Assim, conforme Oliveira (2009, p. 46), percebeu-se que

o cientificismo deu a tônica da época, embalando também a visão pedagógica libertária. Dentro do pensamento anarquista, já havia uma tradição onde a educação estaria no centro do embate político, sendo-lhe atribuída especial habilidade na formação de mulheres e homens livres, emancipados do obscurantismo religioso e combatentes ao sistema de exploração econômica a que estavam subjugados. Se para as reformas oficiais a educação era entendida como “a perpetuação da formação da formação de braços para a reprodução do capital”, para os libertários ela deveria romper com esse ciclo.

Então, a educação era praticada com o intuito de formar homens conscientes de seu papel social. Além disso, havia a rejeição pelo autoritarismo e a forma como essa ideia seria concebida na Escola pôde ser verificada em uma publicação de dezembro de 1906, a qual afirmava que “dia a dia cresce a frequência de alunos à casa escola de ensino livre” (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 2). Ainda, segundo os anarquistas, “tudo ali é feito livre e voluntariamente: enquanto uns aprendem o que têm vontade de saber, outros ensinam o que podem e têm vontade de ensinar”. A ausência de uma “diretoria prepotente” e “d’um rígido professor” eram normativas internas do funcionamento escolar. Tudo para combater um dos males sociais que era a limitação da

⁹⁰Grifos no original.

liberdade do outro. Assim, , “a garantia de que, apos os atos de expropriação e de destruição do Estado, a reconstrução da vida social dar-se-ia mediante associações livremente pactuadas, sem autoridades, chefes e governos” (LUIZETTO, 1984, p. 62).

A contrapartida didática não pôde ser mensurada, já que não foram encontrados registros mais detalhados do funcionamento desta Escola. Porém, soube-se que o seu intuito moral era o de fazer sentir e compreender “os benéficos resultados da solidariedade”. Então, ao contrário das escolas que preferiam manter professores autoritários e controladores, a Eliseu Réclus criava a ordem e a harmonia através da conscientização da necessidade que os trabalhadores tinham de aprender⁹¹.

No mais, a Escola “não possui regulamentos de nenhuma espécie, tem apenas como diretores administrativos um secretário e um tesoureiro, que não exercem autoridade alguma sobre os sócios”. E quanto a distribuição das disciplinas, nesta publicação foram mencionados os nomes dos professores responsáveis por elas.

Adão Pesce – Aritmética, Algebra, Economia Política e Mecânica.
R. Frederico Geyer – Esperanto Ortografia.
Gomez Ferro – Português e Geografia. História Social
A. Tito Soares – História Universal e do Brasil.
C. Fetterman – Português, Alemão, Francês.
Nestor Guimarães – Física, Química, História Natural e Caligrafia.
João Parossini – Desenho gráfico
Frederico Kuplich – Ginástica sueca.
Artur Candal Filho e Adolfo de Araujo Correia – Anatomia descritiva e Física recreativa (A LUTA, 1 de dezembro de 1906, p. 2).

Percebeu-se que existia uma diversidade de matérias que eram lecionadas. De modo geral, estas disciplinas visavam instruir o intelecto dos trabalhadores, ensinando-lhes a ler e escrever. Demonstrando a eles os princípios da física e da química. Instruindo-lhes sobre os números e a importância do cuidado com o corpo.

A Eliseu Réclus passou por transformações e mudanças ao longo dos anos. Assim, ocorreram na Escola, em 1907, a transferência para a “rua General Camara, 24 (esquina da dos Andradas)” (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 4).

Deste modo, a preocupação e condição da Escola possibilitavam a aplicação de 4 matérias distribuídas em dias e horários distintos. Provavelmente esta agenda estava de acordo com as disponibilidades dos professores quanto dos alunos, conciliando as suas

⁹¹ O exemplo mais elucidativo do resultado da educação desta Escola foi a palestra do aluno Mario Gil na Conferência Antimilitarista, realizada em fevereiro de 1907.

possibilidades. E por serem noturnas, não se pôde arguir sobre quem frequentava ela, se eram mais crianças ou adultos. A sua localização e a sua nomenclatura correta foram publicadas: “O Grêmio Instrutivo ELIZEU RÉCLUS, que tem por fim a instrução e educação proletária, comunica aos operários desta capital que acham-se funcionando as aulas a rua Conceição n. 22”⁹²(A LUTA, 1 de julho de 1910, p. 3). Em alguns momentos, as publicações a respeito do funcionamento da Escola desapareciam. Assim,

Diversos camaradas nossos, que faziam parte desta escola, em reunião realizada a semana passada, resolveram reorganizá-la.

Para isso será alugada uma casa em local de fácil frequência dos trabalhadores e onde a Escola reincitará os seus utilíssimos trabalhos de educação e propaganda libertária.

Desnecessário será dizer que a escola continuará com o mesmo programa que data da sua fundação. (A LUTA, 15 de agosto de 1908, p. 2).

A trajetória da Escola enfrentou muitas adversidades. Então, esta publicação indicou que existira a persistência dos seus colaboradores na manutenção do funcionamento da *Eliseu Réclus*.

Continua funcionando com real aproveitamento para os que a frequentam, esta escola operária.

Há atualmente uma frequência de cerca de 60 alunos nas três aulas que aí estão funcionando.

Aos domingos há ali palestras sobre assuntos sociais.

O gabinete de leitura que funciona na Escola é frequentado diariamente por grande número de operários (A LUTA, 1 de julho de 1910, p. 3).

A Escola e o Gabinete de Leitura foram duas importantes iniciativas práticas que os anarquistas porto-alegrenses articularam. No Gabinete de Leitura ficavam disponíveis exemplares de livros, jornais e folhetos. Ele funcionava junto à Eliseu Réclus. O Gabinete de Leitura era aberto a todos os operários que desejassem acessá-lo. E “para tudo que disser respeito à ESCOLA deverão os interessados se entender com o abaixo-assinado que será encontrado diariamente no local acima indicado”⁹³, e o seu nome era Carlos Toffolo, secretário da Escola.

Anexo à ESCOLA ELIZEU RÉCLUS, acha-se instalado o Gabinete de Leitura da *Luta*, onde o proletariado encontrará, além de grande número de livros de propaganda operária, todos os jornais que permutam conosco e que

⁹²Grifos no original.

⁹³Grifos no original.

são em grande número. O local, que é a rua Conceição n. 22, acha-se aberto todos os dias das 6 à 10 horas da noite⁹⁴ (A LUTA, 1 de julho de 1910, p. 2).

Em linhas gerais, havia influenciadores que estavam ligadas a origens distintas ao anarquismo. Deste modo, o cientificismo que era defendido por positivistas, republicanos e até católicos também o foi entre os pedagogos libertários. Assim,

a influência cientificista nas propostas pedagógicas em voga se constituiu em importante argumento legitimador por parte dos grupos anarquistas, os quais defendiam a primazia da razão e o emprego da racionalidade em uma pedagogia ilustrada e ativa, visando a transformar as formas de pensar e de agir dos trabalhadores e seus filhos (BILHÃO, 2015, p. 150).

A razão e a concepção de que a educação era uma ferramenta transformadora motivou os anarquistas a elaborarem as suas disciplinas a partir deste critério, e mais, a partir da possibilidade de atuação de seus quadros. A maneira como muitas concepções eram conhecidas se dava através da “circulação de ideias”. O movimento desta circulação ocorria “por meio de livros, panfletos, jornais, cartas, opúsculos e viajantes, chegavam especialmente da Europa e dos Estados Unidos e, aqui, combinadas às tradições e necessidades locais, encontravam espaços de reflexão em grupos os mais distintos” (BILHÃO, 2015, p. 151).

A concepção internacionalista “proporcionou que uma gama de publicações estrangeiras chegasse às mãos de pessoas engajadas em difundir o ensino livre em solo brasileiro” (OLIVEIRA, 2009, p. 46). Outra consideração pertinente sobre a importância que os anarquistas davam a educação foram sintetizadas mais tarde por Leal (1999, p. 35):

Entendendo o capitalismo como uma organização que degradava os homens, e entre eles as classes trabalhadoras, os anarquistas criam na necessidade da (re)educação destas com vistas à regeneração humana que se daria com a Anarquia. Preconizavam, portanto, “um trabalho sistemático de propaganda, educação e exemplo”¹⁵ realizado pelos militantes libertários.

Na sede da Escola ainda foram realizadas algumas conferências. Aqui foi exemplificada uma noticiada no 1º de Maio de 1910. Na ocasião, “efetuou-se num dos

⁹⁴ Grifos no original.

últimos domingos, na sede da *Escola Eliseo Réclus*, uma conferência, primeira de uma série, sobre interesses operários”⁹⁵ (A LUTA, 1 de maio de 1910, p. 4). E como ocorria nos demais pronunciamentos públicos, o orador “discorreu longamente sobre as lutas operárias, mostrando como só da instrução e educação dos trabalhadores num sentido verdadeiramente social e humano, poderá resultar a sua emancipação econômica, dentro de uma nova sociedade”.

Na sequência, “o conferencista demonstrou as vantagens do agrupamento dos operários em sindicatos, como meio de desenvolver a solidariedade e provocar o estudo das questões que afetam as classes produtoras para que aprendam a lutar pela defesa de seus interesses”. Deste modo, apresentado o histórico de lutas e de organização dos trabalhadores, o operário Christiano Fettermann apontou as possibilidades e as necessidades que o seu público enfrentava e precisava construir. E ilustrou as expectativas que o associativismo ofertava aos seus agentes.

E, assim, conclui-se este subcapítulo. Com algumas evidenciações que me autorizaram afirmar que a luta anarquista se concentrava na emancipação operária, através de duas esferas principais, a econômica, de caráter imediato, e a intelectual, a curto e médio prazo. Deste modo, as suas ações não se limitaram ao sindicato, mas sim em todas as formas de associativismo que deixavam algum espaço para as suas ideias. E além de participarem das associações existentes, eles criaram outras novas. Estas organizações planejadas pelos anarquistas possuíam o teor de projetar um processo revolucionário. Porém, eles enfrentaram rivais no mundos do trabalho, e deles se destacaram os socialistas. Neste sentido, passa-se agora para o próximo capítulo. Este terceiro se preocupou com a presença dos socialistas nas organizações operárias porto-alegrenses.

2.3 PRODUÇÃO INTELECTUAL

Neste presente subcapítulo foram investigadas as imagens e os textos literários publicados no jornal *A Luta*. Destas produções, foram verificadas as suas relações com o contexto. E com isso, procurou-se compreender a construção de um espaço social através dos discursos a respeito do trabalhador. Assim, foram as produções intelectuais

⁹⁵ Manteve-se a grafia do Eliseu Réclus conforme o original para demonstrar a mudança que ocorria nela entre as edições do *A Luta*.

que foram verificadas tiveram o sentido de compreender os seus conteúdos e as suas relações com o contexto. Entretanto, considerou-se pertinente pensar conforme Ralle (2013, p. 144) pontuou:

El presente trabajo quiere mostrar que la defensa prioritaria del instrumento organizativo lo fue de una identidad que se afirma en primer lugar como social y que genera una construcción ideológica duradera. Entrar en la llamada « política propia» suponía una constante preocupación por afirmar lo obrero construyéndole un espacio a la vez social y discursivo⁹⁶.

O espaço da “política própria” estava centrado nos jornais e no associativismo operário. Leal (1999, p. 25) considerou que nos periódicos libertários havia a presença constante de reafirmações que o colocavam como um elemento político na vida do leitor. No caso, o jornal levaria “as ideias libertárias aos trabalhadores para emancipá-los e assegurar o processo de construção da sociedade futura”. O seu caráter pedagógico fazia com os “textos de ficção e mesmo as poesias” trouxessem consigo muitas vezes temas “muito próximos aos as demais discussões presentes nas colunas dos periódicos, dificultando bastante qualquer leitura que não considerasse o contexto de publicação”. E aquelas que não possuíam nenhuma relação com os acontecimentos da cidade e dos trabalhadores eram utilizados conforme o senso de oportunidade que os anarquistas mantinham.

Doris Accioly e Silva (2011, p. 91), ao estudar a criação cultural e a invenção pedagógica dos anarquistas no Brasil, evidenciou que “a pouca importância dada pelos anarquistas a autoria das obras, vistas mais como fruto da experiência coletiva do que do refinamento estético, valendo mais o ímpeto criador do que a obra em si”. E concluiu que:

O solo originário da reflexão aqui desenvolvida e a tradição anarquista europeia, principalmente a de países como Espanha, Itália e Portugal, de onde veio grande parte dos imigrantes responsáveis, no Brasil, em outros países da América Latina e nos Estados Unidos, pela expansão do anarcosindicalismo e pela criação, no Novo Mundo, das expressões artístico-culturais e pedagógicas inerentes ao movimento anárquico desde suas origens. O anarquismo, mesmo considerando sua pluralidade de tendências, produziu em

⁹⁶ Tradução livre: “o presente trabalho quer mostrar que a defesa prioritária do instrumento organizativo foi de uma identidade que se afirma em primeiro lugar como social e que gera uma construção ideológica duradoura. Entrar na chamada <<política própria>> supunha uma constante preocupação por afirmar o operário construtor de um espaço tanto social e discursivo”.

sua história experiências pedagógico-culturais inovadoras. Até hoje elas constituem fonte de inspiração para educadores e movimentos sociais que buscam alternativas à educação estatal ou privada e aos métodos convencionais de ensino-aprendizagem. (p. 88).

Na verdade, existiram muitas elaborações anarquistas por nacionais. Mas convém reafirmar que muitas inspirações e trocas de experiências ocorriam com os europeus. E, nos jornais, isso foi traduzida nas publicações de notícias do “velho mundo”, na qual, as ações libertárias eram mescladas com o autoritarismo e a violência do patronato e do Estado. Entretanto, como havia a impressão dos acontecimentos europeus, existiu também a troca de experiências entre os militantes brasileiros, imigrantes e os estrangeiros.

Então, identificou-se que:

O caráter emancipatório das práticas culturais e pedagógicas dos anarquistas baseava-se na concepção da I Internacional, segundo a qual a redenção dos trabalhadores deveria ser obra dos próprios trabalhadores. Desta concepção decorria a ênfase que davam ao livre arbítrio e sua fé no poder da inteligência e sensibilidade humanas, bem como a dimensão educativa e cultural que seria em grande parte responsável pela transformação social. É importante ressaltar que, para os libertários, educação, cultura e revolução são indissociáveis. (p. 91).

A inteligência e a sensibilidade humana formariam, através da conscientização, o “novo homem”. Este ser criaria a sociedade do futuro através da união e solidariedade entre todos. Mas para alcançarem tal nível, havia a instrução cultural e moral sendo desenvolvida através das reuniões nas *sociedades operárias*. Era neste espaço que os libertários difundiam as suas evidências sociais.

Os anarquistas defendiam um método de estudos chamado de *observação social*. E através dele eles faziam o “exame histórico dos fatos e da sua interpretação inteligente” (A LUTA, 29 de setembro de 1906, p. 4). Foi através da *observação social*, por exemplo, que os anarquistas perceberam a importância do sindicato na vida dos trabalhadores.

Mas como já foi dito, os anarquistas dialogavam com outros grupos intelectuais. Neste sentido, foi encontrado o jornal *O Lúciifer*, o qual mantinha colabores que

provavelmente eram anarquistas e outros não⁹⁷. Esta constatação se deu porque existiam publicações de textos libertários. E conforme pontuou Poletto (2011, p. 101) a respeito deste periódico:

Alguns autores classificam o periódico **Lúcifer** também como libertário. No entanto, acredita-se que tal rotulação seja precipitada, uma vez que a essência principal encontrada no periódico é o anticlericalismo e, embora apareçam alguns textos criticando o capitalismo e a autoridade estatal, os mesmos não aparecem de maneira constante; estando, portanto, em segundo plano no periódico. Além disso, em nenhum momento o periódico afirma seu caráter libertário. O que existe, sem sombra de dúvida, é uma simpatia e uma relação de proximidade com os anarquistas; no entanto, isso não basta para rotular o próprio diário como anárquico.⁹⁸

Então, utiliza-o com cautela em relação a isso, em síntese, adota-o e aplica-o mais pelo seu viés anticlerical do que outra coisa. O que é interessante pensar na possibilidade de (con)vivências que anarquistas e socialistas possuíam com outros tipos de organização que se não apenas entre as operárias.

Estes elementos morais exemplificavam tudo o que existia de “ruim” na sociedade. E junto a estes componentes, havia a crítica em torno da percepção da relação das pessoas com a natureza e a valoração contida em cada acontecimento climático. Do modo que “o homem *qualificou* moral e socialmente essas vontades segundo o modo por que se portavam com ele”⁹⁹ (A LUTA, março de 1907, p. 1). O *bem* e o *mal* eram valorados conforme se dava a relação da pessoa com a ação externa para com ele. Então, a chuva pode ser boa quando vista com uma intenção ou má quando prejudica a colheita. Desta premissa básica surgia o medo da natureza.

Os religiosos manipulavam este sentimento através do “temor supersticioso” (p. 1), o qual “é um elemento da religião”. Soma-se a isso “a ideia de *dádiva*, de *oferenda*, tão essencial nas relações dos seres entre si e dos homens com os deuses, salvo raras exceções, é-lhe quase desconhecida”¹⁰⁰. Eis um elo que possibilitava a comparação de

⁹⁷ Ressalta-se que os exemplares deste jornal foram encontrados no Museu da Comunicação José Hipólito da Costa. As edições encontravam-se espalhadas na “pasta” que ele pertencia. Deste modo, procurou-se consultar na historiografia outras citações para ver as datas que foram mencionadas e na própria sequência em que o periódico era encontrado no museu.

⁹⁸ Grifo no original.

⁹⁹ Grifo no original. Esta edição está com a data rasurada, sendo impossível identificar o dia exato da publicação. Suponha-se que seja entre os dias 1 e 3 de março.

¹⁰⁰ Grifos no original.

uma “imitação, no imaginário comércio com os deuses, do comércio de homens unidos por liames já muito complexos”.

Mas a disputa contra os religiosos implicava combater “uma arte social incipiente, um primeiro conhecimento das molas que movem os seres em sociedade”. Para os anarquistas a devoção a deus seria a ideia de afeição e submissão a uma entidade superiora que os condenaria a escravos de suas vontades. Ela, quando em frente aos erros dos mortais, cobrava-os ou os punia. Do outro lado da força, as pessoas dotadas da ideia de *compensação* tentavam através do arrependimento suprir o desejo da divindade.

Com o teor irônico, foi publicado um texto de autoria de Guerra Junqueiro. A parábola comparava o medo do papão que as crianças possuíam com o temor a deus que os adultos sentiam. O texto visava criticar a própria existência da divindade, tornando-se assim, em algo muito provocativo para o catolicismo:

O papão

As crianças tem medo à noite, às horas mortas do papão que as espera, hediondo atrás das portas, para as levar no bolso ou no capuz de um frade. Não te rias da infância, ó velha humanidade, que tu também tens medo do bárbaro papão, que ruge pela boca enorme do trovão, que abençoa os punhais sangrentos dos tiranos. Um papão que não faz a barba há seis mil anos, e que mora, segundo os bonzos tem escrito, lá em cima, detrás da porta do infinito! (A LUTA, 14 de dezembro de 1907, p. 2).

Assim, tanto o medo do papão das crianças quanto daquele outro papão que não fazia a barba havia milênios eram passíveis de questionamentos e ironias. Este movimento anticlerical que condenava “a influência dominante de instituições religiosas, especialmente do clero católico sobre os fatores políticos e sociais da vida pública” (POLETTI, 2011, p. 106). Os anarquistas e intelectuais anticlericais se expressavam através de produções textuais e das caricaturas. Em especial as caricaturas que constituíam-se “de um tipo discursivo diferente, conciso e, por vezes simplificado” foi que demonstraram a riqueza do poder de síntese que existia entre estes grupos do período. Além do mais, conforme Poletto (2011, p. 126), a caricatura

Utiliza elementos e estratégias diferentes do discurso verbal para a transmissão das mensagens. Nesse sentido, as caricaturas aqui transpostas traduzem, portanto, através do lápis afiado do caricaturista, tanto as vivências

e crenças da classe operária (da parte ligada aos ideais libertários da classe operária) ou de livre-pensadores defensores do anticlericalismo, quanto a percepção que tais grupos tinham a respeito dos outros, dos seus inimigos.

Nesta dissertação não foram encontradas caricaturas que fossem identificadas a personalidades políticas. Fator que impossibilitou críticas maiores aos seus destinatários. Porém, percebeu-se a construção de estereótipos através de expressões acentuadas nas imagens. Mas voltamos ao anticlericalismo. Havia, no período, a fomentação de grupos de livres-pensadores que combatiam a influência do clero. E conforme Antonio Cleber Rudy (2010, p. 36):

Esse combate ao clericalismo vinha de encontro à formação de Ligas Anticlericais em São e Rio de Janeiro, assim como em outras capitais brasileiras, estimulando movimentações como a promovida contra a execução na Espanha do pedagogo e livre-pensador Francisco Ferrer y Guardia, numa trama que teve o envolvimento da Igreja Católica. Desta forma, na Europa e no Brasil intensificaram-se as campanhas pró-estado laico, associações e ligas, com a finalidade de se mobilizarem contra as ingerências do clero, etc.

Como ficou evidenciado, o anticlericalismo era um movimento que estava sendo organizado em várias partes do mundo. As críticas ao clero ganhavam apoiadores e com eles novas estratégias de combate. E uma das principais foi a caricatura. Gawryszewski (2009, p. 34) reforçou que

Outro elemento de âmbito internacional, com forte penetração entre os povos, foi a Igreja Católica. O ideário libertário é contra qualquer religião, mas na imprensa brasileira e dos países de língua de origem latina a imagem usada era, em geral, a figura do padre. Este poderia aparecer como sendo sua própria figura, ou seja, um ser humano, ou como representando a própria Igreja Católica (que poderia ser também representada pelo Papa ou pelo próprio Cristo). Como o patrão, sua figura era, geralmente, retratada como um obeso, com suas vestes negras (hábito). Novamente, a obesidade com um sentido negativo de fartura, pois simbolizaria o pecado da gula (os anarquistas usavam do próprio pensamento bíblico para criticar a hipocrisia e os atos *pecaminosos* dos padres), da desigualdade e da concentração da renda.

Assim, também foi perceptível a linguagem próxima do cristianismo existente na literatura anarquista. Em muitos momentos os próprios anarquistas se apropriavam das parábolas cristãs para criticar a moral dos padres. Então, assim como o burguês, havia o

padre que se aproveitava da inocência e ignorância dos seus fiéis. Com isso, viviam e aproveitavam das riquezas materiais, abusavam através de assédios morais os críticos às suas condutas e, ainda, eram tidos como um dos sustentáculos do sistema político e econômico.

Neste sentido, outra imagem que aparece no *Lúcifer* aponta a *trindade burguesa* ou: *embuste, prepotência e fraude*. O peculiar dela é que ela também aparece no jornal *A Luta*, conforme é constatado a seguir.



Figura 4- A Trindade burguesa ou: embuste, prepotência e fraude.
Fonte: *O Lúcifer*, 12 de outubro de 1907, p. 1.

No periódico *A Luta*, ela aparece em 10 de janeiro de 1909, sendo capa desta edição. O seu título é *o diabo moderno* e contém uma descrição distinta da publicada pelo *Lúcifer*. Na edição do *A Luta* a descrição da imagem é:

A burguesia, supersticiosa e nescia, toma satânica forma, o Pensamento Novo que solapa o bloco sobre que assentam os seus privilégios e injustiças.

Não longe, porém, estará o dia em que rolará para o abismo das coisas más a trilogia maldita, que tantos sofrimentos e tantas dores tem espalhado por toda a terra! (A LUTA, 10 de janeiro de 1909, p. 1).

Mas, antes de prosseguirmos com a reflexão referente ao “destino” deste bloco que sustenta esta trilogia, vamos a análise do conteúdo desta caricatura. A primeira parte da ilustração a ser verificada foi a do obscurantismo. O obscurantismo apresenta uma espécie de mitra com um crucifixo na sua extremidade. Pontualmente, este símbolo fazia menção ao cristianismo, porém, o formato deste barrete mais arredondado não era o usado pelos católicos, mas sim pelos ortodoxos russos. Assim, a sua origem, que é desconhecida até então, poderia ter o processo de seu mapeamento iniciado. Tarefa a qual não será possível realizar nesta dissertação.

O segundo elemento escolhido a ser verificado foi a personagem que caracterizava o capitalismo. Ela usava um chapéu tipicamente burguês. O capitalismo, mesmo que atrelado ao obscurantismo e ao militarismo, era o primeiro a cair. As suas expressões faciais apontavam o receio da queda. Ainda em relação ao capitalismo, identificaram-se os seus olhos grandes e arregalados. A sua boca entona o receio e o temor através da sua dimensão. Em linhas gerais, o capitalismo estava prestes a desabar. A mensagem era clara.

Já o militarismo ficou dotado de um sorriso largo e desproporcional ao seu rosto. Enquanto que o capitalismo abria a boca em sinal de temor, o militarismo transmitia o “ar irônico” de sua posição. E o militarismo estava dotado de um capacete militar com um elemento pontiagudo em sua extremidade. Os olhos das três figuras estavam fixados para o abismo que pendiam graças a uma figura mitológica. Enfim, a figura mais curiosa era esta espécie de sátiro, com chifres e uma alavanca que empurrava a trindade presa a mesma base. Desta imagem, Poletto (2011, p. 197) concluiu que

Tal figura macabra é apresentada com três cabeças, sendo que cada uma delas representa um elemento opressor: o obscurantismo, o militarismo e o capitalismo. O obscurantismo, através da mentira impede a razão; o militarismo utiliza-se da força para negar o direito e, por fim, o capitalismo, permitindo o roubo e a exploração, contribuiu para a miséria do povo. Tem-se assim, representado num mesmo monstro, os três principais inimigos do ideal libertário: o clero, o exército e o Estado.

Esta trindade era o alicerce do regime político e do sistema político vigente. Tudo que existia de mal estava estritamente ligado a esta relação de forças. Porém, antes de continuarmos a debater esta caricatura e as demais, sobre as colocações de Angela Maria Roberti Martins (2009, p. 121) para compreender qual o sentido que aquela figura possuía na imagem. A autora dizia que:

As imagens cumpriam certa trajetória que evocou uma interlocução com tradições plásticas e simbolismos revolucionários, resultando em um movimento que não foi mera reprodução e passividade, mas, antes, apropriação, recriação e reemprego dos gravuristas, profissionais ou não, encarregados de introduzir nos impressos libertários certa linguagem visual.

Uma das figuras que retratava o processo revolucionário foi a alegoria da República. Esta figura feminina que se localizava no centro das imagens que lhe retratava era originário da “Antiguidade grega e romana, em que divindades femininas representavam ideias, valores, sentimentos” (CARVALHO, 1990, p. 14). Ainda sobre este ser mitológico presente na caricatura, pensou-se a respeito das considerações de Suriano (2001, p. 305) quando ele destacou que

El sistema simbólico utilizado por el anarquismo argentino apelaba a un sin número de elementos cuya filiación abrevaba en gran medida en la etapa de las revoluciones burguesas pero, también, podía retrotraerse mucho más atrás hasta la mitología griega, porque imágenes simbólicas se resinifican constantemente y cuando pierden el contenido original se convierten en “formas vacías”. Desde la Revolución Francesa, y más precisamente durante el siglo XIX, muchas imágenes tradicionales adquirieron profanidad y, en oportunidades, carácter revolucionario. Así, el contenido político-social ocupaba y llenaba las “formas vacías”.

Poderia então, ser o sátiro um elemento de formas vazias ressignificados na iconografia anarquista? Impossível de responder no momento, mas deixo o questionamento para novas pesquisas a respeito da composição das caricaturas e as suas relações mais profundas com a Antiguidade Greco-Romana.

Quanto ao “diabo moderno”, identificou-se o seu caráter político e moral a partir das denúncias das formas “satânicas” que a burguesia possuía. A trilogia formava os sustentáculos que permitiam a existência do regime político vigente. Até nisso havia o contato direto entre as apresentações da imagem para o público. No *Lúcifer* constava:

O Obscurantismo – com o *embuste* – oprime a *consciência*.

O Militarismo – com a *prepotência* – oprime o *direito*.

O Capitalismo – com a *fraude* e o *roubo* – perpetua o desfrutamento e a miséria do povo.

Obscurantismo – *militarismo* e *capitalismo*, são *três* castas realmente distintas, mas formam um bloco só e tem um único escopo.

- O obscurantismo é o *pai* (de todos os males sociais) anulando a consciência do proletariado e paralisando a sua independência e iniciativa.

- O militarismo é o *filho*, e valendo-se da inconsciência e do medo do povo anula o *direito*... escrevendo com a ponta das baionetas as leis do privilégio burguês.

- O capitalismo – *ladrão* – é o espírito que anima a *trindade burguesa*: saqueia o povo, dividindo o esbulho com os outros dois.

- *Lúcifer*, destruindo o *pai*, terá virtualmente escavado o abismo para todos os três. (O *Lúcifer*, 12 de outubro de 1907, p. 1).

As pontuações morais e políticas eram determinantes para a compreensão deste espaço de luta. Com esta reflexão foi possível perceber que as condições dadas deveriam ser compreendidas de forma multideterminada, sendo formada e formando vários elementos que em conjunto compunham a sociedade. E elas eram ilustradas aos leitores destes jornais. O objetivo era o de transformar a realidade vivida em experiência percebida.

Mas não bastava interpretar a vida social, necessitava-se de quadros que a transformariam. Seriam nestas condições que surgiriam as grandes lideranças, ou melhor, os grandes baluartes da ideologia anarquista. Dentre eles, uma das mais expoentes, constava Francisco Ferrer y Guardia, espanhol promotor da *Escuela Moderna de Barcelona*, morto em 1909. A sua personalidade foi ligada ao combate ao obscurantismo e a defesa do uso da razão na educação. Ao falar disso, tornou-se importante frisar que a sua execução criou uma grande ferida no movimento operário mundial, sendo que a data de seu falecimento foi rememorada de diversos modos em várias partes do mundo.

O fato era que esta figura representava uma série de componentes que marcavam o anarquismo. A ênfase dada para os valores morais seria motivada pela ausência de agentes reguladores no processo revolucionário, onde o Estado deixando de existir, tornar-se-ia, então, necessário ter pessoas capacitadas a gerirem-se através de novas relações sociais.

E ainda sobre o militarismo, foram encontradas outras obras que (re)tratavam o “destino cruel” dos soldados. Quanto a eles, foram “submetidos a um regulamento

despótico” (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 1), desfigurando-os de sentimentos e capacidades intelectuais. Além do mais, os militares eram retratados como pessoas transfiguradas por interesses mesquinhos. Eles não eram maus por natureza, mas sofriam com as “ordens” que lhes impunham. Assim,

acabam por ter horror a tudo que sente, a tudo que quer, a tudo que se move livremente. Todo o pensador é para eles um anarquista; as reclamações da liberdade são uma revolta, e muito naturalmente, chegam a querer impor à sociedade inteira a regra de ferro a disciplina brutal, a ordem estúpida de que eles próprios caem vítimas (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 1).

Mas quando existia entre os militares aqueles que eram instruídos e que amavam a liberdade, eram considerados exemplos de quem deveria “detestar a disciplina que faz dele um escravo; se for cioso de sua humana dignidade, deve desprezar o que se chama a honra e que eu chamarei antes o ponto de honra militar”. Então, este, segundo as linhas publicadas, necessitava compreender que enquanto grupo eram os mais perigosos, “mais opressivo e mais ruinoso inimigo do povo.

E como se entendia na lógica dos anarquistas, tudo se aprendia. Por isso, a educação era alvo central das suas iniciativas. Neste sentido, publicaram:

Os habitantes deste singular planeta foram criados na ideia de que há nações, fronteiras, bandeiras, têm um sentimento de humanidade tão fraco que se some por completo em cada povo em face do da pátria... É bem certo que se os espíritos que pensam quisessem entender-se, esta situação mudaria, porque individualmente ninguém deseja a guerra... e depois há engrenagens políticas que dão vida a uma legião inteira de parasitas (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 1).

Como havia sido construída a aceitação e legitimação de tal realidade, seria possível transformá-la novamente. Deste modo, com este objetivo foi que apareceu a rejeição pela “vida militar” na literatura e na caricatura impressa no *Lúcifer*. E para exemplificar a campanha contra o militarismo, citou-se o diálogo *Virtude Militar*, de Vitor Hugo. No texto, o “bom soldado” foi retratado como aquele que obedecia e acatava as instruções e ordens sem questionar:

- Vês aquele muro?
- Vejo, meu general.
- De que cor é?

- Branco, meu general.
- Digo-te, eu, que é preto. De que cor é?
- Preto, meu general.
- És um bom soldado (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 2).

Como visto, o soldado limitava a sua atuação à ordem superior. Neste caso, a hierarquia falava mais alto e a lógica era abandonada em nome da autoridade. Uma questão surgiu deste debate, mas a *revolução social* defendida pelos libertários seria pacífica? Então, conforme publicação de pensamentos de autoria de um professor francês chamado G. Hervé, a defesa do internacionalismo era cruzada com assuntos de luta armada. Então, pontuou-se que “somos internacionalistas, mas internacionalistas antipatriotas” (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 3). Logo, “não temos, em nenhum grau o amor da pátria e não sabemos o que seria a honra nacional. Para nós as pátrias atuais não são mães e sim madrastas, ignóbeis megeras que detestamos”.

Felipe Corrêa Pedro (2012, p. 138) concluiu que a ação anarquista passava primordialmente pela esfera econômica. Desta maneira, “os processos insurrecionais e revolucionários, quando puderam incidir sobre a economia, passaram aos membros das classes dominadas a propriedade dos meios de produção, assim como as decisões relativas aos sistemas de distribuição e troca”. Então, a ação violenta deveria servir à classe. A expropriação da burguesia e o combate direto tinham que estar relacionadas ao objetivo da revolução social. Enquanto que o momento das insurreições não chegasse, era preciso conscientizar, organizar e unir o operariado em causas comuns.

O acúmulo de energias deveria concentrar-se para os casos em que fosse “preciso arriscar a vida, arriscá-la-emos para tentar fazer a revolução social, pois as guerras civis são as únicas em que os povos têm alguma coisa para ganhar” (A LUTA, 3 de fevereiro de 1907, p. 3). Em contraposição, os operários não poderiam gastar as forças “para defesa das pátrias atuais”. Deste modo, “não daremos nem uma gota do nosso sangue, nem um centímetro quadrado da nossa pele”.

A ação anarquista estava relacionada com a vida política, econômica e estatal. A justificativa desta ideia se deu através da compreensão que eles influenciavam de alguma forma estes setores. Corrêa Pedro (2012, p. 138), ao rediscutir o anarquismo pontuou que

Na esfera política/jurídica/militar, os anarquistas vêm afirmando a necessidade de ações que envolvam a intervenção direta contra os governos, e as questões jurídicas e militares de maneira geral – que ficaram conhecidas como a luta contra o Estado; no caso específico da oposição ao militarismo do Estado, os anarquistas têm defendido o antimilitarismo.

Assim, segundo o autor, a atuação libertária era percebida através de esferas de atuações que se cruzavam em determinados momentos. Então, a luta contra o Estado significava o combate contra toda a sua estrutura, inclusive a militar. O militarismo, segundo os anarquistas, era uma das bases que sustentava o capitalismo. Ele era a força física que oprimia e reprimia os trabalhadores que desejavam por transformações sociais.

Errico Malatesta (2010, p.14) refletiu sobre o receio anarquista em relação a esta organização estatal. Para ele, “a humanidade arrasta-se penosamente sob o peso da opressão política e econômica”, tornando “embrutecida, degenerada e morta (nem sempre de forma lenta) pela miséria, pela escravidão, pela ignorância e seus efeitos”. Percebeu-se que Malatesta fez uma grande leitura social para chegar a sua síntese, mostrando que o anarquista deveria verificar as estruturas sociais para consolidar a sua posição crítica à sociedade. Portanto, esta situação extrema que ele citou “é mantida por poderosas organizações militares e policiais, que respondem pela prisão, pelo cadafalso e pelo massacre a toda tentativa de mudança”¹⁰¹.

Assim, o militarismo estatal era identificado como o elemento repressor e contrário às transformações que os operários desejavam. Novamente, assim como o anticlericalismo, o antimilitarismo estava ligado a corrente internacional do anarquismo. Addor (2012, p. 107) resumiu as diretrizes do Congresso Anarquista de Amsterdã, ressaltando que “o movimento anarquista brasileiro não” enviou “uma delegação ao congresso”. Segundo Addor, o “antimilitarismo como tática do anarquismo” ocupou um dos pontos do debate. E a discussão a respeito deste combate ao militarismo fez com que “em várias cidades do Brasil, como Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, [fossem] fundadas Ligas Antimilitaristas e realizados inúmeros comícios, manifestações de protesto e conferências antiguerreiras” (p. 111).

¹⁰¹ O texto original foi escrito em 1892, tendo seu local de publicação desconhecido. O seu título era “Um pouco de teoria”.

Em Porto Alegre, contra o militarismo foram realizadas conferências, encontros e a articulação de um grupo de propagandista para dar conta destes eventos. Na verdade, a divulgação das ideias foi tida para os anarquistas como uma ferramenta essencial de luta, já que ao rejeitarem a composição de organizações hierarquizadas, construíram, então, novas formas de propagar os seus ideais.

Nesta direção foi que “um grupo de companheiros nossos” (A LUTA, 22 de fevereiro de 1907, p. 2), consolidou-se uma conferência que tinha o intuito de instruir o operariado em relação ao militarismo. Esta parte está fazendo menção à mesma Conferência Antimilitarista, tratada anteriormente. Destarte, os discursos foram pronunciados por alunos e militantes. O objetivo deste episódio foi o de fazer

Sentir aos poderes públicos que o operariado de hoje despreza a guerra, como um dos mais hediondos crimes de lesa-humanidade e que sua aspiração outra não é se não a de viver gozando do maior bem-estar possível e em harmonia com seus irmãos de todas as raças com os quais acha-se fortemente ligado pelos laços ferrenhos das classes burguesas que os oprime e explora.

Era necessário criar laços de solidariedade entre o proletariado de todos os países. Estes precisavam compreender que os inimigos “não são os estrangeiros como afirmam os patriotas de todos os países, e sim os exploradores de todas as castas, seja alemão ou japonês, seja francês ou brasileiro”. Logo, tornou-se perceptível que em tom de pronunciamento forte, estendem a percepção de guerra para luta de classes. Desta maneira a lógica libertária traçou outro perfil de confronto aos operários porto-alegrenses, do modo que era necessário combater o inimigo da classe e não aqueles apontados pelos capitalistas e pelo Estado.

Novamente a “solidariedade” foi apontada como a principal arma “que há de emancipar os trabalhadores de todo o mundo”. Mas qual o sentido tomado nesta sessão? Segundo as palavras expressas no periódico, ficava constatável que “torna-se necessário que os trabalhadores não deixem seus filhos tomar sobre os ombros a farda que o deixará acobardado pela disciplina para as lutas emancipadoras e que deles fará uns tantos inconscientes sustentáculos da atual sociedade com todos os seus horrores e iniquidades”.

Contra o militarismo, as formas de dominação e controle estavam à educação e a conscientização. Neste sentido, a criação de um projeto educacional virou alvo de

desejo pelos anarquistas. Assim, através do conhecimento que possuíam dos pensadores do velho mundo foi que construíram as suas iniciativas didáticas. Aqui, percebeu-se que enquanto o militarismo “embrutecia” o trabalhador, a educação lhe emancipava.

Para os anarquistas, a educação tornava-se uma ferramenta crucial para diluir as influências do catolicismo, o controle militar e a dominação no mundo do trabalho. Ela era um alicerce que combateria a “trilogia maldita” que sustentava o atual sistema. Então, duas figuras transformaram-se em fonte de inspiração aos libertários, sendo o primeiro, o francês Elisée Reclus, e o segundo, o catalão Francisco Ferrer y Guardia¹⁰². Reclus recebeu o nome da Escola anarquista de Porto Alegre.

Todas estas características apontavam para o mártir construído pela literatura libertária, nas quais o herói sofria todas as injustiças que o regime político e econômico contemporâneo lhe impunha¹⁰³. Todas as representações presente na caricatura eram em forma de mulher, e o seu conjunto formava o rosto do pensador. Poletto (2011, p. 155), sintetizou a utilização das caricaturas afirmando que elas “estampavam os periódicos libertários”, possuindo

A dupla função de tanto denunciar as injustiças da sociedade capitalista, quanto de encorajar, chamar o operariado à luta. Além disso, elas apareciam (na maioria das vezes) na **primeira página** do periódico sendo, dessa maneira, uma estratégia doutrinária empregada para atrair a atenção do leitor e, ao mesmo tempo, sensibilizá-lo às causas libertárias¹⁰⁴.

Uma menção à Francisco Ferrer y Guardia apareceu em uma poesia de autoria de Luiz Gabardo, publicada no *A Luta*, em 1910. A sua imagem emblemática inspirava os anarquistas a desenvolverem modelos educacionais diferenciados dos existentes. Além disso, os motivava a combater as injustiças. E a sua história foi a de um mártir exemplar ao combate da “luz” contra as “trevas”.

A morte de Francisco Ferrer
Rubra a manhã surgiu, lembrando as guilhotinas,

¹⁰² Ferrer (1849 – 1909) criou a *Escola Moderna de Barcelona*, em 1901. Ele propunha uma metodologia baseada na cooperação e respeito. Os alunos da *Escola Moderna* eram de ambos os sexos, o que acarretou muitas críticas ao seu projeto. O conhecimento e as formas de instrução não eram neutros. Deveriam ser bem elaboradas e praticadas conforme o planejamento.

¹⁰³ O jornal *A Luta* publicou um texto relatando a prisão de Ferrer (A LUTA, 15 de novembro de 1906, p. 1). Em um segundo momento foi impressa uma poesia que denunciava o assassinato dele e narrava os seus “últimos passos” (A LUTA, 13 de outubro de 1910, p. 3).

¹⁰⁴ Grifo no original.

Acordado, Ferrer, entre os muros do forte,
 E o contínuo tinir das armas assassinas,
 Alta a fronte viril, caminha para a morte.
 Os soldados, embaixo, armam as carabinas.
 Ferrer passa tranquilo. Uns lamentam-lhe a sorte,
 E olham-lhe a fixidez das mãos fortes e finas,
 E o sereno desprezo esplendido do porte...
 E Ferrer pensa, - e lembra os filhos infelizes...
 Súbito, ergue, e agitando a cabeça insubmissa,
 Tendo o lábio a sorrir, fala, fitando os juízes:
 “ – Venceu a vossa *lei* às leis da humanidade;
 Mas, se, hoje, me matais em nome da justiça,
 Morrereis, amanhã, em nome da Verdade!”¹⁰⁵ (A LUTA, 13 de outubro de 1910, p. 3).

Conforme a leitura, Ferrer y Guardia era uma pessoa determinada a seguir até o fim os seus objetivos. Ele era tranquilo, mesmo na situação que significava a sua morte. Os adjetivos que este herói possuía de coragem e convicção estavam presentes no texto. E mesmo na sua “última marcha”, ele sorria e conseguia falar calmamente aos seus assassinos. Dizia ele que a lei dos homens o teria vencido, mas no “amanhã” seria a Verdade quem faria justiça. Assim, Ferrer enquanto modelo de mártir simbolizava o hoje e a esperança de um porvir melhor. O seu exemplo de dedicação aos seus ideais movimentou admiradores em Porto Alegre.

As caricaturas eram elementos que demonstravam os valores ideológicos de forma ilustrativa, servindo como ferramenta pedagógica para apresentar e apontar o sentido de anarquia como sinônimo de liberdade. A iconografia apresentava alegorias distintas, relacionando a ideia de liberdade com a da mulher. Deste modo, passar-se-á, agora, para a verificação de um exemplo publicado n’A *Luta* denominado como A *Libertadora*:

¹⁰⁵ Na epígrafe desta poesia constava: “ao rei Afonso XIII, ao ministro Moura, aos juízes que o julgaram e a todos os seus assassinos religiosos”.



Figura 5- A Libertadora
Fonte: *A Luta*, 1º de maio de 1907, p. 1.

Desta figura foi destacável o jogo de cores, no qual o claro e o escuro complementavam-se. O valor didático poderia ser percebido ao constatar que a *libertadora* encontrava-se no centro da imagem, em tom claro dando a oposição ao seu redor escuro. Isso a colocaria como uma espécie de alegoria portadora de “luz”. Em linhas gerais, verificou-se que ela conduzia uma pessoa no sentido vertical pra cima. Neste sentido, a alegoria era apresentada como a “salvadora” da humanidade. Ela estava com a boca aberta, um braço em riste e a mão do braço direito puxando uma pessoa tonalizada com cor escura. Havia ainda uma sombra que parte das suas costas, apontando a condição de ser alado dela. Deve-se considerar a relação das pessoas com aquela figura central. Era ela quem dava movimento e entonava a reação dos homens localizados as margens. Elas se encontravam em uma situação a qual havia homens com as mãos erguidas, seja fazendo gesto de pedido de socorro quanto o de desespero por encontrar-se em tal uma situação confusa.

Esta e a próxima caricatura foram publicadas no 1º de Maio, e conforme Bilhão (2005, p. 226), “o Primeiro de Maio foi, ao longo dos anos, um momento privilegiado para a propaganda da causa e para a congregação de novos filiados às associações operárias”. E estas imagens representam o investimento no aperfeiçoamento da propaganda anarquista. Deste modo, *A libertadora* era apresentada como a salvadora da

humanidade. Então, em 1909, ela reapareceu nas páginas do *A Luta* sobre os escombros da “velha” organização social.

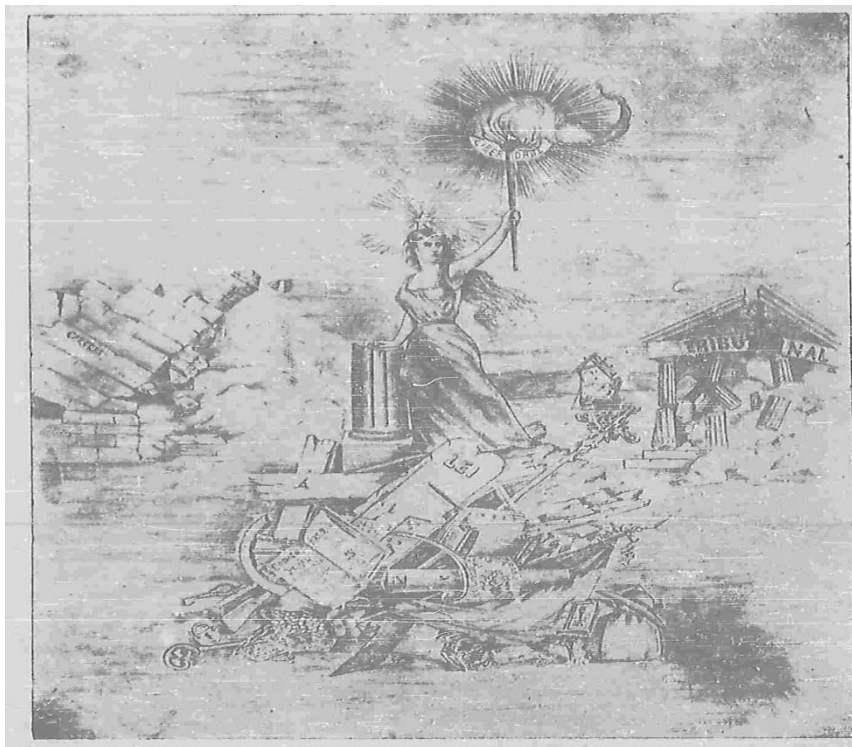


Figura 6- 1º de Maio.
Fonte: *A Luta*, 1º de maio de 1909, p. 1.

Aqui, ela não conduzia os homens à “luz”. Nesta imagem, ela estava novamente no centro, levantando um cajado que tinha na sua extremidade uma espécie de nuvem e um sol com a palavra liberdade. Segundo Poletto (2011, p. 149), a ação da primeira imagem de segurar a mão do trabalhador, puxando-o, simbolizava a convocação “para a luta, ou seja, para agir pela transformação social”. A figura da mulher em si “não ajudaria somente esse operário que ele está conduzindo, mas, através dele, auxiliaria toda a massa operária, representada pela coletividade de trabalhadores”. Já nesta segunda, foi capa do *A Luta* do 1º de Maio de 1909. A entidade feminina era a alegoria da liberdade, e

trazia a luz e a sabedoria necessárias para construir a nova sociedade sobre os escombros da antiga (vê-se as antigas instituições como o tribunal e o clero em ruínas na representação caricatural). Além disso, a caricatura apresentava vários traços da cultura clássica, que se traduziam tanto nas vestes da mulher, como na coluna em estilo jônico na qual a mulher apoiava a sua mão direita e na tocha erguida bravamente (a tocha da sabedoria). Tais alusões à cultura clássica transferiam um valor heroico e sensibilizador à caricatura,

possibilitando que esta realizasse a função de sensibilizar e tocar o seu receptor.

Poletto (2011, p. 145) ainda encontrou no periódico anticlerical de São Paulo, *A Lanterna*, em uma publicação de 1916: “e, possivelmente, foi reproduzida também em outros periódicos anarquistas; o que demonstra a grande circulação e repetição das caricaturas na imprensa operária”. E a presença de figuras femininas dotadas do significado de liberdade foi problematizada por Suriano (2001, p. 304), que sintetizou a sua frequência na cultura anarquista do seguinte modo:

En realidad, la mujer, representativa de la libertad, era la resignificación profana de una imagen de claro simbolismo espiritual utilizada por la iconografía cristiana. En ella, la heroína coloca sus pies sobre un hombre o serpientes y dragones en clara alusión al triunfo del bien sobre el mal. En nuestra imagen la mujer-libertad (el bien) está parada sobre los símbolos de la sociedad capitalista (el mal)¹⁰⁶.

Conforme Suriano, percebeu-se nesta imagem a mulher sobre os escombros da “velha sociedade”. Então, a Igreja, a justiça e o dinheiro eram elementos que caracterizavam o mal atual. A alegoria representava no contexto a transformação, ou seja, a construção do “novo” sobre o “velho”. Mas existiam outras maneiras de difundir o ideal libertário. Deste modo, a ideologia e as explicações teóricas também apareciam nos diálogos. Numa publicação dos *estilhaços* ocorria uma situação peculiar, a qual uma personagem de nome Joaquim foi interpelada por outra porque estava: -“pensando numas coisas que ali o seu Ambrósio disse-me sobre anarquismo...” (A LUTA, 1 de maio de 1909, p. 4). E segue o diálogo:

- Mas que te poderia ele dizer sobre anarquismo se não sabe outra coisa senão vender sabão ou bacalhau?
- Disse-me que os anarquistas são assassinos, bandidos, que apunhalam na via pública os poderosos.

A presença de termos que sugerem a desqualificação da personagem Ambrósio, personagem que criminalizava o sujeito anarquista, discriminando-o como assassino e

¹⁰⁶ Tradução livre: “na realidade, a mulher, representativa da liberdade, era a resignificação profana de uma imagem de claro simbolismo espiritual utilizada pela iconografia cristã. Nela, a heroína coloca seus pés sobre um homem ou serpentes e dragões em clara alusão ao triunfo do bem sobre o mal. Na nossa imagem a mulher-liberdade (o bem) está parada sobre os símbolos da sociedade capitalista (o mal)”.

bandido foram identificados como as características de Ambrósio de vendedor sem instrução e preocupado apenas em lucrar. A posição de Ambrósio de incapaz de falar sobre o anarquismo caracterizaria o restante do diálogo, afinal, o que ele dizia não era confiável. De modo geral, era o senso comum que foi apresentado nesta primeira parte do texto, levando para o segundo momento a construção teórica de forma a confrontar aquilo já enunciado por Ambrósio. Era necessário provar e comprovar a legitimidade social do anarquismo. Então, o indagador de Joaquim lhe respondeu:

- Isto é chapa muito ordinária e desacreditada, hoje só usada por imbecis; mas poderias responder ao Ambrósio que mesmo que assim fosse os anarquistas seriam mais humanos que qualquer burguês, pois enquanto aqueles preocupam-se, além de seu trabalho, com questões como a de resolver o problema social, etc., e que não interessa a eles apenas, mas a todos os homens – o burguês somente pensa em roubar o mais possível nos seus negócios para enriquecer o mais depressa possível; e os governantes, sustentáculos da classe burguesa, unicamente pensam no aumento e perfeição do exército e armas que, tu bem o sabes, não são para caçar passarinhos e sim para matar gente viva... Deves concordar que todas as vítimas que dizem ter sido feitas pelos anarquistas, são uma ridícula diante dos milhares feitos pela burguesia, sob múltiplos pretextos, inclusive o de manter a *ordem* contra os operários, quando estes, cansados de sofrer, rebelam-se contra as explorações e injustiças sociais de que são vítimas.

Deste discurso, destacaram-se alguns pontos a serem trabalhados posteriormente, os quais foram distribuídos de forma didática: 1) atentados anarquistas; 2) resolver o problema social; 3) o burguês quer apenas enriquecer; 4) o governo é o sustentáculo do sistema econômico; 5) uma das bases de sustentação do regime burguês é o Exército; 6) enfim, quando o operariado se rebela, o governo manda a polícia lhes reprimir.

Dando sequência ao diálogo, Ambrósio ainda teria dito que “é um absurdo os anarquistas quererem que uns tenham mais que outros e que a desigualdade de fortuna sempre terá de haver porque é uma lei da natureza”. E a resposta do defensor do anarquismo veio da seguinte forma:

- Sim?... Mas que grande... kbra (sic)!... Logo se lembra ele do *cobre*; o *cobre* é a sua vida... Entretanto os anarquistas pouco se importam que uns tenham mais que outros; o que se deseja é que esse MAIS não sirva para obrigar uns a trabalhar para os outros nem se converta em instrumento de opressão contra os que nada têm. A igualdade de que falam os anarquistas é a igualdade que só poderá existir como resultado da liberdade de ação. Por exemplo, eu desejaria não ser obrigado, como sou pela necessidade, a trabalhar para

bestas como o Ambrósio e outros; se desaparecesse essa necessidade eu seria igual ao Ambrósio (salvo seja!), por que ainda que ele tivesse milhões eu não trabalharia para ele. Essa liberdade queremos-la extensiva a todos – o que equivale a dizer que não queremos oprimir nem ser oprimidos, por isso somos anarquistas¹⁰⁷.

A defesa do anarquista¹⁰⁸ se baseou no próprio discurso de Ambrósio, o comerciante de sabão e bacalhau. No caso, ele só pensava em *cobre*, ou seja, em dinheiro. E a base da argumentação libertária realizava a ofensiva contra o comerciante, relacionando-o como pessoa que cobiça apenas as riquezas materiais. Este fator era o que influenciava diretamente na sua condição moral frente à sociedade. Portanto, a ambição econômica afetaria a relação de classe, pois enquanto que os burgueses percebiam como “natural” a desigualdade, os anarquistas condenavam a exploração por ela motivada.

A contraposição à desigualdade era a liberdade extrema de ação que os indivíduos deveriam ter. Este era o principal princípio teórico libertário, e estava presente na literatura de forma ilustrativa. Neste exemplo, a necessidade do trabalho não sofreria interferência da necessidade pecuniária, mas sim por uma relação diferenciada, ou seja, o prazer por ser um produtor das riquezas sociais. Destarte, a resposta quanto a “lei da natureza” que justificava estas diferenças de posição e riquezas foi respondida deste modo:

- [...] Então, um indivíduo se apossa de dada quantia e começa a explorar a necessidade alheia ou a boa fé dos incautos, faz fortuna: é lei da natureza? Um jornalista faz *chantage*(sic), adere e desadere (sic) a partidos políticos, descompõe e engrossa as mesmas pessoas, tudo isso para *cavar cobre*, é lei da natureza? E depois os fatos esses não querem dizer que essas pessoas façam mal, que são más ou boas. A organização social que permite tais anomalias é que é má. A sociedade que permite desabrochar ao lado da miséria fortunas nababescas e que enquanto uns morram de fome e outros gastem superfluamente dinheiro arrancado à saúde de milhares de pobres trabalhadores, uma tal sociedade é que é condenável e não está nada de acordo com as leis da natureza, porque a natureza não fez ricos nem pobres¹⁰⁹.

Deste modo, a naturalização da meritocracia foi condenada de forma a afirmar que ela era injusta. A sua forma equivocada seria questionada através da lógica

¹⁰⁷ Grifo no original.

¹⁰⁸ Nesta parte do texto, esta personagem já se declarou como tal. Então, as menções nas passagens futuras serão identificadas como o anarquista.

¹⁰⁹ Grifo no original.

contestatória. Neste sentido, o princípio de “lei da natureza” era revisto e a sua releitura apresentava novos parâmetros. Deste modo, a origem da desigualdade estava relacionada a ação do homem e não como condição natural da sociedade. Portanto, a exploração era resultado da ação humana e o combate a ela também deveria ser. Este texto seguia o sentido pedagógico de instruir o leitor sobre o seu papel social. Em outras palavras, a contestação deveria ser realizada por todos, pois todos eram agentes sociais capacitados a transformar a realidade.

E com estas elaborações textuais foi que o fim do diálogo se deu. O Joaquim percebeu que o anarquista tinha razão e declarou possuir “aquele livro a – *Sociedade Futura*, de Jean Grave”. Esta enunciação alertaria que aquela personagem já possuía algum contato com as teorias sindicalistas praticadas em Porto Alegre¹¹⁰, o que pôde representar na lógica deste diálogo a aceitação das ideias apresentadas pelo anarquista.

Uma das histórias mais trágicas narradas no jornal *A Luta* denominou-se *As vítimas do trabalho*. Este conto narrou a “falta de sorte” de João, um pedreiro. A sua tristeza pela condição social se mesclava com o frio do inverno. Elementos estes que tiveram papel de condicionar o sujeito ao sofrimento do corpo. A condição social de pobreza e miséria era sufocante, e quando o inverno chegava havia o medo do frio, das gripes e da tuberculose.

Mas apesar disso, a pobreza o fazia trabalhar. E como já foi dito, João era pedreiro. “João levantou-se da cama apressadamente” (*A LUTA* 14 de dezembro de 1907, p. 3). O seu despertador foi “o estridente apito que partida da fábrica vizinha”, a qual “chamava o exército do trabalho a ocupar o seu posto na batalha diária”. Conforme foi visto, ocorria dos bairros operários concentrarem fábricas vizinhas a eles¹¹¹.

Mas o retrato da sociedade não se limitava ai, neste conto. Então, João “vestiu-se num abrir e fechar de olhos e sem maiores preparativos abandonou o seu triste albergue...”. Esta personagem, pobre e trabalhadora, tinha que superar as adversidades climáticas para chegar ao local de trabalho, pois “fazia frio, muito frio”. Esta era mais uma “madrugada de inverno”. O vento “pampeano uivava nas tortuosas e estreitas ruas como um chacal faminto no deserto imenso; ora gemia e chorava, como a terna criança nos braços de sua mãe moribunda”.

¹¹⁰ Aproveitou-se para reforçar que este era um diálogo de autoria de um redator do jornal *A Luta*.

¹¹¹ No primeiro capítulo, foi citado um exemplo desta proximidade, no caso, a presença de fábricas no bairro Navegantes.

A presença destes elementos que diziam as condições climáticas mostrava a “dura” realidade de muitos trabalhadores, que pela miséria, não tinham outra opção a não ser enfrentar tais adversidades. No caminho para o trabalho, João viu muitas pessoas, de crianças a idosos. Entre homens e mulheres. Pessoas fortes e outras doentes. Atravessou ruas, praças e ouviu apitos de fábricas convocando os seus operários. Até que

João subia por um beco que conduzia à parte norte da cidade, desembocou numa larga rua, caminhava apressadamente, atravessava as praças em diagonal para encurtar o caminho, dobrava esquinas, e por fim parou na frente de um enorme edifício em construção trabalhava ali, era pedreiro (A LUTA 14 de dezembro de 1907, p. 3).

Assim como esta personagem, outros operários também chegaram ao tal edifício. Vinham de muitas direções, dizia o conto. Logo, “os andaimes foram invadidos e em seguida o bater do martelo nos tijolos interrompeu o majestoso silêncio daquele bairro de luxo e de riquezas”. João trabalhava no terceiro andar, e de lá, ele se perdia na imensidão das reflexões e das observações. Olhava, ele, para a cidade e “a sua vista perdiam-se ao longe os bairros do trabalho e da miséria”. E a imagem dos bairros operários ficava confusa na medida em que “umas negras colunas de fumaça, às alturas cobriam com o seu manto negro, de aspecto fúnebre, aqueles bairros de sofrimento”.

No sentido contrário, estavam os bairros dos ricos. Neles, “o sol radiante iluminava com seus dourados raios as altas e multicores janelas, refletindo e produzindo fantásticos aspectos na atmosfera pura e diáfana que majestosamente cobria aqueles bairros”. E foi este contraste que deixou João pensativo. Então, a sua reflexão sobre os papéis sociais o fizeram criticar aquela diferença toda. Assim,

João ficou pensativo. Este enorme panorama produzia-lhe ideias lúgubres e sinistras. Porque eles os trabalhadores de todos os ofícios, produtores da riqueza social, que levantam palácios constroem caminhos de ferro; numa palavra, produzem tudo que não é obra da natureza, sofrem miséria e fome, habitam em imundos cubículos, estão expostos às intempéries, aos acidentes do trabalho... enquanto que a seus pés habita gente que não trabalha nem produz e goza de todas as delícias e esplendores que a mãe natureza brinda a todos os seres vivos? (A LUTA 14 de dezembro de 1907, p. 3).

Destarte, no pensamento de João havia fragmentos da crítica anarquista àquela sociedade. Existiam fragmentos antagônicos apresentados que tornava a vida em sociedade desigual e injusta. Mas em momento algum João foi apresentado como anarquista, apenas como trabalhador. O que indicaria que este pensamento poderia ser de qualquer um. Deste modo, João era um modelo que ilustrava o que muitos pensavam. Ele representava, neste conto, todos os oprimidos que por um “segundo” paravam para pensar sobre a sua realidade.

Mas a situação que era triste pioraria. Seria João vítima de uma fatalidade. E contou a narrativa que ele “de repente sentiu uma vertigem; um grito de auxílio partiu de seu peito e rolou no abismo profundo; o baque terrível de seu corpo repercutiu nos corações de seus irmãos de trabalho e de miséria...”. “João não morreu”, mas para a sua tristeza, “fraturou unicamente as duas pernas”.

Cabe lembrar que o corpo era a ferramenta e o único meio pelo qual os trabalhadores dispunham para conseguir dinheiro para se sustentar. Torná-lo inapto para o trabalho significava transformar-se em improdutivo, morto, socialmente falando. Da queda ao hospital, João perdeu as pernas. Foram-lhes amputadas, “salvando-o da morte; mas salvaram-no por ventura da miséria?”. Isso, o cirurgião não conseguia fazer. Então, “dois meses depois deram-lhe alta no hospital”.

E no conto, o que já era triste tornou-se pior. O drama condicionava aquele trabalhador à situação de “inútil para o trabalho, abandonado pela sociedade”. Restando-lhe a condição de mendigo, tornando-se a esmola “o seu único recurso”. Ele se locomovia “sentado num carrinho”, com “uma criança” arrastando-o “pelas ruas da cidade estendendo a mão aos transeuntes”. E a resposta que ele recebia era: “- Não me incomode!”. Então, concluíram o conto afirmando “é esse o prêmio que recebem as vítimas do trabalho nesta sociedade maldita”.

Alguns pontos foram muito pertinentes de serem grifados. Elaborou-se então, com fins didáticos, um levantamento de algumas características deste texto que também foram utilizados em outros. E desta forma, pretendeu-se dialogar as produções com o contexto destes trabalhadores. Portanto, elencou-se: 1) os bairros operários; 2) a diferença entre os bairros; 3) João ilustrava o que muitos pensavam; 4) fragmentos da crítica anarquista; 5) irmãos de trabalho e de miséria; 6) a importância do corpo; 7) as condições climáticas.

Os bairros operários, contrastando a sua paisagem de pequenas residências com as fumaças das grandes fábricas. Em Porto Alegre era o 4º Distrito, região dos bairros Navegantes e São João, os quais mantinham parcela dos trabalhadores urbanos. Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi (1982, p. 149) escreveram que o nascimento nas cidades “de bairros fabris e operários, ou de vilas proletárias contíguas a grandes complexos industriais” ocorria em alguns municípios brasileiros. E destacaram ainda que em “muitas vezes era a própria empresa que desenvolvia um núcleo urbano e de habitações para os trabalhadores em torno de si mesma”, situação que não foi verificada em Porto Alegre.

Entre os bairros existiam elementos que os distinguiam. Então, a pobreza e a miséria de um estava distante dos palacetes e da riqueza do outro. Neste sentido, devia-se levar em consideração que a “segregação geográfica e sociocultural a que estavam submetidos os trabalhadores, o que tornava a vida operária nestes bairros muito característica e própria, desenvolviam-se com isso laços intenso de solidariedade de classe” (p. 150). E na literatura anarquista havia a preocupação de ilustrar a realidade. Então, com isso, haveria a possibilidade de reflexões e problematizações a respeito das diferenças que dividiam os ricos dos pobres.

A contraposição era destacada pelos bairros dos ricos. Apesar de não aparecer muito no conto *As vítimas do trabalho*, percebeu-se que a dicotomia apontava a paz, o luxo e o silêncio entre os ricos e o som de apitos, chaminés e correria para chegar ao trabalho do outro.

Os fragmentos das ideias anarquistas como crítica foram recursos que procuravam sintonizar os trabalhadores com o cotidiano que eles experimentavam. O vocabulário anarquista e socialista possuíam elementos trazidos de outras concepções de mundo. Neste sentido, expressões tipicamente religiosas foram encontradas. Destarte, “irmãos de trabalho e de miséria” significava que eles pertenciam a um grupo comum. Em outras palavras, eles compunham a mesma classe social.

A importância do corpo nos mundos do trabalho é vital. Era através da boa saúde que os operários conseguiam manter o rendimento. E nos momentos de enfermidades havia o drama da falta de remuneração pelos dias parados. Adoentar-se era sinônimo de ausência de dinheiro, comida, medicamento e até moradia. Já no sentido militante, Evangelia Aravanis (2005, p. 217) considerou que

o corpo é em grande parte o alvo de várias e importantes reivindicações operárias da época, fato que não é fortuito, pois as condições de trabalho e de vida eram bastante adversas. Ou seja, o corpo aqui é causa da luta pois o que está em questão, ao menos claramente para a sua militância, é a própria “carne”, o desamparo do corpo, e não, por exemplo, a busca de melhoria das condições de vida e de trabalho dentro de uma sociedade que já tenha um política de bem-estar instituída. De certa forma o que proponho [...] é colocar em evidência o que sempre esteve em questão em várias das reivindicações operárias da época, o corpo do operário.

Deste modo, havia um sentido prático para a preocupação com o corpo do trabalhador. Existia a necessidade da luta pela subsistência, porém, a moralidade anarquista propunha um cuidado extremo ao corpo que era considerado a ferramenta de trabalho e de luta do trabalhador. Assim, segundo Aravanis (2005, p. 151)

se o corpo do operário não estivesse fisicamente em condições, os proletários não teriam energias para lutar contra o patronato. Dizendo de outra forma, a construção e/ou preservação de um corpo fisicamente íntegro era a garantia da existência de forças físicas entre os operários para a luta contra os capitalistas. Cabe aqui mencionar, a respeito desta lógica, que ela já foi apontada pela produção acadêmica sobre a história operária da República Velha, quando analisa, no caso de São Paulo, as proposições enunciadas pela militância sobre certas práticas operárias tidas como “condenáveis”, por enfraquecer o corpo para a luta, dentre as quais a frequência ao “baile”, à “taverna” e o consumo do álcool, condenações que encontrei também na documentação sobre o Rio Grande do Sul, mas que não foram apropriadas pela historiografia local no sentido de serem também mostradas como uma forma de construção de um corpo operário apto à luta.

O conto que abordou o último dia de trabalho do pedreiro de nome João, se aproximava de outra produção, a qual tratou do trabalho de uma jovem tuberculosa. O título do texto a ser contrastado com as *Vítimas do trabalho* foi o *Último trabalho*. Este texto era bem mais curto que o primeiro. A sua narrativa era dotada de muitos detalhes a respeito da condição social da personagem principal.

O estilo literário utilizado emitia a ideia do tempo presente, ou seja, o leitor percebia a ação do tempo de forma contemporânea, com os verbos no infinitivo. A personagem recebeu muitos adjetivos e orientações de espaço e ação. Assim, “uma jovem trabalhadora está sentada em uma pobre oficina de costura” (A LUTA, 17 de janeiro de 1907, p. 4). Ela “é uma dessas jovens, belas e desgraçadas, filhas do amor e da miséria, que aos centos existem nas grandes capitais”.

Filha do amor e da miséria. Do amor, por terem, os anarquistas, a concepção que os sentimentos “nobres” só seriam possíveis ser sentidos pela classe trabalhadora. Os ricos e burgueses eram gananciosos e as suas relações de matrimônio estavam voltadas para os interesses pecuniários. Da miséria, por ser pobre e estar trabalhando na oficina. Mas também pelas outras características que o autor lhe deu. Assim, “o rosto da jovem é pálido, tem a palidez dos lírios enfermos, porque a terrível inimiga – a tísica – imprimiu em suas faces o selo da tristeza” (A LUTA, 1 de julho de 1907, p. 3). Entretanto,

É noite, muito tarde, a lâmpada que parece enferma também, alumia com luz de esmola. Sobre o regaço da jovem trabalhadora há um vestido branco de noiva rica que é apertado pelas mãos anêmicas, já sem vida, enquanto por essa alvura corre um fio de sangue que lhe cai dos lábios roxos. O último talvez daqueles pobres pulmões que não puderam resistir ao peso de tantos vestidos de noivas abastadas!

Como ficou perceptível, a ação estava acontecendo. As caracterizações visavam criar um ambiente propício à tragédia. A linguagem “exagerada” reforçava o medo da tuberculose. Disse-se isso ao perceber o relato de “um fio de sangue” que caiu dos seus “lábios roxos”. Era necessário frisar que mesmo adoentada, nos seus últimos “minutos” de vida, ela precisava trabalhar. Até que ela não suportou mais. Foi vencida. Uma operária, batalhadora, deu a sua “última gota de sangue” no trabalho. “A verdade é que surpreendemos no trabalho a um cadáver!”, disseram os anarquistas.

Este drama envolveu os elementos que aterrorizavam os trabalhadores daquele período. Então, a tuberculose e a morte poderiam ser consideradas grandes perigos para os trabalhadores. A primeira por incapacitar e quando relacionada com a segunda, seria o fim de uma família. O desfecho final era trágico à medida que os próprios leitores identificavam as suas próprias vidas nestes textos. Além desta identificação material, deveria ter aquela mais subjetiva, a qual envolveria as ideias e as críticas sociais.

Para demarcar as diferenças entre as classes sociais, os anarquistas trabalhavam com a distinção moral e econômica. A primeira facultava os burgueses do sentido de “como” usufruíam das benesses construídas pelos operários. A segunda afirmava que eles só eram ricos por causa da exploração que realizavam contra os trabalhadores. Então, a ironia seguia estes pressupostos ao colocar:

Ah, alegre desposada! Como não ficarás quando souberes amanhã que o teu alvo vestido foi manchado pelo fio de sangue onde o patologista encontrará os indícios do bacilo de *Kock*?

Estaria a alegria da desposada comprometida com o sangue no vestido? Ela se importaria com a origem daquele “fio de sangue” que manchava a brancura¹¹² de seu produto? Enfim, se lamentaria a noiva da triste condição pela qual foi confeccionada aquela roupa tão simbólica? Vejamos o que os anarquistas disseram:

Não será verdade, que, ao receberes essa notícia lágrimas de impaciência queimarão tuas frescas faces; que teus nervos sofrerão estremecimentos de ódio; que maltratarás teus pobres criados; que te agitarás como uma víbora e amaldiçoarás a pobre tuberculosa que no momento supremo não teve a precaução de desviar a cabeça para que o fio de sangue não se perdesse em trágicas espirais no meio dos lindos e finos bordados e rendas e das riquíssimas sedas?

Pois bem, ficou evidente que a lógica narrativa visava diferenciar. E como foram perceptíveis, as referências a respeito da atitude da “donzela” ao saber do ocorrido foram de ódio e rancor. Estas ações dela transformavam-se em exemplos aos operários que liam o texto. Ela, a noiva burguesa, estava interessada apenas no vestido de “lindos e finos bordados e rendas”. Era a “seda” que compunha o material que lhe importava. Este aspecto material da narrativa estava intimamente relacionado ao padrão moral que os anarquistas inflavam da burguesia.

O jornal *A Luta* denunciou em vários momentos os acidentes de trabalho. Um exemplo foi em um estaleiro, onde um operário “foi vítima de um desastre, que talvez o deixe inutilizado para o trabalho” (*A LUTA*, 18 de março de 1908, p. 3). Ele estava “conduzindo uma padiola de carga, caiu, recebendo grave ferimento no pé esquerdo”. E ao contrário da jovem tuberculosa, ele tinha nome, e se chamava Gastão Antonio da Mota.

Mas outra notícia estava mais em sintonia com a história de João, o pedreiro. Foi o caso dos “trabalhadores Antonio Laisser, Adolfo Margentels, João Pastro e Antonio Paganini (...) desabaram quinta-feira última, na ocasião em que os operários trabalhavam” (*A LUTA*, 8 de março de 1908, p. 1) de um andaime em um palacete. E

¹¹² Em momento algum foi citada a cor do vestido. Utilizou-se então, aqui, da liberdade de citar esta cor, já que era a que simbolizava culturalmente a pureza moral e sexual da noiva.

como nestes casos a arte imita a vida, “a polícia comparece só para fazer os primeiros curativos e em seguida mandar os operários irem se tratar em casa, como puderem”.

Situação similar ocorreu na ficção de João, mas ele ainda ficou hospitalizado antes de o mandarem “pra casa”. Condição que foi exposta para o caso do Gastão Mota, o qual ficou internado e depois foi liberado para “seguir a vida”. Porém, a questão libertária era, mas que vida? Para João, ocorreu a morte social após a amputação das pernas por estarem improdutivos para o trabalho. Para Gastão, não se sabia o seu futuro. E para estes pedreiros que caíram do andaime?

Esta era a mensagem que a literatura e os artigos de denúncia emitiam. O da incerteza quanto ao futuro. Não se sabia se “amanhã” eles conseguiriam trabalhar e garantir a economia doméstica. E com tudo isso, concluíam os anarquistas:

E assim as classes burguesas, com um desprezo soberano pela vida dos pobres, que constroem os seus palacetes enquanto se albergam em tristes casinholas, aliam-se e mutuamente protegem-se quando se trata de explorar o trabalhador e este, que tudo produz e tudo paga, vê-se no isolamento mais completo ante as instituições que, mentirosamente, dizem curar dos interesses populares, quando não é mais senão exclusivamente o interesse duma classe que defendem (A LUTA, 8 de março de 1908, p. 1).

As críticas libertárias seguiam a tendência de construir discursos que englobavam todos os elementos da sociedade. Então, a partir dos acidentes de trabalho ocorria o exame dos papéis sociais da polícia e do Estado. Os representantes que não defendiam os trabalhadores, mas sim a burguesia. Portanto, compreender os acidentes de trabalho era também entender a luta de classes.

E no sentido de criticar a divisão social existente, até as condições climáticas foram uma constante na literatura anarquista. *O frio* foi uma produção que pôde exemplificar esta relação de pobreza com o inverno. Então, tal estação chegava “de faces descarnadas e sinistras, aparece-nos desdenhosamente com o fatal sorriso da morte” (A LUTA, 1 de julho de 1907, p. 3). Tamanho era o medo do inverno que chegavam a compará-lo à morte. Mas isso tudo tinha motivos para assombrar os trabalhadores. Todas as adversidades, segundo o texto, eram causadas por causa da injustiça social.

Assim, “o frio que chega, que alimenta-se iracundo dos desgraçados que a injustiça social expulsou cruel e fria, como o frio, do banquete da vida”. Percebeu-se, então, que havia a relação do medo de sentir frio por causa da diferença entre os ricos e os pobres. As classes eram muito distintas em condições materiais. Afinal, “porque não têm todos iguais meios, as mesmas peles e as roupas?” E afirmavam que “o frio do corpo é horrível – corta e mata, mas o frio do coração é ainda mais cruel, seca os sentimentos e afoga as ausias (sic) da vida”.

O coração frio era relacionado à figura do burguês. Aquele que era o detentor dos recursos e dos meios capazes de amenizar a vida do homem que “treme, chora e geme e cai, chora e abisma-se, treme e morre como a débil folha em baixo dos pés...”. Portanto, ocorreu o reforço da lógica que orientou esta produção: “é cruel, muito cruel o frio do corpo, mas é ainda mais cruel o frio do coração”.

Neste sentido, ao considerar que esta publicação chegou ao público em julho, e esta era a estação gélida da qual falavam. Desta relação com o clima, disseram em tom dramático: “que chegue, pois, e com o seu hálito mortífero arraste e confunda aos que tem o coração gelado”. Assim, o coração gelado poderia confundir-se e mudar, transformar, tal quais as estações do ano.

Mas passou-se um ano e a relação dos anarquistas com o clima não mudou. Era 1908 e uma nova publicação apontava os temores que o inverno provocava em muitos operários. Assim, em agosto disseram:

Chegou o Inverno, o velho Inverno inclemente e cruel. Chegou com sua túnica de cerrações e de frios flutuando ao ar como uma Grande Melancolia; com a sua coroa de espinhos na fronte rugosa e com a neve de todos os desconsolos na branca barba enredada... Chegou silencioso, fantasmal, sombrio...

O Inverno é um tirano. Os pobres o temem; os ricos lhe sorriem. Por sua vez o Inverno sorri aos ricos e encara aos pobres com torvo e duro olhar. Os ricos precisam do Inverno depois do Verão, como precisam do sono depois da orgia, e da *cocote* depois da esposa. O Verão brinda aos ricos com a frescura de suas praias, com o perfume de seus campos; com a alegria de seus dias de ouro e com a majestade augusta de suas noites azuis. O Inverno oferece-lhes delíquios amorosos na penumbra aromatizada e quente das alcovas nupciais; oferece-lhes excitações febris nos grandes centros e nos clubes de jogo; oferece-lhes os seus teatros, os seus cafés-concertos, os seus cassinos, os seus bordeis... E oferece-lhes mais ainda. Oferece-lhes o prazer esquisito de estarem abrigados enquanto os outros tiritam de frio de estarem enxutos, enquanto aos outros as roupas empapadas aderem-lhes às carnes, de passear as suas carruagens pelas ruas encharcadas onde os outros caminham a pé, descalços e seminus, sob um céu implacável (A LUTA, 15 de agosto de 1908, p. 3).

A lógica do discurso era evidente. A moral dos ricos estava corrompida e com isso havia um “prazer esquisito” de saber que existia a angustia pelo frio por parte dos operários. E tanto no inverno quanto no verão, os ricos aproveitavam-se do melhor que a estação ofertava. Então, “é um grande prazer abrigar-se do frio e da chuva, sobretudo quando se tem a convicção de que são poucos os que podem consegui-lo”.

Entretanto, a divisão social que era tão perceptível no inverno, fazia com que as pessoas emitissem certas “expressões” físicas. Os ricos de felicidade e contentamento. Os pobres de tristeza e dor. “E as duas expressões a expressão da alegria e a expressão da angustia, refletem perfeitamente o estado atual da sociedade, desta sociedade criminosa, onde a dor de uns produz a satisfação de outros e onde a satisfação destes gera o ódio daqueles”. Segundo esta lógica, os oprimidos ao se conscientizarem das suas capacidades, poderiam “virar todas as carruagens, através de cujas janelinhas sorriem provocadoramente os privilegiados da fortuna”.

A revolta era o caminho. O cunho pedagógico do texto emitia este sentimento. Esta produção era altamente provocativa no sentido emocional. Ela visava atingir os leitores que se identificavam com tal situação. Então, ao se reconhecerem como oprimidos saberiam que existiam aqueles que lhes compreendiam. Estariam informados a respeito daqueles que lhes ensinaria os modos de sair daquela situação. Bastava eles se unirem e se conscientizarem para combater “os privilegiados da fortuna”.

O natal se aproximava. Havia a crítica em relação ao cristianismo existente entre os anarquistas. Mas havia também a *nostalgia*. Este texto foi publicado com o intuito de refletir sobre as satisfações e as necessidades da humanidade. Pensava-se na relação destes elementos e as suas formas de fazê-las serem supridas.

Se o homem, atendendo às leis naturais, buscasse a satisfação das suas necessidades sem se apropriar do que, produzido por anteriores gerações, só a um patrimônio universal pertence, unir-se-ia em laços fraternais com todos e com cada um dos seus semelhantes para entrar na posse dessa grande herança acumulada pelo trabalho e de todos e portanto, a todos pertencente, e nunca a uns poucos como hoje sucede (A LUTA, 19 de dezembro de 1908, p. 3).

A apropriação das produções era criminalizada. Na lógica libertária, todos que trabalhavam tinham direito ao resultado da produção. A riqueza social deveria ser socializada e não privatizada. Já a base da nova sociedade se baseava do seguinte modo:

O ponto de apoio de uma sociedade comunista seria o amor, o apreço e a solidariedade que entre nós existirá, sem razões para nos odiarmos e de recearmos uns dos outros, visto que a felicidade de uns não se basearia na desgraça de outros.

A felicidade seria plena. No caso, não existiria miséria na sociedade comunista. Não haveria tristeza, mas sim solidariedade e cooperação. Enquanto isso, na sociedade capitalista:

Paz e amor! Palavras ocas, vans, vazias de sentido numa sociedade capitalista dividida em exploradores e explorados, onde os primeiros comem o que os segundos produzem, onde uns certos produzem todo o necessário para a vida enquanto outros se apoderam disso.

No atual sistema econômico, as palavras que simbolizavam a paz e o amor eram apenas dizeres sem sentido. No capitalismo havia a exploração, a opressão e a repressão. Existia o controle e a dominação dos trabalhadores. No mas, no “reino da injustiça” não existia espaço para tão “nobres” sentimentos. Estas palavras teriam a sua capacidade máxima apenas depois da revolução social. Então,

Paz e amor! Formosas, sublimes, consoladoras palavras, símbolo da sociedade anarquista, onde o homem aumenta a sua felicidade com a de seus semelhantes, onde todos unidos vão arrancar os seus tesouros à mãe-natureza que, pródiga, lhes dá tudo quanto necessitam; sociedade sem matança, sem fome, sem presídios nem igrejas; comunidades de bens que atenderão ao bem-estar de todos e de cada um dos indivíduos; onde a inteligência, nutrindo-se de verdades, cada dia dá um passo na ciência e o coração não falseado vê em cada homem um irmão: sociedade anárquica, que tanto bem representas, minha inteligência te compreende, meu coração te deseja, enquanto sinto todo o meu ser invadido pela nostalgia que me produz a vida na miserável sociedade capitalista atual!.

A triste sociedade capitalista deveria ser demolida. Uma nova ordem social emergiria, construindo todos os laços sociais de forma amorosa e harmoniosa. Deste modo, o anarquismo deveria ser compreendido como uma ideologia de “paz e amor”.

Dos papéis sociais, ainda havia a clara divisão daqueles que trabalhavam para o desfrute dos outros. Então, um aviso dado pelos burgueses aos operários foi publicado nesta *Nostalgia*:

Trabalha como uma besta de carga, eu entretanto disfrutarei de todas as comodidades que tu me proporcionas: mas, ai de ti! Se algum dia conhecendo a minha ociosidade, m'a arremessares à cara. Ai de ti! Se de estúpido trabalhador, te converteres em obreiro consciente e reclamares a parte que te pertence! Eu como mais astuto, apoderar-me-ei da força prender-te-ei e te matarei como a um cão raivoso, pelo enorme delito de me reclamares o que é teu.

Este exemplo demonstrou o que ficou evidente nas produções literárias já trabalhadas, ou seja, o desfrute da vida de alguns e o sofrimento de outros. O texto ainda entonou a expressão “ai de ti!”, o que significaria a ameaça, ou ainda, o amedrontamento do trabalhador proposto pelo burguês. Assim, a literatura tinha o papel de propaganda para os anarquistas. Ela era uma estratégia de ação para a luta de classes. Conforme Leal (1999, p. 36),

a atuação dar-se-ia sobre os operários, e não mais apenas sobre as instituições sociais. Seu sentido era propiciar o contato desses últimos com ideias libertárias, voltar sua atenção para a exploração sobre a qual se assentava o sistema capitalista, esclarecê-los sobre seus direitos na organização de então e sobre as infinitas melhorias que os anarquistas acreditavam que se consolidariam na sociedade libertária. Dessa forma, o militante faria a propaganda e poderia mesmo formar novos militantes que, por sua vez, pudessem realizar as atividades proselitistas envolvidas na atuação esperada dos anarquistas junto às classes trabalhadoras.

O militante bem (in)formado estava capacitado a atrair novos trabalhadores à causa libertária. Fosse no verão ou no inverno, o operariado tinha que trabalhar para sobreviver. Estes fatores apareceram na literatura libertária para demarcar a fronteira de condições existentes entre “aqueles que mandam” e aqueles “que obedecem”. Neste sentido, “a atuação dos militantes libertários dava-se preferencialmente em relação às classes trabalhadoras, o que revela não apenas uma preocupação em defendê-las, mas também uma estratégia de luta” (p. 42). E no intuito de provocar o leitor, foi impresso os *Estilhaços* que faziam comédia e ironia do cotidiano urbano. Nele, dois amigos se encontraram, conversaram sobre o dia de trabalho e as informações “da greve” impressa no “Correio”. Vamos a ele:

- Oh! Amigo velho, aonde te atiras tão cedo?
- Ao trabalho. Muito serviço; somos obrigados a entrar na repartição às 10 horas.
- E saem às 3? Realmente é penoso nestes tempos de calores insuportáveis. E para ganhar o que? Uma migalha...
- 450\$000.
- É a tal coisa; quanto mais se faz, menos se merece...
- Bem; vamos tomar um cafezinho, a fazer horas.
- E com isso passarei os olhos no “Correio”.
- Tens acompanhado as notícias da greve?
- Tenho.
- E que me dizes destas absurdas exigências dos operários?
- Inqualificáveis. Essa gente daqui há dias não quer mais trabalhar; à só receber o “cobre” no fim da semana...
- 8 horas de trabalho. Depois quererão 7, depois 6, onde iremos parar?
- Daqui uns dias temos que sustentar esses vagabundos operários, que não querem trabalhar...
- Ah! Mas se eu fosse governo e com o Macielzinho, ali da “Gazeta” feito chefe da polícia, acabava com isso num instante, a ferro e fogo...
- A ferro e fogo!
- Bem! São 11 horas e preciso ir trabalhar...
- Até às 3!
- Até logo. (A LUTA, 18 de fevereiro de 1911, p. 4).

Deste modo, a ironia era manifestada através do jogo de enunciações que frisava a diferença de tempo em que o “amigo” ficava no local de trabalho e que os operários permaneciam. Obviamente que para a devida compreensão desta ironia, foi necessário olhar para o contexto apresentado no primeiro capítulo desta dissertação, a qual evidenciou que os operários mantinham cerca de 10 horas do seu dia dedicado ao trabalho. Enquanto isso, o “amigo” preocupava-se em chegar às 10 horas da manhã para sair às 3 da tarde. Essa jornada não foi cumprida, já que ele foi às 11 horas para a repartição. Deste modo, a sua dedicação foi de 4 horas, o que corresponderia a menos da metade do tempo de disposição do operariado.

Outra questão era a da leitura do jornal “Correio”. Imaginou-se que era o *Correio do Povo*, já que este diálogo recebeu a assinatura de Cecilius¹¹³. No enunciado, eles se informaram acerca das notícias “da greve” por este jornal, e disso tiravam as suas conclusões a respeito da legitimidade dela sem refletir sobre os seus motivadores. E mais, para provocar os leitores a indignarem-se com aquela situação, o autor utilizou o conceito de “vagabundos” para frisar que na visão daquele “amigo”, os operários não queriam trabalhar, mas sim serem sustentados por eles.

¹¹³ Provavelmente este fosse um pseudônimo do anarquista Cecílio Dinorá.

Entretanto, soube-se que este conceito era utilizado para provocar a raiva do leitor e não era o de concordância com aquela ideia exposta. Na verdade, esta provocação visava criar o sentimento de injustiça e diferença de classe, já que eram os operários que trabalhavam para sustentar os patrões. E no sentido provocativo, uma das personagens falou que se do governo fosse, trataria da causa operária a “ferro e fogo”. Em outras palavras, este texto estimulava a crítica quanto ao modo que o Estado e o patronato lidavam com os trabalhadores quando eles reivindicavam algumas melhorias. Segundo os anarquistas, aquela posição refletia o que já acontecia e o que supostamente era desejado pelo patronato enquanto prática de repressão.

E para finalizar este diálogo, pontuou-se a questão salarial levantada. No texto deve-se levar em conta a ironia e a apelação narrativa para fortalecer as ideias centrais, no caso, o do ócio das personagens. Mas apesar de apontarem o valor do salário da personagem, um detalhe não permitiu que fosse medido o impacto possível de tal declaração, afinal, não foi publicado se este valor era mensal, semanal ou período.

Outro texto declarou a ideia do ócio do patronato em oposição ao de produtor do operariado. No caso, a sessão *Estilhaços*, de 1910, retirou a publicação da revista *Careta*, do Rio, que dizia:

Diz o *Jornal* que no morro de Santo Antonio a população se divide em duas classes: os pobres e os ociosos.
 Donde se pode concluir que os pobres são trabalhadores e os ociosos ricos.
 Ora, em geral, é assim em toda a parte¹¹⁴. (A LUTA, 1 de maio de 1910, p. 4).

O discurso binário esteve presente nestes “estilhaços”. Assim como em outras produções. Enfim, os anarquistas produziram um grupo de teatro social denominado *Grupo Filodramático Libertário*. Ele existiu graças “à iniciativa de alguns camaradas nossos, foi fundado a 1º de Maio” (A LUTA, 15 de maio de 1907, p. 3). Não foi coincidência que a sua fundação ocorresse na data mais simbólica para os libertários. Este *Grupo* trabalharia com o teatro social, ou seja, utilizar-se-iam de dramas que narravam a vida operária, desde os seus sofrimentos aos desdobramentos que a exploração e repressão acarretam no cotidiano do proletariado.

¹¹⁴ Grifo no original.

O objetivo central do *Grupo* era o de “torná-lo uma agremiação instrutiva e educativa popular acessível a todos os operários”. E a tradução de “peças para o repertório” foi prevista. Assim, “em nome dos camaradas que compõem a novel e útil agremiação pedimos aos nossos coideanos (sic) do exterior que se interessam por esse meio de propaganda de nos remeter peças teatrais que obtiverem e que julguem atingir o nosso desiderato”. Então, o endereço para envios de correspondência era o mesmo da *Escola Eliseu Réclus*, em nome de Gomez Ferro.

Luiza Faccio (1991, VII, p. 9) distinguiu que os objetivos da crítica anarquista estava vinculado as instituições, “porque ela é governada pelo homem e este, como vimos, é reconhecidamente fruto de uma natureza contraditória e propensa à corrupção”. Assim, o padre no teatro social se transformava numa figura ilustrativa, a qual representava a Igreja Católica e não, simplesmente, uma pessoa. Os finais das encenações “nunca será uma surpresa. Tradicionalmente retoma-se o esquema da luta entre o *bem* e o *mal* e também por coerência, mantém-se o primeiro como vencedor” (p. 7).

Já Cássia Miranda (2014, p. 43) considerou que era “possível perceber uma série de características próprias desse fazer teatral que divertia e atraía para a luta crianças, adolescentes, mulheres e homens”. Desta maneira, quando havia a apresentação de um drama social, existia a participação de todos os integrantes da família do trabalhador. E uma das características peculiares do teatro anarquista era que “no início do movimento operário os textos levados à cena eram, na maioria, importados da Europa. Havia poucas obras anarquistas produzidas por brasileiros ou por imigrantes aqui radicados” (p. 44). Quanto aos temas abordados, destacaram-se

Aqueles que estavam no centro das preocupações dos trabalhadores: greve, desemprego, militarismo arbítrio legalizado do patronato, péssimas condições de subsistência, condenação de um estado de apatia do operariado, entre tantos outros. A arte feita pelo e para o operariado produzia uma manifestação que procurava retratar a situação precária que eles viviam no país.

Deste modo, a dramatização anarquista tinha a ideia de que “o fator primordial era o conteúdo do texto, principalmente a demonstração da relação entre oprimido e opressor”. Porém, em Porto Alegre, no período do recorte desta dissertação, não foram encontrados textos de dramas encenados pelos militantes e atores amadores.

Enfim, concluiu-se este capítulo compreendendo que os anarquistas desenvolveram as suas atividades visando aproximar os trabalhadores da ideologia e do associativismo. Assim, dramatizações, quermesses e assembleias se tornavam em momentos oportunos para apresentar a teoria libertária aos participantes. Além disso, houve a intensa utilização do jornal *A Luta*, o qual difundia as ideias libertárias e os eventos organizados.

3. CULTURA ASSOCIATIVA SOCIALISTA

“Este feriado [1º de Maio] não é uma concessão feita a nós por algum rei ou imperador ou por algum presidente, não foi ditado pela igreja em honra de qualquer santo nem foi estabelecido como homenagem a qualquer representante do sistema social vigente. Não! Ao contrário disso, o feriado operário tem uma elevada e poderosa significação: a do almejo de alcançar-se a confraternização universal, isto é – a democracia-social em todos os países”¹¹⁵.

Os jornais foram as produções que melhor expressaram as ideias e os eventos protagonizados pelos socialistas. Isso ocorria “por sua capacidade de disseminar informações para além de seu local de publicação” (PETERSEN, 2008, p. 1). No caso deste estudo, *A Democracia* ilustrou inúmeros exercícios teóricos e práticos deste grupo. Outra consideração a ser frisada envolveria a sua principal liderança, o tipógrafo Francisco Xavier da Costa. Esta figura foi a que mais se envolveu e produziu no jornal destacado.

As iniciativas socialistas foram experiências perceptíveis desde o fim do século XIX, quando havia a tentativa de criar partidos desta matriz. E nesta dissertação, os partidos operários foram compreendidos como “as múltiplas organizações socialistas que surgem e desaparecem durante toda a Primeira República” (BATALHA, 1995, p. 17). Obviamente que estes socialistas não exerceram influência apenas em partidos que estavam em gestação, ou seja, em planejamento entre reuniões de um grupo interessado no pleito. Mas apesar de serem desejosos pela participação eleitoral, os socialistas investiram as suas forças nas organizações da classe, ou seja, nas associações, grêmios, uniões e sindicatos¹¹⁶. Este conjunto de investidas visava entrar definitivamente “no terreno da luta política”, sendo a participação eleitoral o objetivo a curto e médio prazo projetado para todos os trabalhadores.

Ao tratar neste capítulo da influência socialista no associativismo porto-alegrense, refletiu-se com o temor do equívoco de potencializar as fontes e dar o entender de que todas as *sociedades operárias* próximas a eles seriam da mesma tendência ideológica. Este poder de potência das fontes foi uma grande dificuldade em

¹¹⁵ Trecho do Manifesto de 1º de Maio de 1907 (*A DEMOCRACIA*, 1 de maio de 1907, p. 1).

¹¹⁶ Benito Schmidt (2002, p. 210-211) realizou um levantamento das *sociedades operárias* atuantes em 1906 em Porto Alegre. Delas, a conclusão foi que alguns militantes participavam de várias associações. Houve um aumento de entidades em relação a 1905 e a presença de anarquistas e socialistas em algumas entidades operárias.

todo o trabalho, pois tanto o *A Luta* quanto o *A Democracia* eram jornais que defendiam e exaltavam os seus feitos. E com o receio que a falta de experiência como pesquisador me proporcionou, encontrei “paz” na seguinte reflexão: “na prática, o fato de se encontrarem facilmente socialistas em atividade política nas sociedades de socorros mútuos não transforma essas entidades em entidades socialistas” (SILVA JR., 2004, p. 420). Este pensamento me possibilitou refletir que a clareza ideológica não estava presente em todos os militantes, e nem eram todos que desejavam ser identificados como anarquista ou socialista.

Então, mesmo que sejam consideradas as influências da ideologia nas organizações da classe, soube-se que eles não foram, “necessariamente hegemônicos nas entidades” (p. 421). E foi pontual compreender que:

A principal liderança dos socialistas de Porto Alegre, o já antes mencionado Francisco Xavier da Costa, “conferia grande importância ao associativismo, enquanto forma de organização e conscientização do operariado”. E várias das associações praticavam socorros, mesmo não fazendo mais do que isso, como criticava o mesmo periódico em 1907 sobre o Grêmio das Artes Gráficas e Correlatas que, mesmo com poucos sócios, era capaz de prestar “importantes benefícios a alguns de seus sócios quando enfermos” (SILVA JR., 2004, p. 422).

Portanto, o espaço das *sociedades operárias* era visto como um lugar de disputa política. Era necessário influenciar o associativismo com o cunho de transformá-lo em algo maior e mais combativo. A beneficência era limitada e os socialistas tinham consciência disso. A chave para a mudança de comportamento no interior destas entidades estava na união da sua praticidade e do potencial ideológico difundido pelas lideranças. Deste modo, as práticas de socorro mútuo não são necessariamente ruins – e nenhum deles propõe seu fim –, mas são insuficientes para o avanço da luta socialista, que só ocorrerá quando socialistas fizerem dessa prática um meio para a ação política (p. 426).

Então, ao longo deste capítulo foram apresentadas algumas iniciativas que, para uma melhor compreensão da exposição, são divididas entre o cunho ideológico e outras de cunho prático. Neste sentido, as reuniões, os festejos e os posicionamentos ideológicos devem ser verificados. E apesar de que neste capítulo fique presente apenas um grupo do movimento operário, as suas ideias e práticas serão problematizadas junto ao contexto.

Em relação ao movimento operário, foi percebido que a rivalidade¹¹⁷ com os anarquistas existia desde 1905, antes mesmo da greve ocorrida em 1906, momento que oportunizaria uma melhor percepção a respeito das diferenças existentes na forma de pensar e agir na/para a revolução. Tal rivalidade foi percebida nas páginas da *Democracia*:

UM REBELDE – Não senhor! Absolutamente **não toleramos propaganda anarquista nas colunas da *Democracia***. Julgue-nos como quiser, diga de nós o que entender, - **fomos, somos e seremos adversários da doutrina que pretender melhorar a sociedade destruindo *in totum* o que a burguesia organizou.**

E somos assim porque não é preciso ser-se guia intelectual para alcançar-se esta verdade: **do regime existente há muita coisa aproveitável, boa para nós operários.**

Pregar o que o sr. prega em seu artigo é ser inimigo do bem-estar dos trabalhadores, é desorganizar tudo, é ser mau, perverso ou louco!

Temos reconhecido que, em geral, os que neste país fazem a propaganda de ideias como as suas são simples exploradores, hipócritas, são rebeldes de palavras e nada mais.

Insuflam os trabalhadores a desordens, lançam-lhes n'alma o descontentamento, promovem inutilmente a rebelião deles tudo e contra todos, - mas sabem aproveitar-se disso para melhorar pecuniariamente as próprias condições.

Rebeldes de tal natureza são indivíduos a quem os operários honestos não devem prestar atenção¹¹⁸ (A DEMOCRACIA, 19 de novembro de 1905, p. 2).

Percebeu-se que ao não fazer “propaganda” anarquista nas páginas do jornal. Assim, os redatores posicionavam o seu jornal exclusivamente como difusor de ideias socialistas. Outra consideração importante foi a declaração a respeito de uma reforma do regime burguês¹¹⁹ e não a sua destruição *in totum*. Assim, identificou-se nestas duas colocações como algumas desavenças existentes entre os anarquistas e socialistas. Afinal, cada grupo teria o seu próprio periódico, e cada corrente ideológica que

¹¹⁷ Ver mais em BILHÃO, Isabel. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário**: Porto Alegre (1906-1911). Porto Alegre : EDIPUCRS, 1999.

¹¹⁸ A DEMOCRACIA, 19 de novembro de 1905, p. 2. Grifos do autor.

¹¹⁹ A utilização de “regime burguês” seguirá a relação conceitual construída pelos socialistas do jornal *A Democracia*. Para eles, este era o sistema estabelecido que obrigava o operário a servir com o seu trabalho o patronato. E esta dualidade era reforçada com a ideia de que os primeiros foram os grandes construtores do progresso social enquanto que os segundos serviam de parasitas do esforço proletário. Neste sentido, “o operário é que serve de burro de carga para que os senhores que se envergonham de ter calos nas mãos possam passar bem, viverem felizes sem se fatigarem” (A DEMOCRACIA, 1 de outubro de 1905, p. 2). Identificando nesta descrição o sentido orientado pelos socialistas para a condição prática dos trabalhadores em tal regime, constou também a situação simbólica deles. Então, as publicações que dotavam os operários de características degenerativas era reforçada com afirmativas do tipo: “no regime burguês a coisa é esta: quem assenta praça perde a noção do seu *eu*, deixa de ser um homem para tornar-se uma coisa, um maquinismo, um aparelho qualquer para produzir o que e como querem os doutores do dia” (A DEMOCRACIA, 22 de outubro de 1905, p. 2).

defendesse e atuasse contra os inimigos da classe deveria enfrentar os rivais no interior da própria classe.

Deste modo, as rivalidades foram discutidas à medida que elas foram apresentadas nos textos e nos eventos protagonizados pelos socialistas. Outro elemento a ser destacado referiu-se a solidariedade entre estes grupos, já que em alguns momentos as diferenças eram deixadas de lado para a união de forças no combate ao inimigo em comum. E no campo ideológico, quais seriam os elementos e as características que os assemelhavam enquanto forças contestadoras e revolucionárias? Questões que serão respondidas ao longo deste trabalho.

Ao ler o jornal socialista, identificou-se que muitas das informações e circulações de textos e ideias foram realizadas a partir da movimentação de pessoas ligadas às *sociedades operárias*. Neste sentido, “os militantes necessitavam veicular suas ideias, e criaram inúmeros jornais, alguns dos quais cruzaram o território brasileiro, implantando uma rede de comunicação que jamais existira no país” (PETERSEN, 2008, p. 1). Então, para melhor verificar esta circulação, utilizou-se das informações publicadas pelo periódico socialista para evidenciar os maiores difusores dos acontecimentos e dos ideais propagados entre os grupos de distintas localidades. Esta movimentação possibilitaria a transferência de textos teóricos, de práticas e de denúncias relacionadas as condições dos trabalhadores de diversas localidades.

A perseguição do patronato e das autoridades a um trabalhador poderia forçá-lo a mudar de cidade. Em Porto Alegre, os anarquistas anunciaram a emigração de dez marmoristas. Neste caso, eles “se viram forçados a procurar trabalho noutra parte” (A LUTA, 29 de setembro de 1906, p. 2), pois, ao optarem por lutar pela classe, acabaram por ser excluídos do mercado de trabalho local pelos seus “adversários” políticos.

Já os socialistas anunciaram as dificuldades de Nalepinski de arranjar emprego. A situação deste líder era que “certos burgueses que, para se desforrarem dele, armaram-lhe uma espécie de *boicotagem*” (A DEMOCRACIA, 15 de dezembro de 1906, p. 3), que padecia com “à absoluta falta de serviço e, por este efeito, ele e sua esposa e filhos, à miséria”.

Com isso ele migrou para o Rio de Janeiro, onde “teve a felicidade de encontrar companheiros que o acolheram com o devido apreço e que o auxiliaram na obtenção de trabalho bem remunerado”. Este exemplo serviria de alerta para todos os trabalhadores,

já que o patronato poderia persegui-los indiscriminadamente¹²⁰. E a resposta a este poderio dos burgueses era a solidariedade entre os trabalhadores. Este elemento poderia significar o acolhimento e indicações para futuros empregos, como também ações de boicote e greves as indústrias e fábricas que exploravam os operários. Estas migrações faziam com que os trabalhadores levassem informações, denúncias e experiências de uma localidade a outra.

Estas problematizações foram realizadas a partir do questionamento a respeito da forma como se desenvolveu o *associativismo* operário porto-alegrense. Pois, considerou-se que a movimentação dos líderes e militantes experientes possibilitou a criação e a manutenção das *sociedades operárias* de outras localidades. Então, tanto as ações efetivas delas quanto o prestígio de suas lideranças foram apresentadas.

Uma das principais lideranças do período foi Francisco Xavier da Costa. Esta liderança se envolveu em polêmicas e participou de muitas associações. Assim, a atuação da *sociedade operária* estava relacionada à imagem do líder. As repercussões das atividades deles foram publicadas nos periódicos, e este em especial centrou muita atenção dos militantes. Destarte, a importância do líder para os trabalhadores organizados pôde ser encontrada no seguinte anúncio:

Ao nosso companheiro redator da *Democracia* foi endereçada pela secretaria da *União dos Empregados em Padaria*, desta cidade, o seguinte ofício, que transcrevemos com a devida vênia.

“Ilmo Sr. F. Xavier da Costa

Tenho a grande satisfação de anunciar-vos que em reunião de assembleia geral foi proposto, pelo nosso presidente sr. Theophilo dos Santos Machado, e aprovado unanimemente, que vos fosse conferido o título de sócio honorário desta União pelos relevantes serviços por vós prestados à mesma.

A Diretoria congratulando-se por esta prova de gratidão e simpatia que acaba de demonstrar-vos espera continuar a merecer de vós auxílio e orientação, em prol do seu progresso para que possamos um dia ver firmado e indestrutível o gigantesco templo moral em cuja construção lavoramos e que tem por bases *beneficência e Instrução*.

Regozijando também, por ver o vosso honrado nome no quadro dos nossos companheiros aproveito a oportunidade para reiterar-vos o meu mais vivo protesto de estima e consideração.

Saúde e Fraternidade¹²¹ (A DEMOCRACIA, 3 de dezembro de 1905, p. 2).

Este anúncio público demonstraria aos leitores que entre aqueles trabalhadores havia coesão com o líder. Representava no campo simbólico e objetivo que esta *União*

¹²⁰ A constar, estes exemplos de políticos perseguidos tornar-se-iam em mártires na literatura e discursos socialistas.

¹²¹ Grifos no original.

teria a força e os meios de melhor agir em caso de greve. Pois seria a liderança quem intermediaria algum possível conflito contra o patrão. E a presença de Xavier da Costa justificaria entre os padeiros a possibilidade de avanços concretos para a categoria, pois aquele nome significava conhecimento e reivindicação por direitos. Portanto, em conformidade ao que foi encontrado, percebeu-se que “o movimento operário, nesse momento, ancorava-se fortemente no prestígio individual de certos líderes e, por isso, as viagens do personagem talvez fossem mais eficazes para mobilizar os trabalhadores gaúchos do que as iniciativas unicamente institucionais” (SCHMIDT, 2002, p. 288).

A aparição de todas estas questões na imprensa possibilitava a divulgação da informação e a denúncia por diversos locais. Mas o jornal, no sentido orientado pelos socialistas, era o de órgão de propaganda, escrito *pelos* e *para* os operários. Das considerações iniciais quanto ao periódico, coube salientar que ele circulou em duas fases, sendo a primeira desde o 1º de Maio de 1905 até 24 de dezembro do mesmo ano. Após esta parada ele retornou apenas em 9 de dezembro de 1906, quase um ano depois do seu fechamento. Nesta fase dos impressos consultados, teve-se acesso até a edição 65 de 12 de agosto de 1907.

Enfim, este capítulo foi dividido em quatro subcapítulos. O primeiro responsável por verificar a circularidade das ideias socialistas pelo Rio Grande do Sul. Para isso, preocupou-se em identificar o alcance do jornal e da circulação das lideranças pelos municípios. No segundo momento foi necessário examinar a existência do associativismo entre os trabalhadores e os socialistas porto-alegrenses. Desta forma de organização e da difusão de seus ideais surgiu o terceiro subcapítulo. Nele foram observadas as produções intelectuais impressas no *A Democracia*. Aqui foram retratadas as poesias, crônicas, poesias e textos teóricos. Enfim, já no quarto momento manteve-se a preocupação com os eventos práticos, ou seja, com aqueles momentos em que o operariado se reunia e realizava as assembleias, festejos, quermesses e comemorações de datas simbólicas.

3.1 CIRCULARIDADE E INFLUÊNCIA SOCIALISTA NO INTERIOR SUL RIOGRANDENSE

A ideia de socialismo que circulou pelo Brasil, no fim do século XIX, “sobretudo depois da abolição e da Proclamação da República, a ‘questão social’ passava a ser identificada cada vez mais com a ‘questão operária’ ou ‘questão do trabalho’” (LEONIDIO, 2004, p. 116). E outra característica que o conceito socialismo recebia era o de “ciência social”. “Isto é, aquela ciência especial que tinha por missão resolver a ‘questão social’, incorporando o proletário à sociedade moderna” (p. 119). Além de incorporar, “cabia a este ‘socialismo’ uma missão salvadora dos oprimidos” (p. 120).

Os socialistas não se limitaram a exercer influência política apenas em Porto Alegre. Como também não foi ele o único grupo organizado a criar uma rede de relações intermunicipal. Na Região Sul, Guedes R. Coutinho mantinha forte influência entre o operariado. E esta liderança chegou a trocar cartas com Francisco Xavier da Costa, e entre estas trocas, houve a iniciativa de criar ações conjuntas que abarcariam todo o operariado¹²².

Aqui foi delimitada a verificação da ação dos socialistas porto-alegrenses em algumas cidades do interior sul-rio-grandense. Assim, o jornal trabalhou com os seus correspondentes “externos”. Estes “agentes” informariam sobre as condições dos trabalhadores da sua cidade de origem. Enquanto isso, os redatores publicariam estas notícias e repassariam as edições do jornal a eles. Com esta ação havia a possibilidade de transformar o leitor em um produtor. E esta interação apresentaria ao público leitor as “suas próprias” experiências. Então, neste sentido existia a possibilidade de criar algum espaço destinado às necessidades enunciadas pelos trabalhadores. Com isso se legitimava a colocação pública do *A Democracia* de “órgão operário” na primeira fase (ano de 1905) e de “jornal dos operários” na segunda fase de publicação (1906 e 1907).

Um exemplo pôde ser tirado do 1º de maio de Bento Gonçalves de 1907. Lá foi realizada uma série de eventos que tiveram as suas descrições narradas. Constatou na nota as seguintes informações:

¹²² O maior exemplo do período foi a criação e organização da FORGS como instituição a representar os operários de todo o estado.

Amigo redator.

A memorável data 1º de Maio, o grande dia da revista do Trabalho, teve, como nos anos anteriores, alta significação nesta localidade, por parte dos nossos companheiros de classe que, orientados, e impulsionados pelos sentimentos de solidariedade entregaram-se a demonstrações festivas.

A ordem, o entusiasmo, o completo regozijo, então reinantes, cooperaram bastante para dar à comemoração o bonito aspecto e brilhantismo de que se revestiram.

Eis o resumo do programa naquele dia realizado, e que dá uma pálida ideia da comemoração:

As 4 horas da manhã, uma salva de 21 tiros anunciou o romper da aurora, executando por essa ocasião bonitas composições de seu vasto repertório a excelente banda de música regida pelo talentoso maestro Giovanni Musaro.

As 9 horas, na frente do acreditado hotel *América* de propriedade do sr. Pedro Venturella, via-se grande número de operários notando-se entre esses nossos companheiros o maior contentamento e franca expansão.

As 11 horas foi servido esplendido banquete de 90 talheres oferecido pela distinta comissão, [...].

Por ocasião do banquete produziram bonitos e bem arquitetados discursos análogos, à magnitude da grande data que se comemorava, os srs. Antonio Lorenzoni, Dalalmo Constante e Floravante Bertuol que foram aplaudidos com palmas e ovações, fazendo-se ouvir a banda musical.

As 4 horas da tarde, formando extenso préstito, os trabalhadores fizeram uma passeata pelas principais ruas da vila acompanhados da banda de música e ao estragir de foguetes.

As 8 horas da noite deram principio a um animado baile no salão do referido hotel, que terminou na manhã do dia seguinte, em meio da maior alegria e cordialidade.

As festas impressionaram agradavelmente.

Concluindo esta pequena e despretensiosa notícia desejo de coração que a classe operária de Bento Gonçalves continue ativa, forte, coesa, bem orientada, debatendo-se pela reivindicação de seus direitos.

Aos operários desta localidade as minhas fraternais saudações¹²³ (A DEMOCRACIA, 16 de junho de 1907, p. 3).

Como ficou perceptível, as comemorações duraram o dia inteiro. Esta demonstração pública da força do operariado local envolvia valores simbólicos e outros materiais. Neste sentido, a “alta significação” da data envolveu momentos em que os foguetórios acordaram os trabalhadores que foram prestigiar os “sentimentos de solidariedade” entre os “companheiros de classe”. A agenda festiva ocupou todo o dia e ela condensou as demonstrações festivas organizada pela classe operária local. Ainda, a comemoração foi regada pela ordem e pelo entusiasmo, o que, definitivamente, cooperou para uma festa brilhante, segundo a expressão original.

Então, a “Revista do Trabalho” envolvia elementos que tornavam a data como um momento de união e confraternização. Pensou-se neste sentido a partir da própria agenda de atividades publicada. Afinal, a existência de uma banda, do banquete e do baile indicava que o operariado também se divertia no dia do “luto”.

¹²³ Grifo no original.

Apesar de aquelas festividades serem bem comentadas, existiam outras que tinham o interesse de comemorar o aniversário das *sociedades operárias*. E se o 1º de Maio era o assunto que mais inspiraria os socialistas a escreverem sobre os eventos do interior, estes outros também que lhes cativariam. Deste modo, em 1907, ocorreram atos de rememoração da data:

Escreve-nos o nosso correspondente em S. João do Montenegro:

“O 1º de Maio aqui foi comemorado pela “*União Operária*”: às 11 horas seguiu a sociedade com o seu estandarte, puxada por uma banda de música, em direção ao potreiro do coronel Felisberto Porfírio de Souza, onde estiveram durante o dia em vários folguedos. O local era esplendido, o dia favoreceu muito e as famílias que compareceram deram brilhantismo a festa. Às 2 horas da tarde dançou-se sobre a grama. Correu tudo em ordem, reinou alegria e entusiasmo. Muitas dúzias de foguetes subiram ao ar. Foi tirada uma vista fotográfica do Grupo Operário. A festa incitou muitos companheiros a se proporem como sócios da agremiação. Falou demoradamente sobre a data o secretário da *União*, sr. Daniel Sutton que, referindo-se a Francisco Xavier da Costa entalteceu os seus méritos como legítimo e incansável batalhador em prol da classe trabalhadora; demonstrou os seus relevantes serviços que nunca serão olvidados pelos operários e concitou a que todos lhe dessem o apoio que merece, etc; andando-o na pessoa de seu representante.

Falou Abel Zacharias agradecendo e pregando a união entre os operários de Montenegro; fez ver que questões de nacionalidade e de cor era incompatível com a classe, etc. Referindo-se ao presidente da *União* teceu-lhe elogios pelos seus méritos como cidadão e distinto companheiro, esteio da unificação dos operários de Montenegro, etc” (A DEMOCRACIA, 26 de maio de 1907, p. 2).

Como o exemplo ocorrido em Bento Gonçalves, aconteceu em São João de Montenegro algumas atividades que marcaram o 1º de Maio. Neste caso, evidenciou-se que não havia a preocupação da nomenclatura utilizada para designar a data. Então, a “festa” montenegrina teve o seu ápice em um “potreiro”¹²⁴, convivendo entre brincadeiras e diversões, houve a filiação de “companheiros” na *União Operária Montenegrina*. Neste evento, Abel Zacharias discursou utilizando palavras que visavam pregar a união entre os operários. E o secretário da *União* citou Xavier da Costa como “legítimo e incansável batalhador” da classe.

As famílias teriam participado destas festividades, as quais foram marcadas com danças, foguetórios, fotografias, filiações e discursos. No mesmo sentido que a preocupação em difundir as demonstrações públicas do operariado interiorano de força,

¹²⁴ No original foi utilizada esta palavra, a qual poderia ser mais bem empregada para designar o espaço reservado para os animais, e não para os humanos. Deste modo, pensou-se que os redatores fizeram referência ao espaço físico de uma chácara.

união e solidariedade, houve, também, a publicação de forma resumida dos acontecimentos que marcavam o 1º de Maio “pelo mundo”:

- A comissão de operários do Rio de Janeiro, que no dia 1º foi recebida no Catete pelo presidente da República, apresentou ao dr. A. Penna a moção votada na qual declara que não mantém solidariedade alguma com a propaganda anarquista que se desenvolve.

As classes operárias pedem regulamentação do trabalho e dos problemas sociais conexos.

O sr. Affonso Penna respondeu que aplaudiu as ideias de ordem do proletariado e que lhe era grata a nova orientação que tomava a questão operária.

- A festa dos operários de Montevideú, correndo na melhor ordem revestiu-se dum grande entusiasmo. Os operários saíram em procissão pelas ruas, cantando hinos. Ao passarem em frente da residência do presidente da República, deram prolongados vivas sendo com assobios que passaram por casa do arcebispo.

- Em Paris, à noite, a polícia carregou diversas vezes sobre os operários que realizavam nas ruas manifestações tumultuosas efetuando grande número de prisões.

- Realizou-se em Madri, um grande comício operário, ao qual compareceram mais de dez mil pessoas.

A ordem não foi alterada.

O chefe dos socialistas Iglesias pronunciou um discurso, da sacada do Centro Operário, protestando contra o regime burguês e contra a sentença que absolveu os responsáveis pela construção do reservatório de água daquela capital, em que foram vitimados tantos operários.

[...]

Os operários assistiram a uma conferência sobre a comemoração do trabalho (A DEMOCRACIA, 26 de maio de 1907, p. 2).

Então, como ficou evidente, na capital brasileira, os trabalhadores fizeram um ato político para pedir a regulamentação do trabalho. Já para noticiar o que ocorreu em Montevideú, no Uruguai, os redatores utilizaram o substantivo feminino “festa” para designar a procissão, os hinos e as demais manifestações da capital uruguaia. E ao contrário do que ocorria no Brasil, o 1º de Maio na França teria sido marcada pelo conflito entre os policiais e os trabalhadores.

Em suma, o caso sul rio-grandense era diferenciado por receber referências que denominavam as manifestações como “ordeiras e pacíficas”. Na verdade, a importância de citar o que acontecia “pelo mundo” girava em torno da exemplificação daqueles eventos para a classe operária porto-alegrense.

Entretanto, com as pesquisas foi possível identificar alguns nomes e a localidade a qual estes “agentes” representavam. Por exemplo, o representante do *A Democracia* nas colônias italianas era Abel Zacharias da Paixão (A DEMOCRACIA, 13 de agosto

de 1905). Outro nome citado das “colônias italianas” foi o de Fiorelio Bertuol, de Bento Gonçalves (A DEMOCRACIA, 12 de novembro de 1905).

Enquanto isso, em Bagé, o nome do representante era o de José Carosiello (A DEMOCRACIA, 13 de agosto de 1905). E em São João do Montenegro, era Guilherme Martinewski¹²⁵ (A DEMOCRACIA, 13 de agosto de 1905). Outro trabalhador que teve o nome publicado como agente do periódico foi Caetano Pupere, morador de Guaporé (A DEMOCRACIA, 12 de novembro de 1905).

Apesar de todas estas citações, a principal interação existente era com São Leopoldo. Da lista de nomes de representantes que o jornal citou, constaram dois que se sobressaíam em relação aos demais, no caso, eram Celestino Benvenuto e Guilherme Malfatti. Entretanto, existiam momentos de visitas em que uma liderança ia até a cidade da outra trocar informações. Neste sentido, algumas ocorrências foram encontradas:

Procedente de S. Leopoldo, estiveram nesta capital, e já regressaram, os nossos presados amigos Celestino Benvenuto, digno presidente da *União Operária Leopoldense* e Guilherme Malfatti, ativo representante d'A *Democracia* naquela cidade (A DEMOCRACIA, 15 de outubro de 1905, p. 2).

Procedente de S. Leopoldo, onde reside e é justamente estimado esteve nesta capital o nosso prezado amigo João Alfredo Eggers, digno secretário da utilíssima *União Operária Leopoldense*. O distinto viajante, a quem a *Democracia* deve bons serviços deu-nos a honra de sua visita, gentileza que muito nos penhorou (A DEMOCRACIA, 10 de setembro de 1905, p. 2).

Esta relação com São Leopoldo poderia ser identificada através da relação imigratória que ocorreu na cidade. No caso, os germânicos exerceriam grande influência na região. Já da parte dos socialistas porto-alegrenses, teria Francisco Xavier da Costa o conhecimento do idioma e relações com a comunidade alemã local (SCHMIDT, 2002, p. 175). Esta condição poderia ser o elo desta relação estreita. Além disso, ela possibilitou a participação deste líder na Comissão Central Provisória do Partido Operário Rio-Grandense de 1890, quando “devido ao conhecimento da língua e ao estabelecimento de laços profissionais, familiares e de amizade – circulava com

¹²⁵ O nome de um ex-proprietário do jornal *A Democracia* era João Martinewski (A DEMOCRACIA, 06 de agosto de 1905). Apesar de não haver referências ao grau de parentesco, pensou-se que ao existir esta possibilidade, haveria também a facilidade e motivações para que as trocas de informações existissem.

desenvoltura entre os socialistas da colônia alemã da cidade”¹²⁶ (p. 166). No mais, deve-se considerar a proximidade geográfica entre aquelas cidades como um fator determinante para a troca de ideias, informações e circulação de pessoas.

A circulação desta imprensa geraria a movimentação das ideias socialistas. E a partir da pesquisa de Maciel (2004, p. 11-2) houve a percepção da existência da responsabilidade “pela propagação deste ideal, quanto pelas principais tentativas de organização de entidades classistas que representem os trabalhadores”, e segundo o autor, “são os profissionais que atuam no setor gráfico – com ênfase aos compositores-tipográficos”.

Outras situações além destas visitas foram publicadas no *A Democracia*. E um caso pôde ser exemplificado através do anúncio de uma festa em comemoração ao sexto aniversário de instalação da *União Operária Leopoldense* (*A DEMOCRACIA*, 10 de setembro de 1905, p. 2). E a publicação da realização deste festejo ocorreu na 23ª edição deste jornal¹²⁷. Neste número foi perceptível que a origem das informações era proveniente de uma “correspondência” (*A DEMOCRACIA*, 1 de outubro de 1905, p. 2).

Além destas comemorações, as lutas pontuais das cidades eram informadas através do jornal. Um exemplo ocorreu no início de outubro de 1905, quando segundo informações obtidas:

Consta-nos que o intendente de S. Leopoldo, coronel Guilherme Gaelzor Netto, vai reduzir o número de operários que trabalham por conta do município e diminuir os salários dos que pretende deixar empregados.

Nosso informante disse-nos que o coronel Gaelzer alega que será obrigado a tomar tais deliberações como *medida de economia*.

Achamos bem estranhável tal medida pois não nos consta que o intendente de S. Leopoldo tenha feito cortes em despesas mais razoavelmente reduzíveis do que essa com o pagamento dos já minguados salários dos operários municipais.

[...]

Mas é sempre assim mesmo no regime burguês: o operário é que serve de burro de carga, para que os senhores que se envergonham de ter calos nas mãos possam passar bem, viverem felizes sem se fatigarem.

Apelamos para os bons sentimentos do coronel Gaelzer para que não ponha em prática a injusta medida.

¹²⁶ Outra possibilidade levantada por Benito Schmidt (2002, p. 219) quanto a influência de Xavier da Costa entre os alemães foi a relação dele com o industrialista Aloys em 1906, quando, segundo o autor, eles teriam negociado o fim da greve e a circulação do socialista entre os alemães teria influenciado esta negociação.

¹²⁷ A publicação que informava os preparativos para a festa foi na 20ª edição.

E caso o ilustre intendente não nos queira atender, - apelamos para o espírito de classe da criteriosa e pujante *União Operária Leopoldense*, no sentido de defender os interesses dos pobres companheiros a quem tal medida de economia deixará em circunstâncias péssimas¹²⁸ (A DEMOCRACIA, 1 de outubro de 1905, p. 2).

Percebeu-se que o sentimento de solidariedade não deveria se limitar as categorias, a fábrica ou a *sociedade operária*. Na verdade, este sentimento deveria ser universal entre os integrantes da classe operária. Então, na dada citação, compreendeu-se que a luta local enfrentava o poder da intendência. Deste modo, a demissão dos funcionários e a diminuição salarial não deveriam ser aceitos. A luta contra estas medidas de economia deveriam ser orientadas e dirigidas pelas organizações operárias. E neste caso, era a *União Operária Leopoldense* que teria que combater os interesses dos burgueses e defender aqueles dos trabalhadores.

Entretanto, havia a luta pela manutenção do direito dos trabalhadores de se associarem. E em São João do Montenegro ocorreu um exemplo pertinente de ser frisado.

Cabe-nos a grata satisfação em noticiar que por todo este mês será instalada na futura vila de S. João do Montenegro a sociedade “*União Operária*”, há pouco ali fundada, e que tem como presidente o nosso distinto companheiro Juvenal Alves de Oliveira.

Sabemos que a novel agremiação conta já em seu seio com bons elementos para a sua solidez e futura prosperidade, reinando entre os membros de que se compõe muito ardor e entusiasmo.

É este um fato auspicioso que vem servir de incitamento aos operários de outras localidades a se agremiarem e trabalharem, com fé e com coragem, pelo interesse da classe a que pertencem.

A *Democracia* ufana-se em registrar esta agradável notícia, e, possuída de indizível satisfação, congratula-se com os distintos companheiros de Montenegro¹²⁹ (A DEMOCRACIA, 9 de dezembro de 1906, p. 3).

As lutas que serviam aos interesses da classe trabalhadora eram saudadas pelo *A Democracia*. Neste sentido, S. João do Montenegro servia de incitamento a todos que podiam formar *sociedades operárias*. O recado era para todas as cidades que mantinham o contato com o periódico socialista. E apesar das ações não parecerem conjuntas, houve a centralização da influência e do modelo a ser seguido pelos operários do interior, no caso, era o de Porto Alegre.

¹²⁸ Grifos no original.

¹²⁹ Grifos no original.

A congratulação por notícias que informavam o “sucesso” de eventos e ações políticas das associações operárias eram contrastadas pela responsabilização da necessidade dos trabalhadores se associarem. Então, nesta direção comemorativa, foi anunciada, no fim de 1906, uma assembleia geral realizada para a eleição da primeira diretoria da *União Operária Montenegrina*:

Com muito entusiasmo a futura “*União Operária Montenegrina*” realizou a 30 do mês passado a sessão de assembleia geral para eleição de sua primeira diretoria efetiva.

Os sufrágios dos briosos operários associados em S. João do Montenegro recaíram em nomes de companheiros distintos e de quem é lícito esperar grandes serviços em prol da perfeita e, consequentemente, profícua arregimentação da classe a que pertencem.

A nova diretoria ficou assim organizada:

Presidente, Juvenal Alves de Oliveira; vice-presidente, Raphael Piquierez; secretário, Daniel Vieira Sutton; tesoureiro, Pedro Michel; procurador, Leopoldo Sperb. (A DEMOCRACIA, 6 de janeiro de 1907, p. 4).

O crescimento das *sociedades operárias* interioranas foi bem vistas pelos socialistas. Desta maneira, as notícias que anunciavam o aumento do número de sócios foram congratuladas entre as páginas do *A Democracia*:

A sociedade “União Operária de Montenegro” em sua sessão última, além de outros assuntos de que tratou, admitiu em seu seio como sócios um regular número de companheiros. Na sessão vindoura, sabemos, serão aceitos outros obreiros que se fizeram propor.

A novel agremiação aumenta cada vez mais o número de seus associados, tal é a influência e entusiasmo crescente que tem se apoderado da classe trabalhadora em Montenegro, convencida, como se acha, de unida, oferecer, com vantagem, forte contingente de elementos em defesa da reivindicação de seus direitos e do sacrossanto ideal social.

E, por conseguinte, motivo de intenso júbilo para nós o termos de registrar este fato altamente significativo de que nos dá prova a “União Operária de Montenegro” a qual, consciente de seu objetivo e do sereno cumprimento de seu dever, segue [rumo certo], sempre orientada e disciplinada, batendo-se pelos interesses da classe (A DEMOCRACIA, 2 de julho de 1907, p. 3).

Com o aspecto positivo que foi informado a influência da *União Operária* sobre a classe operária montenegrina, frisou-se que ela era consciente dos objetivos que detinha, e mais, ela estava em estado “sereno” para cumprir com todos os seus objetivos. Cabe salientar que a finalidade da sua existência estaria voltada para a reivindicação de direitos para os trabalhadores e por um ideal social norteado pelo desejo do progresso humano.

De São João de Montenegro, foram citados os diretores da *União Operária*, agentes, representantes e propagadores do *A Democracia*. Além do já citado Guilherme Martinewski, coube destacar Juvenal Alves de Oliveira como o presidente da *União* e Raphael Piquierez como “propagador” do periódico socialista.

No sul do Estado, foi Guedes R. Coutinho quem mais manteve influência entre os operários daquela região. Este escritor, residente em Rio Grande, inspirou aos socialistas porto-alegrenses a responderem *O que é o socialismo?*¹³⁰ O que segundo as palavras publicadas, o socialismo:

É a ciência que nos ensina a compreender qual é o lugar do homem trabalhador na sociedade atual e o que ele tem o direito de ocupar; é a ciência que, mergulhando no oceano da história, vai às suas profundezas arrancar a verdade, armada da força da razão, e, empunhando o facho da luz, vem espancar as trevas da ignorância para depor o deus egoísta e terrível – o capital – e colocar no altar onde ele tem sido adorado o deus fator de todas as coisas – o trabalho (A DEMOCRACIA, 9 de dezembro de 1906, p. 2).

Deste tipo de produção que circulava entre os militantes, pontuou-se que estes conhecimentos, ou melhor, as suas ideias circulavam como saberes e como críticas sociais. Ela possuía o duplo sentido de instruir, ou seja, ensinava intelectual quanto ideologicamente. Isso seria por causa do próprio *status* colocado entre os propagadores das reflexões socialistas. Afinal, consideravam a construção metodológica e teórica desta ideologia como uma ciência que pensava a respeito do lugar do “homem trabalhador na sociedade”.

As reflexões socialistas não visavam apenas a compreender o mundo, mas também modificá-lo. O lugar dos trabalhadores era problematizado a partir da condição social atual com a que eles tinham por direito de ocupar. O sentido prático do pensamento condicionava os estudos a busca pela “verdade” através da “força da razão”. E no seu fim deveria servir para mudar a centralização da valorização do capital pelo do trabalho.

¹³⁰ Textos que tinham como título uma interrogação foram ferramentas que os socialistas utilizavam para responder questões gerais da ideologia. Portanto, o conteúdo destes materiais sintetizava um série de exemplos possíveis de serem identificados na vida dos leitores. E desta identificação surgia uma resposta adequada aos seus anseios e dúvidas em relação ao socialismo que lhe era difundido. Enfim, no subcapítulo que teve por interesse discutir a produção teórica há mais detalhamentos a respeito. Outra consideração pertinente é a de que Coutinho e Xavier da Costa não mantinham relações muito amistosas, tornando-se, em vários momentos, em rivais políticos.

Este breve levantamento demonstrou que, “deve-se ter em mente que não eram apenas os militantes anarquistas que procuravam manter o intercâmbio com ‘companheiros’ e operários de outras localidades” (BILHÃO, 2008, p. 184). Portanto, tanto as lideranças porto-alegrenses quanto algumas do interior acabavam circulando entre as cidades. A efetividade das visitas ocorria conforme a rede de contatos estabelecida entre os grupos operários. De maneira que, “por exemplo, o socialista Guedes Coutinho, de Rio Grande, costumava colaborar com jornais de outras cidades”¹³¹ (p. 184).

Quanto a Xavier da Costa, o seu prestígio cresceria pelo Rio Grande do Sul após a greve de 1906. Ele teria ido à “Cruz Alta e depois em Rio Grande e Pelotas, onde, além de ser entusiasticamente saudado pelos operários, que já estavam informados de sua participação no movimento grevista da capital, também proferiu palestras e discursos” (p. 185). Esta viagem poderia visar a utilização do prestígio pessoal para a fomentação da união do operariado em torno das *sociedades* existentes. Neste sentido, a aparição do líder socialista em outras cidades poderia demonstrar que elas eram “mais eficazes para mobilizar os trabalhadores do que as iniciativas unicamente institucionais” (SCHMIDT, 2002, p. 288).

Entretanto, havia a capacidade de reunir mais trabalhadores no mesmo espaço a partir da presença do líder operário. Porém, não se pôde perder de vista que havia duas maneiras de difusão internacional das ideias e experiências operárias: a primeira entre grupos e indivíduos, e a segunda entre as organizações operárias. Estas trocas deveriam compartilhar sentimentos de solidariedade e identificação de lutas comuns.

¹³¹ Este caso mereceu menção especial, pois Coutinho escrevia para jornais que não eram de tendência operária. Assim, havia publicações no *Correio do Povo*, por exemplo. Para maiores informações, ver: SCHMIDT, Benito Bisso. **Um socialista no Rio Grande do Sul: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945)**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

3.2 PECULIARIDADES DAS ASSOCIAÇÕES OPERÁRIAS SOCIALISTAS¹³²

(...) sobre a cultura associativa é preciso lembrar que ela assume dois significados. O primeiro refere-se a construção institucional de formas de sociabilidade e o segundo diz muito sobre a forma como os indivíduos percebem o mundo através das associações (GASPARETTO JÚNIOR, 2010, p. 3).

Os socialistas exerceram muitas influências no movimento operário sul rio-grandense do início do século XX. Disto, soube-se que a liderança do período que mais obteve destaque no movimento operário foi Francisco Xavier da Costa. Outra personagem que inspirou muitos trabalhadores a saírem às ruas foi Carlos Cavaco. Em Porto Alegre, tudo indicou que havia a concepção de associativismo muito próxima com a efetivada em Juiz de Fora, Minas Gerais. Diz-se isso baseado na síntese apresentada por Antonio Gasparetto Júnior (2010, p. 1) quando este autor afirmou que “as associações mutualistas foram alternativas para os trabalhadores, nacionais e estrangeiros, frente à ausência de políticas sociais”.

Então, associar-se deveria ser percebido como um objetivo prático nas relações sociais. E resumidamente, utilizou-se do conceito de cultura associativa para estudar as organizações operárias investigadas neste subcapítulo.

Cultura associativa é o conjunto de propostas e práticas culturais das organizações operárias, a visão do mundo expressa nos discursos, bem como os rituais que regem a vida das associações que muitas vezes são herdadas de formas de organização mais antigas, como as corporações. Essa cultura associativa, ainda que receba a influência e influencie as culturas diversas correntes atuantes no movimento operário – culturas militantes – é distinta desta. A cultura militante é posterior e bem mais restrita que a cultura associativa que cronologicamente a precedeu. Não significa que a cultura associativa não seja atravessada e marcada pelas diferentes concepções ideológicas atuantes no movimento operário (BATALHA, 2005, p. 99-100).

Portanto, frisou-se que aqui o foco foi a intenção e as práticas protagonizadas pelos socialistas. Assim, ao ser observado o modo como eles transcrevem as informações da sociedade, como eles realizam os seus eventos e, enfim, quais os teores dos textos teóricos por eles difundidos.

¹³² Nas palavras de E. P. Thompson (2001, p. 79): “toda experiência histórica é obviamente, em certo sentido, única. Muito protesto contra isso coloca em questão não a experiência (que permanece por ser explicada), mas a relevância do modelo contra o qual ela está sendo julgada”. Portanto, para toda a dissertação, visou-se observar as diferenças e proximidades respeitando a relação que os textos publicados pelos anarquistas e socialistas tinham com o contexto, ou seja, respeitou-se a realidade e os projetos de futuro que os redatores possuíam e experimentavam. E a escolha por este subtítulo visou esboçar a máxima que este conceito sugeriria.

Entretanto, Batalha ajudou a compreender que nesta cultura associativa existe diferenças pontuais daquela cultura militante. Porém, aqui foi vislumbrada a maneira que os socialistas incorporaram a sua ideologia nas diversas organizações operárias do período. E outras questões a serem somadas foram, conforme Batalha (2004, p. 100-101):

As associações possuíam elementos que as identificavam entre si. As ferramentas poderiam ser marcadas por bandeiras, estandartes e símbolos. Estes elementos ofereciam uma imagem aos observadores externos de coesão e unidade da classe. Toda a simbologia operária materializada era apresentada ao público nas manifestações organizadas pelos próprios trabalhadores. Assim, a força da categoria demonstrava que através da riqueza desses rituais a solidez para garantir a manutenção de suas atividades.

No caso porto-alegrense, existiram muitos elementos que identificavam as *sociedades operárias* entre si. Assim, como citou o autor, as bandeiras, estandartes e até hinos eram apresentados para demonstrar a força e a coesão da classe. A diversidade, a qualidade dos espaços e práticas denotavam a vontade de mostrar a burguesia que o operariado poderia ser carente pecuniariamente, mas que, porém, estava capacitada a administrar as instituições por ela criada.

A materialização e a difusão das experiências de classe ao apresentarem a sua união e a sua força, traziam consigo características peculiares e outras comuns a outras formas de associativismo. Portanto, de modo geral, percebeu-se que:

De um lado, nas práticas rituais que vão desde a forma de funcionamento das assembleias até as celebrações de um dia do ofício, normalmente a data de aniversário da associação. (...). Por outro lado, os elementos de continuidade nesse campo estão presentes em noções herdadas das sociedades mutualistas do século XIX, relativas à dignidade do trabalho, à valorização do trabalho manual e, sobretudo, à classe, e que constituem mais do que a mera sobrevivência das tradições ou de um vocabulário arcaico. (BATALHA, 1999, p. 47.)

Então, para exemplificar, retornou-se a reflexão para os modelos expostos no subcapítulo anterior. Neles havia o anúncio de comemorações de aniversário das *sociedades operárias*, assim como festividades e saudações em relação a fundação de associações em lugares que ainda não havia a institucionalização do movimento operário. A dignificação do trabalho também foi exposta e frisada como um marco

diferencial entre os produtores do progresso social e os “parasitas” que só se beneficiavam do trabalho alheio.

Neste sentido, no primeiro subcapítulo foi observada, de forma geral, a formação das *sociedades operárias* que mantinham relações com os socialistas porto-alegrenses. Seguindo a lógica de que foram as iniciativas dos trabalhadores que possibilitou a criação de tais instituições, pensou-se em discutir sobre a experiência que os operários mantinham e que estas sociedades propuseram aos trabalhadores.

Então, foi necessário vislumbrar que os trabalhadores possuíam experiências próprias. A existência individual dentro das *sociedades operárias* era problematizada e colocada em discussão comparativa com a condição dos seus pares. Assim, o associativismo socialista não pôde ser visualizado como um fenômeno desligado do caráter pedagógico¹³³. Nestas relações, existia a procura pela politização das relações sociais. Com isso, a necessidade de construir a consciência de classe. Neste sentido, deve-se levar em consideração que

[...] há um sem-número de contextos e situações em que homens e mulheres, ao se conformar com as necessidades de sua existência, formulam seus próprios valores e criam sua cultura própria, intrínsecos ao seu modo de vida. Nesses contextos, não se pode conceber o ser social à parte da consciência social e das normas (THOMPSON, 2001, p. 261).

Foi a partir da construção coletiva de um projeto social e da conscientização enquanto classe que a ideia socialista se desenvolveu em Porto Alegre. Esta formulação da realidade baseada na ideologia fomentou a manutenção das *sociedades operárias*. No interior de cada iniciativa institucionalizada da classe havia uma série de ações que visavam preencher o tempo livre dos trabalhadores. Então, mesmo tendo em vista que muito do que foi tratado e incentivado como normativa no interior do associativismo não tenha sido realizado na prática, soube-se que houve a iniciativa de criar novas posturas e relações sociais a partir dos empreendimentos socialistas.

A escolha de verificar este associativismo, através de um jornal produzido por eles próprios, entrou em concordância com a colocação de Cláudio Batalha (1997, p. 94) ao se referir que “as fontes produzidas pelo movimento operário organizado, e

¹³³ Os textos teóricos, as poesias e os dramas apontaram nesta direção.

qualquer estudo sobre a militância operária, trazem informações sobre as classes trabalhadoras”. E com essa condição, concordou-se que “se a parte não pode ser tomada pelo todo, há na parte elementos do todo”. Portanto, estes jornais estabeleceram a estreita ligação de relacionar a ideologia com as necessidades particulares de algumas categorias profissionais.

Outra consideração pertinente a ser frisada foi que as lideranças eram “trabalhadores qualificados de ofício” e “o movimento operário foi moldado pelo discurso e pelas formas de organização desses trabalhadores” (BATALHA, 2008, p. 171). Em Porto Alegre, na primeira década do século XX, foram os socialistas quem exerceram maior influência no movimento organizado. E com isso, soube-se que a formação de uma consciência operária “para si” foi realizada por “setores ativos da classe”. Com isso, ela era articulada ao seu discurso, transparecendo “de forma mais evidente na necessidade de associação e nas críticas ao projeto republicano e à ordem social vigente, oligárquica e capitalista”¹³⁴ (MACIEL, 2004, p. 11).

Alguns elementos que articulavam “as associações de operários daquele momento, constituíam uma cultura do associar-se, assinalando disputas pela criação de uma cultura de classe” (JÚNIOR, 2012, p. 5). Outras características do associativismo estavam ligadas ao seu poder de solucionar as necessidades emergenciais do operariado. Neste sentido, Luigi Biondi (2012, p. 77) ao estudar o mutualismo dos imigrantes italianos em São Paulo identificou que:

Os sócios contribuía por mês para receber em troca, fundamentalmente, assistência sanitária em casos de doença, que podia ser oferecida diretamente nas estruturas da sociedade, ou, com mais frequência, de forma indireta por subsídio pecuniário. Em caso de necessidade de remédios, os sócios recebiam diretamente os medicamentos quando havia uma farmácia dentro da própria associação ou a esta ligada, ou um reembolso, se precisavam adquirir os remédios no mercado. Usual, mas não presente em todas as associações, sobretudo nas do exterior, era o auxílio em dinheiro, parcialmente substitutivo do salário, dado ao sócio quando ele estava impedido de trabalhar (fosse por acidente, doença ou outros motivos). Menos frequente ainda era a presença de fundos de aposentadoria que permitissem aos sócios receber um auxílio financeiro mensal ou em cota única quando terminassem de trabalhar: somente as sociedades maiores ou as mais consolidadas conseguiam alcançar esse objetivo. Contudo, muito comuns eram os auxílios pecuniários (às vezes contínuos por um tempo) à família do sócio que faleceu, assim como o funeral era sempre por conta da sociedade. Em muitos casos, as mútuas ofereciam também serviços educativos e culturais,

¹³⁴Oswaldo Batista Acioly Maciel (2004) tratou na sua dissertação de mestrado da construção de uma identidade de classe, em Maceió, entre os anos 1895 e 1905.

abrigando escolas primárias para os filhos dos sócios, às vezes profissionalizantes ou até de alfabetização de adultos.

No caso deste mutualismo, ocorria a diversificação de serviços que contemplavam as necessidades básicas do seu público. Em Porto Alegre, estes benefícios apontados foram disponibilizados pelas sociedades que conseguiam sobreviver perante as diversidades pecuniárias. E uma estratégia utilizada na capital gaúcha foi a utilização da mesma sede social, ou ainda, a sede poderia ser na casa de um dos líderes.

Estas sociedades mantinham ações que não ficavam limitadas aos sócios. Apesar dos benefícios materiais visarem atingir apenas aqueles que mantinham as mensalidades em dia, sendo que elas deveriam ser percebidas como instituições que “desenvolviam uma função de sociabilidade e cultural muito intensa e aberta também aos não sócios, permitindo estruturar ou revelando, sobretudo no exterior, as redes das quais os membros das agremiações e suas famílias faziam parte” (BIONDI, 2012, p. 78).

Estes socialistas empreenderam lutas contra o patronato, e, muitas delas, procuravam combater as *sociedades operárias* geridas pelos patrões. Coube salientar que o lema seguido pelos socialistas era *pelos e para* os operários e não simplesmente *para*. Deste modo, o fator de quem seria o protagonista das ações sempre se manteve no centro das atenções de suas lideranças.

Sabido é de todos quantos se interessam pelos assuntos que dizem respeito à existência do operário aqui, que, é regra cujas exceções são raríssimas, infelizmente, os patrões procurarem por em prática todos os meios e modos que possam resultar a *domação* dos trabalhadores a tal ponto que estes fiquem incapacitados para reagir às explorações do capitalismo absortor.

Dentre tais meios e modos salienta-se o aviltamento habilmente dissimulado sob formas diversas; umas vezes aparentando tolerância a erros do trabalhador; outras fingindo concessões em prêmio de *muita lealdade e muita estima aos interesses do patrão*, que é como os industrialistas quase em geral denominam as traições cometidas por operários de fraco caráter contra seus colegas honestos e altivos; e outras vezes, finalmente, como demonstração de *camaradagem*, de espírito de igualdade entre patrão e obreiro (A DEMOCRACIA, 4 de agosto de 1907, p. 3).

Os trabalhadores deveriam compreender que a dominação de classe não se limitava à exploração da mão-de-obra, mas também ao controle moral e de instrução intelectual, a qual, na visão dos socialistas, estava intimamente ligada à educação. Aqueles trabalhadores que se aproximavam dos patrões para benefício próprio e/ou

apoiá-lo nos momentos de conflitos, foram considerados como traidores e até fracos de caráter.

Neste contexto, ocorreu a acusação de que Teichmann teria colado cartazes pela fábrica “onde declarava *proibir que os empregados da mesma fossem membros de qualquer sociedade operária*” (A DEMOCRACIA, 2 de julho de 1907, p. 2). O que não pareceu surtir o efeito desejado pelo patrão, já que os operários fundaram uma *União dos Chapeleiros*. Então, “soube disto o violento *czar* dos chapeleiros Sr Teichmann e pôs em pratica várias artimanhas para afastar o seu pessoal da luta de classe” ¹³⁵. Entretanto, o conceito de “luta de classe” foi empregado e isso demonstraria que havia a existência de um pensamento sobre a *União*, a qual não se limitaria a serviços previdenciários, mas que lutaria pela aquisição de mais direitos aos trabalhadores.

Logo, percebeu-se que na lógica socialista, os patrões como inimigos de classe impuseram uma série de dificuldades para os operários. Todas as adversidades visavam a dominação de classe. A síntese da dominação foi efetivada na tentativa da proibição do associativismo. Entretanto, ao surgir a *União dos Chapeleiros*, o patrão, em contrapartida, fundou “uma *sociedade beneficente dos chapeleiros* da sua fábrica”, forçando os seus operários “a fazer parte dela, embora a maior parte deles não estejam de acordo com este abuso do patrão” ¹³⁶ (p. 3). Ressaltou-se o descontentamento de, pelo menos, uma parte daqueles trabalhadores, já que houve a denúncia de tal realidade publicada no *A Democracia* ¹³⁷.

A preocupação de anarquistas e socialistas ainda girava em torno do combate a criação de *sociedades benéficas* organizados pelo patronato. A existência destas instituições pôde ser percebidos no Catálogo da Exposição Estadual de 1901 que apresentava a Companhia Fiação e Tecidos Porto-Alegrense dotados:

De uma sociedade beneficente dos operários e empregados, cujo patrimônio foi iniciado pelos acionistas e recebe d'estes uma quota dos seus lucros líquidos, tem a companhia uma caixa de socorros, que serve para fornecer o tratamento dos operários que adoecerem em serviço, isto enquanto aquela

¹³⁵ Grifo do autor.

¹³⁶ No original da citação, constou a palavra “OBRIGADOS”, com letras maiúsculas. A utilização do verbo “obrigar” no particípio passado seria um adjetivo que indicaria a tirania e a ambição do patrão em subordinar os seus empregados ao seu controle.

¹³⁷ Entre os nomes mais citados no jornal socialista está o de Alberto Kruse, o secretário da *União dos Chapeleiros*. Algumas reuniões ocorreram em sua residência. E esta *União* pareceu ser uma das mais ativas naquele período..

sociedade não tiver elementos bastantes para atender às necessidades dos seus associados (CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO ESTADUAL DE 1901, p. 163).

Voltando ao caso dos chapeleiros, percebeu-se a *denúncia* a respeito da participação do patrão em uma *sociedade operária*. Em tom discursivo crítico a esta postura patronal, escreveram os socialistas:

O sr. Teichmann foi o arranjador de tudo quanto se refere à tal *beneficente*; a mensalidade é de 2\$000, que ele, manda descontar do salário de cada operário da fábrica – quer o mesmo queira ou não queira. Os prometidos socorros aos sócios enfermos serão distribuídos a vontade do sr. Teichmann, que tem o direito de pôr e dispor, visto ser presidente, tesoureiro e, quando julga preciso, até estatutos e assembleia geral da sociedade (A DEMOCRACIA, 2 de julho de 1907, p. 3).

O pertinente a ser frisado foi que esta *sociedade beneficente* tinha características que poderia ser próxima daquelas associações organizadas pelos operários. Neste caso, frisou-se que o valor da mensalidade para a sua manutenção não era elevado, quando comparado com aqueles cobrados pelas demais. E a aquisição destes recursos visava colaborar com a manutenção da sua caixa de socorros. Mesmo assim, houve referências negativas quanto a obrigatoriedade do pagamento mensal, ou melhor, do desconto “automático” do salário dos trabalhadores. Já sobre o caixa de socorros, *A Democracia* afirmou que havia a seleção dos “merecedores” dos auxílios, situação que significava a acusação ao patrão pelo controle rígido da vida associativa e dos direitos dos seus operários.

O alerta para os inimigos da classe foram diagnosticados desde o futuro da sociedade e da economia até o gerenciamento imediato dos interesses do operariado. Pois bem, ficou evidenciado que a lógica socialista trabalhava com a premissa da “união faz a força”. E no sentido de produtores do progresso social, seriam os trabalhadores a possuí-la. Com esta força ocorreria “naturalmente”¹³⁸ o avanço social rumo ao socialismo¹³⁹. Logo que a *solidariedade* fosse construída, o patronato enfrentaria a

¹³⁸ Não se pôde esquecer o que Passos (2009) concluiu quando afirmou que “a evolução ‘natural’ para o socialismo, também não eliminava a ação organizativa, como greves e procedimentos por vezes conflitantes com o patronato em geral e com o governo republicano e suas medidas econômico-sociais”. Com isso, o grande destaque político destes socialistas seria a luta pelo reformismo gradual no parlamento.

¹³⁹ Em um artigo publicado em 13 de julho de 1907, os socialistas expressaram o seu pensamento de evolução social. Deste modo, a leitura social apresentava o *período embriogênico* (até o século XVIII), a

conjugação do verbo *perder*. Quando: “perdeu, perde e perderá o seu tempo o industrial escravocrata; e disto há ter ocasião de certificar-se” (A DEMOCRACIA, 2 de julho de 1907, p. 3). Pois, através da orientação socialista¹⁴⁰ os trabalhadores estariam capacitados para construir o processo revolucionário¹⁴¹.

A existência destas *sociedades benéficas* de influência patronal limitava a ação independente do operariado fazendo avançar o poder do patrão entre os trabalhadores. Seria interessante comparar a atuação e longevidade destas sociedades com aquelas de tendência anarquista e socialista. O que de imediato não é possível por falta de tempo e fontes, mas dentro do possível, estas convivências são apontadas.

Mas como exercício, exemplificou-se que a *Liga Operária Internacional* cobrava 1\$000, enquanto que a *benéfica* da fábrica do sr. Teichmann exigia 2\$000¹⁴². A *Liga* cobrava a metade e se preocupava em manter “uma caixa de socorros para beneficiar os seus associados” (O PROLETÁRIO, 9 de agosto de 1896, p. 2). Esta “caixa” estava regulamentada da seguinte forma:

2º - o fim desta caixa é socorrer os associados da Liga nos seguintes casos:

a) De enfermidade;

b) De forçada desocupação, exceto nos casos de greve em que só poderão ser auxiliados por autorização da assembleia geral;

c) De transportar-se, devido a causa de força maior, desta para outra localidade, prestando-lhes para este fim auxílio.

Regulamento da Caixa de Propaganda e Instrução:

Art. 2 – A Caixa de Propaganda e Instrução terá a seu cargo:

segunda fase era o do *nascimento* (fim do século XVIII até a Comuna de Paris de 1871), já o terceiro momento era denominado como *infância* (pós Comuna até 1900). A atual fase destes socialistas era a da *juventude*, e esta nomenclatura visava atribuir os avanços sociais até então construídos pelos trabalhadores. Neste momento, as organizações socialistas estavam se preparando e unindo forças para gerar o *coletivismo*. Nesta nova etapa era que o socialismo estaria submetendo todas as coisas às leis do movimento e da evolução. Este “porvir” ficou conhecido como o socialismo de Estado, ou de primeiro grau. Estas referências faziam menção ao seu grau de transformação da produção e do efetivo controle do Estado contra os privilégios e distribuição das riquezas sociais. E por fim, após todo o processo de transformação política, econômica e moral, o *Estado transformado* continuaria mudando as bases que a sociedade vivia até a população conseguir eliminar a necessidade de sua existência (A DEMOCRACIA, 13 de julho de 1907, p. 3).

¹⁴⁰ A palavra “orientação” teve o sentido de instrução intelectual e formação prática nas *sociedades operárias* de influência socialista.

¹⁴¹ Apesar de acreditarem na ordem natural do processo social, os socialistas tinham a convicção de que este processo era construído coletivamente, através da instrução ideológica.

¹⁴² Adhemar da Silva Jr (2004, p. 170) criou uma tabela discernindo os valores médios das mensalidades de associação das mutuais. O espaço temporal recortado ficou entre 1901 a 1920 e o valor apresentado pelo autor ficou na casa dos 2\$125. Havia a jóia a ser paga pelo associado, cujo valor era de 21\$000. Entendendo a relevância da pesquisa de Silva Jr., frisou-se que entre os anúncios dos jornais não foi possível chegar ao valor apresentado pelo autor. Mas considerou-se importante revelar a sua evidência para melhor contrabalancear com o que esta sendo levantado nesta dissertação.

1º - concorrer com as despesas necessárias a fim de que os membros das comissões de representação da Liga, para fora da sede da mesma, não sejam prejudicados durante o seu desempenho.

2º - concorrer com as despesas necessárias para o estabelecimento e custeio das aulas que a Liga criar (O PROLETÁRIO, 9 de agosto de 1896, p. 2)¹⁴³.

Como ficou perceptível na citação, havia a possibilidade de utilização das caixas de socorros em caso de enfermidade, assim como no caso da *beneficente* do sr. Teichmann. Porém, esta *Liga* aceitava a praticamente todos os trabalhadores, conforme ficou evidenciado no Art. 2º: “Farão parte da Liga todos os trabalhadores e trabalhadoras sem exceção”. Entretanto, no Art. 29 constou que “não serão admitidos sócios da Liga empregados públicos, militares ou padres”. Com isso especulou-se se não existia o receio de manter próximos aqueles trabalhadores ligados ao serviço público ou militar. Poderia ser que as lideranças operárias ficassem preocupadas com um possível papel de informantes que eles conseguiriam ter se associados fossem. Outra questão foi que as caixas estavam voltadas a ajudar economicamente os associados quando eles necessitassem. O que poderia indicar que elas não teriam condições financeiras para manter um médico ou farmacêutico de “plantão”, o que por um lado diminuiria o gasto mensal, mas por outro impossibilitaria a realização de planejamentos econômicos a médio e longo prazo.

Retornando ao debate sobre o combate às sociedades que mantinham a presença dos patrões como uma grande luta dos socialistas, percebeu-se que estes militantes lutavam pela influência e gerência exclusiva dos operários nas suas sociedades. Com essa ideia, concitou-se que “felizmente, já se foi o tempo em que era possível a sua senhoria iludir operários que acreditavam, com abundância d’alma, nas aparências de que Oscar Teichmann era amigo sincero dos trabalhadores de sua fábrica” (A DEMOCRACIA, 7 de julho de 1907, p. 1). Esta publicação serviria de legitimador para todos os trabalhadores projetarem-se no associativismo.

O fator que mais conscientizaria os trabalhadores ocorria através das reuniões nas *sociedades operárias*. Neste sentido, a conscientização de seu papel social colaboraria para a união dos trabalhadores em oposição aos patrões. À medida que a *exploração* e as formas de *dominação* foram apresentadas, se deu entre os

¹⁴³ Na diretoria apareceu o nome do anarquista José Rey Gil, como 1º secretário, e o de Pedro Mayer, como vice-presidente. Com isso, e com a nomenclatura de seu nome, percebeu-se que havia a intenção de pregar as ideias internacionalistas do movimento operário.

trabalhadores, a acumulação desta *consciência*. Portanto, as estratégias utilizadas pelos redatores d'A *Democracia* foi, (d)entre elas, comparar os patrões à senhores de escravos. Desta maneira, os trabalhadores proibidos de se associarem entre os seus pares ficavam “reduzidos à triste condição de escravos a quem o *senhor* não permitia se associarem como entendessem” ¹⁴⁴.

Se por um lado, os patrões foram apresentados como pretendentes senhores de escravos, as *sociedades* operárias “não toleram que em seu seio anteponha-se à realidade dos fatos o interesse individual de quem quer que seja”. Outra distinção das associações dos trabalhadores era de que “ali governam, de comum acordo, os próprios operários; ali só se trata da elevação da classe, da consecução do bem-estar dos trabalhadores, que são explorados e, muitas vezes, maltratados pela burguesia”.

Então, a partir do convívio associativo alguns elementos que norteavam a concepção de luta de classes dos socialistas se tornavam perceptíveis. Cita-os: 1) a autonomia operária movida pelos interesses comuns; 2) a elevação da classe ocorria através dos fatores subjetivos e objetivos. Disso, a complexa relação de classe estava a prova, já que o conhecimento teórico era o impulso para a prática revolucionária.

Em suma, as sociedades nas quais a presença patronal foi real, estavam, os trabalhadores submissos às vontades e diligências dos seus próprios inimigos. Estas associações significavam um risco eminente por serem “inutilizadoras” ¹⁴⁵ do “trabalhador para a luta de classe; amarrá-lo ao interesse patronal ainda mais, interesse único em prol do qual ela foi fundada; ali governa, como um *czar*”¹⁴⁶. Destacou-se o adjetivo *czar* atribuído como referência de tirania. Então, *czar* tomava o pior efeito significativo possível. Os limites de atuação operária foram denunciados como que “é vedado tratar-se de qualquer assunto em que possa transparecer uma censura ou uma queixa ou, ainda menos, um protesto de proletário contra os excessivos abusos burgueses” (A DEMOCRACIA, 7 de julho de 1907, p. 1).

Se para o patrão a criação deste tipo de organização poderia significar uma forma de controle, para os socialistas era a morte do movimento operário desde as suas bases. Eliminar a consciência de classe a qual fomentava a luta de classes era uma forma de dominação. E os capitalistas a utilizaram, assim como citado no exemplo da

¹⁴⁴ Grifo original.

¹⁴⁵ Este termo foi utilizado na citação socialista.

¹⁴⁶ Grifo no original.

fábrica de chapéus de Oscar Teichmann. Ainda mais que, “o sr. Teichmann só tratou de fundar a associação *beneficente para os operários chapeleiros* depois que a *União dos Chapeleiros* fez sentir a sua ação eficaz como núcleo de resistência”¹⁴⁷.

Esta citação demonstrou que a criação da *sociedade beneficente* foi uma resposta, ou ainda, uma ferramenta apta a retirar os trabalhadores da “verdadeira” organização que lhes daria o caráter reivindicatório. O que em outras palavras significava que a “sua senhoria quer inutilizar a associação de classe, porque ela é um obstáculo à livre expansão da tirania patronal”. Este exemplo demonstrava que as estratégias dos patrões eram perspicazes, ainda mais quando no exemplo, aquele “não conseguiu impossibilitar a fundação dela. Seus esforços foram nulos nesse sentido; procura, pois, ou extingui-la ou afastar da *União* os empregados da sua fábrica, aos quais acena com fantásticos auxílios de dinheiro”.

Mesmo com esta adversidade na luta de classes, a qual gerou mais um capítulo desta grande “guerra”, os socialistas possuíam a sagacidade de afirmarem que “a *União dos Chapeleiros* aceita o desafio – e não teme a luta porque para lutar foi fundada”¹⁴⁸. Percebeu-se então, que a *consciência* destes operários de união para o embate se fez presente. E ela se tornava necessária para enfrentar a tirania dos seus adversários.

Neste sentido, os socialistas realizaram uma abordagem pedagógica em relação à *Associação de Classe Protetora dos Chapeleiros*, do Rio de Janeiro, a qual alavancaria uma publicação para os “nossos companheiros e das associações organizadas no Brasil, para mais uma vez lembrar-lhes a necessidade da fundação da Federação dos Operários Chapeleiros no Brasil”. Esta organização teria como princípio central as reivindicações econômicas, visando vantagens para a classe. O que significaria, neste contexto, grandes avanços sociais para os trabalhadores, já que uma vitória econômica trazia consigo a conquista de um poder simbólico.

Os pedidos da *Associação dos Chapeleiros* do Rio de Janeiro visavam atingir a todos os estados que tivessem as suas sociedades. Então,

Apelamos para as associações dos Estados, para que se manifestem com as suas opiniões, contribuindo, assim, cada uma, com o seu grão de areia para este colossal edifício que queremos construir, para mostrar aos srs. industriais

¹⁴⁷ Grifo no original.

¹⁴⁸ Grifo no original.

de chapéus, que temos vida e queremos aquilo que nos pertence pela lei natural, que é o direito de viver – e não morrer de fome.

No fim, a sugestão da criação de uma federação nacional seguiria a lógica da construção de um grande complexo recheado pelas dificuldades de cada associação de ação local. Com isso, adaptados e reforçados da força coletiva, os operários teriam mais poder para enfrentar os seus inimigos. E estando mais forte, esta coletividade conquistaria “o que lhe é por direito”, ou seja, melhores salários e condições de trabalho mais dignas.

Esta luta pela aquisição de direitos trabalhistas visava demonstrar que “os operários não se devem deixar equiparar a simples máquinas de somenos importância e, ainda menos, a bestas de carga, cuja importância é limitada ao tempo em que podem prestar serviços” ¹⁴⁹ (p. 4). Deste modo, não se pôde distinguir as vantagens econômicas, por mais materiais que fossem daquelas consideradas como subjetivas, pois as conquistas ofertavam o reconhecimento como prestígio, e isso era medido pelas suas conquistas.

Entre os socialistas, havia a fomentação de alternativas que visavam o amparo dos trabalhadores que sofriam com os acidentes de trabalho. Então, a partir de uma “série de desastres, que colocam infelizes trabalhadores fora da possibilidade de lutar pela vida, durante semanas, meses, anos ou que, não raro, causam-lhes a morte, vai num crescendo assustador, sem que haja uma qualquer providência”. As providências e até, as previdências, deveriam ser de responsabilidade das *sociedades operárias* e do Estado.

A maioria destas associações que visavam à resistência como o caminho para obter benefícios para a classe, mantinha como eixo central o aspecto econômico. O recurso financeiro foi imprescindível para a sustentação e mantimento das *sociedades operárias*, e o exemplo citado para a organização social demonstrou ser um modelo de união entre os trabalhadores, nas quais estas “ferramentas” não são “só valiosos elementos de cooperação, senão poderosas e temíveis armas de combate, pois que, dos lucros a distribuir, ficam sempre em caixa uns tantos por cento para as despesas da propaganda” (A DEMOCRACIA, 7 de fevereiro de 1907, p. 1). E, se existiam

¹⁴⁹Maiores comentários sobre os acidentes de trabalho foram trabalhadas ao longo do primeiro e do segundo capítulo desta dissertação.

problemas maiores, a *sociedade* poderá administrar os seus recursos, assim como em “face a uma greve, distribuindo, diariamente, aos grevistas, alguns milhares de pães”. Estas amostras serviam para que os trabalhadores estejam:

Aprendendo no exemplo criterioso dos bons lutadores com prática e responsabilidade moral – e quica, muitas vezes, material e até, mais claramente, física – que na Europa fizeram e fazem, com proveito, a campanha de reivindicação dos direitos, do bem-estar da nossa classe; seguindo aquele mesmo exemplo, nós, que no assunto ensaiamos agora os primeiros passos, alcançaremos e havemos de trilhar a rota que nos há de conduzir ao triunfo almejado dos nossos ideais de liberdade, igualdade e fraternidade.

Isto é, o exemplo europeu aqui citado não sustenta o “mito do estrangeiro fundador do movimento operário no Brasil”, porém, mostrou um pouco dos alicerces da rede de comunicação e troca de ideias. E neste caso, a inspiração era maior que a admiração. Sendo que as amostras europeias serviam como modelos pedagógicos nas linhas do jornal¹⁵⁰. Os operários deviam ser cautelosos, não deveriam utilizar “nada de extremos meios de luta quando não o exijam extremas necessidades”. A inalação das ideias e experiências europeias foi expressa em linhas, tais como esta que dizia aos operários se organizarem “tal qual o fizeram e fazem os nossos **mais adiantados** dos irmãos d’além-mar”¹⁵¹. Este olhar para a Europa era uma maneira de mostrar aos trabalhadores locais a possibilidade da organização. Em outros momentos, os socialistas se apoiavam em exemplos locais, principalmente em São Paulo, assim, sugeriam formas de resistência e proteção para os operários locais.

Apesar das inspirações europeias, o associativismo socialista em terras sul rio-grandense enfrentou dificuldade para se organizar e permanecer em atuação. Os socialistas enfrentaram a não participação efetiva dos trabalhadores nas associações e nos grêmios que eles tomaram parte. Até o seu “órgão de propaganda” enfrentou problemas de existência, o que foi visível no fim de 1905 e a insistência pela cobrança das subscrições, as quais, pelo que deu para entender, não foram pagas e o jornal foi obrigado a ser fechado por cerca de um ano. Ao reaparecer, no fim de 1906, *Democracia* ainda teve problema para permanecer com a circulação em dia.

¹⁵⁰ Aqui pode-se pluralizar o termo “jornal”, utilizando a grafia de jornais.

¹⁵¹ Grifo do autor.

Outra dificuldade enfrentada foi a dos “boatos” que poderiam se transformar em especulações. Neste sentido, o *Club Imprensa Operária* publicou uma nota oficial alertando “que indivíduos canalhas, dominados pela inveja, espalham o boato de que esta folha tem deixado de ser publicada com regularidade devido a estar endividada – declara a diretoria abaixo assinada que este órgão dos operários nada deve a pessoa alguma” ¹⁵² (A DEMOCRACIA, 14 de fevereiro de 1907, p. 1). As adversidades econômicas poderiam, e/ou ainda, deveriam ser vistas pela ótica de que o “jornal é sustentado unicamente pelos seus assinantes e pelos sócios do supracitado Club, e que não tem em sua redação nem na administração pessoa alguma que receba qualquer ordenado ou gratificação pelos serviços que ao esmo presta”.

Após a nota oficial sobre os atrasos da impressão e distribuição do jornal, houve a publicação que citaria a existência de “circunstâncias várias e irremovíveis de momento, dentre as quais se salientam as obrigações profissionais de que tiram os meios de subsistência os redatores e administradores desta folha” e que estaria gerando a “irregularidade na publicação dela”. Além da necessidade do trabalho remunerado, os redatores e administradores d’A *Democracia* não possuíam “oficinas tipográficas próprias”, o que influenciou muito “no sentido de não ser dado à estampa tal qual desejamos o nosso órgão”. O que os forçava a:

Varias vezes somos obrigados a preterir a inserção de artigos e mesmo noticias de palpitante interesse para os trabalhadores, devido à necessidade, que nos constrange, de nos submetermos às conveniências da prontificação de outros jornais que são feitos na mesma tipografia em que é composta e impressa a *Democracia* ¹⁵³ (A DEMOCRACIA, 14 de fevereiro de 1907, p. 1).

Esta dificuldade ocorria porque os redatores mantinham uma relação de dedicação secundária a estes jornais. Isso tudo porque eles necessitavam de seus salários e, conseqüentemente, de seus empregos para sobreviverem. Pôde-se pensar que a colaboração em dinheiro ajudava na manutenção da folha, como também eram os potencializadores dos caixas de resistência, a qual era a ferramenta fundamental para os socialistas enfrentarem uma greve e/ou momentos de diversidade na vida do operariado.

¹⁵² Os nomes dos associados do *Club* eram, José Joaquim Ferreira, presidente; João Perazzoni, vice-presidente; Porfírio José, primeiro secretário; Carlos Macchi, segundo dito; Glicério Paulino, primeiro tesoureiro; De Poli Lorenzo, segundo dito; José Menezes, bibliotecário; além dos diretores: Bernardo Leal, Afílio Fornari, João Molina, Salvador Rocha, Rainero de Oliveira e Felipe Santiago da Silva Filho.

¹⁵³ Grifo no original.

Em suma, o associativismo socialista enfrentava vários fatores internos da classe que potencializavam uma parte e que dificultava outra. Neste sentido, a rivalidade com os anarquistas demonstrava ser uma fronteira ideológica, enquanto que a falta de recursos pecuniários exemplificaria os seus limites de atuação prática. Então, para angariar fundos e associados, tiveram estas sociedades a organização para realizar as lutas econômicas, as quais foram, neste momento, a via mais desenvolvida entre as associações de influência socialista. Seria ainda o fator econômico que fez com que estas sociedades optassem por mensalidades mais baixas que as demais instituições. Afinal, o seu público estava comprometido com o pagamento de aluguel, alimentação e vestuário para sobreviver.

E de modo geral, as *sociedades operárias* influenciadas pelos socialistas compreendiam que deveria zelar pelos interesses de seus membros. Isso envolveria a ação de combater as dificuldades pecuniárias, de condições de moradia e de trabalho. Se a radicalização não era apresentada como caminho, tornou-se viável enfrentar os obstáculos sociais através do diálogo e da negociação. A sociedade era a representação atuante do operariado contra o patronato.

Mas o fim do *associativismo* não era apenas este, pois esta cultura acabava sendo utilizada como uma forma de valorizar os trabalhadores. Então, além da proteção e da orientação de luta contra os inimigos da classe, havia o potencial de tornar a classe respeitada e consciente de seus direitos.

3.3 PRODUÇÃO INTELECTUAL

Este terceiro subcapítulo analisou os textos publicados no jornal *A Democracia* que se preocuparam em formar normas sociais e a instruir ideologicamente. Portanto, para melhor visualização da proposta, problematizou-se a relação de

dois campos: por um lado, o campo das ideologias que submetem os subalternos à ideologia das classes dominantes; por outro, as formas do discurso político-ideológico dos grupos subalternos que, por mais correto que seja em seus conteúdos, não conseguem chegar ao coração das massas. É desse último campo que vou tratar aqui: as formas de propaganda dos que querem transformar o mundo – que passaremos a chamar de esquerda –, acabando com a propriedade privada e com as classes sociais (VIANNA, 2011, p. 3).

Então, a partir da relação de associativismo, das possibilidades de palestras e ensinamentos que o convívio da classe ofertava foi que se motivou à construção desta proposta. Neste momento, foram selecionados os textos que relacionaram a teoria, a experiência e a literatura.

Deste modo, verificou-se a existência de produções que provocavam a leitura intensiva e a leitura extensiva dos seus leitores. Destarte, acreditou-se que a escolha pelo tamanho e estilo literário foi consciente por parte dos redatores, afinal, os contos e poesias poderiam ser lidos e possuiriam uma interpretação mais rápida e fácil do que aquelas produções teóricas e densas (CHARTIER, 2001). Outra característica pertinente foi que “o jornal, nas décadas em questão, era o meio mais ágil de circulação de informações e de ideias” (POLETTTO, 2011, p. 20), as quais saiam de seus lugares de impressão e transmitiam para os trabalhadores de outras regiões as reflexões e as denúncias da sua origem. Além do mais, esta circulação projetava o jornal como um comunicador da voz da classe operária, os quais enviavam cartas e comentários a respeito da vida cotidiana e das dificuldades enfrentadas nas suas cidades e nos seus espaços de trabalho.

No mais, a análise da produção intelectual aqui trabalhada “procurará compreendê-los em seu contexto histórico e social [...] não realizando, portanto, somente o estudo da estrutura interna e isolada desses elementos literários” (POLETTTO, 2011, p. 223). Então, neste trabalho houve a preocupação de relacionar texto-contexto. Ainda mais que não foi possível separar na literatura socialista o que não era de inspiração da realidade. Acreditou-se que isso ocorria porque esta literatura estava direcionada a instrução moral e ideológica dos seus leitores.

Os textos selecionados variam entre os teóricos, poesias e contos. Sobre aqueles que podem ser considerados mais teóricos, e com isso, mais complexos e de escrita densa, pensou-se que serviam para mostrar o caminho que os trabalhadores deveriam seguir para a emancipação. Já os contos demonstravam a realidade aos operários. O objetivo deste estilo literário era o de apontar as condições de trabalho e moradia enfrentada pelos operários em oposição a do patrão. Então, o conto se tornava em um instrumento de identificação da classe. E a lógica girava em torno da apresentação do *produtor das riquezas sociais x consumidor parasitário do resultado do trabalho*, ou ainda, *oprimido x opressor*. Esta condição binária da sociedade nortearia os discursos

das lideranças e interferiria diretamente na seleção dos textos a serem publicados no jornal *A Democracia*. Já as poesias, apesar de serem encontrados poucos exemplos, ficaram perceptíveis que eram dinâmicas e de leitura rápida. Além do mais, hora poderiam ser apresentadas como um *canto*, ou ainda, a letra de *um hino*, como também na sua forma pura e poética.

Deste modo, os primeiros textos a serem analisados são os teóricos. Das referências teóricas e dos imaginários construídos a partir da relação da experiência das lideranças com o que eles construíram intelectualmente. No segundo momento os contos e as poesias foram estudados. Assim, procurou-se relacionar o texto-contexto, envolvendo a luta travada contra o patronato e o Estado pela classe trabalhadora influenciada pelos socialistas.

3.3.1 A “Sublime Teoria”

Aqui se pensou sobre a diversidade de leituras, disponibilidades e de produções dos socialistas porto-alegrenses. A construção de bibliotecas e espaços de leitura demonstrou a preocupação com a instrução proletária. Havia, neste contexto, a percepção da necessidade de ser criada uma cultura letrada entre os trabalhadores. E um panorama geral das características teóricas de assimilação e difusão pôde ser compreendido a partir da síntese:

Inicialmente, chama a atenção a variedade – teórica e política, de importância e de campo de atuação – dos nomes citados. Esse ecletismo respalda as caracterizações de “heterogêneo” e “difuso” atribuídas ao socialismo presente no Rio Grande do Sul – e no Brasil como um todo – entre a última década do século XIX e a primeira do XX. Porém, tal socialismo “à brasileira” – e “à gaúcha”, acrescento eu – não era fundamentalmente distinto do socialismo europeu vigente na época da Segunda Internacional (1889-1914), também marcado por grande heterodoxia (SCHMIDT, 2002, p. 389).

Este socialismo “à gaúcha” se inspirou “nos livros, jornais, opúsculos e panfletos, mesmo nas conversas com os companheiros, teorias, interpretações, ideias, frases e slogans que pudessem indicar os rumos da emancipação do ‘jugo burguês’”. A metodologia de estudos era o autodidatismo, conforme pontuou Schmidt (2002). E a característica fundamental da ideologia socialista estava marcada pela influência

cientificista, porém, o que não deixava de ser uma doutrina que condenava os vícios morais das injustiças sociais.

Ou seja, mais do que a transformação das estruturas econômicas e sociais orientada pelas “leis da história”, Xavier da Costa, Cavaco e outros propagandistas a “sublime doutrina” no Rio Grande do Sul defendiam a “regeneração moral” da sociedade, apoiada em valores tradicionais como a honra e a bondade. De acordo com o *A Democracia*, o socialismo representava a fraternidade contra a ignorância, o egoísmo e a baixeza de caráter, típicos do regime capitalista¹⁵⁴ (SCHMIDT, 2002, p. 406-7).

A “sublime doutrina” ainda fomentava uma fronteira entre o “‘bom trabalhador’ e os pobres em geral, seguidamente associados à imoralidade e à violência” (p. 92). Enquanto que os “pobres” eram apresentados como imorais, os operários organizados recebiam menções positivas, tais como a de produtores do progresso social.

Desta relação com a moral que pretendia elevar a humanidade a outro *status quo*, vinha a máxima marxista “a emancipação do operariado deve ser obra dele mesmo”. Havia a busca pela independência política, desligando-se dos grandes partidos existentes no período. Assim, promoviam a organização partidária própria, tornando-se oposição ao governo vigente, e também, dos demais partidos que representavam a burguesia.

Neste sentido, o *A Democracia* lançou a seguinte questão: O que é ser socialista?¹⁵⁵ Este texto ajudaria a compreender um pouco dos valores morais que um “socialista” deveria possuir. Destarte, ele deveria “[...] reconhecer, primeiro, a todo ser humano de conquistar livremente todos os bens materiais e espirituais que pôde oferecer a existência” (A DEMOCRACIA, 7 de abril de 1907, p. 2). Este princípio de liberdade era o que daria o verdadeiro caráter democrático para a sociedade.

Sendo então a pessoa livre, consciente e defensora deste ideal, deveria “aceitar como regra uma perfeita equivalência entre o seu interesse pessoal e o interesse de cada um”. Esta percepção faria com que os sofrimentos ocasionados pela miséria e pela injustiça social fossem extintos. A ideia de igualdade de condições representaria “querer que a sociedade, que representa uma coalizão pela vida, ponha ao alcance de todos, sem

¹⁵⁴ Grifo no original.

¹⁵⁵ Em 9 de dezembro de 1906, o jornal *A Democracia* publicou um texto cujo autor era Coutinho, um líder operário de Rio Grande. Nesta produção, o autor frisava sobre a necessidade de colocar o trabalho no centro das atenções humanidade, ao contrário da adoração ao capital até então existente.

distinção alguma, iguais meios de desenvolver-se integralmente ou não, consoante as suas preferências e as suas aptidões”. Deste ponto persistiu a ideia de que:

Ser socialista é tender a completa abolição dos privilégios ou, o que é o mesmo, ao estabelecimento da igualdade no domínio econômico, assim como no domínio político; é tender a que, em toda sociedade, em vez da antiga divisão em pobres e ricos, protegidos e protetores, trabalhadores e ociosos, exista apenas uma classe, cujas unidades componentes, com exceção dos velhos e dos entes, tenham a obrigação e a faculdade de trabalhar, sem que possam obrigar a pessoa alguma a trabalhar por si ou em seu proveito.

Ser socialista significava adquirir a responsabilidade de lutar para que todas as pessoas tivessem os meios para se desenvolverem. A ideologia instruiria os agentes do progresso social sobre as maneiras de abolir os privilégios daqueles que mantinham o domínio econômico e político. Este combate forçaria as *sociedades operárias* realizarem atividades que não fossem apenas beneficentes, mas seriam, também, estrategicamente pontuadas pelas necessidades econômicas imediatas e pelo avanço político dos trabalhadores a curto e médio prazo.

Lutar pela eliminação da divisão das classes era uma constante na prática. Mas esta percepção de realidade influenciaria diretamente nas produções literárias deste grupo. Neste sentido, as formas de resistência e transformação criticavam o modelo econômico e político. As fronteiras entre um campo e outro se contrastavam na formação de um ideário próprio aos socialistas. Pois, então, ao acabar com os privilégios da burguesia, logo seriam os políticos os segundos a caírem pela falta de quem representar.

A luta revolucionária poderia ser um caminho, mas não foi o escolhido pelos socialistas porto-alegrenses. Nesta cidade, predominou a campanha pela participação na política eleitoral dos trabalhadores, assunto que será tratado mais adiante desta dissertação. Aqui, convém inicialmente questionar a respeito de como se traduziu esta relação da ideologia com a formação da cultura de classe.

A classe conscientizada era seguidora de certas normas de conduta. Por isso a existência em apontar as diferenças do pensamento socialistas para os demais. Os avanços morais que o socialismo trazia eram ensinados nas reuniões e nos textos

publicados no *A Democracia*¹⁵⁶. A forma de difusão se dava a partir de certos baluartes, e um deles era a educação. Neste sentido, o preceito central que teoricamente foi abordado era a questão da “liberdade”. Este conceito identificado como algo que era guiado “pela moral e pela experiência; e tem por limite o ponto preciso onde começa a do nosso semelhante”¹⁵⁷ (A DEMOCRACIA, 6 de janeiro de 1907, p. 4).

A liberdade de um somava com a do outro. Mas com isso não havia o sentido de negar as influências que a sociedade e o caráter pessoal teriam nos indivíduos. Neste ponto foi que a seguinte reflexão foi lançada:

no fundo, a liberdade é senão uma palavra; é sempre relativa e limitada pelas contingências (influências) externas e internas (temperamento, acontecimentos, etc.) e não é efetiva senão com a condição expressa de que o estomago esteja seguro de ter o necessário (A DEMOCRACIA, 6 de janeiro de 1907, p. 4).

Esta citação poderia ser uma síntese da necessidade da observação em relação ao cotidiano que os sujeitos estavam expostos. Houve, então, a necessidade de se ter em mente que as pessoas eram agentes ativas das transformações sociais, mas estavam limitadas ao contexto que viviam. Portanto, tanto as influências internas e externas deveriam ser expostas como elementos a serem (re)construídos.

Outro baluarte que seguia a mesma orientação era a “verdade”. Esta seria “a conformidade do objeto e do pensamento com as palavras de que fazemos uso para a exprimir” (A DEMOCRACIA, 24 de janeiro de 1907, p. 1). Com ela, a sociedade seria dotada de uma responsabilidade que os capacitaria a serem mais felizes. Mas esta conscientização não era resumida como uma tarefa fácil para os socialistas. Assim, com o objetivo de chegarem a pessoas que refletiam sobre o seu papel social, eles teriam que antes ensinar a respeito da *sabedoria* necessária para “compreender a sua natureza interna e moral”.

Aqui já se pôde observar que o socialismo não tratava apenas de questões estruturais ou sociais. Ele era uma questão a ser abordado desde o íntimo dos indivíduos até a sua relação social macro. Bem, esta reflexão preocupava-se em apontar o caminho para que todos conhecessem “as forças do seu corpo e as faculdades do seu espírito”.

¹⁵⁶ Como também nas revistas, livros e panfletos por eles disponibilizados nos Gabinetes de Leitura.

¹⁵⁷ O autor do texto foi C. Novel.

Pois seriam estes que saberiam “desenvolvê-las e aperfeiçoá-las pelo uso dos sentidos e da razão”. Para estas pessoas, “a felicidade consiste na satisfação moderada das suas necessidades materiais e morais, e na aprovação da sua própria consciência”.

E esta sensação se dava a partir da “felicidade moral e material”, as quais consistiam “na harmonia entre as aspirações do indivíduo e as da coletividade humana”. Então, conforme foi perceptível ao longo deste artigo, os socialistas compreendiam a relação através da relação dialética entre os sujeitos e a sociedade. Portanto, “o dever de todo o socialista é, pois, instruir-se destas verdades, meditar nas leis simples que regem o universo e, conseqüentemente, a terra e todos os seres que estão à sua superfície”.

Agora a passagem literária se deu a partir do conhecimento ao dever. Desta responsabilidade existiria a obrigação de identificar-se com a *verdade* e espalhá-la. Este saber regularia as ações das pessoas, já que “o conhecimento e a aplicação das leis naturais à ordem social são a base da doutrina socialista, o alicerce inabalável da sociedade igualitária, justiceira e harmônica que os socialistas querem edificar” (A DEMOCRACIA, 24 de janeiro de 1907, p. 2). Logo, tornou-se identificável que o cientificismo socialista estava inspirado no evolucionismo das ciências naturais do século XIX. Porém, apesar de apresentarem este raciocínio, os socialistas não esperavam a ordem natural reger a sociedade rumo à revolução, então, não se limitando a esta interpretação, agiam para modificar a realidade.

Não se pôde esquecer-se das produções que visavam combater o avanço dos seus rivais no movimento operário. Assim, sendo os anarquistas os principais adversários políticos a se proporem como alternativa de luta, os socialistas tiveram que agir estrategicamente em muitos momentos. Portanto, em alguns eventos houve a construção de lutas em comum, onde havia a união entre as duas correntes. Por outro lado, existiram situações que criaram um mal-estar entre estes grupos, e conforme destacou Schmidt (2002, p. 128):

Sublinho algumas características recorrentes nessas polêmicas: o uso da ironia no ataque aos opositores; a denúncia de desvio de verbas das associações e da introdução da “política burguesa” junto aos trabalhadores e a ameaça de violências físicas. Em tais contendas, o principal objeto de disputa era a honra, ou seja, a avaliação pública do respeito que cada lado merecia.

Havia, então, uma “luta de classificações”, e isto significaria que os ataques morais discriminaria o verdadeiro prestígio e valor das lideranças frente ao operariado. Schmidt (2000, p. 1-2), publicou uma lista de artigos que envolviam a polêmica entre anarquistas e socialistas. Segundo o autor, as trocas de acusações se estenderam:

pelo menos, de 14/02/1907 a 15/04/1907, através dos seguintes artigos: A DEMOCRACIA, 14/02/1907: “Vária” (p. 3); A LUTA, 22/02/1907: “Um conhecido” (pp. 2-3) e “Os farsantes” (p. 3); A DEMOCRACIA, 28/02/1907: “Pelo dever” (p. 1), “Os dinamitistas” (pp. 1-2), “Prova cabal” (p. 2), “Mais uma dos Muckers” (pp. 2-3), “Vária” (p. 3) e “Os dois gênios diretores da propaganda anarquista em Porto Alegre” (p. 4); A LUTA, 02/03/1907: “A fúria do bonzo” (p. 3), “A F. Xavier da Costa” (pp. 3-4), “O xefe” (p. 4) e “Ao Xavier da Costa” (p. 4); A DEMOCRACIA, 10/03/1907: “Quem é e como procede o anarquista Adão Pesce” (p. 2), “Uma carta” (p. 2) e “O Yago e os demais da latrinaria A Luta” (p. 4); ALUTA, 15/03/1907: Uma explicação” (p. 2), “De tudo e de todos - operário fitzmack” (pp. 2-3), “Variações do bonzo” (p. 4) e “Hipócrita e mentiroso” (p. 4); A DEMOCRACIA, 17/03/1907: “Crônica” (p. 2), “À sessão da União dos Trabalhadores em Madeira” (p. 3) e “Pelo dever – A propaganda dos anarquistas em P. Alegre (III)” (p. 4); ADEMOCRACIA, 24/03/1907: “Ameaças de anarquista” (p. 3) e “Ainda o hebreu J. R. Gil - o Yago” (p. 4); A DEMOCRACIA, 31/03/1907: “O anarquismo” (pp. 1-2); A LUTA, 03/04/1907: “Uma explicação” (p. 2), “Mais uma do Costa” (p. 3) e “O bonzo socialista” (p. 4); A DEMOCRACIA, 07/04/1907: “O Yago J. R. Gil” (p. 4) e A LUTA, 15/04/1907: “A propósito do neo-malthusianismo” (p. 1), “Respostas ao bonzo” (p. 2) e “Infâmias do bonzo” (p. 4).

Este levantamento ajudou a mapear a conduta e a relação de rivalidade estabelecida após a greve que paralisou os trabalhadores em 1906. Então, o uso de adjetivos mostrou-se como uma ferramenta muito criativa e poderosa para (des)classificar os adversários políticos. Outro aspecto que servia para deslegitimar os rivais era a acusação da falta de associados nas organizações de sua influência.

3.3.2 Entre Contos e Poesias

Alguns elementos da produção artística socialista continham valores ideológicos, como no caso da poesia denominada *A greve*¹⁵⁸. Na verdade, em muitos momentos houve a crítica quanto a este ato¹⁵⁹. Porém, a publicação aqui tratada dizia que: “Outros

¹⁵⁸ Esta publicação foi retirada do *Jornal do Commercio*, de Porto Alegre, e foi oriunda da reflexão a respeito “de uma greve operária na cidade do Rio de Janeiro, há três anos” (A DEMOCRACIA, 15 de dezembro de 1906, p. 3).

¹⁵⁹ A crítica girava em torno da utilização da *greve* como a principal arma na luta de classes. O excesso de greves prejudicaria a todos e era um recurso que deveria ser utilizado como última instância. Neste

(eu sei que os há) condenam, sem piedade, / A Greve! Eu nela vejo o protesto da Fome / Contra a Dissipação que, num dia, consome / Ouro, - que pão daria a toda a Cristandade” (A DEMOCRACIA, 15 de dezembro de 1906, p. 3). Conforme ficou perceptível, existia justiça na reivindicação que muitos grevistas faziam.

O sentido pedagógico não era por acaso. Ele se fazia necessário para apontar os problemas sociais existentes e a utilização de poesias, servia como instrumento de conscientização. Da realidade ainda foi pontuado que existiam aqueles que recebiam baixa remuneração. Assim, a poesia relatou: “não tira do Trabalho a recompensa larga, / Que outros tem, a faltar, sem que o mereçam tanto; / E quanto mais se esforça a Vida mais lhe amarga, / E o que lhe falta em pão, no Lar, lhe sobra em pranto!”.

Outro autor que apareceu no jornal foi Guerra Junqueiro. E, dele, foi publicada a poesia *O leque*. Nesta produção apareceram algumas alegorias cristãs que se remetiam ao Jardim do Éden. Tal presença significou uma contradição, pois a ideologia socialista procurava pregar a utilização da razão em detrimento da fé religiosa. Mas, foi necessário relacionar a produção intelectual com o contexto social que o seu público vivia. Portanto, a assimilação de símbolos religiosos poderia ser utilizada para pontuar alguns aspectos mais abstratos da vida humana.

A presença do termo *pão* na literatura socialista constituiu uma lógica de pensamento. Por exemplo, no primeiro capítulo foi citado a utilização da fabricação e consumo do pão para ilustrar o modo produtivo e a distribuição do produto final. Aqui, *O pão mal*¹⁶⁰ conteve os seguintes dizeres:

Abençoado há um pão, - esse que sem alarde,
Mas com valor, da terra é preciso arrancar
- é o pão do trabalho, o que aos filhos, à tarde
O pai risonho traz, quando recolhe ao lar.
Mas outro há que nos deixa acre e eterno ros[ilegível]
nos lábios, pão que o inferno espalha em profus[ilegível]
filhos, deste fugi, - pois que é o pão do vício!
Meus filhos, não toqueis nesse maldito pão! (A DEMOCRACIA, 9 de dezembro de 1906, p. 3).

contexto, existiam depreciações àqueles que estavam em uma posição confortável e que instigavam os operários a paralisarem. Estes, como os vilões dos romances literários, estavam mais preocupados em fazer o mal do que a colaborar com o bem coletivo.

¹⁶⁰ O recorte do jornal apresentou uma danificação, a qual impossibilitou a identificação do título completo desta poesia, como também o seu tradutor. Coube salientar que o autor seria Guy de Maupassant, um poeta, escritor e contista francês.

Percebeu-se então a dualidade apresentada no texto. Os lados antagônicos representavam a existência da luta de classes. Disso, se de um lado havia aqueles que com um “riso” na face chegava com o pão para os filhos, existiam outros que o conquistavam sem esforços. Neste caso não se tratava dos patrões, mas de uma personagem estereotipada que “foge ao trabalho”. Em síntese, o *pão mal* era o “pão da preguiça”. Com este posicionamento, ficou evidente que os socialistas condenavam quem não trabalhava. A honra de se declararem como os produtores da riqueza social deveriam marcar o seu posicionamento e esta valorização do trabalhador tornava-se uma ferramenta muito utilizada nos seus discursos. Desta forma,

Respeite-se o infeliz que, já de forças falho
 Pelos anos, nos pede esmola, a gemer;
 Despreze-se, porém, o que foge ao trabalho
 E ousa a válida mão, a quem passa, estender.
 Quem assim pede – rouba ao que tombou na liça,
 Exausto e velho e dorme esfalfado no chão.
 Vergonha a quem assim nutre o pão da preguiça!
 Meus filhos, não toqueis nesse maldito pão! (A DEMOCRACIA, 9 de dezembro de 1906, p. 3).

Quem possuía forças físicas deveria trabalhar. A mensagem era clara. A esmola serviria de recursos justificáveis apenas para os que não conseguiam mais se sustentar. A condenação moral seguia o ritmo de crítica interna e externa, quando o sujeito preguiçoso interferiria na vida produtiva do economicamente ativo. Pois, se na lógica ideológica socialista o patronato era considerado como parasita, os pedintes com condições de trabalhar também o eram.

A honra operária marcava o orgulho de classe. E em tom de conselho foram proferidas as seguintes palavras: “pobre criança, vai!... não desprezes a agulha!”. Então, o trabalho enobreceria as pessoas e deveriam saber disso desde a infância. Dotados deste saber, evitar-se-ia assim a mendiga condenada pelo texto. Compreender-se-ia que ser operário significava ter força social, simbolizava possuir o poder de transformar. E isso foi refletido em *O operário de Batavia*.

Esta *lenda javanesa* narrou a trajetória fantástica de um homem “que ganhava a sua vida quebrando pedras em um rochedo” (A DEMOCRACIA, 7 de abril de 1907, p. 3). E foi a partir das dificuldades enfrentadas por ter um trabalho “duro”, que “ele lastimava a sorte”. E dizia “gemendo”: “-Ai! Porque não sou rico! Porque não poderei

repousar em um leito macio; coberto por cortinas de seda!”. Então, para atender ao pedido, desceu do céu um anjo.

Ao realizar este pedido, foram realizados outros aos “céus”, os quais iam desde a vontade de se tornar rei até o desejo de ser uma rocha. No caso, a literatura trabalhou com a ambição e vontade de poder que o homem almejava. E as transformações “mágicas” ocorreriam conforme o homem percebia que o outro elemento era mais forte que a atual posição que ele tinha/estava. Enquanto ele (de)tinha dinheiro e luxo, o rei possuía a coroa de ouro, cavaleiros e arqueiros que o protegiam. E assim foi proferido pelo operário que estava na condição de rico ao ver o esplendor do rei: “- Ai! Se eu pudesse ser rei!”. E o anjo novamente realizou o seu desejo.

Como uma espécie de gênio da lâmpada, este anjo tudo transformou. Após observar que ele possuía poder, mas, porém não era tão forte quanto o sol “com seus raios dardejantes” que “secou a água das fontes e as ervas das campinas”. Então, ao perceber os seus limites, almejou ser o sol. E novamente veio o anjo e fez cumprir o desejo.

Na forma reinante do astro ele viu as nuvens cobrirem os seus raios, “e ele irritou-se vendo assim combatido o seu poder e exclamou que desejaria ser a nuvem”. A transformação e os poderes possíveis a serem utilizados enfrentavam sempre algum “adversário” que mostrava à então nuvem, que na natureza as coisas são diferentes e teriam que conviver entre si. Da atual situação surgiu uma nova. Pois agora ele cobria o sol, mostrando-se dotado de uma vantagem frente a ele.

E da nuvem que se transformou ele fez com que chovesse. E mais, “dos seus flancos correm torrentes de água que inundam os vales, devastam as searas, matam o gado”. Mas na sequência do conto apareceria um outro elemento capaz de superar a sua vontade. Seria então a rocha que não se abalava nem com os raios do sol, com o vento e a chuva. Ela era forte e impenetrável.

Então foi que a nuvem pediu para ser transformado em rocha. Novamente veio o anjo e lhe atendeu. Entretanto,

[...] mas eis que chega um operário e pôs-se a bater contra a rocha com martelo e dela caem grandes pedaços de pedra.
E a rocha exclama!
Este operário é mais forte do que eu.

Quero ser este operário.
 E o anjo descendo do céu, disse:
 - Seja cumprido o teu último desejo:
 E o pobre homem, depois de tantas transformações, voltou a ser o quebrador de pedras que dantes era, e, trabalhando sempre, para obter um mesquinho salário, vive dia por dia dependente de suor mas contente com a sua sorte.

No fim, o retorno a condição de operário positivou a visão em relação ao trabalho. O que era tido como triste e passível de rejeição transformou-se em uma situação/condição ambicionada. O quebrador de pedras era capaz de modificar o que nem o vento, a chuva e o sol conseguiam. E o teor utilizado como plano de fundo neste texto pareceu ser o de que eram os trabalhadores quem transformavam o mundo e a sociedade, pois foram eles que através do suor desmanchavam rochas para fabricar pedras utilizáveis.

O importante neste momento foi saber que os socialistas utilizavam de elementos que não eram próprios. Em outras palavras, eles se inspiravam em produções já existentes. Neste sentido, se deu a publicação da *Marselhesa operária* (1898) que continha muitos conceitos interessantes para a compreensão de como a ideologia influenciava a produção artística destes trabalhadores.

Alerta Povo proletário
 Ergamos nosso pavilhão:
 Contra nós do fero argentário
 Já se uniu a fatal legião.
 Olhai! Além, lá no porvir
 Negreja o espectro do terror:
 Miséria e fome hão de surgir
 Sob o azorrague do opressor (A DEMOCRACIA, 7 de abril de 1907, p. 3).

Como nos textos teóricos, o “alerta” era para que os operários permanecessem atentos. Deveriam proceder assim por terem “lá no porvir” os seus inimigos de classe. Eles utilizariam de armas cruéis para cometer atentados contra os trabalhadores. E estes opressores dotados de maldade cometeriam muitos flagelos ao proletariado. Seria necessário “que os bons obreiros” não se deixassem aviltar. Era preciso que estes combatessem a ganância pelo capital até conquistarem a própria redenção. Portanto,

E que o romper da nova era
 Seja-o também da liberdade
 Contra o egoísmo que ora impera
 Venham justiça a igualdade.

Esta luta não era representada como algo em vão. Ela tinha um objetivo final. Algo que seria crucial para a vida da coletividade. Era através dela que surgiria a nova organização social. Porém, era necessário que os trabalhadores fossem unidos, para que desta forma conquistassem “à vitória da igualdade!”. Entretanto, aqui novos termos apareceram. Elenca-os, então: liberdade, igualdade, egoísmo, opressor e proletário.

As reflexões eram impressas visando atingir a consciência dos trabalhadores. Pois acreditavam que com o operariado capacitado a criticar os modos de produção e sistema político conseguiriam transformar a sociedade. O meio de lutar contra o egoísmo e os egoístas se dava através das *sociedades operárias*. Seriam elas as promotoras iniciais dos sentidos de liberdade e igualdade. E muitas vezes os operários não estavam participando das atividades dos sindicatos, então, era preciso que surgissem alguns *Conselhos de um velho* para nortear os mais jovens.

O texto de título supramencionado tratava de fazer os trabalhadores a se conscientizarem da situação deles. O teor do texto frisava a necessidade da participação nas *associações* por parte dos operários. E, os convocava a refletir na condição de assalariados. “E se isto não te dá para gozar tanto quanto mereces, pelo menos dá para atender às despesas da manutenção tua e da tua família. Vais bem, portanto” (A DEMOCRACIA, 2 de julho de 1905, p.1). Entretanto, a crítica foi pontuada a partir do “amanhã”, caso o “patrão te despede ou por qualquer outra coisa ficas sem trabalho não conseguistes, enquanto estiveste empregado, fazer economias. Diz-me, agora: do que viverão tu e tua família?”.

Aqui ficou apontado o temor existente entre os trabalhadores de perderem o emprego e a sua fonte de renda. O medo era de não conseguir meios de subsistência, o que nesta literatura apareceu como reflexo da realidade vivenciada pelos porto-alegrenses. Porém, “e entretanto, tal situação será perfeita e facilmente evitável, se compreenderes nos dias bons de teu relativo bem estar que é preciso garantir agora para os dias ruins (sic), para os dias de necessidade”¹⁶¹. E logo veio a pergunta, seguida da resposta “e sabes como fazer isto? Agremiando-te com os teus companheiros; interessando-te pelos movimentos de vossa classe, auxiliando para que ela seja bem

¹⁶¹ Manteve-se conforme estava escrito no original, porém, a tendência da grafia correta seja o adjetivo “mau”.

orientado e, assim, resulte, em vez de mera fantasmagoria como tem sucedido até hoje, proveito real para nós todos”¹⁶².

Apesar da indicação para o trabalhador se associar, o texto ainda criticou muitas sociedades que existiam. Então, além de integrar se fazia necessário construir o *grêmio operário*. Porém, como foi abordado nesta dissertação, havia o problema financeiro por parte de muitos trabalhadores. Muitos deles poderiam alegar que não lhes sobriaria dinheiro para investir no pleito. Então, o “velho” questionou e sentenciou: “custa-te muito isto? Não!”. E aqui se pôde ver uma média de valores adquiridos pelas sociedades, as quais “cobram, geralmente, um ou dois mil réis de mensalidade, a fim de prestar auxílio MORAL E MATERIAL a seus membros quando preciso”¹⁶³.

Os valores materiais poderiam ser adquiridos a partir das lutas e reivindicações travadas pela sociedade contra o patronato. Neste sentido, já foram tratados alguns elementos que norteariam os trabalhadores a participarem destas *associações* com fins de melhorar as suas condições de vida. Portanto,

Uma sociedade operária forte poderá e deverá defender os seus membros contra os abusos de certos patrões, contra violências da polícia, contra o poder dos ricos que em sua maior parte só sabem engovalhar, fazer pouco caos dos pobres operários, esquecendo-se, entretanto, de que (ilegível) o trabalho dos (ilegível) foi que se formaram as suas riquezas:

Uma sociedade operária forte, dirigida por companheiros de ideias claras, inteligentes, sinceros, francos e corajosos, será a vossa garantia sempre, a honra e a glória da vossa classe, e servirá para conseguir trabalho para o associado que se desempregar, para prestar-lhe ajuda monetária quando ele cair na desgraça de uma doença ou ficar invalidado para poder ganhar com que manter-se, servirá para a defesa das famílias dos proletários sujeitos, muitas vezes aos assaltos dos senhores de alto coturno que entendem dever satisfazer seus maus instintos seduzindo mulheres e filhas de gente pobre;

Uma sociedade operária, em suma, forte pela união, bem orientada, e cujos membros em sua maioria tenham rigorosa compreensão dos direitos que nos sonegam, servirá para, afinal, difundir a instrução no seio do elemento trabalhador, elevar muito a classe, torná-la respeitada e temida, porque certos grandes personagens poderosos, em geral, só respeitam o que lhes mete medo, dar-lhe representação digna fazendo com que ela tenha influência na direção dos negócios públicos, por intermédio de *trabalhadores mesmo*, e não de membros de outras classes que se pretendam fazer *protetores dos*

¹⁶² As discussões mais pertinentes a respeito do associativismo foi realizado no subcapítulo “Peculiaridades das associações operárias socialistas”.

¹⁶³ Grifo no original. E um exemplo de discussão e de readequação a respeito do valor a ser cobrado foi encontrado no anúncio de uma assembleia geral para eleição de diretoria, a qual moveu uma pauta que colocava os valores das mensalidades a 1\$000 “de cada sócio e reduzindo, também, a 1\$500 a diária ao que adoecer e a 200\$000 o donativo que o grêmio deve pagar aos herdeiros do sócios que falecer sem haver recebido diária” (A DEMOCRACIA, 13 de janeiro de 1907, p. 4).

trabalhadores sem entretanto terem conhecimento próprio que é a vida destes e do que eles precisam.

Assim, os fatores objetivos estavam em estreita relação com aqueles que poderiam ser considerados subjetivos. Aqui, havia a possibilidade de criar alternativas que davam respostas “à exclusão social e política que não terminou com o advento da República” (BATALHA, 2008, p. 176). A prioridade das lutas da classe muitas vezes era encoberta pela necessidade de lutar por questões pontuais, tais como o abuso de um chefe. Então, a reivindicação por direitos sociais se contrastava com estas necessidades. E no caso brasileiro, a prioridade por lutar pelos direitos sociais em relação aos direitos políticos variava “consideravelmente de corrente para corrente do movimento operário” (p. 176).

A honestidade das lideranças era o cunho moral que dava o sentido de seriedade destas organizações. As recompensas materiais eram, desde as melhorias salariais conquistadas pelas lutas travadas pelas organizações, até os benefícios previdenciários dispostos a partir dos caixas das sociedades. Por isso se fazia necessário contribuir pecuniariamente com ela, pois de um lado havia a necessidade da manutenção de seu funcionamento, e de outro o acúmulo de rendas no caixa para prestar os serviços médicos, farmacêuticos e funerários.

Já a valorização subjetiva girava em torno da valorização do trabalhador. A instrução intelectual capacitaria os operários a lerem e construir as críticas sociais *por* e *para* eles mesmos. Estes fatores trariam o respeito e a admiração que a classe trabalhadora “merecia”. A afirmação de uma posição social respeitada passava por estas variáveis, a *sociedade operária* deveria garanti-las aos seus associados. O integrante de um grêmio seria diferenciado dos demais por valores subjetivos. Logo, aqueles que resistiam em participar foram condenados com o seguinte dizer: “a verdade é, conseqüentemente, uma e única: o operário se não faz parte de qualquer sociedade profissional e de auxílio mútuo é porque não quer” (A DEMOCRACIA, 2 de julho de 1905, p.1).

Neste ponto, foi necessário pensar que esta máxima emitida pelo autor criava uma relação de conselho, no qual um velho, o sujeito do monólogo, tratava o leitor como “tu”, ou seja, segunda pessoa do singular de tratamento informal. Poderia ele, então, lançar tal crítica. Já que era solicitada uma relação de intimidade através do trato

da pessoa “tu”, baseou-se nos pressupostos de que ele era mais experiente enquanto homem, pelo teor da narrativa, pelos elementos textuais como a classe do tempo e do emprego da segunda pessoa do singular.

Então, o “velho”, como “bom conselheiro”, alertava neste texto o que ocorria entre muitas das *sociedades* da cidade. Havia, além da baixa participação, o medo e falta de credibilidade quanto a importância do associativismo. Nesta direção de reflexão foi que surgiram alguns questionamentos por parte dos redatores do periódico:

Porque motivo as associações de nossa classe aqui morrem à mingua de recursos? – Porque a maioria dos nossos companheiros é covarde, tem medo de desgostar os patrões – apesar destes se reunirem, se associarem, sem se importarem se disso resulte bem ou mal para a classe trabalhadora, e sim ligando atenção somente aos interesses deles mesmos.

Quando, porém, sofrem alguma violência demasiada – violência parecida com um pontapé dado num cão incomodo – gritam, protestam e... alegam que as sociedades operárias, para as quais nunca contribuíram, não servem para coisa alguma, são uns conjuntos de especuladores e nada mais...

Sim; para nada servem porque precisando, em geral, tornar-se beneficentes afim de obterem *alguns sócios* não pode, eficazmente, ser o que deviam ser: centros de resistência capazes de se impor, de se fazer respeitar.

Qual é a razão honesta, honesta que se opõe a que os trabalhadores se organizem devidamente?

Nenhuma!

Razão insensata, indecente, sim, conhecemos é que há muitos que, adulam os patrões por mais grosseiros e mais exploradores que estes sejam, supondo que, assim, poderão vir a ser sócios deles...

É nisto que esta a desgraça de nós todos, operários.

Não pregamos a rebeldia doida, nem tampouco desnecessária resistência a mão armada, a ferro e fogo, a punhal e a dinamite, pregamos somente a resistência sensata aos abusos dos que menosprezam a nós e aos nossos interesses, resistência fácilima de fazer – até com a simples evidencia de nossa união, que será o mesmo que a temerosa evidencia de nossa força (A DEMOCRACIA, 10 de dezembro de 1905, p. 1).

A luta de classes, na versão associativa enfrentaria muitos obstáculos para se desenvolver plenamente. Algumas adversidades ocorriam ainda na sua própria organização e administração de recursos. Outras eram encontradas na falta de quitação das mensalidades por parte dos associados. E havia ainda as situações de enfrentamento direto com o patronato, situação esta que possibilitaria a aquisição de prestígio ou uma derrota que poderia simbolizar a queda de sua existência. Em todo caso, a neutralidade política se limitava aos seus estatutos e não as suas práticas.

As organizações que foram influenciadas pelos socialistas agiam estrategicamente em relação aos confrontos com o patronato. O caráter conciliatório

para a manutenção das relações conflituosas foi uma marca do grupo próximo a Xavier da Costa. Este líder aproveitou-se do prestígio de “suas conquistas” para afrontar os anarquistas em vários momentos. Então, daí surgiriam as críticas em relação ao excesso de greves e a consequente “rebeldia doida”. Segundo este socialista, o avanço social não estava na destruição total do que já foi construído, mas sim na sua manutenção e reorientação moral.

Estas ideias seguiram a indicação das críticas àqueles que preferiam “adular o patrão” a combater a tirania da exploração por ele imposta. A luta de classes orientaria estes socialistas a criarem e dirigirem as *sociedades operárias*. A síntese da luta contra a exploração se dava através da seguinte lógica:

Nos oprimem os burgueses, nos exploram em todo sentido; e nunca por espírito de justiça serão capazes de tratar de nosso bem estar; porque isto é contrário ao predomínio deles cuja garantia está na manutenção do operário em continua situação de necessidade de quase tudo, às vezes até de pão. E, pois, tratemos de agir. Unamo-nos, fortaleçamos as nossas associações e combatamos a supremacia burguesa em tudo quanto ela se evidenciar. Unamo-nos econômica e politicamente e só assim obteremos o que necessitamos: a nossa emancipação. Operários! Além de termos por nós o Direito e a Razão – somos a maioria (A DEMOCRACIA, 6 de janeiro de 1907, p. 1).

Enfim, se principalmente o jornal, serviu de espaço para difusão de concepções ideológicos no nível intelectual, foi, também, nas práticas de eventos, assembleias, discursos bailes, piqueniques, que os socialistas conseguiram reunir os trabalhadores e as suas famílias em torno de um ritual que visava formá-los ideologicamente. Foram nestes momentos que muitas “coisas escritas” foram melhor exemplificadas em teatros e declamações de poesias. Deste modo, passa-se a um novo subcapítulo, o qual falará a respeito da influência da ideologia na organização de eventos do associativismo portogalense.

3.4 EVENTOS PRÁTICOS

O 1º de Maio foi a data mais esperada e o evento melhor organizado entre os trabalhadores organizados do período. Nos periódicos *A Luta* e no *A Democracia*, antes de anunciarem a programação e de informarem o que acontecia nas comemorações da

data, havia uma produção textual pedagógica, a qual (re)lembrava os trabalhadores a respeito dos mártires, do sofrimento e das dificuldades da vida. Isso tudo serviria para explicar que aquele dia era para ser recordado como um momento de reflexão e comunhão operária.

Nestes discursos havia a presença de elementos que norteavam o 1º de Maio “como um momento de fazer perceber a histórica oposição dos interesses operários em relação aos seus ‘inimigos’” (BILHÃO, 2005, p. 223). A questão central da oposição de classes era o de interesses existentes entre uma e outra. Neste sentido, enquanto alguns trabalham e constroem a sociedade, outros usufruem das riquezas e dos privilégios que os verdadeiros merecedores deveriam possuir. Este segundo elemento social era ardiloso e precisavam ter os seus interesses combatidos.

Segundo Isabel Bilhão (2005, p. 224), o 1º de Maio apresentava “um dos mais importantes componentes da construção da identidade operária”, ou seja, “a dignidade construída a partir da valorização do trabalho e apresentada como um emblema de distinção em relação àqueles que apenas exploram o trabalho alheio”. Mas não adiantava criticar, era necessário construir a transformação. E neste ponto os socialistas articularam eventos para marcar o dia de luto e para afirmar que aquele dia era de luta.

A referida data dotada de cunho pedagógico servia para instruir os trabalhadores a lutarem pelas 8 horas. Ela se tornava em um elemento social simbólico de um lado e prático de outro, pois, além dos discursos que valorizavam a força do trabalhador, havia a filiação de operários nas associações operárias. Neste sentido, o associativismo foi fundamental para a organização de tais atividades.

Bilhão (2005, p. 226) constatou que “somava-se, portanto, ao associativismo, o caráter internacional da data e a necessidade de provar aos operários europeus – referência constante – que aqui também poderia existir operariado consciente”. E ela justificou afirmando que os “promotores das primeiras comemorações do Primeiro de Maio em Porto Alegre” eram, “em sua maioria, de origem europeia e sentiram-se imbuídos de uma missão salvacionista” em relação a situação dos trabalhadores “recém saídos da escravidão, quanto de seus compatriotas ainda não engajados à causa operária”.

Emílio Franzina (2010, p. 211) ao abordar em um capítulo de livro sobre as festas proletárias, a imigração italiana e o movimento operário, pontuou a respeito das

comemorações do 1º de Maio entre aqueles imigrantes. Neste sentido, o autor destacou que:

Desde 1890, no Brasil, o tema central da solidariedade operária – talvez mais do que o internacionalismo – confunde-se com esse tipo de data, apesar de não procurar ou não ser imediatamente canalizada para as celebrações do Primeiro de Maio. De alguma maneira, a relevância simbólico e prática disso, tanto no Brasil como na Argentina, aparece aumentada aos nossos olhos pelo fato de que mais tarde, com o passar do tempo, de modo talvez mais duradouro do que na Europa, as “comemorações” dessa data passaram a se ligar imediata e repetidamente a importantes episódios de tipo organizativo e conflituoso (mas também de debate teórico e, mais tarde, até de disputa entre as partes na tentativa de uso privado da festa), de extrema importância na evolução do movimento operário local.

Assim como no exemplo citado pelo autor, em Porto Alegre havia a preocupação contínua pela solidariedade operária. A busca incessante para que os trabalhadores vivessem em sociedade, unidos e “fortes” superava qualquer outro assunto. E entre as manifestações do 1º de Maio, isso não pareceu ser diferente.

O 1º de Maio simbolizava a dupla flexão possível da palavra “luto”, quando ela em sua característica substantiva significaria “sentimento de pesar ou tristeza pela morte de alguém”¹⁶⁴ ou ainda, na conjugação da primeira pessoa do singular do tempo presente do verbo “lutar”, ou seja, eu luto.

Bilhão (2005, p. 231) apontou que entre as primeiras comemorações do 1º de Maio realizadas no final do século XIX e aquelas dos primeiros anos do XX não se modificaram. A novidade estava nas disputas acirradas na pós-greve de 1906 entre anarquistas e socialistas (BILHÃO, 2008, p. 222). Nestes casos, um grupo defendia que fazia o uso mais correto dos recursos simbólicos e práticos do que o outro. E no jornal *A Democracia* apareceu a programação do evento de 1905, primeiro noticiado neste periódico. Desta rememoração, percebeu-se a diversidade de espaços e ações realizadas.

A comissão organizadora da comemoração geral pretende fazer cumprir o seguinte programa:

Reunião, às 8 ½ horas da manhã, ao local da sociedade, à rua Voluntários da Pátria n. 279. Às 9 horas partida do préstito com bandeiras e musica para a chácara Mostardeiro (Moinho de Vento). Às 5 ½ horas da tarde regresso para o Polytheama 20 de Setembro, onde às 7 horas, haverá uma reunião de demonstração a favor da lei de responsabilidade sobre acidentes.

¹⁶⁴ Maiores informações, consultar **Dicionário Michaelis**. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=luto>. Acesso em: 23 de setembro de 2015.

Tanto no Polytheama como na chácara Mostardeiro ler-se-ão outros vários oradores. Haverá também concerto em ambos os locais.

- A “União de Resistência Padeiral” levará a efeito em sua sede, à rua Santo Antonio, às 10 horas da manhã, uma sessão comemorativa.

- O pessoal operário da companhia “Progresso Industrial” realizará “pic-nic” em um dos arrabaldes da cidade (A DEMOCRACIA, 1 de maio de 1905, p. 4).

Cabe ressaltar que apesar da distribuição de horários e locais para o evento, estas atividades não foram realizadas conforme o programa por causa de uma chuva que bateu na cidade. Então, para rememorar os mártires de Chicago foi realizado na “manhã, apesar de insistente chuvisqueiro que caía” (A DEMOCRACIA, 7 de maio de 1905, p. 2), a reunião “em frente à sede da <<Arbsiterverein>> [com] uma multidão de operários que formando, pouco depois, extenso prestito, partiu, ao som de uma banda de música e com bandeiras desfraldadas, para a chácara Mostardeiro, nos Moinhos de Vento, onde devia efetuar-se uma série de diversões” (A DEMOCRACIA, 7 de maio de 1905, p. 2).

Ainda neste dia, “a exma viúva Mostardeiro, com gentileza que conquistou a simpatia unânime dos operários, ofereceu-lhes o vasto edifício de sua residência afim de ali efetuar-se a comemoração interrompida e que constou de sessão”. Portanto, apesar da adversidade, os socialistas conseguiram marcar a data que se prolongou durante todo o dia. Neste edifício ocorreram discursos de algumas lideranças em dois idiomas, em alemão e português. Esta condição bilíngue dos socialistas alertaria para a grande participação de alemães neste movimento. Porém, foi difícil encontrar maiores informações a respeito destes operários germânicos, mas coube salientar que:

A primeira organização entre operários de origem alemã surgiu em 1892; era o *Allgemeiner Arbeiterverein*. Eram operários ligados à socialdemocracia alemã os mentores desta associação. João Batista Marçal afirma que “a partir de 1910 há uma visível refração no noticiário das atividades” desta organização, mas que por essa época um descuido dos socialdemocratas permitiu que o *Allgemeiner* caísse nas mãos dos anarquistas¹⁶⁵ (GERTZ, 1985, p. 76).

Desta maneira, segundo o autor, os alemães ligados ao movimento operário estariam ligados à socialdemocracia. Então, eram correligionários de Xavier da Costa por manterem ideias próximas. Mas dando continuidade a descrição do 1º de Maio, ocorreu durante a noite,

¹⁶⁵ Grifo no original.

Às 7 ½ de novo reuniu-se o operariado, no <<Polytheama>>, onde, segundo o programa publicado, devia ter lugar a reunião para discutir-se e votar-se uma resolução a propósito do projeto de proteção e indenização aos operários vítimas de desastres, apresentado ao Congresso pelo deputado federal dr. Medeiros e Albuquerque (A DEMOCRACIA, 7 de maio de 1905, p. 2).

A participação na política parlamentar dos trabalhadores era um caráter almejado pelos socialistas ao movimento operário. Do contrário, não teria sentido eles votarem em um projeto de proteção e indenização aos operários como algo que lhes representava. Vale salientar que o projeto de lei era uma pauta para o estado do Rio de Janeiro. Portanto, “considerando, afinal, que o dever de humanidade e de justiça não se limita a tentar sanar, em parte, os efeitos de tais desastres, mas impõe que elas sejam evitados quanto possível”, se fez então o pedido ao Congresso Federal que aprovasse este projeto de lei, “e que o mesmo, como lei, tenha pleno vigor para todo o Brasil”.

Mas a efetivação desta lei deveria contar com “comissões, eleitas por operários e em determinados domingos, encarregadas de fiscalizar as condições de seguranças das máquinas e aparelhos usados nas oficinas e de ordenar providências tendentes a garantir a saúde e a vida dos trabalhadores das mesmas”. E outra pauta que era bandeira de luta dos socialistas e que foi sintetizada neste projeto foi

que, finalmente, e ainda pelos mencionados poderes públicos, sejam postas em vigor leis proibindo que os menores de 15 anos de idade trabalhem em oficinas onde funcionem máquinas e aparelhos perigosos, e reduzindo o dia oficial de trabalho a 8 horas para os operários e a 6 para as operárias¹⁶⁶.

Entretanto, chamou a atenção perceber que dentro dos eventos que mesclavam bandas musicais e outras demonstrações artísticas, havia um momento reservado para a discussão política. Isto poderia indicar que realmente existia a politização das relações sociais a partir das possibilidades de eventos criadas por eles. E a cultura associativa recebia orientações conforme a ideologia das lideranças que organizava a sociedade operária. Esta colocação partiu da evidência de que

¹⁶⁶ Conforme ficou evidenciado no primeiro capítulo, os socialistas insistiram na manutenção da jornada de trabalho. Criaram meios de discutir a respeito da melhor forma de pagamento. Debateram, também, sobre a carga horária diária que cada ofício deveria manter para não perder na remuneração.

em intervalos de um a outro discurso foram cantados hinos, salientando-se, pelos vitores (sic) obtidos, um em alemão, interpretado proficiantamente (sic) pelo corpo do coral da <<Arbelterverein>> e outro em português, poesia do nosso companheiro diretor desta folha e música do inspirado professor e artista tipógrafo Sr. Manoel Corrêa.

Apesar de não serem publicadas as letras dos hinos e nem da poesia, tornou-se perceptível que a relação do evento misturava alguns elementos ideológicos com a tentativa de criar normas e posturas sociais. A cultura associativa não deveria ser vista apenas pela produção artística, ela envolvia a ideologia nesta construção. E mais, a aparição pública da classe era dotada de sentido, tendo no significado de demonstração de força e unidade os seus baluartes mais marcantes naquela sociedade. Assim, as sociedades operárias imprimiam os seus estandartes em bandeiras próprias. Criavam hinos e apresentavam a todos o seu poder de organização. Deste modo, tornava-se público a capacidade administrativa dos trabalhadores.

Neste sentido, o *1º de Maio* era, com certeza, a data mais marcante para o operariado organizado. Seria neste momento que os trabalhadores expressariam o seu descontentamento com as injustiças sociais existentes. Entretanto, eles não agiriam individualmente, mas coletivamente. E mais, seria através das *associações* que seus anseios seriam expressos. Então, cada vitória conquistada deveria ser saudada com “entusiásticos vivas”. E no fim dos eventos também ocorreria este entusiasmo, como ficou evidenciado no seguinte trecho:

A reunião dissolveu-se às 10 horas da noite, mais ou menos, sendo por esta ocasião erguidos entusiásticos vivas à <<Arbelterverein>>, à <<União de Resistência Padeiral>>, à <<Liga Operária Internacional>>, ao Partido Operário, à comissão central deste, ao presidente da mesma, e ao modesto órgão do partido, gentileza esta que muito nos penhora e anima.

Já em 1907, o 1º de Maio foi noticiado e pela quantidade de informações, pareceu maior e melhor organizada que a rememoração de 1905. Além disso, coube salientar que havia em circulação o jornal *A Luta*, o qual não poupou críticas aos socialistas¹⁶⁷. De 1907, descreveu-se a seguir a programação publicada em português e em alemão:

¹⁶⁷ Ver mais no segundo capítulo.

PROGRAMA DA COMEMORAÇÃO DE 1º DE MAIO

Às 8 horas da manhã, reunião geral das associações operárias no vasto salão sito à rua Ramiro Barcellos, n. 128, onde efetuar-se-á solene sessão em que usarão da palavra, em vários idiomas, diversos oradores.

Às 11 horas, organização, em frente ao referido prédio, do grande préstito operário que, precedido de banda de música, dirigir-se-á à chácara do coronel Germano Petersen onde serão pronunciados discursos, após o que, haverá várias diversões.

Às 5 horas da tarde reorganização do préstito, que dirigir-se-á ao salão da rua Ramiro Barcellos, onde dissolver-se-á¹⁶⁸ (A DEMOCRACIA, 1 de maio de 1907, p. 2).

Este evento visava conscientizar os trabalhadores do seu “poder”, para que com esta “força consciente dos trabalhadores” se opusessem “ao capitalismo e seu sistema explorativo”. As demonstrações públicas eram necessárias, pois elas faziam parte da construção do fim dos “excessos egoísticos dos argentários”, o que em termos práticos deveria significar “não um enfraquecimento apenas, mas a sua extinção absoluta”. Deste modo, o 1º de Maio tinha o sentido de dia de luta. E teoricamente, a expressão máxima da união entre os trabalhadores deveria ser demonstrada nesta data. Afinal

É hoje o dia, que, o operariado de todo o universo exclama: Liberdade, Justiça e Paz; é hoje o dia que o operário demonstra pela solidariedade de ideia o quanto pode o braço humano; nenhuma fábrica ousará fumar a sua chaminé, e nenhum operário esquecerá de reunir-se entre os seus companheiros de infortúnio, para unidos protestarem contra as coisas mal constituídas e sucedidas de velhas crenças sustentadas pela força de uma minoria astuciosa (A DEMOCRACIA, 1 de maio de 1907, p. 3).

Neste dia, deveriam lutar contra “o parasita social, aquele que nada faz”. A forma de demonstrar a força operária era através do protesto. E era necessário combater imediatamente aquele “vampiro do trabalhador” com muita coragem, dedicação e união. Neste sentido, o desejo socialista era sintetizado na seguinte expressão: “Nós, companheiros novos, unamo-nos afim de que no operariado rio-grandense exista sempre a confraternização, a paz e harmonia” (p. 4).

Mas todo este número de menções a importância da data não levou a todos os trabalhadores, organizados ou não, a celebrarem com os socialistas. E na mesma edição isso ficou evidenciado quando eles publicaram a programação da comemoração da data dos “operários da fábrica de calçados Silveira Martins”, os quais “pretendem solenizar

¹⁶⁸Grifo no original.

com toda a pompa a data 1º de maio. Para esse fim reunir-se-ão na fábrica acima e daí seguirão para o arrabalde de Teresópolis, onde passarão o dia”.

Estes trabalhadores já tinham tido a experiência em 1906 de evento similar a este de 1907. Eles teriam ido a Teresópolis e lá realizaram um piquenique. Para dar ar de festividade, o patrão chamou uma banda de música para alegrar o ambiente (O INDEPENDENTE, 3 de maio de 1906, p. 1). Outros trabalhadores optaram por comemorar a data longe da influência socialista. A seguinte nota que relata a programação foi:

- Os operários da Companhia Progresso Industrial organizaram o programa seguinte de comemoração à data de 1º de maio
A alvorada do dia do Trabalho será saudada com uma girandola de foguetes de dinamite, executando-se, nessa ocasião, a *Marselheza*.
Às 7 horas da manhã, partirá préstito precedido de uma banda de música, percorrendo diversas ruas da cidade, tomando depois passagem em um trem com destino a Tristeza.
O trem partirá da estação do Riacho às 8 horas da manhã.
Às 5:00 da tarde, os manifestantes estarão de regresso (A DEMOCRACIA, 1 de maio de 1907, p. 4).

A *Companhia Progresso Industrial* também paralisava os seus trabalhos para levar os operários a comemorarem a data. Assim como em 1906, em 1907 houve uma banda e a visita a uma chácara. Mas neste caso foi em Canoas (O INDEPENDENTE, 3 de maio de 1906, p. 1). Destes exemplos, pareceu que o 1º de Maio era um evento que possuía caráter duplo, ou seja, ele era um espaço reivindicatório e festivo. De um lado ressaltava-se a necessidade da manifestação por mais direitos e por outro festejar. Quanto aos socialistas, o baile e o piquenique poderiam servir de ferramentas estratégicas para atrair um público maior.

Quanto aos anarquistas, tema tratado no capítulo anterior, frisou-se que “no decorrer dos anos, vemos que o espaço ocupado pelos socialistas na direção do movimento operário porto-alegrense começa a ser cada vez mais disputado com as lideranças anarquistas” (BILHÃO, 2005, p. 235). E por ter o jornal *A Democracia* e o *A Luta* circulando pela cidade, pareceu que as rivalidades eram mais acirradas e emblemáticas em 1907. Essa imagem que ficou, segundo Bilhão, poderia ser consequência da “dimensão jornalística dada às disputas e polêmicas entre os dois grupos”.

Mas focando nas rememorações do 1º de Maio, apontou-se a prestação de contas realizado pelos socialistas a respeito deste evento. Na distribuição das receitas foi possível perceber que havia a organização de listas de arrecadação, as quais eram as fontes pecuniárias para o acontecimento do evento. E constou também a discriminação das despesas que deveriam ser fiscalizadas por uma comissão.

| A. DEMOCRACIA | | | |
|---|----------|---|----------|
| BALANÇO | | | |
| da receita e da despesa realizadas para a comemoração do 1.º de Maio de 1907, em Porto Alegre | | | |
| RECEITA | | DESPEZA | |
| Lista n. 1 | 9\$000 | Musica | 120\$000 |
| " 2 | 3\$000 | Manifestos | 35\$000 |
| " 3 | --- | Doces para as crianças que tomaram parte na comemoração | 6\$000 |
| " 4 | 21\$000 | Carretos | 1\$500 |
| " 5 | 30\$500 | Diversos (sellos, etc.) | 2\$400 |
| " 6 | 2\$000 | | |
| " 7 | 5\$000 | Somma | 164\$900 |
| " 8 | 27\$000 | | |
| " 9 | 1\$000 | | |
| " 10 | 7\$000 | | |
| " 11 | --- | | |
| " 12 | 4\$000 | | |
| " 13 | 7\$000 | | |
| " 14 | 3\$000 | | |
| " 15 | --- | | |
| " 16 | 36\$000 | | |
| " 17 | 2\$500 | | |
| " 18 | 1\$500 | | |
| " sem n., da officina Berta & Wallig | 8\$500 | Receita | 188\$940 |
| Lista sem n., "1.º de Maio" | 14\$240 | Despeza | 164\$900 |
| Porcentagem do movimento da copa | 6\$700 | Saldo | 24\$040 |
| Somma | 188\$940 | Somma | 188\$940 |

Porto Alegre, 3 de Junho de 1907.

O thesoureiro,
Gustherme Koch.
 Delegado da "Allgemeiner Arbeiterverein".

Todos os documentos comprobativos da receita e da despesa demonstradas neste balanço foram examinados e reconhecidos legaes pelos delegados membros da Comissão Central da Federação Operaria do Rio Grande do Sul abaixo mencionados, os quaes passaram, nesse sentido, plena quitação ao thesoureiro, a 12 de Junho de 1907.

Revisores das contas: Porfirio José da Silva, presidente da Comissão Central e delegado da União dos Pedreiros; Francisco Xavier da Costa, secretario da Comissão e delegado do Gremio de Artes Graphicas; Antonio Budzyn, delegado do Club Imprensa Operaria; Carlos Macchi, delegado da União dos Trabalhadores em Madeira; Pedro Meyer, delegado da União Operaria Internacional.

Figura 7- Balanço da receita e da despesa realizadas para a comemoração do 1º de Maio de 1907, em Porto Alegre.

Fonte: *A Democracia*, 2 de julho de 1907, p. 2.

Percebeu-se que a Comissão Central da FORGS arrecadou mais do que gastou. Esta boa gerência era uma maneira de apresentar a todos que os operários sabiam administrar os próprios recursos. Neste sentido, que estavam prontos para lidar com a "coisa pública". Além disso, a divulgação do balancete era uma forma de se precaver de eventuais acusações referentes à corrupção.

Outro evento que seria organizado pelos socialistas foram os festivais dramáticos. Os dramas eram apresentados e os lucros serviriam para beneficiar alguma causa que a sociedade organizadora desejasse ajudar. Então, um exemplo foi:

Sabemos que alguns sócios do brilhante *Grêmio de Artes e Gráficas e Correlatos* estão organizando um festival dramático, que será brevemente levado a efeito, talvez no teatro S. Pedro, em benefício da biblioteca do mesmo grêmio.

Tratando-se no caso, de uma iniciativa entusiástica e cujo fim é nobilíssimo, é de prever que o dito festival será um verdadeiro triunfo para os seus organizadores e resulte, para a digna associação gráfica, magnífico sucesso de bilheteria¹⁶⁹ (A DEMOCRACIA, 21 de maio de 1905, p. 3).

Este *Grêmio* foi uma das *associações operárias* que mais teve destaque na imprensa operária. Isso se dava motivado pela presença de lideranças socialistas e anarquistas que eram gráficos e/ou tipógrafos. E este festival poderia apresentar uma peça que dramatizaria a vida social, com leituras de mundo apropriadas pelos socialistas a partir da observação que mantinham da “vida urbana”.

Las obras, sin excepción, tenían argumentos de contenido social, capacitando a las compañías teatrales para el ejercicio de la concientización y educación de los espectadores, invariablemente constituido por obreros. Por otra parte, la calidad de las interpretaciones y las relaciones de afinidad construidas en torno de las presentaciones, entre los propios actores y entre ellos y su público, posibilitaban una cohesión muy superior a la mera intención política¹⁷⁰ (SAMIS, 2013, p. 161).

Assim, se por um lado eles difundiriam os seus ideais a partir de uma peça de teatro, por outro eles arrecadariam verbas para a construção de uma biblioteca. Ainda sobre o *festival*, soube-se que

Vão muito adiantados os preparativos para o espetáculo que, em benefício do *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatos*, a diretoria (ilegível), auxiliada por vários cônscios, pretende realizar no próximo mês.

A récita constará da representação do esplendido drama em 9 (deduzo) atos *Operários e agiotas* do (ilegível) escritor português Julio Rocha, e de declamação de dois outros desopilantes monólogos.

Além de outros amadores dramáticos, tomará saliente parte no espetáculo o nosso festejado e inteligente amigo Candido Ilha¹⁷¹ (A DEMOCRACIA, 4 de junho de 1905, p. 2).

¹⁶⁹ Grifo no original.

¹⁷⁰ Tradução livre: “as obras, sem exceção, teriam argumentos de conteúdo social, capacitando as companhias teatrais para o exercício da conscientização e educação dos espectadores, invariavelmente constituído por operários. Por outra parte, a qualidade das interpretações e as relações de afinidade construídas em torno das apresentações, entre os próprios atores e entre eles e seu público, possibilitaram uma coesão muito superior a mera intenção política”.

¹⁷¹ Grifo no original.

As notícias da realização e do “sucesso” do festival foram publicadas no final de julho. Neste sentido, segue a nota,

Perante boa concorrência realizou-se quinta-feira o festival em benefício da biblioteca do *Grêmio de Artes Graphicas e Correlatas*.
O drama levado a cena agradou extraordinariamente, sendo muito aplaudidos os dignos amadores que se encarregaram da representação.
Não destacamos ninguém nesta rápida notícia porque, (ilegível) talvez que involuntariamente cometêssemos qualquer injustiça.
A comédia fez frases sucessos de hilaridade.
Pelo êxito do festival, os nossos parabéns ao *Grêmio* e principalmente ao seu esforçado presidente e nosso amigo Garcia Júnior¹⁷² (A DEMOCRACIA, 30 de julho de 1905, p. 2).

Nesta publicação, ficou identificável o suposto sucesso do *festival*, porém, depois de um mês, outra notícia contrastou com esta e nos ajudaria a entender o que ocorreria nos bastidores do *Grêmio*. Do êxito deste evento enunciado no dia 30 de julho veio, em 10 de setembro, a publicação de que:

Theodoro Garcia Júnior, presidente do *Grêmio*, cientificou aos consócios que apesar do espetáculo por ele organizado em benefício da biblioteca ter dado resultado negativo, a sociedade não teria com isto prejuízo algum, visto que o *déficit* havido, e para cobrir o qual fora retirada certa importância da caixa social, desaparecia porque ele, presidente, pagava do próprio bolso esta mesma importância¹⁷³ (A DEMOCRACIA, 10 de setembro de 1905, p. 2).

Tal situação pareceu criar um grande desconforto entre a diretoria deste *Grêmio* e alguns sócios. E além da restituição do dinheiro, se deu ainda o pedido de renúncia dos cargos de presidente e 1º secretário. Logo, Garcia Júnior e Paulino Diamico abandonaram os seus cargos, o que significaria o abafamento de algum boato a respeito de má conduta da dupla. E com o fim de acabar com qualquer possibilidade de comentário dos seus opositores, a nova eleição ocorreu e ficou como presidente o nome de Francisco Xavier da Costa, o qual corroboraria posteriormente, dizendo que tudo ocorrera bem na gestão dos seus antecessores.

Mas os esforços de manter uma boa frequência entre os gráficos tomaram forma de apelo, em 1906. Pelos indícios, nem esta categoria, que tinha líderes influentes no

¹⁷²Grifo no original.

¹⁷³Grifo no original.

movimento operário, escapou da baixa participação dos trabalhadores em seu *grêmio*. Então, publicaram os socialistas:

O principio que deveríamos ter por norma é - união; única base suficientíssima para conseguirmos o que almejamos.
E, se esta união não existe, é de nosso dever procurar cria-la, por meio da palavra falada ou escrita. Há, em nosso meio, companheiros que não se esquivarão a qualquer sacrifício em prol da nossa causa.
E porque a classe gráfica de Porto Alegre não se une, não se faz conhecer como uma entidade, tal qual as suas congêneres, em alguns grandes centros, onde conta com inúmeras e grandes associações e jornais da classe? (A DEMOCRACIA, 9 de dezembro de 1906, p. 2).

Esta dificuldade de manter os associados ativos foi uma constante no movimento operário local. Os espaços das sociedades operárias mesclavam várias atividades com o fim de promover a união entre os trabalhadores e a melhor utilização do tempo livre. Uma das iniciativas mais marcantes foi a manutenção de espaços de estudos.

A educação não era dever único e exclusivo das escolas. Neste sentido, dever-se-ia pensar que:

de forma general, la mayoría de las referidas escuelas eran mantenidas por los obreros y el régimen de disciplinas obedecía a prioridades establecidas para alcanzar la independencia de espíritu y capacidad de organización individual y colectiva. La experiencia escolar, como afirmamos, no estaba separada del mundo del trabajo y de las luchas (SAMIS, 2013, p. 160).

Na verdade, existia o incentivo de que todas as relações sociais possíveis deveriam servir para orientação ideológica e intelectual. E as *sociedades operárias* não fugiriam deste perfil. Destarte, o *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas* criou um *Gabinete de Leitura*, o qual iniciou com 44 obras.

Foi instalado, à rua dos Andradas n. 539, o gabinete de leitura do *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas desta capital*.
Tem sido bastante animador o comparecimento de sócios a ele.
Durante a semana que hoje finda foram oferecidos à biblioteca do *Gremio* 44 volumes, de diversas obras, sendo, pelo vice-presidente sr. Julio Henrique Otto Neu, 5; pelo tesoureiro, sr. Julio Schultz, 5; pelo 2º secretário, sr. Polydoro Santos, 31 e pelo sócio sr. Julio Cesar de Alencastro, 3 volumes¹⁷⁴ (A DEMOCRACIA, 15 de outubro de 1905, p. 2).

¹⁷⁴Grifos do autor.

A partir do anúncio da instalação de tal *Gabinete*, ficou imprescindível frisar que as obras foram doadas pelos associados. Um dos ofertadores foi Polydoro dos Santos, um dos líderes que se destacaria entre os anarquistas e que disputaria a presidência deste *Grêmio* com Francisco Xavier da Costa. Outra característica pertinente foi que não houve, neste momento, a descrição das obras que foram disponibilizadas, porém, o número que Polydoro cedeu foi quantitativamente muito superior aos demais¹⁷⁵.

Portanto, identificou-se que em nome dos operários da cidade foi reivindicado a construção de um *Lyceu* para os trabalhadores se aperfeiçoarem. Neste caso, o cunho ideológico poderia ser deixado de lado na instrução, pois a luta se tornava pontual e objetiva: era necessário instruir a classe trabalhadora.

Além dos livros, os periódicos também serviam para educar os trabalhadores. Então, os socialistas publicaram que “os operários devem instruir-se lendo os jornais que pugnam pelos seus interesses, que os defendem, e para isso é necessário que nunca deixem de auxiliar a imprensa proletária” (A DEMOCRACIA, 12 de novembro de 1905, p. 1). E com esta motivação foi impresso a recomendação:

“assina um jornal qualquer, este, por exemplo, ou qualquer um outro, mas assina-o”.
É esse o grande e útil conselho, que dá um dos mais importantes jornais americanos e acrescenta:
“O homem que sabe ler e não tem um jornal em sua casa, é como a pessoa, que pode comer, apresentam-lhe pão e... morre de fome.
É bem certo que tu gastas com qualquer bagatela mais do que necessitas para pagar uma subscrição.
[...]
Acostuma-te a ver que em tua casa não falte algum jornal e por via de regra paga pontualmente a tua assinatura. Não te arrependerás!
Um jornal é um amigo, que nos visita e nos ensina muito” (A DEMOCRACIA, 19 de novembro de 1905, p. 2).

Saber ler era para este grupo político uma ferramenta de grande valia para a luta de classes. Mas, entre a primeira citação, e a segunda, a respeito da aquisição de jornais, o leitor deve ter percebido que ocorreu à mudança de postura quanto ao tipo de jornal que o proletariado deveria comprar. Na realidade, o segundo parecer sobre a importância dos periódicos na vida do trabalhador era primário, pois seria nos jornais que os operários encontrariam informações sobre o que acontecia no “mundo”. Apesar

¹⁷⁵Esse fato poderia ser explicado a partir da crença dos anarquistas na educação e no desenvolvimento de uma cultura letrada

da necessidade operária de saber o que acontecia, deveriam eles se posicionar estrategicamente em prol da classe. Neste sentido, a segunda citação pareceu uma contradição da primeira, e não uma reflexão que somaria aquela necessidade já ilustrada.

Mas mesmo com toda a exaltação a respeito do consumo dos jornais, encontraram-se passagens que refletiam a dificuldade da manutenção do *A Democracia*. E uma nota foi publicada anunciando o fim deste periódico, no final de dezembro de 1905. Em suma, constava a nota:

Confirmam-se hoje, mau grado nosso e apesar de ingentes esforços que temos empregado, os tristes augúrios proferidos por muita gente prática ao aparecer a *Democracia*:

Esta folha fundada e sustentada com sacrifícios por dois operários, fundada e sustentada unicamente para a defesa dos interesses da nossa classe – desaparece porque lhe falta o auxílio do próprio elemento em prol da qual surgiu na arena¹⁷⁶ (A DEMOCRACIA, 24 de dezembro de 1905, p. 1).

A melancolia discursiva apontava a “ilustre” ambição do jornal. No caso, foram “dois operários” quem sacrificaram tempo e dinheiro escrevendo sobre os interesses da classe. E apesar do esforço, o periódico desapareceria pela falta de apoio daqueles a quem foi dedicado tal produção. E evitando qualquer acusação dos opositores, afirmaram que:

Demonstrávamos em resposta a isso as dificuldades com que estávamos a pugar, exibíamos o livro de receita e da despesa e deixávamos bem evidente a impossibilidade de poder progredir este único órgão da classe operária regularmente publicado em todo o Estado do Rio Grande do Sul.

[...]

Correram-se os meses; chega a época da cobrança das assinaturas – ou, melhor dito, a época da realidade: a maior parte dos assinantes não paga...

Tendo atingido ao auge, pois, o sacrifício de nossos interesses, esgotados pecuniariamente, porque para sustentar o órgão da nossa classe lançamos mão de umas pequenas reservas monetárias que possuíamos, julgamo-nos perfeitamente dispensados de continuar a publicação deste jornal (A DEMOCRACIA, 24 de dezembro de 1905, p. 1).

E como foi possível identificar, os redatores anunciaram que ficaram “esgotados pecuniariamente”, uma vez que o investimento foi totalmente retirado de suas “reservas monetárias”. E assim divulgaram o fim das publicações. O que seria revisto e

¹⁷⁶Grifo no original.

readequado para o próximo ano, já que o *A Democracia* ressurgiria no final de 1906 “após o interregno de quase um ano, ressurgir hoje o órgão dos operários *A Democracia*, sob o patrocínio do *Club Imprensa Operária*, fundado nesta capital para a divulgação de publicações de interesse para o proletariado em geral”¹⁷⁷ (*A DEMOCRACIA*, 9 de dezembro de 1906, p. 2).

Agora, *A Democracia* passa, pois, a pertencer ao citado club e será redigida por uma comissão eleita pelo mesmo e que é composta dos seguintes companheiros: Xavier da Costa, diretor, Wilhelm Koch, M. Pereira, G. Amtheur, F. da Silva Duarte e Julius Mark¹⁷⁸.

Percebeu-se, então, a criação de uma associação mantenedora e organizadora do periódico. Assim, a redação e as contas foram mais bem divididas. As associações da classe também se voltaram para a fomentação de espaços de instrução intelectual aos seus sócios. Neste sentido, a *União dos Pedreiros* protagonizou uma iniciativa que agradaria as lideranças socialistas. No caso em específico, havia a peculiaridade de Francisco Xavier da Costa ser sócio honorário desta agremiação.

Conforme noticiáramos, a *União dos Pedreiros* instalou em sua sede, em a noite de 1º de Julho, a aula noturna que resolvera fundar para sócios seus e filhos menores dos mesmos.

[...]

Por um requinte de gentileza da digna diretoria *União* foi encarregado de iniciar a escrituração da matrícula o companheiro Xavier da Costa, sócio honorário daquele grêmio.

Feita a inscrição dos alunos e resolvido quanto às noites e horário em que deve funcionar a aula, os companheiros João Perazzoni, presidente da *União*, José André Gonçalves, vice-presidente, Xavier da Costa e José Francesch ofertaram à sociedade vários livros didáticos.

[...]

Em seguida, o companheiro Francesch organizou a classe de alunos de geometria e desenho linear e iniciou o ensino destas matérias.

Habilitado no assunto, dotado da dedicação própria de quem quer que sejam profícuas as suas lições, e dando-as sem afetação, explicando-as e demonstrando-as como simples companheiro e não em pretencioso tom de mestre, José Francesch agradou geralmente e teve o prazer de notar o interesse com que os seus alunos se devotam ao estudo.

As lições de instalação da aula terminaram às 9 ½ da noite.

Concluídas elas, o companheiro Francesch ofereceu aos discípulos e aos demais consócios alguns copos de cerveja, trocando-se, nessa ocasião, vários brindes, dentre os quais salientamos os erguidos à *União dos Pedreiros*, à sua esforçada diretoria, a ele e – à Classe Operária unida e fortalecida pela orientação profícuas e honesta.

¹⁷⁷Grifo no original.

¹⁷⁸Grifo no original.

- Na aula noturna da *União dos Pedreiros* será lecionadas, provisoriamente, as seguintes matérias: português, caligrafia, geometria, desenho, aritmética, e álgebra.

Logo que estejam desenvolvidas as classes destas serão instaladas as de geografia, história e outras que estiverem ao alcance da sociedade estabelecer.

- O competente professor de matemática sr. Raul B. de Souza, que mantém uma aula particular onde há preparado vários alunos para exames oficiais e que todos eles tem sido aprovados com excelentes classificações, teve a generosidade de oferecer-se para lecionar gratuitamente, duas vezes por semana, aritmética e álgebra aos alunos da aula da *União dos Pedreiros*¹⁷⁹ (A DEMOCRACIA, 7 de julho de 1907, p. 4).

Como se percebeu, havia a distribuição de matérias que poderiam indicar a origem dos professores. Um professor mantinha aula particular e teve a “generosidade” de oferecer aulas gratuitas aos operários e seus filhos. Outro “companheiro” da classe que apareceu foi um professor de desenho linear e geometria.

A característica mais importante a ser identificada neste momento foi a do funcionamento noturno da escola. Isso indicava que as lideranças desta *União* estavam buscando ocupar o tempo-livre dos trabalhadores com a formação intelectual.

Os socialistas acreditavam que a instrução popular seria uma ferramenta muito poderosa para a transformação social. Ao contrário dos anarquistas, eles acreditavam que o Estado poderia gerir este mecanismo ideológico. Neste sentido, eles criaram uma campanha em prol de um *Lyceu de Artes e Offícios*¹⁸⁰ que iniciou no jornal *A Gazetinha* e se estendeu até o *A Democracia*.

A criação deste *Lyceu* era percebida como uma necessidade, pois seria através dele que os operários poderiam “adquirir, sem dispêndio, instrução e conhecimentos profissionais” (A DEMOCRACIA, 15 de outubro de 1905, p. 1). A interferência do Estado era primordial para a realização de tal obra, porém, a atenção da intendência se voltou para a construção de uma escola que visava formar engenheiros¹⁸¹. Fato este que revoltou os socialistas.

Então, precisando de muitos esforços, estes militantes investiram as suas forças para a obtenção de um prédio, o qual serviria para o *Lyceu*. Entretanto, a relação com a intendência foi se complicando, na medida em que os interesses dela ia se modificando. Deste modo, publicaram:

¹⁷⁹ Grifo no original.

¹⁸⁰ Por se tratar de um nome próprio, preferiu-se manter a denominação que lhe era atribuído.

¹⁸¹ O nome deste estabelecimento se chamaria *Escola Benjamim Constant*.

E com **cem contos de réis** contribuiu o governo municipal para aquele sobrado que é um *retrocesso arquitetônico*, para aquela brutalidade antiestética, para aquele casarão que recorda os tempos da fundação do Porto dos Casais, e que foi projetado pela turma ilustre do positivismo indígena.

Prontificado o edifício, com grande surpresa de muita gente, nele foi feito, no frontispício do pavimento térreo, em vez do dístico *Lyceu de Artes e Offícios*, constante do projeto que esteve exposto em uma das montras da Livraria Americana desta cidade, o título *Escola Benjamin Constant*, o qual apenas representa, no caso, uma abusiva, inexplicável e inexequível homenagem ao comtista que, falsamente, é colocado pelos seus correligionários como um dos fundadores da República Brasileira.

Conseguiram, dest'arte, os srs. Simplicio Parboé & Cia. Tirar ao lyceu o devido característico, para dar-lhe o da seita funesta a que suas senhorias são filiados atualmente.

[...]

Entretanto, a realidade foi além da nossa expectativa, porque eles não se tornaram *dominadores principais* e sim absolutos, e tanto que até agora funciona em todo o edifício apenas a escola de engenharia.

O Lyceu de Artes e Offícios não existe e – quem sabe! – não existirá enquanto, sendo secretário das obras públicas o sr. Parobé e deputados, representantes não sabemos de que parte do Povo, os srs. Simplicio e João Vespucio, o dr. Montaury esquecer-se de que os operários desejam hoje, como outr'ora a fundação de um estabelecimento onde eles se possam melhor instruir e aperfeiçoar profissionalmente¹⁸² (A DEMOCRACIA, 15 de outubro de 1905, p. 1).

As críticas da não realização do *Lyceu* foram dirigidas a figuras públicas republicanas. Este evento serviria para exemplificar a oposição ao governo¹⁸³ realizada pelos socialistas¹⁸⁴. Houve também a apresentação de uma proposta de escola maternal, a qual estava em procedimento em três países europeus, no caso, Portugal Inglaterra e França. Segundo a lógica apresentada no artigo, a articulação deste tipo de escola teria um papel fundamental para o desenvolvimento da economia destes países. E o Brasil já possuía algumas escolas deste modelo funcionando (A DEMOCRACIA, 12 de agosto de 1907, p. 3).

¹⁸² Grifo no original.

¹⁸³ Existiu uma série de artigos que visava desvendar os problemas enfrentados *Pela instrução pública*. Na série foram apresentadas aos leitores as dificuldades das professoras de ministrar aula por falta de livros (A DEMOCRACIA, 13 de julho de 1907, p. 1). Outra questão seria a falta de aptidão profissional de muitos professores. Isso acontecia por serem eles convocados por ordem do Partido Republicano, ou seja, eram uma espécie de cargos de confiança do governo (A DEMOCRACIA, 2 de julho de 1907, p. 1). Apesar de todas as necessidades de formação de mais escolas, o governo ainda fechou algumas que funcionavam de noite, como por exemplo uma que funcionava junto a Escola Normal, “dirigida pelo sr. Augusto Totta, a qual prestou bons benefícios a muitos operários” (A DEMOCRACIA, 14 de abril de 1907, p. 2). Em suma, os socialistas estavam preocupados com a instrução do operariado, pois segundo as lideranças, seria através da educação a formação de uma nova moral social.

¹⁸⁴ Um exemplo de caracterização da educação ideal pôde ser encontrado da seguinte forma: 1) a criança seria educada em casa, pelos familiares. Ali ela aprenderia o convívio básico de convivência; 2) Ao ter a idade adequada para ir a uma escola primária, ela poderia receber instruções conforme as suas faculdades mentais; 3) após este conhecimento geral, as crianças poderiam frequentar as “escolas industriais, onde aprenderia a teoria e a prática do ofício que desejasse exercer” (A DEMOCRACIA, 1 de outubro de 1905, p. 2)

A maior dificuldade enfrentada pelas lideranças operárias foi a de manter os trabalhadores unidos em torno das *associações*. Neste ponto observaram-se várias chamadas no *A Democracia* para reuniões e assembleias que eram convocadas mais de uma vez. Por exemplo, se deu a tentativa de organizar um *Partido Operário* na cidade, e as convocações seguiam o seguinte teor “sabemos que na próxima semana reunir-se-á a Comissão Central Provisória do Partido Operário, a fim de resolver sobre assuntos de grande importância” (*A DEMOCRACIA*, 21 de maio de 1905, p. 2).

O *Partido Operário* não publicou a pauta que motivaria tal reunião. Em suma, estas reuniões poderiam servir para unir aqueles que se achariam afastadas da organização de classe. Quando também, pela fraqueza das sociedades, poderiam elas fundir-se em uma. Neste caso, “realizar-se-á uma reunião de assembleia geral, da gloriosa *Liga Operária Internacional*, desta capital, a fim de tratar-se da fusão desta antiga associação com outra cujos elementos componentes acham-se esparsos” (*A DEMOCRACIA*, 04 de junho de 1905, p. 2). Portanto, mais que quantidade de *associação*, desejavam os socialistas qualidade nas existentes. E isso se traduziria no número de adeptos e de atividades promovidas pela entidade.

Assim, estas assembleias deveriam motivar os trabalhadores a criarem “um grêmio forte e orientado, capaz de, por seu prestígio, tornar-se garantia de vitória na luta em prol da reivindicação dos direitos do proletariado em Porto Alegre”¹⁸⁵. Da existência formal à legitimidade medida através da frequência dos trabalhadores nas reuniões era pauta em praticamente todas as sociedades operárias da cidade. Os dias que realizavam as assembleias deveriam respeitar algumas condições, das quais algumas foram mais bem detalhadas no primeiro capítulo. Entre elas teria o dia e o horário da reunião.

Respeitando a jornada de trabalho e a necessidade de descanso do proletariado, muitos destas sociedades organizaram os seus encontros nas quartas-feiras, no turno da noite. Um exemplo foi o *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas*, que “efetuará a sua sessão ordinária mensal, na residência do respectivo tesoureiro, sr. Julio Schultz, à rua General Paranhos n. 35, esquina da rua Jeronymo Coelho”(A *DEMOCRACIA*, 04 de junho de 1905, p. 2).

¹⁸⁵ O resultado da reunião foi a transformação da *Liga Operária Internacional* para *União Operária Internacional*.

Outras optavam pelo domingo de manhã, conforme foi publicado a respeito da chamada que convidava a “todos os sócios para a sessão a realizar-se domingo, 30 do corrente, às 11 horas da manhã, à rua Santo Antonio n. 47” (A DEMOCRACIA, 04 de junho de 1905, p. 3). E o *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas* realizaria no dia 16 de julho de 1905, em um domingo, às 9 horas da manhã, uma assembleia convocada pelo seu presidente. Estes exemplos demonstram que existia uma agenda que respeitava o dia e os horários de trabalho que os operários porto-alegrenses tinham. Mesmo com isso existia a dificuldade de concentrar um grande número de sócios nestas reuniões. O que poderia ser diferente nos festivais dramáticos, quermesses e piqueniques.

A entrada das reuniões era franca. Nelas, o operariado discutiria assuntos de interesse do ofício e/ou da classe proletária. Neste sentido, a *União de Resistência Padeiral* se programou para tratar “de urgentes assuntos relativos às condições atuais da classe dos padeiros” (A DEMOCRACIA, 23 de julho de 1905, p. 2). A mesma sociedade mudaria o seu nome a partir de 1º de setembro de 1905, denominando-se desde então como *União dos Empregados em Padaria* (A DEMOCRACIA, 3 de setembro de 1905, p. 3). Com isso, os estatutos eram renovados conforme as orientações das lideranças do movimento¹⁸⁶.

Para marcar a transformação, foi convocada uma “sessão solene, a realizar-se domingo, 3 do corrente, ao meio-dia, na rua Santo Antonio n. 47” (A DEMOCRACIA, 3 de setembro de 1905, p. 3). O orador foi Francisco Xavier da Costa e os convidados a participarem deste evento foram “todas sociedades operárias existentes nesta capital”. Convite que demonstraria a ambição de “comemorar” os “avanços” da classe entre todos os trabalhadores.

Deste evento, em particular, foi possível identificar alguns elementos que apresentariam a força da *União* para a sociedade. A iniciar, no 1º de setembro, dia da mudança do nome desta sociedade, “o presidente e o 1º secretário da *União*, nossos amigos Theophilo Machado e Luiz Moni, foram, de carro, à residência daquele nosso companheiro [Xavier da Costa] buscá-lo para a sessão”¹⁸⁷ (A DEMOCRACIA, 10 de setembro de 1905, p. 2). Aqui, percebeu-se a indicação da ida de carro de dois representantes até a casa do orador, a então liderança socialista mais expressiva do

¹⁸⁶ A modificação poderia ser motivada pelas novas necessidades da categoria, como também, por fatores subjetivos que vão no sentido de identificação do operariado com aquela *União*.

¹⁸⁷ Grifo nosso.

período. Isso demonstraria publicamente o poder de possuir, ou alugar, um carro para uma sociedade que percebia no poder aquisitivo um demonstrativo de sucesso social.

Outro elemento pertinente de análise foi a oferta de cerveja aos convidados pelo presidente da *União* (A DEMOCRACIA, 10 de setembro de 1905, p. 2). A relevância desta informação se deu motivada pelas críticas quanto ao consumo de álcool existente entre os líderes operários. E sem fazer referência alguma a este consumo, as linhas seguiram informando o que Xavier da Costa falou a respeito dos padeiros e da classe operária.

Então, na sequência, observou-se que o líder socialista elogiou a atuação dos padeiros, “descrevendo com vivacidade de frases, o que é a vida do mesmo, e salientando a longa série de verdadeiros sacrifícios de saúde que dispense no exercício profissional”. A mensagem era clara, ser padeira era motivo de orgulho. Neste sentido, “o padeiro – diz o orador – é dos proletários um dos que com maior razão podem asseverar que, em cada gota de suor vertido no afã do trabalho verte, também, uma gota da própria vida”.

Mas apenas o “orgulho” da categoria não bastava. Necessitava-se criar a união e orientação para a proteção mútua. Da união a força. Da união a orientação socialista. Da força e orientação socialista os “esforços em prol da vitória da causa comum de todos operários”. Com este tom discursivo foi que “o orador várias vezes foi interrompido por aplausos e ao terminar recebeu prolongada salva de palmas”. O orador reforçava o valor da classe e a necessidade da união entre os trabalhadores.

Outro tipo de evento que os socialistas investiram foi na elaboração de quermesses. Este tipo de festa beneficente era organizado em prol de alguma causa específica ou para levantar fundos à sociedade que a promovia. Assim, a *União dos Trabalhadores em Madeira* estaria organizando uma que seria “levada a feito no prédio da rua Ramiro Barcellos n. 147” (A DEMOCRACIA, 2 de julho de 1905, p. 2).

Esta quermesse ocorreu de fato, em um sábado de agosto de 1905. Coube salientar que estas iniciativas foram muito prestigiadas pelos operários. E todas as vezes que este tipo de evento ocorria, as notícias que davam conta de relatar a respeito eram bem laudatórias à *associação* que a promovera. Isso se fez perceber na seguinte publicação:

Com grande animação e seleta concorrência esta sociedade efetuou no sábado, 26 do passado, um festival artístico em benefício de suas projetadas aulas.

O espetáculo teve lugar no *Salão Humberto I*, à rua Visconde do Rio Branco, e obteve esplendido êxito.

A primeira parte constou da representação do drama em dois atos intitulado *Leviandade dos pais*, da lavra inteligente do amador Boaventura Silva.

[...].

A segunda parte foi preenchida com a conhecida comédia *Por causa da Pindahyba*, em que José Macchi, Amaro de Barros, Mario Netto, Schiehl, Krieb e Ernesto Macchi trouxeram o público em constante hilariedade.

Em seguida o sr. José Macchi, amador dotado de irresistível veia cômica e muito talento, monologou os *Episódios da revolta* que o público aplaudiu estrepitosamente.

Após isto, foi, com insistência, chamado no proscênio, pelo auditório, o redator da *Democracia* que, atendendo, apareceu acompanhado do corpo cênico, do presidente e do diretor da *União*, nossos amigos Jacintho Alencastro e Ernesto Macchi, e foi recebido com prolongada e entusiástica salva de palmas.

Restabelecido o silêncio, o nosso diretor dirigindo a palavra ao auditório agradeceu a manifestação que lhe era feita, felicitando-se por encontrar em sua nova fase de propagandista operário a classe, de que se orgulha de pertencer, disposta para a luta em prol dos seus direitos. Aludiu aos últimos movimentos obreiros em nosso Estado, fez a apologia da união e terminou concitando o auditório a pelejar sempre, firme e ousadamente, pelo alevantamento do Operariado.

[...]

Carlos Ponte, que em linguagem enérgica, incisiva, de radical que é, argumentou a proposito das greves, aconselhando os operários a que procedam sempre com toda a energia; o nosso diretor, explicando a sua intervenção na recente greve dos tecelões; Carlos Schütz, pregando, rapidamente, o dever do operário, e, finalmente, Jacintho Alencastro, agradecendo o auxílio que os amadores dramáticos prestavam à *União dos Trabalhadores em Madeira*, o comparecimento dos representantes da *Democracia* e o do numeroso auditório que enchia o salão.

Encerrou brilhantemente o festival o nosso amigo e talentoso amador Amaro de Barros, recitando a bela poesia inédita de Ribeiro Júnior, intitulada *O Trabalho*, que hoje publicamos.

Fez sua estreia neste espetáculo uma excelente orquestra composta dos srs. Antonio Padro de Souza, Luiz Antonio Pinto, Manoel Pereira do Espírito Santo, Polycarpo José da Silva e Luiz Carlos Silveira.

A récita da *União* foi, pois (ilegível) parabéns que cumprindo um ato de inteira justiça, especializamos em relação aos seus devotadíssimos presidentes e diretor, Jacintho Alencastro e Ernesto Macchi.

A *Democracia*, distinguida com um convite por meio de ofício, foi representada no festival pelos nossos companheiros Xavier da Costa e Julio Henrique Otto Nen, aos quais a digna diretoria da *União* cumulou de excepcionais gentilezas que penhoradíssimos agradecemos¹⁸⁸ (A DEMOCRACIA, 3 de setembro de 1905, p.1- 2).

Deste evento específico, surgiram algumas observações a respeito das atividades realizadas. Assim, houve um espetáculo dramático com a encenação de uma comédia.

¹⁸⁸Grifo no original.

Também ocorreram discursos que seguiam a lógica socialista de construir o consenso e o orgulho da classe.

Outras atividades mantinham grande destaque no *A Democracia*. Destarte, como a *Quermesse* havia a comemoração da fundação das *associações*. Elas se tornavam em momentos de confraternização e alegria entre os associados e convidados. Em muitas delas ocorria o consumo de bebidas e churrasco, dando o tom festivo ao evento. Neste sentido, aconteceu “a comemoração do 6º aniversário da fundação do pujante grêmio operário de S. Leopoldo” (*A DEMOCRACIA*, 1 de outubro de 1905, p. 2).

Os convidados poderiam ser os trabalhadores de outras associações, familiares, alguns patrões e até políticos. Os nomes dos convivas poderiam significar o nível de interação social que a sociedade mantinha. E no caso do *grêmio operário de São Leopoldo* houve “um triunfo para a classe, porque aos festejos daquela sociedade aderiram espontaneamente comerciantes, empregados públicos, etc”. A empolgação com este fato representou aos socialistas “algo mais do que uma simples coparticipação de elementos estranhos em diversões de proletários”. Na verdade, isto apontava “que a união do operariado de São Leopoldo vai-se impondo pela evidência de sua força moral, à consideração e ao apreço das outras classes sociais”.

Aqui foi possível identificar a força subjetiva que estas associações poderiam fomentar entre os trabalhadores. Esta ideia se justificaria pela crença de que o respeito quanto aos trabalhadores estava aumentando. E o grêmio em questão era o grande responsável pelo “reconhecimento de que o operário nem por ter as mãos cheias de calos – que são o atestado do seu valor – vale menos do que aqueles que as tem macias como as delicadas luvas com que são calçadas para as festas aristocráticas do *grand monde*”¹⁸⁹. Então, o resultado desta nova relação se deu na festividade e no convívio festivo entre as distintas classes. Estes elementos textuais podem ser mais bem observados nas orações seguintes:

Dai vem essa aproximação cordial, simpática e voluntária de representantes da burguesia a sociedades operárias, aproximação que não poderá jamais ser inconveniente a elas desde que os trabalhadores saibam manter-se na altura devida e guardar sempre viva a compreensão exata da causa pela qual se congregam e se esforçam.

A adesão de bons elementos de origem burguesa às nossas comemorações significa, pois, algo de triunfo. É que eles vão percebendo o que somos realmente, o que valem de fato.

¹⁸⁹Grifo no original.

Conseguir isso é também por em prática um meio de propaganda pela elevação da nossa classe e, consequentemente, pela emancipação dela.

O novo e mais apropriado valor ao trabalhador era construído através do *associativismo*. Ali os operários encontrariam o respeito merecido. E estas sociedades conseguiam este “triunfo” através da propaganda. Esta ação impulsionaria o operariado a emancipar-se, a livrar-se da opressão. Esta prática lhes possibilitaria a ascensão social e garantiria algumas melhorias na condição de vida dos trabalhadores. Já sobre a programação e ocorrências da festa, cabe salientar então que:

A propósito dos festejos comemorativos levados a efeito pela *União*, recebemos do nosso ativo correspondente o seguinte:

Teve lugar em a noite de 25 do corrente conforme já vos comuniquei, à festa da sociedade *União Operária Leopoldense*, em regozijo ao sexto aniversário da sua fundação.

Às 7 ½ horas, já era grande o número de associados, reunidos na sede social e às 8 após haver executado algumas peças de seu seletto repertório a banda *União Operária*, dirigida pelo hábil maestro sr. Edmundo Wolff o sr. Celestino Benevuto digno e ativo presidente da sociedade, declarou aberta a sessão de gala, congratulando-se com os demais consócios pelo faustoso motivo que ali congregava.

Em seguida deu a palavra ao 1º orador Guilherme Malfatti, que proferindo uma curta alocução, fez apologia da sociedade e de seus fundadores e concitou os operários a se reunirem e se disporem a pugnar pela conquista dos poderes públicos, como único meio para o levantamento da classe oprimida. Depois de várias considerações sobre este ponto terminou erguendo vivas à imprensa e ao operariado.

Tomando a palavra o apreciado moço sr. Josué Porto da Fonseca, que dignamente representava, *O Puritano* agradeceu o convite com que fora distinguido este jornal e saudou a sociedade.

Em seguida falaram também os srs. João Alfredo Eggers e João Ignacio de Andrade. Aquele inteligente e simpático jovem argumentou com entusiasmo em prol do Partido Operário e lembrou um belo incitamento publicado num jornal operário que se publicava em Porto Alegre. João Andrade também por sua vez produziu um lindo discurso a respeito do operário e terminou dando vivas ao Socialismo, sendo muito aplaudido.

Ninguém mais usando da palavra, o presidente encerrou a brilhante sessão comemorativa com uma saudação ao operariado universal.

Da sede, incorporados e formando extenso préstito precedido pela banda de música e à luz de grande número de lanternas venezianas, marcharam os convivas em direção ao salão Concordia.

Ali já era grande o número de famílias que aguardavam a chegada do préstito.

Deu-se principio, então, ao baile de encerramento da comemoração, o qual esteve brilhante e animadíssimo¹⁹⁰.

Assim, São Leopoldo tornou-se um exemplo de boa conduta aos operários porto-alegrenses. Este modelo indicaria que o ritual praticado para celebrar era o certo. Com

¹⁹⁰Grifo no original.

direito a “vivas ao Socialismo”, “vivas à imprensa e ao operariado” e propaganda do *Partido Operário*¹⁹¹. Estes elementos simbólicos foram contrastados com a utilização de certos espaços, os quais foram desde a sede social, passando através de um préstito pelas ruas da cidade até o Salão Concórdia.

Na sede, foram pronunciados alguns discursos repletos de ensinamentos a respeito da importância da vida associativa, do partido da classe e dos seus jornais. Houve a apresentação de uma banda musical para animar o público. A princípio, a mesma banda acompanhou os trabalhadores pela passeata de demonstração de coesão e união até o Salão Concórdia. Neste último espaço, havia a presença de familiares que aguardavam os manifestantes. Por fim, um baile para celebrar o grande acontecimento operário.

Todos estes componentes que “rechearam” o evento demonstravam o grau de valor da *União*. A organização de uma festa envolvia dinheiro e prestígio. E a capacidade administrativa de meios e recursos estava a prova de críticas internas e externas. Por isso que as informações a respeito do acontecimento davam conta de exaltar todos os “feitos” da referida sociedade operária.

Neste sentido, foi necessário verificar os lugares e os espaços que ocorreram as reuniões do operariado na capital gaúcha. Alguns endereços das sociedades operárias foram publicados. Entre eles, pôde-se verificar que a *União Operária Internacional* mantinha a sua sede na “rua Ramiro Barcellos nº 107” (A DEMOCRACIA, 24 de junho de 1905, p. 2). E além desta *União*, outras sociedades ocupavam este mesmo endereço. Listaram-se elas: *União dos Pedreiros*, pelo menos até o dia 15 de agosto de 1907, quando o encontro ficou marcado para a rua Aurora n. 168; a *Federação Operária do Rio Grande do Sul*; a *União dos Trabalhadores em Madeira*; a *União dos Metallurgicos* que marcou uma assembleia, em 26 de maio de 1907, neste endereço, e em duas ocasiões, em dezembro de 1906¹⁹²; e o *Club Imprensa Operária*.

Para a tratativa sobre a organização do 1º de Maio de 1907, as reuniões gerais da classe foram em dois locais e em dois horários. Na parte da manhã, às 9 horas, a reunião era na Rua Ramiro Barcellos, n. 128. Pela tarde, o encontro ficava marcado para as 15 horas, e ocorria no Salão 1º de Maio, localizado na avenida Missões.

¹⁹¹ Maiores debates serão realizados sobre os partidos operários e socialistas no último subcapítulo do presente capítulo.

¹⁹² No caso, nos dias 9 e 19 de dezembro de 1906.

Dentro do levantamento de eventos das sociedades operárias, foram discernidas: assembleias gerais, reuniões de diretoria, eleições, posse, festival dramático, quermesse, comemorações do aniversário da sociedade e o 1º de Maio. As realizações se concentravam nas sedes.

O número de evento realizado foi verificado a partir do jornal *A Democracia*, sendo discriminados por tipo e horário. As assembleias foram as reuniões mais ativas destas sociedades. Com o levantamento de 75 acusações de assembleias, a mais ativa neste sentido foi a *União dos Pedreiros*, com 16 ocorrências. Esta *União* ainda conteve três sessões de diretoria. A preferência era por reunir-se no domingo, entre as 9 e 9 horas e 30 minutos. Duas assembleias ocorreram na quinta-feira, às 19 horas. A preferência pelo dia e horário indicaria o tempo que os trabalhadores desta categoria não estavam trabalhando, enquanto a disponibilidade da sede social era compartilhada.

O *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas* organizou 14 assembleias, somando duas convocações de 2ª chamada. Este *Grêmio* foi um dos mais ativos e disputados durante o período, e a diretoria se reuniu duas vezes. A preferência para a realização das assembleias era o domingo de manhã. A *União dos Trabalhadores em Madeira* manteve uma série de assembleias que eram marcados em vários dias da semana. Então, nos domingos as reuniões eram marcadas para o horário da manhã e na semana a preferência era para a noite. Concentrando as assembleias na rua General João Telles, n. 60, a *União dos Chapeleiros* manteve a sua agenda centrada no domingo. Com exceção do dia 19 de abril de 1907, que foi a noite e em uma sexta-feira. E um exemplo interessante pôde ser observado com a reunião do dia 6 de janeiro de 1907, quando ela ocorreu na casa do seu secretário, na rua Santo Antônio, n. 76.

Enquanto isso, a *União dos Metallurgicos* mantinha o padrão de reuniões no domingo e na quarta-feira. Os encontros dos dias úteis da semana eram agendados para a noite e nas de domingo pela manhã. Situação similar vivia a *União dos Empregados em Padaria* com as assembleias de domingo, mas com horários próximos ao meio-dia. Entretanto, a preferência estava em marcar as 11 horas, na rua da Conceição n. 22. Mas, em 1905, os encontros ocorreram na rua Santo Antônio, n. 47, mudando de endereço no final de 1906. Porém, não foi possível identificar quando ocorreu efetivamente tal mudança, pois foi durante quase todo o ano de 1906 que o jornal *A Democracia* ficou sem circular, o que impossibilitou o encontro da resposta da transferência de sua sede.

A *Democracia* ainda anunciou as reuniões e assembleias da *União Operária Internacional*, nos domingos, com encontros na rua Ramiro Barcellos, n. 128. Também apareceu o *Club Imprensa Operária* com duas ocorrências, sendo uma na terça-feira, dia 5 de março de 1907 e a outra no dia 25 do mesmo mês. Ambos os encontros aconteceram às 19 horas e 30 minutos, mudando o lugar. No dia 5, a concentração ocorreu na rua Coronel Genuíno, n. 46, enquanto a da dia 25, foi realizada na rua Ramiro Barcellos, n. 128.

A *Cooperativa de Calçados* teve um anúncio de sessão de discussão de estatutos, nas “horas do costume”, no local “de costume”. Esta foi a primeira e única *sociedade operária* que omitiu o horário e o local do encontro. Já a *Allgemeiner Arbeiterverein* realizações as suas reuniões no final de semana, com exceção da posse de diretoria que ocorreu na quinta-feira, 7 de fevereiro de 1907, sem anunciar o horário.

A FORGS anunciou apenas sessões ordinárias, as quais chamavam os representantes das associações para compor o quórum. As suas reuniões ocorriam durante a semana. Dos 7 registros encontrados, manteve-se a predominância dos encontros nas quartas-feiras, entre as 19 e 19 horas e 30 minutos. Mas houve uma sexta-feira e uma segunda-feira em que ocorreram encontros¹⁹³.

A Rua Ramiro Barcellos estava situada no bairro Floresta, mais próximo do centro da cidade. E ela pareceu ser o principal ponto de encontro destas sociedades influenciadas pelos socialistas. Outro detalhe pertinente a ser apontado foi que não existiram grandes organizações de festivais dramáticos, veladas e bailes entre estas associações. Dito isto, a partir do que foi apresentado nas páginas do *A Democracia*. Então, ao ir registrando os artigos e os anúncios de eventos para os operários associados, pareceu que eles estavam mais focados e preocupados em unir a classe através de assuntos políticos, e por que não, burocráticos ligados ao funcionamento interno das suas *Unões*.

Não que a festividade não fosse possível, já que existiriam os clubes e outras sociedades preocupadas em realizar as atividades de lazer e diversão para as camadas populares. Entretanto, a vida associativa e as relações sociais pareceriam possuir o sentido de politização dos operários através dos princípios socialistas, enquanto a

¹⁹³Na fonte não foi apresentada a data desta sessão de sexta-feira, mas o horário ficou marcado para 19 horas. Enquanto isso, a segunda-feira foi o dia 3 de junho de 1907, no mesmo horário da agenda anterior.

diversão era algo secundário na hierarquia de eventos a serem marcados e publicizados pelas sociedades de sua interferência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação foi dividida em três capítulos: no primeiro, foram investigadas as condições materiais dos trabalhadores. Assim, estas condições foram encaradas como fatores que possibilitavam a participação, filiação e sociabilização deles nos eventos da classe. Contrastou-se com estes elementos, as agendas de atividades das agremiações, associações e sindicatos. Com isso, observou-se o tempo livre hábil para as atividades de sociabilidade, lazer e formação ideológica; no segundo capítulo, debateu-se a respeito das propostas e iniciativas dos anarquistas. E o resultado imediato foi a percepção de que houve o acúmulo de experiência que resultou nas suas visões de mundo e nas produções literárias que visavam instruir os trabalhadores sobre a causa proletária; no terceiro, também se dialogou com o primeiro capítulo. Ambos os capítulos preocuparam-se em pontuar as especificidades de cada grupo. Foram levantadas as associações que sofriam a interferência de algum representante nelas.

Dos dois últimos capítulos, foi possível identificar as diferenças de estratégia e de método na prática militante. Deste modo, enquanto os socialistas percebiam a via eleitoral e o Estado como recursos a serem conquistados, os anarquistas desejavam eliminá-los. E mesmo que existisse concordância na lógica de que a “emancipação proletária seria obra deles mesmos”, foram identificadas propostas distintas de atuação. Se para os socialistas a democracia representativa era o caminho mais adequado, para os anarquistas a ação direta e a autogestão seriam o meio e o fim para/da revolução social.

Quanto a esta proposta revolucionária, existiram duas lógicas de pensamento. Respeitando o que já foi dito, entendeu-se que as *sociedades operárias* eram escolas de organização dos trabalhadores. O conceito de revolução envolvia os aspectos econômicos, políticos e morais. Não havia sentido propor apenas um destes fatores na lógica daqueles militantes. Assim, a nova sociedade, fosse ela anarquista ou socialista, seria formada por pessoas dotadas da consciência solidária. Em outras palavras, os trabalhadores estariam capacitados a administrar os próprios recursos, como também a trabalharem de forma coletiva. A harmonia social seria conduzida através da socialização das riquezas finais do trabalho. E este era o fim da revolução defendida pelos dois grupos.

Porém, a rivalidade se acentuava quando o debate era sobre o método utilizado para chegar a este objetivo final. Então, a distinção básica era a de que, para os anarquistas, a ação direta e a autogestão eram exercícios para serem praticados imediatamente. Seria desta maneira que os trabalhadores se instruiriam e formariam a nova base de pensamento. Já os socialistas creditavam forças no reformismo, ou seja, na ação de conquistar postos nos órgãos públicos até dominar o aparato estatal.

No meio dos debates estavam as *sociedades operárias*. Elas serviriam para prestar serviços particulares de necessidade imediata aos trabalhadores. Era através destas organizações que muitas reivindicações foram realizadas. Seria através do senso de coletividade que os pedidos individuais transformar-se-iam em consciência de interesses em comum. A associação mediaria a negociação entre trabalhadores e o patronato. Estes fatores objetivos ainda contavam com os fatores subjetivos. Ou seja, se por um lado a organização da classe auxiliava a categoria de trabalhadores, do outro, ela zelava a honra operária. Este orgulho de ser produtor da riqueza social criava a identidade da classe. E, além disso, conscientizava os operários a respeito da sua importância social.

Nos jornais foram muitas as publicações que davam conta de pontuar a necessidade da organização da classe. Então, visando frisar a relevância do associativismo, os jornais reforçavam as conquistas obtidas através deste recurso. Ainda sobre as formas de associativismo, percebeu-se que no caso porto-alegrense elas ocorriam seguindo a lógica sindicalista, entre os anarquistas, e de forma mais ampla, entre os socialistas, ou seja, os grêmios operários, os mutualismos e as uniões. Nesta lógica, os anarquistas e os socialistas participaram de todas as sociedades possíveis. Eles pensavam que a participação nestes espaços possibilitaria a difusão dos seus ideais. Assim, eles se esforçavam para manter as associações sobre as suas influências.

Os fatores objetivos e os fatores subjetivos fundiam-se em vários momentos. Afinal, o prestígio de uma associação era mensurado através das suas conquistas. E apesar da reivindicação anarquista de fundar apenas sindicatos, havia a sua presença em outras sociedades. Entretanto, a lógica estava na caracterização reivindicatória da organização e não apenas na sua nomenclatura. Enquanto isso, os socialistas não chegaram a dedicar muita atenção nisso. Eles estavam preocupados na ação e manutenção das organizações já existentes. Ainda, reforçavam o poder da união entre os

trabalhadores e pontuavam que a melhor maneira de reivindicar melhorias sociais se dava através dos partidos políticos.

Em síntese, as *sociedades operárias*, fosse de resistência ou de previdência, eram percebidas como escolas para a autogestão e para o partido da classe. Este pensamento englobou a reflexão anarquista, de um lado, e do outro, as considerações socialistas. De qualquer modo, as associações dos trabalhadores era uma etapa do processo revolucionário. Então, novamente a divisão estratégica, enquanto que para os anarquistas o sindicato era o centro organizativo da sociedade do futuro, para os socialistas ela tinha papel limitado, já que a via parlamentar era percebida como a ferramenta correta de luta.

Outro assunto ocasionou alguns debates no movimento operário porto-alegrense. No caso, a greve deveria ser entendida como instrumento pedagógico de intensa aplicação ou apenas como o último recurso a ser praticado pelos trabalhadores? Na ideia libertária, a greve instruiria os operários a exercitarem a ação direta. Com isso ganhariam experiência e consciência do papel que as suas paralisações possuíam na produção. Mas, para os socialistas havia a preocupação da reforma social, e não a sua destruição. Esta concepção influenciaria na lógica apresentada por eles em relação a efetividade da greve. Deste modo, ela era o último recurso, porque prejudicava a economia doméstica, já que o operário não tinha recursos armazenados para sobreviver sem o seu salário. Assim, era preferível ter um mediador de interesses que apaziguasse o conflito e conciliasse os trabalhadores e os patrões, através de conquistas “justas”.

Nas *sociedades operárias* ainda era debatido o cientificismo e a necessidade da instrução. Na verdade, foram os operários especializados e letrados que escreveram nos jornais e nortearam as diretrizes das associações. A compreensão era de que a instrução anularia a influência da religião. Então, a construção de uma “nova” moral era pauta de reivindicação a partir de escolas e atividades pedagógicas. A educação foi considerada um fator primordial para a emancipação proletária. O obscurantismo, conforme foi publicado nos jornais, deixava os trabalhadores submissos a explicações sociais que justificavam a exploração e a privatização das riquezas.

Uma nova preocupação das organizações operárias consistia no estudo sobre o a realidade. Foi através dos textos dos jornais que se chegou ao resultado de que a jornada de trabalho era intensa. Em 1906, por exemplo, o trabalhador dedicava mais de 10 horas

por dia na fábrica. Neste sentido, a greve daquele ano foi uma resposta a esta exploração. Ela objetivou diminuir a jornada de trabalho para 8 horas, mas, o acordo entre Xavier da Costa e os patrões estabeleceu o limite de 9 horas.

Foram ainda nas associações que ocorreram os eventos práticos. Nestes momentos, foi utilizado, principalmente o discurso da liderança para conscientizar o proletariado a respeito de seu poder. Porém, os operários não se limitaram as sedes. Neste sentido, foram organizadas algumas atividades em chácaras e até em praças públicas. As ferramentas utilizadas mudavam conforme o espaço ocupado. Os recursos utilizados, em linhas gerais, foram: a escrita (publicação), a fala/linguagem (discurso), as bandas musicais e a encenação teatral.

Deste modo, a obtenção de jornais da classe era um ótimo recurso para aproximar, informar e instruir os trabalhadores no lar. A leitura entre os pares e as suas famílias difundia os ideais que seus conteúdos continham. Para facilitar a aquisição destes jornais, percebeu-se que os valores das assinaturas e dos números do *A Democracia* e do *A Luta* eram relativamente inferiores aos salários diários da maioria dos trabalhadores porto-alegrenses. Este fator tinha o sentido de possibilitar e atrair aqueles que deveriam ser os mais interessados na existência destes periódicos.

Os jornais foram alvos de debates e críticas. Eles se transformaram nas ferramentas de maior alcance das ideias de seus redatores. Através deles, foi possível levar as ideias da emancipação proletária para várias partes do estado e até do País. Esta circulação possibilitou a troca de textos, caricaturas e experiências.

Quanto à publicação literária, foi encontrada com maior frequência no jornal *A Luta*. A preocupação foi centrada na publicação de contos, dramas, poesias e imagens que faziam crítica a sociedade. Destarte, as personagens muitas vezes não eram heróis que salvariam o mundo, mas sim trabalhadores como qualquer outro que sofriam com a exploração e falta de amparo em casos de acidentes e doenças.

Entre os anarquistas, havia a preocupação de mostrar os perigos que a falta de segurança no trabalho oferecia. Apontavam as diferenças entre os ricos e os pobres. E relacionavam estes elementos com a ausência de uma “moral elevada”, pela falta do sentimento de solidariedade e cooperação. Estes atributos qualificavam os trabalhadores e afrontavam os patrões. Os padres também foram criticados. As suas personagens foram personificadas nas caricaturas com elementos “desprezíveis” que formavam

monstros dotados de “pecados”. Curiosamente, os elementos que o compunham eram aqueles que eles divulgavam como os componentes que dividiam o bom do mau cristão.

Os anarquistas não se limitaram ao movimento operário. Deste modo, a participação em grupos de intelectuais foi percebida no jornal *Lúcifer*. Neste periódico, foram publicadas algumas críticas que eram anarquistas. Pelo menos em um momento, foi impressa a mesma caricatura neste jornal e depois no *A Luta*. Já os socialistas dedicaram um espaço menor em seu periódico para este tipo de publicação. Na verdade, as imagens encontradas no *A Democracia* foram de Máximo Gorki, na primeira página, na edição de 7 de maio de 1905, e a segunda, de 9 de dezembro de 1906. Nesta edição havia a caricatura de Karl Marx que também ocupava a primeira página. A terceira e última, foi publicada em 13 de janeiro de 1907, envolvendo um episódio trágico para o movimento operário local: no caso, a morte da liderança socialista Rodolpho Pflugrath. A imagem deste socialista estava no centro da sua biografia.

Quanto à literatura socialista, houve a assimilação de escritores que transmitiam as ideias defendidas pelo grupo e, assim, acabavam sendo publicadas. A lógica dos conteúdos era similar ao dos anarquistas. Era necessário criar a reflexão e a crítica ao sistema econômico e político. Havia ainda o reforço da força do operário. O produtor era valorizado com adjetivos positivos, focados a “engrandecer” a sua moral. Os padrões eram figurados como expropriadores e exploradores.

Através dos jornais, foram percebidas as organizações de eventos nas *sociedades operárias*. A frequência, o local e os horários de suas reuniões foram identificados. Desta maneira, evidenciou-se que a quarta-feira e os domingos acabavam sendo os dias mais utilizados para as reuniões. Durante a semana o horário preferencial era a noite, mas no domingo, o turno preferido era de manhã. Das assembleias divulgadas, percebeu-se que os dirigentes operários enfrentavam dificuldades para reunir o proletariado. A baixa frequência fez com que ocorresse a segunda convocação para várias assembleias.

Ocorreram tentativas de criar grupos de teatro e até de realizarem apresentações para os operários. Tanto os anarquistas quanto os socialistas protagonizaram iniciativas neste sentido, porém, não foi possível constatar a eficiência delas. Os anarquistas, visando melhorar as finanças do seu jornal, organizaram uma quermesse, em 1907.

Pelas publicações, foi possível evidenciar o sucesso desta ação. A qual não pareceu ter se repetido.

A ação prática que, aparentemente, foi bem recebida pelos trabalhadores foram as bibliotecas, ou como chamavam, os gabinetes de leitura. Estes gabinetes estavam localizados junto às sociedades operárias e continham livros que eram oriundos de doações dos próprios membros. Assim, o *Grêmio de Artes Gráficas e Correlatas*, de maior influência socialista, fundou o seu gabinete. Pelo lado dos anarquistas, a *Escola Eliseu Réclus* também manteve um espaço dedicado para a leitura.

Estas bibliotecas continham obras de várias tendências, não se limitando aos textos exclusivamente teóricos. A composição de seu acervo era originário de doações. Os cargos de diretoria e a criação de novas associações eram realizados de forma voluntária. Do mesmo modo, a *Escola Eliseu Réclus* seguia a mesma lógica. A sua tendência libertária visava emancipar os trabalhadores através da educação.

Este *Grêmio Instrutivo* foi a principal iniciativa educacional dos anarquistas. Os socialistas, pelo que pareceu, não conseguiram efetivar uma escola em suas sociedades. Porém, havia a preocupação e a campanha pela melhoria do ensino público. Neste sentido, eles reivindicavam criações de escolas, melhores professores e o acesso dos filhos dos trabalhadores nelas.

O jornal *A Democracia* emitia opiniões favoráveis à melhoria da vida do trabalhador. Com isso, pôde-se dizer que eles estavam preocupados com os acontecimentos municipais que atingiam diretamente os operários. E sempre que possível, estendiam as suas publicações informando a respeito das necessidades dos “irmãos do trabalho” de outras localidades.

Já o periódico *A Luta* procurava estabelecer diálogos com os trabalhadores através de visitas às fábricas. E assim como os socialistas, os redatores deste jornal escreveram notícias “do mundo”. As informações de outras cidades tinham a sua origem declarada, e poderiam ser através do encontro de um representante daqueles trabalhadores ou trocas de cartas.

Enfim, esta dissertação serviu para verificar a atuação dos anarquistas e socialistas em Porto Alegre. A pesquisa focou no protagonismo destes grupos, focando nas ações junto às sociedades operárias através dos seus jornais. A partir desta

produção, seria necessário aprofundar os elementos das elaborações publicadas por estes militantes.

REFERÊNCIAS

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ADDOR, Carlos Augusto. **Um homem vale um homem**: memória, história e anarquismo na obra de Edgar Rodrigues. Tese (Doutorado em História), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2012.

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha – 1870-1930. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, 1992, pp. 546-577.

ARAVANIS, Evangelia. **O corpo em evidência nas lutas dos operários gaúchos (1890-1917)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2005.

_____. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 2, n. 3, 2010, pp. 148-180.

AREND, Marcelo; CARIO, Silvio Antônio Ferraz. Desenvolvimento e desequilíbrio industrial no Rio Grande do Sul: uma análise secular evolucionária. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 2 (39), ago. 2010, pp. 381-420.

BACKZO, Bronislaw. A imaginação social. In: ROMANO, R. **Enciclopédia Eunaudi**, v. 5. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985, pp. 296-331.

BATALHA, SILVA, FORTES, Apresentação. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de classe**: identidade e diversidade na formação do operariado. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX. In: MORAES, João Quartim de (org.) **História do marxismo no Brasil**. Vol. 2: os influxos teóricos. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1995, pp. 11-44.

_____. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. **Cadernos AEL**, Campinas: UNICAMP, v. 6, n. 10-11, 1999, pp. 43-66

_____. Vida associativa: por uma nova abordagem da história institucional nos estudos do movimento operário. **Anos 90**, Porto Alegre, n. 8, dez. 1997, pp. 91-99.

_____. **O movimento operário na Primeira República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

_____. Cultura associativa no Rio de Janeiro da Primeira República. In: BATALHA, Cláudio H. M.; SILVA, Fernando T.; FORTES, Alexandre (Orgs.). **Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado**. Campinas: Editora UNICAMP, 2004.

_____. Formação da classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). **O Brasil Republicano. O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da república à revolução de 30**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

BILHÃO, Isabel Aparecida. **Rivalidades e solidariedades no movimento operário: Porto Alegre (1906-1911)**. Porto Alegre : EDIPUCRS, 1999.

_____. **Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896 a 1920)**. Porto Alegre: Tese de Doutorado (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

_____. **Identidade e trabalho: uma história do operariado porto-alegrense (1898 a 1920)**. Londrina: EDUEL, 2008.

_____. La importancia del primero de mayo en la construcción de la identidad obrera: estudio centrado en Porto Alegre, Brasil, 1896-1920. **Latin American Research Review**, 2009.

_____. Pela educação lutaremos o bom combate: a instrução operária como um campo de disputas entre católicos e anarquistas na Primeira República brasileira. **Hist. Educ.**(Online) Porto Alegre v. 19 n. 45 Jan./abr., 2015, pp. 141-157.

BIONDI, Luigi. Mãos unidas, corações divididos. As sociedades italianas de socorro mútuo em São Paulo na Primeira República: sua formação, suas lutas, suas festas. **Tempo** [online], v. 18, n. 33, 2012, pp. 75-104.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Coord). **Dicionário de política**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOUDON, Raymond; BESNARD, Philippe; MOHAMED, Cherkaoui; LECUYER, Bernard-Pierre(Orgs.). **Dicionário de sociologia**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1990.

CAPELATO, M.H. **A imprensa na história do Brasil**. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTELLUCCI, Aldrin A. S. O associativismo mutualista na formação da classe operária em Salvador (1832-1930). In: CORD, Marcelo Mac. BATALHA, Claudio H. M. **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX). Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

CHARTIER, Roger. **Cultura escrita, literatura e História**. Conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit. Tradução: Ernani Rosa. Porto Alegre: ARTMED Editora, 2001.

COGGIOLA, Osvaldo. A Primeira Internacional operária e a Comuna de Paris. **Aurora**, ano V n. 8, 2011.

CORD, Marcelo Mac. BATALHA, Claudio H. M. **Organizar e proteger**: trabalhadores, associações e mutualismo no Brasil (séculos XIX e XX).Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

CORRÊA, Norma Elisabeth Pereira. **Os libertários e a educação no Rio Grande do Sul (1895-1926)**. Dissertação. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

CROCE, Marcus Antônio. **Crises financeiras na primeira década Republicana e os bancos em Minas Gerais (1889-1903)**.Tese (Doutorado em Economia), CEDEPLAR/UFGM: Belo Horizonte, 2013.

CURI, Luiz Felipe Bruzzi. Rui Barbosa e as ideias econômicas: entre teoria e conjuntura. Economia & história: difusão de ideias econômicas no Brasil. **Informações FIPE**, 2015, pp. 45-52.

ELMIR, C. P. As armadilhas do jornal: algumas considerações metodológicas de seu uso para a pesquisa histórica. **Cadernos do PPG em História**, UFRGS, n. 13, dez. 1995, pp.19-29.

FACCIO, Luiza. **Libertários no teatro**. Dissertação (Mestrado em História): Campinas, Unicamp, 1991.

FAUSTO, Boris. Expansão do café e política cafeeira. In.: FAUSTO, Boris (Org.). História geral da civilização brasileira. Vol. III. O Brasil Republicano. 1. Estrutura de poder e economia (1889-1930). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

_____. **Trabalho urbano e conflito social**. São Paulo: DIFEL, 1986.

_____. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Fundação do Desenvolvimento da Educação, 1995.

FRANZINA, Emilio. Festas proletárias, imigração italiana e movimento operário na Argentina e Brasil entre os séculos XIX e XX. In: CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico; FRANZINA, Emilio (Orgs.) **História do trabalho e histórias da imigração: trabalhadores italianos e sindicatos no Brasil (séculos XIX e XX)**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: FAPESP, 2010, pp. 205-232.

FREIRE JÚNIOR, Leônidas. Cultura operária associativa: o centro proletário piauiense e os trabalhadores da Primeira República no Piauí. **Anais do VI Simpósio Nacional de História Cultural: Escritas da História: Ver – Sentir – Narrar**, Teresina: UFPI, 2012.

GAWRYSZEWSKI, Alberto. A imagem como instrumento da luta anarquista. In: GAWRYSZEWSKI, Alberto. **Análises anarquistas: análises e debates**. Londrina: UEL, 2009.

GALLO, Silvio Donizetti de Oliveira. **Educação anarquista: por uma pedagogia do risco**. Dissertação (Mestrado em Educação), Campinas, 1990.

GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. Associações de socorro mútuo: estratégias dos trabalhadores imigrantes na Primeira República. **Anais do Seminário Cultura e Política na Primeira República: Campanha civilista na Bahia**, UESC, 2010.

GERTZ, René E. Operários alemães no Rio Grande do Sul (1920/1937) ou Friedrich Kniestedt também foi um imigrante alemão. **Revista Brasileira de História**, v. 6, n. 11, 1985, pp. 75-84.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GRIBAUDI, Maurizio. **Mundo operário e mito operário**: spazi e percorsi sociali a Torino nel primo Novecento. Torino: Giulio Einaudi editore, 1983.

HARDMAN, Francisco Foot. LEONARDI, Victor. **História da indústria e do trabalho no Brasil** (das origens aos anos 20). São Paulo: Ática, 1982.

HOBBSBAWM, **Mundos do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

JARDIM, Jorge Luiz. Imprensa operária: comunicação e organização. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, pp. 27- 40.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta. **Anarquismo em verso e prosa**: literatura e propaganda na imprensa libertária em São Paulo (1900-1916). Dissertação (Mestrado em Literatura), Campinas, Unicamp, 1999.

LEFEBVRE Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: editora ática, 1991.

LEONIDIO, Adalmir. Esta palavra socialismo... ideias socialistas no Brasil no final do século XIX. **Textos de História**, v. 12, n. 1/1, 2004, pp. 109-126.

_____. A utopia da nação: nacionalismo e pensamento de esquerda do Brasil no início do século XX. **Revista Esboços**, Florianópolis: UFSC, 2007.

_____. As ideias do socialismo utópico no Brasil. **Revista Eletrônica Cadernos de História**, v. VIII, ano 4, n. 2, dezembro de 2009, p. 98-117.

LONER, Beatriz Ana. **Classe operária: mobilização e organização em Pelotas: 1888-1937**. Tese (Doutorado em Sociologia), Porto Alegre, 1999.

_____. O movimento operário. In: GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson (Orgs.). **República Velha** (1889-1930). Passo Fundo: Méritos, 2007, pp. 499- 525.

_____. O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 31, jul. 2010, pp. 111-143.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. **Presença do anarquismo no Brasil**: um estudo dos episódios literário e educacional – 1900/1920. 2 Vols. Tese de Doutorado. São Carlos: USP, 1984.

MACIEL, Osvaldo Batista Acioly. **Filhos do trabalho, apóstolos do Socialismo**: os tipógrafos e a construção de uma identidade de classe em Maceió (1895/1905). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco, 2004.

MALATESTA, Errico. **Cadernos anarquistas**. Coleção. Teoria Anarquista: Caderno n. 1. Fortaleza: Organização Resistência Libertária, 2010.

MARTINS, Angela Maria Roberti. O segredo dos corpos: representações do feminino nas páginas libertárias. In: DEMINICIS, Rafael Borges. **História do anarquismo no Brasil**. Vol. 2. Rio de Janeiro: Achiamé, 2009, pp. 119-163.

MICHAELIS. Dicionário on line. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=luto..> Acesso em 1º de agosto de 2015.

MIRANDA, Cássia Ferreira. **O teatro na voz operária**: grupo teatral cultura social e o anarquismo em Pelotas – seus operários e suas palavras. Dissertação (Mestrado em Teatro), Florianópolis, UDESC, 2014.

OLIVEIRA, Juliana Matosinho de. **Embates pela educação**: as iniciativas libertárias de ensino e o Estado na Primeira República em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Monografia (Licenciatura em História), Porto Alegre: UFRGS, 2009.

OLIVEIRA, Tiago Bernardon. **Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)**. Tese (Doutorado em História), Niterói, Universidade Federal Fluminense, 2009.

ORLANDI, Eni. **Terra à vista- discurso do confronto**: velho e novo mundo. São Paulo: Cortez, 1990.

PASSOS, Daniela Oliveira R. **O início das ideias socialistas no Brasil. Cadernos Cemarx**, n. 5, 2009, pp. 115-127.

PEDRO, Felipe Corrêa. **Rediscutindo o anarquismo**: uma abordagem teórica. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), USP, São Paulo, 2012.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A burguesia gaúcha**: dominação do capital e disciplina do trabalho (RS: 1889-1930). Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

_____. **O cotidiano da república.** 2. Ed. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

_____. **Os pobres da cidade:** vida e trabalho. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1998.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz. **“Que a União Operária seja nossa pátria!”** História das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS; Santa Maria: Ed. da UFSM, 2001.

_____. **A mesma classe, a mesma luta, o mesmo idioma.** Breves notas sobre a circulação da imprensa operária publicada no Brasil e em Portugal. Porto Alegre: Anais do IX Encontro Estadual de História: Vestígios do passado: a história e suas fontes. Associação Nacional de História 2008.

PETERSEN, Silvia Regina Ferraz; LUCAS, Elisabeth. **Antologia do movimento operário gaúcho (1870 – 1937).** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1992.

POLETTI, Caroline. **Tão perto ou tanlejos?** Caricaturas e contos na imprensa libertária e anticlerical de Porto Alegre e de Buenos Aires (1897-1916). Dissertação (Mestrado em História), Unisinos, São Leopoldo, 2011.

PRADO JR., Caio. **História econômica do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1976.

QUEIRÓS, César Augusto Bulboz. A questão social no Rio Grande do Sul: positivismo, borgismo e a incorporação do proletariado à sociedade moderna. **Revista Mundos do Trabalho**, v.1, n. 1, janeiro-junho de 2009, pp. 97 – 124.

RALLE, Michel. Primer anarquismo español y cultura obrera (1868-1910). El peso de la subordinación a la defensa de la identidad obrera. **Revista Mundos do Trabalho**, v. 5, n. 9, janeiro-junho de 2013, pp. 139-170.

RUDY, Antonio Cleber. **Culturas da contestação:** anarquistas e anticlericais em Santa Catarina (1900-1940). Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

SAMIS, Alexandre. Pabellón negro sobre pátria verde oliva: sindicalismo y anarquismo en Brasil. In: COLOMBO, Eduardo. **Historia del movimiento obrero revolucionario.** Buenos Aires: Libros de Anarres, 2013.

SCHMIDT, Benito Bisso. A palavra como arma: uma polêmica na imprensa operária porto-alegrense. **História em Revista**, Pelotas, v. 6, dez, 2000.

SCHMIDT, 2000. **Um socialista no Rio Grande do Sul**: Antônio Guedes Coutinho (1868-1945). Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2000.

_____. **O patriarca e o tribuno**: caminhos, encruzilhadas, viagens e pontes de dois líderes socialistas – Francisco Xavier da Costa (187? – 1934) e Carlos Cavaco (1878 – 1971), Tese (Doutorado em História), Unicamp, Campinas, 2002.

_____. **De mármore e de flores**: a primeira greve geral do Rio Grande do Sul (Porto Alegre, outubro de 1906). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

SCHONS, Carme Regina. “**Adoráveis**” **revolucionários**: produção e circulação de práticas político-discursivas no Brasil da Primeira República. Porto Alegre, 2006.

SILVA, Dóris Accioly e. Anarquistas: criação cultural, invenção pedagógica. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 32, n. 114, p. 87-102, jan.-mar. 2011.

SILVA JR., Adhemar. A bipolaridade política rio-grandense e o movimento operário (188?-1925). **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 5-26.

_____. **As sociedades de socorros mútuos**: estratégias privadas e públicas(estudo centrado no Rio Grande do Sul–Brasil, 1854-1940). Tese de doutorado (Doutorado em História). PUCRS, Porto Alegre, 2004.

SILVA, Nauber Gavski da. **Vivendo como classe: as condições de habitação e alimentação do operariado porto-alegrense entre 1905 e 1932**. Dissertação de mestrado (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande Sul, Porto Alegre, 2010.

SOARES, Eduardo da Silva. **A formação da identidade cultural anarquista através do periódico A Luta de Porto Alegre** (1906-1911). 1. ed. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2014.

SURIANO, Juan. **Anarquistas**: cultura y política libertaria en Buenos Aires. Buenos Aires: Ediciones Manantial SRL, 2001.

TEITELBAUM, Vanessa Ester. Sociabilidad, propaganda y cultura: los centros de trabajadores en el norte argentino (Tucumán y Santiago del Estero, 1897-1907). **Revista Mundos do Trabalho**. 4, n. 7, jan-jun, 2012, pp. 218-244.

THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, Unicamp, 2001.

TOLEDO, Edilene Teresinha. A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República. In. FERREIRA, Jorge; REIS FILHO, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, pp. 53 – 87.

VASCONCELLOS, Naira. MARCON, Carla Simone Corrêa. O trabalho feminino na indústria têxtil em Porto Alegre 1900-1920. **Revista Textura**, v. 3. Canoas: 2000.

VIANNA, Marly. Ideias socialistas no Brasil através da imprensa (1902-1922). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, 2011.

FONTES DOCUMENTAIS

CATÁLOGO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. **Catálogo da Exposição Estadual de 1901**, Porto Alegre: Officinatypographica de Gundlach& Becker, 1901.

JORNAIS

A DEMOCRACIA, Porto Alegre, 1905/1907 (NPH - UFRGS).

A FEDERAÇÃO, Porto Alegre, 1905/1911 (AHMPA, MCSHJC).

A LUTA, Porto Alegre, 1906-1911 (NPH - UFRGS).

CORREIO DO POVO, Porto Alegre. 1906/1917 (MCSHJC).

GUERRA SOCIAL, Rio de Janeiro. Biblioteca Terra Livre .

JORNAL DO COMÉRCIO, Rio de Janeiro Hemeroteca Digital Brasileira.

O LÚCIFER, Porto Alegre, 1907. (MCSJHC).

O INDEPENDENTE, Porto Alegre. 1906-1910. (MCSJHC)

ESTATUTOS

ESTATUTOS DA LIGA OPERÁRIA INTERNACIONAL, 1896.